

Jorge Pagliarini Junior

**Memórias do processo de migração de retorno entre os estados da  
Amazônia Legal e o Paraná: disputas identitárias e políticas ambientais  
(1990- 2014)**

Universidade Federal da Grande Dourados  
Dourados/MS,  
Setembro/2015

Jorge Pagliarini Junior

**Memórias do processo de migração de retorno entre os estados da  
Amazônia Legal e o Paraná: disputas identitárias e políticas ambientais  
(1990- 2014)**

Texto apresentado para a Defesa de Doutorado  
do programa de Pós-Graduação em História, da  
Universidade Federal da Grande Dourados  
(UFGD). Orientadora: Dra. Maria Celma Borges.

Universidade Federal da Grande Dourados  
Dourados/MS,  
Setembro/2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

P138m	<p>Pagliariini Junior, Jorge.</p> <p>Memórias do processo de migração de retorno entre os estados da Amazônia Legal e o Paraná : disputas identitárias e políticas ambientais. / Jorge Pagliarini Junior. – Dourados, MS : UFGD, 2015.</p> <p>273f.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Maria Celma Borges.</p> <p>Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Migração de retorno. 2. Memória. 3. Identidade. 4. Sociedade e natureza. 5. História oral. I. Título.</p> <p>CDD – 301.1</p>
-------	--

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Memórias do processo de migração de retorno entre os estados da Amazônia Legal e o Paraná: disputas identitárias e políticas ambientais** (2014)

## **RESUMO**

Esta pesquisa volta-se ao estudo da trajetória de sujeitos que vivenciaram em diferentes momentos o fenômeno migratório- Sul- Norte- Sul (especificamente Paraná-Amazônia Legal - Paraná) demarcado no período de 1970 a 2014 com ênfase nas dinâmicas que envolveram o processo de retorno, ou seja, o fluxo ocorrido a partir da década de 1990. Para tanto, o estudo de memórias foi norteado pelo mapeamento de discursos e políticas que influenciaram nos deslocamentos populacionais e na construção de territorialidades ressignificadas diante das novas fronteiras materiais e simbólicas vivenciadas por esses sujeitos.

**Palavras-chaves:** Migração de Retorno; Memória; Identidade; Sociedade e natureza; História Oral.

## **ABSTRACT**

This research focuses on the study of journeys of individuals that experienced, in different moments, the South-North-South migration phenomenon (specifically Paraná – Amazônia Legal – Paraná) – a territory which had been demarcated from 1970 to 2014, emphasizing people's coming back dynamics, that is, individuals' flow from the 1990's on. To do so, the study on memories was guided by the mapping of discourses and politics that influenced in people's displacement, as well as in the construction of territorialities which were redefined based on the new material and symbolic borders experienced by these individuals.

**Key-words:** Migration of Return; Memory; Identity; Society and Nature; Oral History.

**Jorge Pagliarini Junior**

**Memórias do processo de migração de retorno entre os estados da  
Amazônia Legal e o Paraná: disputas identitárias e políticas  
ambientais (1990- 2014)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador: Maria Celma Borges (Dr. UFMS)

---

2º Examinador: Eudes Fernando Leite (Dr. UFGD)

---

3º Examinador: Jiani Fernando Langaro (Dr. UFGD)

---

4º Examinador: Méri Frotscher (Dr. UNIOESTE)

---

5º Examinador: Vitor Wagner Neto de Oliveira (Dr. UFMS)

---

Dedico este trabalho ao meu filho Artur.

## AGRADECIMENTOS

Chegado o momento dos agradecimentos tenho a possibilidade de reflexão do processo de doutoramento, período durante o qual vida social e pesquisa andaram juntas. Foi o caso de poder contar com a colaboração direta de familiares e amigos e por eles inicio os agradecimentos.

Quero começar pela minha esposa Raquel, o nosso casamento correspondeu, até aqui, em grande parte, ao período do doutoramento e isto significou certas ausências nossas em eventos familiares e sociais. Desse período de cerca de três anos destaco a alegria de poder escrever estas últimas páginas ao lado do nosso pequeno Artur.

De minha família, começo pelos meus pais, Jorge e Terezinha, diretamente influentes na construção de toda a pesquisa. Também eles compreenderam o fato de muitas de nossas “visitas” terem sido direcionadas para assuntos da tese, como quando da construção de contatos e da produção de entrevistas. Além deles, agradeço a companhia constante de meus irmãos, Raphael, Pita e Marcos, e dos seus companheiros, queridos, Aninha, Cesar e Tayona. Em um ou outro momento eles tiveram paciência para conversar sobre meu trabalho. Aos meus sobrinhos, Amanda, Rodrigo, Bia e Vinicius, também meu afilhado, todo meu carinho. Tios, primos e amigos de longa data de Corbélia, Assis Chateaubriand e Cascavel, com os quais felizmente tenho mantido contato são também pessoas importantes em minha vida pessoal. Destes não farei nomeações para não incorrer em injustiça. Estendo o agradecimento ao Roberto e a Cleide, meu sogro e minha sogra, e aos seus-nossos demais familiares que compreenderam o ritmo dos compromissos com a pesquisa.

Dos amigos de Marechal e Cascavel, amigos desde a nossa graduação e/ou do mestrado fica a satisfação da continuidade de uma amizade. Em especial agradeço ao Cristiano pelo empenho e colaboração com a minha pesquisa.

Em Dourados, dos novos colegas e amigos do programa da pós ressalto o excelente clima de socialização de ideias, de expectativas profissionais e de engajamento social. Desse universo aproveito para agradecer a todos os professores do programa, em especial àqueles que participaram de maneira direta nas disciplinas que cursei e na produção do meu trabalho, Graciela, Linderval, Vitor, Losandro e Eudes. Aos professores Eudes e Vitor, presentes também em minhas bancas, meus sinceros agradecimentos pelas contribuições nesta fase tão significativa de minha formação profissional. Ao prof. Cezar, presente em minha banca de qualificação, agradeço pelas importantes sugestões e indicações para a conclusão do trabalho. Agradeço às contribuições da Meri e do Jiani, membros da banca de defesa. Reservo aqui



mais um destaque à professora Maria Celma, minha orientadora no programa, pela compreensão e profissionalismo com os quais participou da tessitura de minha pesquisa e do seu texto final.

Outros professores, colegas de longa data, seguiram importantes nos diálogos e amizades e contribuíram as minhas inquietações. Deles destaco o amigo Robson, o Davi e a Geni. Aproveito para lembrar das conversas com meus amigos professores, Leandro, Antônio, Thiago, Emílio, Fabi, Fabio Vedovatto, Austin, Margot, Angelo e Jeferson. Aos colegas de Departamento do curso de História da Unespar, Astor, Fabio, Rosane, Carlos, Valmir, Frank, Bruno, Claudia, Ricardo, Delton, Isabel e Daniel, agradeço pelas contribuições e a paciência nas conversas nos corredores. Vale especificar o fato de eu já dialogar a respeito de minha pesquisa com os amigos Astor e Fabio, mesmo antes de ter entrado no programa de doutorado, quando realizei as primeiras leituras do tema no meu projeto de TIDE. Ainda da Unespar, não poderia deixar de agradecer pelo período de um ano de afastamento parcial e de um semestre de afastamento total, momentos importantes para a conclusão da escrita de meu texto.

Para todos àqueles entrevistados fica meu respeito e agradecimento pela confiança e paciência, foram eles Helide, Diziely, Diego, Enso, Derik, Milton, Moises, Marcia, Elenir, Valdemar, Hugo, Ivania, Moacir, Iris, Márcio, Maico. Também entre eles estava Aristides, o qual para nosso desagrado faleceu no ano passado. Estendo o agradecimento às demais famílias que contribuíram de outras formas senão com a gravação da entrevista.

## **LISTA DE SIGLAS**

AMOP- Associação dos municípios do Oeste do Paraná;

BASA- Banco da Amazônia;

CBTG - Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha;

CTGs- Centros de Tradição Gaúcha;

COMCAM- Comunidade dos Municípios de Campo Mourão;

FSC- Forest Stewardship Council;

FUNAI- Fundação Nacional do Índio;

FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalho Rural;

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia;

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social;

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento;

PPCDAM- Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia;

PRODES- Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia;

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras;

SPI- Serviço de Proteção ao Índio;

SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

SUDENE - Superintendência de desenvolvimento do Nordeste.

## INDICE DE FIGURAS E TABELAS:

FIGURA 1: IBGE, MAPAS TEMÁTICOS, AMAZÔNIA LEGAL. ....	17
FIGURA 2: PARANÁ MAPA MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS.....	18
FIGURA 3: MAPA DOS DESLOCAMENTOS PAUTADO NAS MEMÓRIAS DOS ENTREVISTADOS .....	86
FIGURA 4: MAPAS DESLOCAMENTOS INTER REGIONAIS ENTRE AS DÉCADAS 1940- 2010; BASEADO NAS LEITURAS DE: CANO, 2011; COSTA, 2012; COY; KLINGER, 2014; GOETTERT, 2008; FREITAS, 2006; GREGORY, 2002; JONES, HAESBAERT, 1998; MARTINS; 1986; SANTOS, 1996; SIMON, 2014.....	87
FIGURA 5: TAXA DE DESMATE POR CORTE RASO NA AMAZÔNIA (MILHARES DE KM <sup>2</sup> /ANO). .....	96
TABELA 1: ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA POR FEDERAÇÃO.....	68
TABELA 2: IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO E ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA, SEGUNDO AS UNIDADES DE FEDERAÇÃO – 2004/2009.....	69
TABELA 3: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS IMIGRANTES DE RETORNO NO TOTAL DE IMIGRANTES SEGUNDO UNIDADE DE FEDERAÇÃO - 2004/2009.....	70
TABELA 4: TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO REGIÕES E ALGUNS ESTADOS DO BRASIL, 1940 -1980. ....	142
TABELA 5: TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, SEGUNDO REGIÕES E ALGUNS ESTADOS DO BRASIL, 1872-1980.....	143
TABELA 6: NÚMERO DE IMIGRANTES DO PARANÁ POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, DE ACORDO COM A UNIDADE DE FEDERAÇÃO:.....	145

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
Das memórias ao itinerário: o processo de retorno, categorias e problemáticas da pesquisa..	15
Memória, História, identidades e oralidade: alguns posicionamentos .....	31
Síntese das entrevistas: história temática e a história de vida, aproximações Memória, .....	36
<b>1. Capítulo I: Das memórias ao itinerário, o lá e o cá, na Amazônia legal e no Paraná.</b> .....	48
1.1 “A gente foi se achando, eu fui conseguindo meu emprego, eu fui começando a gostar do lugar”: O migrante .....	50
1.1.1 A espacialidade e o diálogo com a Geografia. ....	51
1.1.2 Migração, tradição e costume .....	60
1.2- “Eu gosto daqui, só que a partir do momento que você vinha passear pro Paraná, daí você já ficava com aquele remorso sabe, na hora de voltar”: como situar o fluxo de retorno?.....	64
1.2.1 Um fluxo.....	66
1.3- “Você se lembra da abertura da Transamazônica?”: os recortes da pesquisa e a representatividade das memórias: de quais retornos estamos falando?.....	73
1.3.1 Hoje, facilidades: .....	74
1.3.2 Como agricultores .....	76
<b>2. Capítulo II: A Amazônia planejada, a Amazônia vivenciada</b> .....	91
2.1 “A liberação do mogno sempre existiu com projeto de manejo”: ritmos da colonização-ocupação .....	93
2.1.1 O desmatamento, o seu controle e os marcos de memória.....	95
2.1.2 Extrativismo, agricultura e urbanização .....	99
2.1.3 A Amazônia e a nação migrante.....	103
2.1.4 Amazônia: a migração, seus discursos e as ressignificações.....	110
2.2 “Aí trabalhei mais ou menos, daí nós fomos se acertando, assim, sabe”: tempos do trabalho.....	120
2.3- “Comer bem, dançar e festejar”: Regionalismo e silenciamento, eles fazem festa.....	129

2.3.1 Quem trabalha, pouco festa .....	130
<b>3. Capítul III: Do Paraná, “o colonizador – trabalhador” e a formação das fronteiras .....</b>	<b>139</b>
3.1- “Daí plantava em hora errada, achava que tinha que plantar na época do Paraná:O Paraná pelas transformações agrárias .....	140
3.1.2 O Oeste e Sudoeste em números e problemáticas .....	142
3.2: “Eu não tenho paixão por agricultura, tenho paixão por o que ela rende” : outras disputas .....	146
3.2.1 O Oeste em debate .....	148
3.3- “Gaúcho, por causa do tamanho, do porte, branquelão” : a colonização gaúcha no Paraná .....	157
3.3.1 Quem se diz gaúcho? .....	159
3.3.2 Etnia, regionalismo e nacionalismo .....	167
<b>4. Capítulo IV: Na Amazônia, o manejo e as ressignificações da relação entre Sociedade e natureza .....</b>	<b>174</b>
4.1- “Eu acho que eu me adaptei bem assim, eu não achei tão estranho” : natureza, cultura, trabalho e clima .....	176
4.1.1 A natureza e suas leituras .....	177
4.1.2 O clima .....	187
4.2 - “Andei em muitas áreas que nunca ninguém tinha entrado dentro”: as práticas dos migrantes diante da Legislação ambiental .....	189
4.2.1 Cultivar e extrair, diferenças e similitudes .....	190
4.2.2 A Legislação Ambiental Básica e o conhecimento da lei .....	193
4.3- “Parece que quem mexe com a natureza não dá sorte”: o manejo .....	199
4.3.1 Até quando “heróis”? .....	200
4.3.2 Dominar o manejo .....	207
4.3.3 Fazer as pazes com a natureza? .....	211
<b>5. Capítulo V: Em casa, o significado e as memórias do retorno .....</b>	<b>215</b>
5.1- “Então, hoje em dia não é fácil, né?”: a ação individual e as conjunturas .....	220

5.1.1 Mais exemplos de superação diante das conjunturas .....	225
5.2 “Quem sabe!” : os motivos do retorno .....	229
5.2.1 Do retorno “planejado” .....	230
5.2.2 Do retorno forçado.....	236
5.2.3 Do retorno, mais memórias divididas.....	239
5.3 “Sabe o que é pegar um passarinho e soltar, abrir a gaiola”: falar da segurança agora de volta para casa .....	246
5.3.1 Falar à comunidade?.....	247
5.3.2 outros ganhos.....	251
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>254</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>257</b>
<b>8. FONTES .....</b>	<b>266</b>
<b>9. FONTES ORAIS- ENTREVISTAS REALIZADAS:.....</b>	<b>268</b>
<b>10. APÊNDICES: .....</b>	<b>270</b>

# INTRODUÇÃO

## **Das memórias ao itinerário: o processo de retorno, categorias e problemáticas da pesquisa**

Esta pesquisa volta-se ao estudo da trajetória de sujeitos que vivenciaram em diferentes momentos o fenômeno migratório- Sul- Norte- Sul, especificamente Paraná- Amazônia Legal-Paraná demarcado no período de 1970 a 2014 com ênfase nas dinâmicas que envolveram o processo de retorno, ou seja, o fluxo ocorrido a partir de meados da década de 1990 e o seu desenrolar até o tempo delimitado na pesquisa. Este estudo de memórias está norteado pelo mapeamento de discursos e políticas que influenciaram nos deslocamentos populacionais e na construção de territorialidades ressignificadas diante das novas fronteiras materiais e simbólicas vivenciadas por esses sujeitos.

O interesse pela temática da pesquisa deveu-se ao fato de termos vivenciado esse processo de migração junto à nossa família. Meus pais iniciaram nos anos de 1980 uma trajetória migratória na qual, em três décadas, mudaram quatro vezes entre o Paraná e o Pará. As atividades que desenvolveram no Pará estavam relacionadas indiretamente ao extrativismo da madeira, com prestação de serviços mecânicos e com serviço de frete com caminhão. Em meados dos anos 2000 os reflexos das políticas do Governo Federal e Estadual puderam ser percebidos com a intensificação do combate ao extrativismo ilegal da madeira, fato que enfraqueceu a economia da região Noroeste do Estado, onde residíamos, bem como outras regiões do Pará e de estados da região Norte. Com a crise do setor madeireiro retornamos ao Paraná. Esta foi uma situação vivenciada por outras famílias de paranaenses. Eis uma das principais explicações apresentadas pelas famílias entrevistadas para o fenômeno migratório que vivenciaram.

Durante parte deste período, entre os anos de 2001 a 2004, atuei como professor do Ensino Básico no município de Novo Repartimento, PA. Durante este período pude acompanhar a trajetória de muitas famílias migrantes naquele lugar, bem como a relação delas com moradores nativos. Neste período desenvolvi durante um ano palestras quinzenais sobre desenvolvimento sustentável, atividades atreladas às demandas de um projeto de manejo desenvolvido por uma madeireira local. De minha formação como professor pude avaliar aspectos cotidianos e conjunturais que estruturam parte dos diálogos apresentados a seguir; são exemplos disto, as expectativas e negativas dos moradores em torno do suposto progresso

advindo da migração sulista, ou a crítica para o migrante empresário; a afirmação da suposta qualidade técnica do trabalho sulista (a de professor, por exemplo); não percebi qualquer existência de clubes, associações pautadas em laços de amizade e ou de trabalho entre migrantes sulistas que lá se encontravam; a preocupação - que não se limitava ao setor extrativista - com a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), etc.. Cabe destacar, trata-se das impressões de um migrante e não elas escaparam à subjetividade do momento por mim vivido.

No ano de 2010 as problemáticas destacadas fizeram parte de um projeto de pesquisa desenvolvido naquela ocasião no Departamento de História da Unespar, Campus de Campo Mourão-PR. Três anos passados, a partir dos resultados da pesquisa, o projeto fora aceito para o programa de doutoramento em História da UFGD e dele resulta esta tese.

Seguiremos avaliando as ressignificações dos discursos e políticas presentes nesse processo. Observamos que é dessa condição, de também vivenciarmos a situação de migrante e retornado, entre outras questões envoltas no próprio processo de retorno, que poderemos falar das disputas que se deram no e pelo espaço, ou seja, de um processo de territorialidades, ou seja, do entendimento da relação entre os sujeitos migrantes com o espaço, de maneira a extrapolar as fronteiras inter-regionais e compreendê-la pelo processo de conquista e ou inserção. Tal abordagem possibilita uma constatação direta, marcante nas entrevistas. Referimo-nos ao fato de se falar de maneira retrospectiva, de algo que em alguns casos passou, condição estruturada nas memórias, e que exige um tom de avaliação sobre se valeu ou não a pena o processo vivido. Em alguns casos, o desejo pelo novo retorno, agora ao Norte, denunciado pela indicação do retorno anterior forçado e ou inesperado ao Paraná também contribui para a interpretação dessas narrativas.

E diferente seria se as entrevistas fossem produzidas por aqueles que não retornaram e ainda vivem, cotidianamente, as disputas territoriais. Mesmo que também alguns se remetam a um passado “morto”, já vivido, a experiência não deixa de constituir identidades na relação que se tem hoje com a cidade e com aqueles que dali nunca saíram. Este posicionamento apresenta tanto a diferenciação com o outro – o nortista<sup>1</sup>-, quanto com os conterrâneos e serve de evidência de que não estão dispostos a se aquietar cultural ou espacialmente.

Nas fontes orais, vale insistir, estas memórias abrangeram as representações do processo migratório e ganharam o contorno das preocupações com o momento do retorno;

---

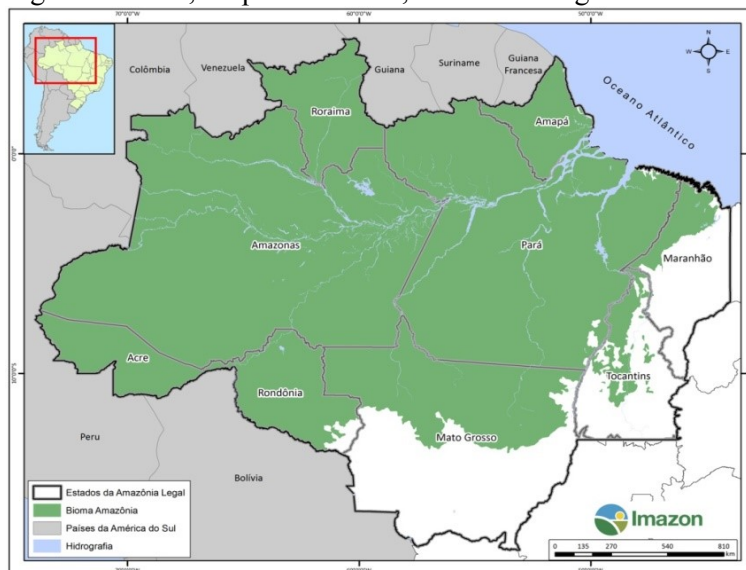
<sup>1</sup> Designação adotada pelos entrevistados ao se referirem aos moradores locais. Além dela, a palavra nativo também fora utilizada com o mesmo significado pelos entrevistados.



nelas se conectam identidades e espacialidades presentes na inserção no espaço, rememoradas agora, após o retorno. Para estabelecer esse diálogo conceitual, necessitamos iniciar destacando um panorama da situação apresentada nas entrevistas da própria condição do migrante, ou seja, das memórias que dizem mais desses sujeitos no seu passado apresentado pela relação com o espaço. Foi como migrante que os entrevistados se posicionaram ao narrar territorialidades. E falar desse espaço, dos itinerários, alude à recorrência da apresentação da somatória de expectativas que trazem de outros lugares, tendo como ancoragem o território agora reocupado no retorno, onde se produz a entrevista.

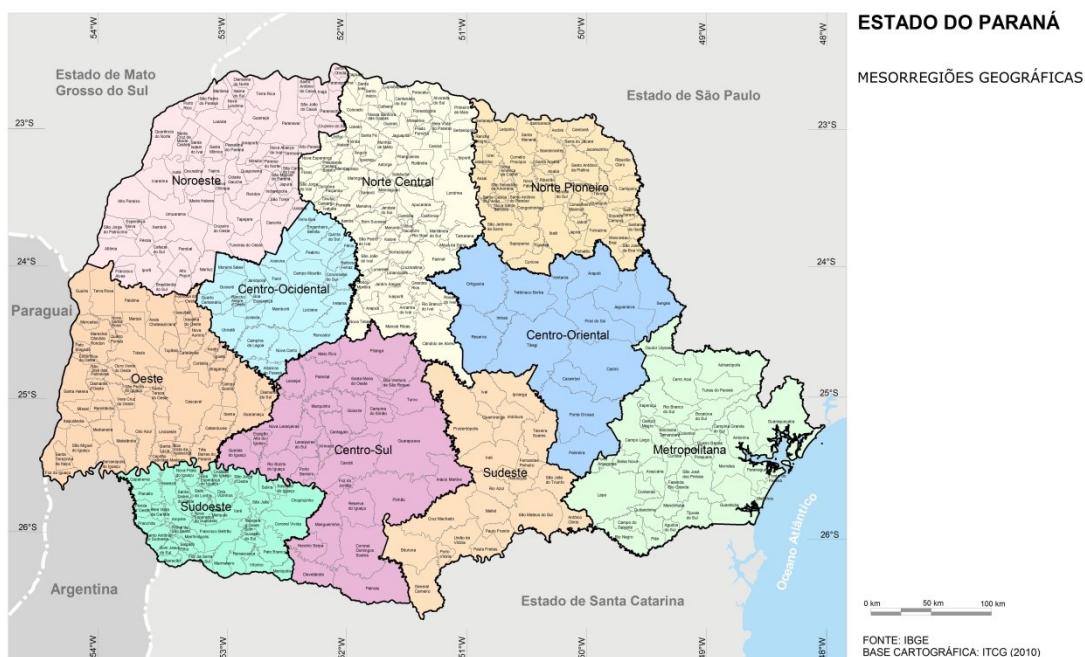
Talvez aqui o nosso trabalho se insira de maneira mais significativa entre os estudos migratórios, pois, a análise das identidades espacialmente e simbolicamente delimitadas retrata as fronteiras de um lugar onde não mais se está fisicamente, ou seja, mesmo que tratem as entrevistas do lugar como exemplo do distante e inóspito ou, do contrário, como aquele que se transformara num novo lar, de todo caso, referem-se a lugares representados a partir do agora, a partir da suposta segurança encontrada no retorno e dele distante espacialmente. “Falar de lá é falar daqui”.

Figura 1: IBGE, Mapas temáticos, Amazônia Legal.



Fonte: IBGE, s/d.

Figura 2: Paraná mapa mesorregiões geográficas.



Fonte: IPARDES, lei estadual n. 15825/08, s/d.

Em algumas situações a narrativa desses lugares se deu de forma mítica, romanceada, já em outras, de modo trágico; e, em poucas vezes, de maneira irônica. Essas narrativas supostamente substituiriam em parte a cronologia e a necessidade de falar de conjunturas políticas e econômicas, atribuídas ao domínio do historiador-entrevistador. Em outras palavras, tratou-se de uma questão de autoridade para narrar. Foi esta a relação que marcou a condução das entrevistas; tipo de situação potencializado quando falavam a um historiador que fora vivente dos lugares comuns apresentados nos itinerários do processo migratório.

São exemplos desta autoridade do falar a apresentação feita do ônibus da empresa Hélios e da Transbrasiliana, nos quais se passava de dois a quatro dias de viagens em “estradas esburacadas”; ou ainda da divisa simbólica que representaria o “fim” ou o “início”, no caso do movimento inverso do retorno, do “Brasil”, representado geograficamente na cidade de Goiânia, etc. Todos esses são exemplos de marcos que denunciam o capital simbólico que reafirma a vivência migratória, e facilita a comunicação, autorizando, em parte, a ordenação destas narrativas durante a entrevista.

Tal orientação epistemológica serviu tanto para a nossa tomada de posicionamento em relação ao uso político de uma teoria, quanto para a nossa interpretação das fontes orais, dotadas de performance textual de enunciação. Na relação entre teoria e política destaque-se a interpretação da subjetividade dos entrevistados, algo que envolve, no nosso caso, a ótica da negociação, conceito norteador da análise teórica das territorialidades e da própria análise metodológica da produção das entrevistas. Um tipo de preocupação observado por Bhabha quando define o “lugar teórico” (BHABHA, 2007. p. 58) em que se analisa e se produz também uma narrativa. Um lugar que nos cobra um diálogo, ou uma negociação entre teoria e política.<sup>2</sup>

A maneira como o texto organiza as questões citadas acima estrutura também a escrita da tese num processo que engloba o momento de investigação e produção de narrativas; a construção da escrita e os usos deste texto, escrita construída em três problemáticas, sendo a primeira interrogativa referente ao esforço de contextualização de um processo marcado por fluxos constatados em décadas de pesquisa para, assim, nos inserir num debate de interesse de campos como o da Demografia e o da Sociologia, tendo por base as memórias de um grupo que totalizou menos de vinte famílias, nosso universo de entrevistas. Esta problemática nos desafia a pensar com quais escalas e recortes de tempo e espaço deveríamos lidar para trabalharmos com essas representatividades.

A segunda problemática nos leva a considerar o significado do trabalho com narrativas e com subjetividades, visto que lidamos com um estudo de memórias e com cruzamentos de fontes. Algo que nos remete ao diálogo teórico e epistemológico do próprio entendimento de narrativa.

Por fim, a terceira problemática refere-se ao desafio de estabelecermos nortes para os capítulos correndo-se, com isso, o risco de separar coisas que foram produzidas numa narrativa que não as separou (retorno e saída; trabalho e colonização, e a própria estrutura narrativa que muitas vezes não se dá de forma linear). As três problemáticas nos servem de introdução para a apresentação da estrutura da tese.

---

<sup>2</sup> A aproximação com a *Cultural Studies*, aqui com a perspectiva apresentada por Homi Bhabha (BHABHA, 2007) apresenta questionamentos interessantes. Com a negociação podemos entender o que chama de “entre-lugares”. Após discutir a “Dissiminação, tempo, narrativa” e “as margens da nação”, apresenta o entre lugar. Um tempo entendido pelas margens e que indica na sua perspectiva uma narrativa histórica, social e textual, permeada por discursos e estratégias. Neste raciocínio, encontra-se uma carga de historicismo, designado pedagógico e as construções repetitivas, recorrentes do performático. Se a negociação não trás um discurso que paire no ar e se explique, nem um tempo linear, todavia, essas categorias não são ignoradas, fazem o entre espaço frente às narrativas das nações, processo esse que envolve a própria retórica.

Mais especificamente, nosso posicionamento teórico epistemológico conduz ao reconhecimento de fluxos migratórios, em específico o de retorno, considerando para tanto índices migratórios, sua conceituação e aplicabilidade e as experiências de sujeitos envolvidos. Está estruturado ainda no diálogo com as concepções voltadas a discussão entre sociedade e natureza; na ênfase dada sobre o universo do trabalho e ao debate em torno de problemáticas de identidades que foram sendo percebidas no estudo dos fenômenos migratórios, leituras essas que ocuparam todos os capítulos.

A respeito das fontes orais necessitou-se a título didático tratar das narrativas de acordo com os capítulos e isto significou fragmentá-las de maneira a acompanhar as abordagens da escrita, algo desafiador, conforme já destacado, na medida em que nos cobrou o exercício de desconstrução de entrevistas e de processos interligados e de tal modo determinados pela própria construção narrativa.

Pretende-se durante toda a escrita, trabalhar com as memórias dos entrevistados a partir das potencialidades da Metodologia da História Oral, nosso instrumento metodológico maior. Os objetivos específicos da pesquisa nortearam sua produção e foram distribuídos da seguinte maneira: 1- avaliar como discursos, leis e políticas são reapropriados pelos entrevistados a partir de uma interpretação dialogal das entrevistas, voltadas, mas poucas vezes, de fato, contempladas, às histórias de vida (PORTELLI, 1997); 2- dialogar com a multiplicidade de fontes como os de índices migratórios, de desmatamento, etc., bem como da construção e aplicação de leis como no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDII) e na Legislação Ambiental Básica, entre outras, e com periódicos, no intuito de contextualizar o processo migratório; 3- destacar como os problemas advindos das políticas de colonização ocorridos desde os anos de 1970 refletiram, inclusive, na organização urbana de algumas cidades da Amazônia Legal; 4- avaliar as diferentes ressignificações da relação vivida entre progresso e preservação ambiental.

De todas as indagações e objetivos temos um elo que nos permite à análise de questões múltiplas, mas que se comunicam no nosso recorte temporal e espacial e, sobretudo, a partir das problemáticas da pesquisa. Trata-se do trabalho com fontes orais. Elas são, de fato, as fontes centrais para a apreensão do objeto da pesquisa; as narrativas, e não o fenômeno migratório propriamente dito, pois, se os processos foram estudados, isto se deu, sobretudo, a partir das e pelas memórias presentes nas fontes orais. É por meio delas que aqui se dialoga com o fenômeno demográfico e se estuda as problemáticas identitárias.

Em todos os capítulos avaliamos particularidades do movimento de inserção dos migrantes, ou seja, a representação das práticas vivenciadas no pós-retorno, e isto nos leva a

ponderar a situação atual destes sujeitos diante das suas construções narrativas e ainda ponderar os lugares sociais agora por eles ocupados. Daí resulta o entendimento de que as motivações do retorno apenas indicam significados se pensadas no e pelo presente.

Se nosso objeto remete as narrativas orais - sobre o processo de migração -, num primeiro momento do texto optamos em apresentar os sujeitos a partir de uma condição ou mesmo de um estado, qual seja: o de migrante. E para dar conta disto entende-se o sujeito na sua integração com três categorias estruturantes da nossa análise, sendo elas: a memória, a identidade e a territorialidade.

A primeira, a da memória, ela é aqui balizada pelas contribuições do debate da relação entre memória e História<sup>3</sup> e constitui-se numa análise pautada tanto nas impressões das condições materiais dos lugares que compunham os itinerantes da migração, quanto numa apresentação das abordagens, indagações e caminhos adotados na pesquisa histórica, diante do trabalho de cotejar as fontes orais com outras evidências que contemplem discursos a respeito dos recortes temporais e espaciais analisados; mesmo esses discursos sendo tomados como memórias.

Na segunda categoria, também debatida pelos estudos geográficos, antropológicos e sociológicos, a revisão de conceitos e posturas analíticas abarca o lidar com o conceito de identidade “negociável” e é a partir dela que podemos compreender os itinerários do processo de retorno, ou melhor, da saída e do retorno, seja pelas identidades de classe, étnica, ou mesmo ecológica, etc., em suas negociações e embates. Aqui o círculo se completa e retorna-se novamente a análise histórica das memórias embasadas naquilo que Candäu (2011) denomina pelo jogo de memórias fortes e fracas, sendo as fortes aquelas referentes à metamemória<sup>4</sup>, evocadas pela filiação ostensiva, formadoras de identidades e a fracas ligadas às novas contestações e ou negociações que ameaçam as “grandes”. A propósito dessas identidades, a construção dos capítulos dialogou com duas linhas de análise e caminhou para uma terceira. Ou seja, o olhar as identidades diante, por um lado, das disputas territoriais, entendidas próximas da concepção de território de Haesbaert (2011), e das disputas identitárias, entendidas diante das identidades étnicas, do trabalho e da questão ecológica. Esses dois direcionamentos, um macro e outro individual ou micro, podem ser compreendidos

---

<sup>3</sup> Será utilizada a palavra História com a inicial maiúscula. Esta grafia se remete ao estudo histórico acadêmico, cientificamente orientado, e nisto a difere de outras leituras históricas também analisadas no decorrer do texto.

<sup>4</sup> A metamemória difere-se de outras leituras históricas de identidades analisadas no nosso texto; especificamente ela representa a terceira categoria da qual Candäu lança mão em seu estudo e nisto a diferencia de outras duas, da protomemória, próxima a concepção de *habitus* de Bourdieu, e da memória propriamente dita, categorias entendidas como faculdade do ser, diferenciando-as ainda da terceira, por se tratar de um estado. Temos na leitura da obra um diálogo entre o autor e as concepções de memória coletiva, numa releitura de Maurice Halbwachs, na tensão entre memórias, não mais coletivas, mas socialmente compartilhadas.

a partir das disputas nas e pelas memórias que seria o terceiro direcionamento, foco de nossa abordagem.

A abordagem histórica da trajetória do migrante estrutura-se na interpretação dos múltiplos ritmos e usos do espaço, algo que resulta de uma dimensão espacial, a terceira categoria estruturante, entendida, sobretudo pelo conceito de território. Para a acepção de território, devemos adentrar na compreensão de deslocamentos e da mobilidade espacial estudada pelo domínio da Geografia. Um diálogo desafiador, pois nos cobra uma constante análise de métodos e teorias para a compreensão dos fenômenos no espaço. E aqui já temos outro indicador, o de que lidamos com um fenômeno produto de deslocamentos. Nesse diálogo com concepções que vão dos padrões espaciais aos processos advindos de redes e de fluxos, com atenção às ações do indivíduo, entenda-se, nesse caso, as memórias, a aplicação do conceito de território nos coloca em contato com toda uma bibliografia específica, como a de Martins (1986); de Haesbaert, (2011); de Santos (1993); de Goettert (2008); de Marandolla e Dal Gallo (2010); entre outros.

Apesar do constante diálogo no corpo de todo o nosso texto com o conceito de território, cabe aqui acompanhar a título de definição uma apresentação de como este e outros conceitos da Geografia servem à nossa abordagem epistemológica constituída de olhar histórico. Para o diálogo proposto é esclarecedora a abordagem de Ferraz (2006) a respeito de conceitos-chaves da Geografia diante das novas demandas do campo, considerando nisto a flexibilidade do trabalho, do processo produtivo e novas redefinições conceituais de seu discurso. Neste esforço, além de apresentar a transformação de leituras, ele, pautado na crítica ao modelo científico geográfico, questiona o modelo preocupado em atacar a quem exercia o poder, mas não à exclusividade do sentido de poder. No caso do conceito de território, concordamos com o autor quando ele define que o entendimento desta categoria passa da expressão física do terreno entendido pelo domínio para a complexidade de um conjunto de lugares em que o sujeito exerce sua existência, postura que enfoca a autoconsciência e a capacidade de locomoção e orientação.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Portanto, não questionavam, afirma o autor, seus referenciais paradigmáticos, físicos e matemáticos, bastando para se entender os fenômenos reduzir o problema a ineficiência do método. Assim, tanto na Geografia de base positivista quanto na marxista, a compreensão espacial dos elementos limitava-se a interpretação de comportamentos geometrizáveis dos elementos espaciais. Além do conceito de território, o artigo apresenta ainda a definição dos conceitos de lugar, região, espaço e escala, e teríamos: lugar, de uma abordagem restrita ao aspecto locacional em que se exerce domínio territorial para a incorporação da reflexão da identidade e referenciais de localização, ou seja, de um mundo que se faz presente para o sujeito. Região: de uma abordagem restrita a noção de área delimitada ao redor do local em que o poder é exercido para a de elementos que contextualizam a existência dos sujeitos e, assim, interacionam o local e o mundial de maneira dinâmica estabelecendo os referenciais com que os sujeitos se constroem culturalmente. Paisagem: da expressão física das formas e imagens dos elementos que compõem dada região para a memória dos lugares. Espaço: da organização

Na relação entre memória e identidade é perceptível nos relatos que o espaço ora é destacado pelo seu significado de lugar, de subjetividade, ora pela diferença experimentada na fronteira e, em todos os casos, pela disputa que marca o significado do conceito de território, inclusive no agora, de volta ao Paraná, diante de novas territorialidades estabelecidas. E isto serve inclusive para o momento do retorno, quando também se vivencia a inserção, mesmo que em processo inverso.

O quadro de abordagem estabelecido estrutura a interpretação das narrativas e pode ainda ser discutido junto a E.P. Thompson pelo olhar para o modo como os entrevistados se apropriam de tradições e as ressignificam diante dos costumes, no nosso caso, tanto os costumes “levados” do Sul quanto os “encontrados” no Norte; inclusive ao se colocarem ao lado da lei que pauta, por exemplo, políticas de colonização processualmente destacadas em fases anteriores aos anos de 1980 (período correspondente ao início das migrações de alguns dos entrevistados e do qual se apropriam através dos diferentes discursos encontrados ao se colocarem no processo em que fazem parte).

Apresentada as problemáticas da pesquisa, os seus objetivos específicos, e as três categorias que norteiam sua aplicabilidade podemos, enfim, destacar a estrutura da escrita. E elas podem ser resumidas aqui em cinco abordagens, sendo elas: a primeira decorrente da própria preocupação central do texto, qual seja, a compreensão do processo de retorno e a problematização do significado da migração; a segunda, a contextualização desses lugares, ou seja, da Amazônia Legal<sup>6</sup> e do Oeste e Sudoeste do Paraná<sup>7</sup>; a terceira, da relação entre migração e meio ambiente; a quarta, referente à centralidade do trabalho, tomada aqui a partir da análise das formas de ressignificações pelos entrevistados de discursos como o do progresso advindo da migração sulista, e implícito a ele, a contribuição ao desenvolvimento nacional iniciada com a migração a partir da década de 1970; e uma última, relacionada às anteriores, e que serve de fechamento da escrita, com a análise das motivações do retorno.

---

físico-matemática dos elementos no território, passíveis de mensuração e representação cartográfica para a organização dos elementos e fenômenos além destes aspectos expressando a consciência de sujeito no mundo e do mundo para o sujeito. Escala: da sua relação matemática em que se representa a organização dos elementos espaço cartografável, para uma análise dinâmica, tanto do tempo quanto do espaço, de seu significado cotidiano entende o micro como referencial da partida para entender o sentido do homem no mundo, em relação aos aspectos macro, sendo que sua escolha não deve ao detrimento de outras, mas do problema enfocado.

<sup>6</sup> A Amazônia Legal foi instituída pelo decreto n. 35600 de 1953. Devido à apresentação do vocabulário dos entrevistados utilizaremos como sinônimo para designar a Amazônia Legal, as expressões Norte (região) e Amazônia (Bacia do Rio Amazônia).

<sup>7</sup> O exercício de contextualização do estado do Paraná, proposto na sequência do texto abrange as duas mesorregiões e isto esse explica pelas transformações agrárias que ambas as regiões sofreram ao longo da década de 1970, fenômeno este influente nos fluxos migratórios mapeados pela nossa pesquisa; todavia, por razões da estrutura da pesquisa do campo e das indicações das redes de contato das quais resultaram a produção e entrevistas, nosso foco de pesquisa deteve-se na mesorregião Oeste sendo que para a região Sudoeste realizamos apenas uma entrevista.

Estas cinco abordagens compõe, de certa forma, a estrutura dos cinco capítulos e são nesta ordem apresentadas no texto de introdução.

Entre o “lá e o cá”, o retorno implica olhar/lembrar da fronteira, num processo marcado por ressentimentos e imaginação. A mesma fronteira - espacial, simbólica, disputada “lá e cá” -, quando davam satisfação de suas vidas aos que ficaram, e agora, é retomada e em alguns casos reafirmada, mesmo que momentaneamente distante temporal e espacialmente, nas novas relações estabelecidas no retorno.

O trato das narrativas como fontes históricas abrange lidar com discursos enquanto categoria de análise estruturados nas memórias que os invocam, estrategicamente, ou de maneira a repetir algo. O debate pauta-se nas contribuições de Albuquerque Junior (2011) sobre a utilização dos discursos como fontes históricas, a aproximação epistemológica e metodológica da teoria literária e a noção de que os discursos são pronunciados de determinados lugares sociais: os “discursos e pronunciados não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades [...] O que se torna autor da fala, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 235). Portanto, os discursos não atendem apenas a uma compreensão da pronúncia, com se ocupassem um lugar externo aos sujeitos, mas sim explicitam a compreensão de seu lugar de pronunciamento, de sua força de divulgação e ainda das formas de apropriação. E da análise das entrevistas depende o significado de algumas indicações estruturais e comuns entre as construções narrativas, como, por exemplo, o fato de que falar de si significou falar de um outro; significou ainda apresentar os argumentos da opção pela saída e pelo retorno; e significou na maioria dos casos posicionar-se para que pudessem avaliar se, de certa forma, valeu a pena ou não o processo vivido e o seu porque.

O **primeiro capítulo** empenhou-se no estudo do fenômeno migratório em si, demandando um diálogo com a Geografia, com a Antropologia e com a Sociologia. Inicialmente buscamos a definição do migrante a partir do diálogo com obras da Sociologia (MARTINS, 1986) e SANTOS, (1993) e da Geografia (2011) de maneira a nos situarmos diante do estudo dos nossos entrevistados. Feito isto, apresentamos o mapeamento de fluxos migratórios ocorridos a partir da década de 1940, tratados por certas particularidades e ressignificados nas entrevistas ao falarem da migração por eles vivenciada, culminando com o retorno.

Mais do que apenas destacar o trânsito e/ou os itinerários, lidamos com uma prática dialógica de migração, tendo com foco o retorno. Estaríamos aqui atentos às representações das



memórias do espaço, e para se falar delas recorre-se então às identidades - do migrante, no primeiro caso das indagações da pesquisa, mas também de outras identidades que processualmente passam a ser analisadas diante do uso e da negociação da tradição como, por exemplo, àquela atribuída ao fato de ser “gaúcho”, negociação diante da identidade étnica; ou a referente ao uso e negociação da identidade de classe quando se fala ou em nome da classe trabalhadora, ou quando se questiona fissuras internas ao grupo; isto sem mencionar outras identidades pouco problematizadas no nosso texto, como a ecológica, a comunitária, etc. e outras não debatidas, como a de gênero, todas elas igualmente significativas para o entendimento do processo analisado.

O cotejamento das fontes orais entre si e com outras fontes demandou toda uma construção estrutural e conjuntural, de ordem diacrônica. Vale lembrar que os movimentos migratórios correspondem a um conjunto de escalas e recortes de temporalidades e espacialidades múltiplas, no nosso caso, temporalmente buscado desde os planos de colonização da Amazônia do período militar, e mesmo, em período anterior, com a “Marcha para o Oeste”. Por isso, não bastou a constatação advinda de índices e entrevistas referentes ao retorno do paranaense, mesmo porque lidamos com um processo em pleno desenvolvimento.<sup>8</sup>

Os dois tópicos seguintes do capítulo articularam o estudo do processo migratório a partir de estatísticas demográficas (OLIVEIRA, 2011) e do processo de territorialidade que permeia os fluxos migratórios com a aplicabilidade do conceito de multi- territorialidade (HAESBAERT, 2011). A preocupação com a contextualização desses processos está dividida em dois momentos: o primeiro empenha-se com o objeto da pesquisa, qual seja, narrativas orais do movimento de retorno ao Paraná, correspondentes ao processo já demarcado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir dos anos de 1990; o segundo com o estudo do processo de migração entre o Paraná e Amazônia entre 1970- 1980, recorte que recorre ao diálogo com outro anterior, tempo este das construções políticas dos anos de 1950 e que também interferiram em ambas as regiões.

O desafio esteve aqui no fato de ter de lidar com o recorte de um fenômeno intrinsecamente ligado nas narrativas a outros fenômenos migratórios, como aqueles vivenciados pelos pais e por outros sujeitos que migraram uma ou duas décadas antes dos entrevistados para a Amazônia. Ou seja, fenômenos reapropriados pela memória e não

---

<sup>8</sup> As referências teórico metodológicas do trabalho com entrevistas foram estruturadas em releituras iniciadas em pesquisa anterior, a qual lidou com um processo migratório, com disputas nas e pelas memórias pela terra, quando da construção de um reassentamento rural no município de Cascavel, Pr. (PAGLIARINI JUNIOR, 2009).

experimentados na realidade, mas presentes no imaginário da migração. Este debate ganhou corpo no primeiro capítulo e teve para a sua apresentação a construção de mapas de memória a partir dos quais se constrói um diálogo entre a maneira como a historiografia utilizada problematiza as migrações, com as apresentações de fases nas memórias.

**O segundo capítulo** apresenta uma contextualização dos lugares onde chegaram, ou seja, da Amazônia na sua tensão entre a Amazônia planejada- pelo estado e pelos grupos e sujeitos que para lá se dirigiram e a Amazônia lembrada nas fontes orais. Acontecimentos de repercussão nacional e mesmo internacional, como o assassinato da Irma Dorothy<sup>9</sup>; a proibição do corte do mogno, operações deflagradas contra o desmatamento na Amazônia, servindo de exemplo a Operação Curupira, foram percebidos com marcos de memória úteis aos entrevistados quando se falou das recordações da Amazônia. Para o estudo contextual da Amazônia Legal recorreremos ao diálogo com a historiografia, e dela destacamos movimentos de cunho regionalistas, processos de colonização, implicações ambientais e as disputas dadas pelo universo do trabalho.

No primeiro tema do capítulo a sua contextualização implica, por um lado, atentar para apresentação mais específica de políticas e de leis que estruturaram o processo de colonização federal direcionadas àquela região desde décadas, principalmente as políticas dos governos militares e, por outro lado, atentar para apropriação- ressignificação desses discursos nas memórias frente às políticas migratórias. Tais políticas são apresentadas pelo estudo de fontes e bibliografia, e indicam influências do discurso nacionalista e da valorização do regionalismo, tanto do referente ao da auto- identificação ao Paraná, quanto do gauchesco, generalização atribuída aos migrantes pelos nativos<sup>10</sup>, sem que se negue a própria lógica mercantilista secularmente presente nas ideologias que movimentam processos de ocupação dos sertões, portanto, anterior ao processo migratório ora apresentado.

O segundo tema apresenta os diferentes tempos do trabalho presentes nas entrevistas. Estes tempos do trabalho indicam tanto as conquistas materiais alçadas antes do retorno, quanto o reconhecimento profissional reforçado pela “condição de migrante”.

---

<sup>9</sup> Missionária e ativista, Dorothy Mae Stanga, norte americana conhecida por “irmã Dorothy” esteve envolvida desde décadas em movimentos sociais em prol da reforma agrária, combate a pobreza e de desenvolvimento sustentável no município de Anapu, PA, próximo cerca de seiscentos km de Belém, capital. Dorothy foi assassinada em fevereiro de 2005. O acusado de ser o mandante do crime, um produtor rural daquela região, foi julgado e condenado. Seu assassinato ganhou repercussão nacional e internacional.

<sup>10</sup> Ao longo de todo texto apresentaremos os usos de categorias “nativas”, ou seja, apresentadas nas fontes orais. O gaúcho, o sulista, o paranaense, o nortista, o nativo. Elas indicam identidades e em alguns momentos são ressignificadas e em outros negadas pelos sujeitos que participaram da pesquisa. Portanto, não foram categorias elegidas para representar as identidades dos sujeitos, mas por eles trazidas.

O último tema do capítulo reúne esse debate a respeito da diferenciação pelo trabalho e problematiza o significado da prática do lazer, pouco enfatizada nas entrevistas quando se falava de si e do cotidiano do trabalho, mas muito atribuída ao “nortista”. A Amazônia do outro, da diferença, mas também do reconhecimento de novas leituras de mundo postas em prática agora após o retorno, debate estruturado pelos tempos do trabalho.

**O terceiro capítulo** complementa o segundo no momento em que destaca o Paraná dos anos de 1970 e 1980. Nesta tentativa de contextualização considera-se o lugar de onde saíram e para onde retornaram, apresentado por um certo *ethos* do trabalho nas entrevistas. O debate apresenta no primeiro tópico as possibilidades de diálogos historiográficos com trabalhos que repensam o discurso do trabalho no Oeste e Sudoeste Paranaense. Assim, questiona-se a própria distância construída entre a apresentação do discurso do trabalho e o reconhecimento do estilo de vida do nortista diante de um processo de transformação do meio natural.

As características da ocupação agrícola e do grau de impacto da modernização e êxodo no Oeste e Sudoeste paranaense em relação às demais mesorregiões do estado somam ao significado da opção do recorte, regiões nas quais os contatos existentes direcionaram a rede de entrevistas. Entretanto, apesar dessas características históricas apresentadas na sequência do texto não pudemos estabelecer, pelos estudos demográficos, qualquer índice comparativo entre o número de emigrantes dessas duas regiões para a Amazônia Legal com as demais regiões do estado do Paraná.

Com as entrevistas segue-se a problematização da maneira como os entrevistados se situam no processo justamente a partir das categorias de trabalhador e de colonizador, as quais não se excluem e muitas vezes foram tomadas pelos entrevistados enquanto sinônimos. Um estudo de identidade e de alteridade, mais precisamente.

Num terceiro olhar do capítulo tratamos da aproximação do paranaense (sulista, gaúcho) com aquele que o recebera (nortista). Mas este “outro” ainda pode ser entendido nas figuras dos próprios pares – vizinhos e familiares presentes no momento de migração e no retorno, e para os quais se remetiam os entrevistados ao trazer suas trajetórias. A esse propósito, cabe enfatizar a aproximação da discussão étnica.

**O quarto capítulo** avalia como a relação entre sociedade e natureza esteve presente nas entrevistas. Observamos que, se os discursos do desenvolvimentismo e as cobranças do desenvolvimento sustentável se interpõem em ordem linear nas leituras do campo científico, com todo seu rigor teórico e didático, o mesmo não pode ser dito em relação às narrativas

orais. Daí, mais uma vez, o fato de procurarmos partir do lugar ocupado e ou reivindicado pelo entrevistado em sua narrativa.

O meio ambiente, antes de ser trazido com uma nova generalização para o estudo do processo, foi entendido diante das reivindicações que os entrevistados trouxeram de sua leitura. Os discursos apresentados nas fontes orais e em outros espaços tomados aqui como documentos, como no caso das reportagens do Jornal Nosso Tempo, produzidas na região Oeste do Paraná ao longo da década de 1980, e dos sites atuais de municípios integrantes dos itinerários dos migrantes, estão repletos de significação de memórias e fazem menção direta às demandas do discurso nacionalista, naquilo que o debate apresenta sobre os significados da relação entre migração e progresso/desenvolvimento no processo de colonização nacional. Por outro lado, sobretudo no caso dos históricos dos sites, pouco ou nada falam essas fontes das cobranças pelo modelo de desenvolvimento sustentável, assumindo com isso uma função de instituidores de memórias positivadas da colonização, algo aceitável no caso das reportagens dos anos de 1980. Se apenas “memórias fortes”<sup>11</sup> foram reproduzidas nos sites, as entrevistas, por sua vez, trazem muito das contradições. E se Hall (2002) fala de um jogo de identidades, seguindo Candäu, tem-se um jogo de memórias, das memórias em ação, algo compreendido pelo autor na diferença entre a competência e a performance da memória (CANDÄU, 2011, p. 28-49). E que sirva aqui de exemplo o fato de a relação histórica entre sociedade e natureza demonstrar, a partir de fontes orais, como os discursos do progresso e do desenvolvimentismo coexistem com o discurso ecológico e, assim, são evocados numa mesma entrevista.

Por diferentes caminhos, da análise das fontes orais à interpretação dos sites, temos exemplos de como esses discursos são ressignificados e servem para que os entrevistados contem a sua história. O quarto capítulo foi dividido em três abordagens centrais. Na primeira delas conceituamos e utilizamos os debates em torno da História Ambiental, e retomamos em parte as discussões do processo migratório e com isso a relação entre sociedade e natureza diante dos significados- culturais- do “clima” e do trabalho; o debate culmina nas relações entre cobranças ambientais e deslocamentos, naquilo que se refira ao entendimento de adaptação, das condições de produção, etc.. Na segunda temos um diálogo com o momento de revisão de políticas como a da Legislação Ambiental Básica e nela analisamos como as fontes orais indicam para o limite entre enaltecer as conquistas de outras décadas sem deixar de demonstrar conhecimentos legais, mesmo porque elas dizem também da competência no trabalho. A última abordagem do capítulo se encaminha para exemplos apreendidos nas fontes

---

<sup>11</sup> Numa alusão ao debate de Candäu, (2011) ao se referir aos limites das memórias holísticas, representantes de discursos identitárias. Aqui se assume o fato de que também a cobrança a respeito da sustentabilidade não escapa da força da construção hegemônica.

orais do significado do conceito de manejo e as ressignificações que esta prática recebera diante das contradições entre progresso e preservação ambiental.

Enfim, o **quinto capítulo** apresenta o significado atribuído ao processo de retorno, tendo como base uma abordagem conceitual (SAYAD, 1998; 2000; MARTINS, 1986; SILVA, M., 2001; SILVA, D. 2010); apresentando, a partir das memórias, a maneira como as narrativas justificam a volta para o Paraná. Cabe lembrar que muitas vezes a entrevista havia já sido iniciada com os sujeitos evidenciando o retorno.

O capítulo retoma aquilo já discutido sobre o significado do processo migratório e da situação de migrante; a interpretação do processo de ocupação da Amazônia tomada pelo debate étnico e pela positivação do trabalho diante das aspirações e ressignificações de discursos e políticas que influenciaram na constituição desses lugares; as implicações dos discursos voltados ao suposto papel do colonizador numa lógica colonialista e nacionalista e a diferenciação entre trabalho e lazer; e a aproximação mais cautelosa com as relações culturais e sociais entre os migrantes e seu entendimento da natureza, num processo de ressignificação de atividades que apontam para o desenvolvimento sustentável, na sua aceitação e nas resistências, são todas estas questões que serão retomadas para se compreender o retorno.

A primeira parte do capítulo apresenta o fluxo de retorno, as suas condições estruturais, típicas do período que se estende dos anos de 1990 ao ano de 2014, e compara este fluxo com outras frentes de ocupação, destacando questões ambientais, culturais e de relações de trabalho, que caracterizam este fluxo.

A relação estabelecida pelos entrevistados entre a competência individual e as conjunturas enfrentadas frente suas explicações do retorno, e o fato de falarem da migração agora, diante dos desafios, conquistas e decepções quanto à suposta segurança comunitária vivida no retorno ao Paraná, representam, respectivamente, as abordagens do primeiro tópico deste capítulo. Já no segundo, tem-se a ênfase sobre o objeto do texto, ou seja, o estudo das memórias do retorno, e próximos mais uma vez de uma leitura dialógica temos nas fontes orais indícios da seletividade da memória diante das motivações do retorno. O terceiro e último tópico do capítulo aborda os significados atribuídos pelos entrevistados ao retorno; ou seja, avalia-se o retorno naquilo que ele diz respeito ao espaço disputado, conquistado e agora, apresentado àqueles que ficaram.

As preocupações dos cinco capítulos abrangem o âmbito epistemológico e ontológico. Mesmo porque, ao lidarmos com memórias, nos veio a preocupação do

significado do próprio uso dessas memórias, isto, a partir das expectativas dos entrevistados.<sup>12</sup> As apresentações do significado da pesquisa e as autorizações para gravar, a transcrição e autorização do assunto materializado não dão conta da avaliação do significado e da expectativa do entrevistado com o “produto final”. Isto implicou uma abordagem melhor exemplificada quando avaliamos nas entrevistas o comportamento ético do seu processo de produção, as expectativas dos entrevistados, a nossa, e ainda as do futuro leitor (PORTELLI, 1998). Este resultado narrativo serve, por sua vez, para que produzamos a nossa narrativa histórica e como em outros tipos de fontes, sua análise passa por filtros ao ser “aproveitada” da primeira fase, a da pesquisa, para a segunda, a da escrita, e por fim na terceira, a do crivo dos leitores. (RICOEUR, 2007, p. 151-303).<sup>13</sup>

Essas memórias nos permitiram apropriarmos das narrativas dos entrevistados para construirmos a nossa<sup>14</sup>. Serviu para intercalar e em muitos casos separar as diferentes abordagens que surgiram no processo de pesquisa e de escrita a respeito de fenômenos que relacionam migração e territorialidades, identidade, sociedade e natureza, num diálogo com leituras que foram da macro à micro-história: dos fluxos às subjetividades do espaço; da interpretação de números ao texto de jornais; do contraponto entre a construção da lei e seu impacto às apropriações cotidianas expressas nas memórias dos entrevistados.

---

<sup>12</sup> O debate recorre a discussão sobre metodologia científica com Tonet (2013). Numa das primeiras observações de Tonet na obra citada ressalta-se o fato da generalização construída pelo pensamento científico contemporâneo entre método e ciência. Na crítica do autor, todo paradigma produz conhecimento, inclusive, o moderno, mas, o método não é devidamente discutido. Assim ao “defender” o método marxiano e esse, por sua vez, pautado nas implicações sociais advindas do conhecimento, critica o silenciamento presente na não separação entre o conhecimento gnosiológico e o ontológico que defende, em que não é o conhecimento o objeto a ser estudado, mas o estudo do ser, na apreensão das determinações mais gerais e essenciais; isto deve ser buscado não pela mera subjetividade do sujeito, mas “pela construção histórica e social” (p. 12). Esta preocupação condiz, assim acreditamos, com a perspectiva dialógica da entrevista, norte da interpretação narrativa.

<sup>13</sup> Com esse estudo de narrativas voltamos à relação entre a construção do conhecimento histórico e as apropriações dos leitores em relação à escrita que dele resulta. Na obra “A Memória, a História e o Esquecimento” (2007), Paul Ricoeur apresenta ao leitor um denso debate a respeito da construção do entendimento histórico e enfatiza o caráter narrativo desse conhecimento. A obra retoma o significado de debates clássicos, como nas contribuições da Psicanálise, nas críticas ao próprio sentido de História lançadas por Nietzsche e no debate contemporâneo com Certeau sobre a operação histórica. De acordo com a Hermenêutica Fenomenológica de Ricoeur temos um delineamento dos três momentos da consciência: a memória, a história e o esquecimento. Nisto conceitua a consciência, voltado à crítica do essencialismo e do materialismo mecânico, definindo-a não como um reflexo, mas como algo orientado para as coisas. Esse semiotismo nos remete ao limite do tratamento de uma entrevista apenas enquanto um texto. Sabemos da contribuição da análise do discurso no intento de utilizar fontes orais, mas a pesquisa e a análise de fontes necessitam ainda de uma releitura das condições sociais dos entrevistados, de seus lugares sociais assumidos.

<sup>14</sup> Reis, (2010) apresenta o diálogo entre uma hermenêutica fenomenológica de Ricoeur e a proposta epistemológica de White, com sua hermenêutica semiológica, pautada na análise interna do documento – texto, construída na apresentação de sua obra “Meta-história” (1992). Para White, de acordo com Reis, o historiador não pode continuar ingênuo. Ele sempre operou com o literário, pois obtém um efeito explicativo ao criar uma “estória plausível”; converte sua narrativa em algo trágico ou cômico; utiliza-se de figuras de linguagem; não invalida os clássicos e constrói uma narrativa próxima a uma psicoterapia. A resposta de Ricoeur, ainda de acordo com Reis, destacaria como já a narrativa histórica é ao mesmo tempo realista e literária. Se a busca do passado pelo presente tem nos vestígios, ou enigmas, a busca por acontecimento, o tempo fictício explora livremente o tempo humano, sem os limites do tempo histórico.

## **Memória, História, identidades e oralidade: alguns posicionamentos**

As fontes orais citadas somaram um total de dezoito entrevistas, as quais representam cerca de dezoito horas de gravação. Os locais marcados para a produção das entrevistas foram indicados pelos entrevistados e as entrevistas eram programadas para durarem cerca de uma hora e meia. Inicialmente optamos pela metodologia pautada em histórias de vida, mas o próprio ato de apresentação da pesquisa acabou direcionando as narrativas, o que remeteu a proximidade com uma história temática (MEIHY; HOLANDA, 2011), (ALBERTI, 2013). Esse direcionamento se deu por apresentar a pesquisa como um estudo sobre migração para os Estados da Amazônia Legal e sobre o posterior retorno para o Paraná.<sup>15</sup>

A tarefa referente à análise deste conjunto de fontes orais recorreu a História Oral enquanto uma metodologia<sup>16</sup>. Há, neste posicionamento, a necessidade de diferenciá-la do conceito de disciplina e ainda de mera técnica. Não por acaso, o posicionamento mais direto quanto às motivações do retorno serão apresentados no quarto e último capítulo, diante da noção do conceito de memórias divididas.

Quanto às narrativas, percebemos como a migração se tratou de um processo contínuo e, conseqüentemente, o seu estudo foi marcado pela dificuldade da delimitação do recorte temporal. As famílias, na maioria das vezes, remetiam à memória da migração feita pelos pais, há décadas antes. Encontramos nessas memórias a afirmação de certo “espírito aventureiro”. A experiência dos pais ora serviu de apoio à opção dos filhos pela migração, pois também teriam feito o mesmo no passado, ora a desaprovou, pois tinham na sua experiência de vida argumentos que enfatizavam as dificuldades presentes nos processos migratórios.

Os primeiros contatos para a realização das entrevistas foram iniciados ainda no ano de 2011. Naquele momento elas não foram produzidas, mas o mapeamento envolvido foi

---

<sup>15</sup> Buscou-se para a produção das entrevistas a devida atenção a leitura individual produzida pelos entrevistados. Os silenciamentos e omissões ou falta de conhecimento de determinados fatos e acontecimentos históricos não foram ignorados; no entanto, a subjetividade que marcou as entrevistas foi pensada a partir da exteriorização do tema, da apresentação do contraditório e do confronto de opiniões comuns e de conhecimento dos entrevistados, algo próximo aquilo que José Carlos Sebe Bom Meihy (2011) chamou de “estímulos presentes na construção da entrevista temática”.

<sup>16</sup> Para esta discussão, ver a apresentação da obra: Usos e abuso da História Oral (AMADO; FERREIRA, 2006). De acordo com Bourdieu, (2006) a produção da História de vida envolve aquilo que denomina por: A ilusão biográfica. Para o autor o relato de vida, frente a um discurso “totalizante e romanesco”, tende a se aproximar de uma “apresentação oficial de si”; tal “produção de si” é absurda segundo ele quando pensada numa série única e que desconsidere os outros agentes envolvidos e confrontados na superfície espacial na qual se dá o nome próprio.

fundamental. Buscamos duas linhas de investigação, uma delas na qual contamos com indicações de amigos, familiares e alunos e outra estruturada em indicações repassadas pelos próprios entrevistados, constituindo redes. A maior parte se deu com moradores da cidade de Corbélia, Paraná, onde foram repassadas as indicações, além de Cascavel e Marechal Cândido Rondon, também municípios da mesorregião do Oeste do Estado; no município de Francisco Beltrão, mesorregião Sudoeste do estado, foi realizada outra entrevista. Apenas três entrevistas não foram realizadas nessas duas regiões. Esse conjunto totalizou 70% aproximadamente das entrevistas. O restante ocorreu por meio de novas indicações repassadas pelos próprios entrevistados.

Se todos os contatos compunham o corpus de investigação, o material apresentado neste texto se limita as entrevistas gravadas, transcritas e autorizadas o seu uso.<sup>17</sup> Este conjunto de dezoito<sup>18</sup> entrevistas foi dividido em critérios relativos ao tempo de permanência da migração, moradores que viveram uma década ou mais na Amazônia Legal, em período ininterrupto ou intermitente, isto porque algumas pessoas vivenciaram retornos efêmeros que duraram alguns meses e, por isso, retornaram mais de uma vez. Elas totalizaram 50% dos entrevistados. Observa-se ainda aqueles que tiveram um tempo de permanência menor, de no máximo quatro anos, inclusive, entre elas, algumas com período inferior a dois anos. Vale ressaltar, os sujeitos entrevistados têm em comum o fato de terem vivenciado o processo de retorno. Outro critério de escolha dos entrevistados, na verdade o principal, obedeceu ao recorte estabelecido pelo IBGE, no qual o fluxo migratório de retorno foi designado como fenômeno típico a partir de meados dos anos de 1990. Portanto, todos estavam lá naquele período. Temos ainda 1 entrevista realizada com um atual morador do município de Corbélia, de naturalidade paraense, filho de paranaenses que vivenciaram o retorno e por isso significativa à nossa análise.

Cabe aqui destacar que não investigamos as características das propriedades dos entrevistados. O que fizemos refere-se à um levantamento parcial a partir das próprias entrevistas. Dos dezenove entrevistados, apenas cinco possuíam propriedades no Estado do Pará e dentre esses nenhum se considerou grande proprietário. Um deles adquiriu terras a partir da renda de seu emprego, totalizando uma área suficiente para criação de trezentas

---

<sup>17</sup> Além das famílias entrevistadas, outras 20 famílias foram contatadas, mas delas não exultou a produção de entrevistas. Deste montante, 10 não ocorreram ou devido à resistência pela gravação da conversa, ou pelo fato de se tratar de moradores que não viviam no Oeste e no Sudoeste do Estado do Paraná, recorte estabelecido somente durante o processo de produção das entrevistas. Outras 10 restantes não as gravações não ocorreram pelo fato de terem novamente deixado o estado do Paraná nos últimos anos. O conhecimento das trajetórias de todas estas famílias, a partir de conversas não gravadas, contribuíram também para nossa reflexão.

<sup>18</sup> Em síntese, foram entrevistadas 18 pessoas e obtido informações por meio destas entrevistas a respeito da trajetória de aproximadamente 100 migrantes.



“cabeças de gado”; dois possuíam uma “fazenda” de pouco mais de cento e cinquenta hectares, algo entre dois a três módulos fiscais. Outros dois não trabalharam com agricultura, mas adquiriram áreas para concessão da extração da madeira mediante projeto de manejo. O que mais chama atenção neste caso é o fato de cinquenta por cento dos entrevistados se dizerem filhos de pequenos agricultores, mesmo aqueles que não seguiram, seja por opção ou por falta de condições como agricultores. Desses, apenas dois são proprietários de terras agricultáveis. A respeito ver: Lei nº 4.504/64 (módulo rural); Lei nº 8.629/93 (módulo fiscal).

Aqui lidamos com a questão da representatividade, visto que, segundo o IBGE, em 2009, cerca de 203.600 pessoas estavam na condição de imigrantes<sup>19</sup> no Estado do Paraná, ou seja, fixaram moradia no Estado, e destes, 23% eram retornados, num total de 46.828 pessoas. A propósito, não pudemos destacar deste total de retornados, isto devido à falta de estatísticas, uma estimativa referente ao número de paranaenses que retornaram após terem saído dos estados da Amazônia legal. Em 2004, 26.307 imigrantes residentes na região Norte<sup>20</sup> do país eram sulistas (OLIVEIRA, 2011. p. 36, tabela 6) e este número caiu para 13.277 em 2009. (Ibidem, tabela 6). Da mesma forma não pudemos estabelecer o percentual deste montante que retornou para o Paraná, devido à falta de mais cruzamentos de informações pela referida pesquisa.

Apesar da distância entre os números totais de migrantes citados pelos estudos demográficos e nosso alcance, na casa da dezena de milhares no primeiro caso, e de pouco mais de uma centena no nosso, incluindo aqueles não entrevistados, o conjunto construído pela nossa pesquisa pode ser considerado significativo quando atentamos para as problemáticas da representatividade das memórias. Inserida nesse quadro conceitual, a representatividade, mais do que no âmbito da estatística, pode ser entendida a partir da contribuição da obra “A Filosofia e os fatos”, de Portelli (1996). Segundo o autor, diante dessa tensão entre objetividade dos números e representatividade dos sujeitos estudados, resta ao pesquisador um texto- narrativa.<sup>21</sup> E, de fato, nossa pesquisa parte de textos construídos

---

<sup>19</sup> Terminologia adotada pelo IBGE para designar a migração intra-regional.

<sup>20</sup> O estudo do IBGE tem por critério a divisão por federações e isto nos impediu de avaliar os números referentes a região da Amazônia Legal, devido aos índices de Maranhão, Tocantins e alguns municípios de Goiás, (estados da região Nordeste e Centro Oeste respectivamente). Os números indicam o impacto da migração de retorno no cenário migratório inter regional.

<sup>21</sup> O posicionamento do ex cativo Frederick Douglas diante dos membros do partido abolicionista impedia aquilo que dele esperavam, ou seja, que se limitasse aos fatos, deixando a filosofia aos intelectuais. Esta reflexão já poderia delimitar nosso posicionamento diante dos entrevistados, no entanto, mais do que esta reflexão, nos interessa a conclusão de Portelli quanto à representatividade na História Oral. Diferente de Douglas, segunda pessoa estudada no texto, o metalúrgico Ferruccio Máuri, que ao se recordar de um episódio de quando era então morador da cidade de Terni, cidade de postura contrária aos desígnios de Roma, lembra-se de se comportar enquanto um espectador onisciente diante do aglomerado de operários que ouviam o anúncio da entrada de Roma na Guerra. Enquanto Máuri se dizia jovem e pouco entendido dos acontecimentos, ou seja, mais um na

com entrevistas e esses foram apresentados tomando-se o cuidado de não desconsiderarmos o fato de estas narrativas serem apropriadas pela pesquisa de acordo com nossas problemáticas. Avalia-se até que ponto os entrevistados se colocaram enquanto sujeitos onipresentes ou oniscientes, além das implicações do uso do “nós” e do “eles”, por exemplo. Quanto à representatividade foi entendida diante dos lugares sociais assumidos e representados nas entrevistas; por fim, a própria narrativa e o seu “tipo”, por exemplo, ora trágica, ora épica, etc. foram elementos ponderados.

Novamente estamos tomados pelas contribuições de Portelli (1997) e com elas podemos avaliar a representatividade diante de um conflituoso arranjo social:

Na busca pela diferença não podemos nos esquecer que também acalentamos um sonho de partilhar, de participar, de comunicarmo-nos e de dialogar (...). É isso que implica o caráter dialógico da história oral, bem como seu trabalho de campo: a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes [...] É preciso que sempre exista uma linha de diferenças que, depois de transposta, torne-se plena de significado, mas é necessário que exista também uma ‘linha’, segundo a qual possamos comunicar o desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comuns, que possibilitem a troca, - aquilo que, como nos lembra Tzvetan Todorov, é nossa natureza humana profundamente arraigada (PORTELLI, 1997, p.19).

Como já destacado, quanto às preocupações elas são de ordem epistemológica e de ordem ontológica. Mesmo porque, ao lidarmos com memórias nos vem a preocupação do significado do uso destas memórias. A produção e a interpretação das entrevistas atentam para as “muitas vozes” e “múltiplas interpretações” do texto que criamos, a partir do posicionamento dos entrevistados, das nossas expectativas e dos possíveis leitores (PORTELLI, 1997, p 27). Assim, o trabalho com narrativas articula “alguns elementos como: quem narra, porque narra, como narra, para quem narra, quando narra. As formas quase infinitas desses elementos resultam de códigos culturais (linguagem, estilo, gênero literário etc.) [...]” (AMADO, 1995, p. 133).

Em trabalhos anteriores pautados no estudo de memórias<sup>22</sup> percebemos como, nas lembranças e reinvenções das memórias de migrantes, diferentes temporalidades e subjetividades ganharam destaque. Esta preocupação também norteou nossa atual pesquisa. O

---

multidão, Douglas, ressalta Portelli, destaca-se no movimento abolicionista vindo a ser figura reconhecida na recente história dos EUA e, portanto, onipresente, pois, possuía assim uma representatividade maior se comparado ao operário de Terna.

<sup>22</sup> (PAGLIARINI Junior, 2009).

estudo dessas redes de sociabilidade buscou evitar caminhos como aqueles problematizados por Pierre Bourdieu quando discute a gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*. Na sua crítica aos cálculos teóricos, em que se coloca entre a negação do paradigma estruturalista e a superação da filosofia do sujeito ou da consciência (BOURDIEU, 2007), ele nos demonstrou como o conceito de *habitus* correspondeu, na sua obra, a uma estrutura prática, das capacidades inovadoras dos sujeitos, ou seja, da aplicação do capital simbólico adquirido.<sup>23</sup> Isso nos cobra atentar dialeticamente para as políticas, leis e discursos, de um lado e, por outro, para as apropriações e subjetividades dos sujeitos, num caminho que foi ao encontro dos debates entre história e memória, memória e identidade e memória e oralidade.

Além das problemáticas pertinentes ao debate entre memória e identidade, atentamos também à discussão da memória e a oralidade (LEITE; FERNANDES, 2012, p.7), questionamento importante para quando avaliarmos a preocupação analítica do pesquisador e as transgressões do texto oral analisado, mais especificamente diante da valorização do conceito em detrimento das expressões orais/perfomáticas, modalidade que para destacá-la Leite, Fernandes e Oliveira recorreram ao conceito de prosódia de Ricoeur (Ibidem).<sup>24</sup> Os exemplos com os quais nos deparamos foram muitos, como quando se ressaltou qualidades do povo “nortista”, supostamente pessoas desapegadas a bens materiais e receptivas aos estranhos. Essas virtudes eram pronunciadas em tom altivo, e seguidas de uma espécie de contraponto das personalidades, ou seja, de pontos “negativos”, como, por exemplo, na evidenciação de que eram “festeiros” e, por isso, desapegados ao trabalho; esses adjetivos, ao contrário dos anteriores eram narrados em voz baixa e ou trêmulas. E se a performance compõe a narrativa, elas em diferentes situações envolveram o entrevista. Destacar no papel o lugar da ausência da estrada, o lugar de se ganhar dinheiro, o lugar da saudade de casa, etc. se tornou desafio constante nas nossas análises.

A segunda interconexão destacada na obra supracitada também nos interessa e diz respeito aos marcos simbólicos.<sup>25</sup> Como ignorar expressões típicas compreendidas apenas por aqueles que vivenciaram trajetórias comuns, ou como ignorar o sentimento diante da

---

<sup>23</sup> Na obra citada essa aplicação está estruturada no cuidado pelo qual apresenta o conceito de região, ou seja, a disputa pelo monopólio científico do poder de dividir. Nesse sentido consideramos as classificações científicas, que no nosso caso vão das classificações regionais como a de Amazônia Legal, ora entendida como lugar do progresso, e em outro, lugar da preservação, às considerações dos sujeitos em torno da sua identidade étnica. Ao se reconhecer a característica da própria ciência percebemos como as fronteiras são reconhecidas num primeiro momento e disputadas em outro. Uma disputa que não se remete unicamente a disputa espacial, mas também dela sendo percebida no nível do simbólico.

<sup>24</sup> Questão levantada pelos autores na apresentação da obra “Trânsito da voz”, quando destacam a circulação oral e seu eixo dinâmico e transitório no tocante a interpretação, recepção e armazenamento de textos de circulação oral, de textos de poesias e religiosos.

<sup>25</sup> E novamente os exemplos advindos das estratégias de análise literária e religiosa ganham espaço e passam a ser utilizados com recurso na transcrição e utilização de memórias na escrita textual.

exuberância natural, e mesmo de certa humildade construída na interferência das condições climáticas, por exemplo, no contexto lembrado dos alagamentos das estradas, ou da irritação advinda de intempéries como a da poeira das estradas, marcos lembrados em todas as entrevistas. Por fim, outro de nosso posicionamento epistemológico levou-nos a problematizar como se deu o significado da produção e dos usos do conhecimento histórico a partir da análise de representações dos fenômenos históricos. Afinal, lidamos com leis, discursos, analisamos identidades e memórias de fenômenos, vivenciados e representados nas narrativas. O posicionamento pode ser melhor compreendido a partir de Chartier com a intrínseca afinidade na análise das práticas e representações destas práticas. Na proposta de Chartier o campo da História deveria atentar para as clivagens culturais e ao emprego de códigos compartilhados; ou ainda, “qualificar os motivos, não apenas a partir do estado e da fortuna”. Propunha então uma história cultural do social (2002, p. 67).<sup>26</sup> Chega-se aqui às lutas por representações. (Ibidem, p. 73), problemática estrutural de nossa análise. Será a partir das representações que entenderemos o termo apropriação, ou seja, como exemplo de ressignificações e não da mera absorção de discursos.

### **Síntese das entrevistas: história temática e a história de vida, aproximações**

Na sequência apresentamos um breve histórico da produção das entrevistas e os posicionamentos metodológicos adotados dando destaque às sínteses que servem de apresentação dos entrevistados e seus posicionamentos do processo que narraram. Metodologicamente a proposta pautou-se nas histórias de vida, no entanto, as demandas e escolhas que envolveram as entrevistas encaminharam-se, desde a primeira gravação, para uma história temática: a do retorno. Tal posicionamento iniciou-se no momento em que apresentávamos o teor da pesquisa- retorno do Norte para o Paraná. A partir daquele momento os entrevistados se entendiam com migrantes e organizavam suas histórias a partir deste recorte.

---

<sup>26</sup> Uma das principais contribuições dessa análise se deve a conceituação de representações. Ao fazê-la nega-se uma leitura simplista na qual os textos representariam o objetivo, mensurável, e as leituras ou a recepção, o subjetivo. No lugar da dicotomia apresenta uma leitura do social construída no reconhecimento tanto das representações coletivas, advindas da organização social, quanto das representações enquanto matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social e, por isso, comandam o ato. Chartier destaca limites das prerrogativas que tomam a linguagem como um sistema de signos fechados. Para tanto apresenta como a ordem dos discursos se consolida em detrimento das práticas. Critica que permite considerar a compreensão da “realidade” do discurso, de maneira não mais objetiva como se fosse um sistema de signos auto suficientes. Sua revisão do campo tem por marco o impacto provocado pela virada linguística *Turn linguistic* – dos EUA e pela *semiótic challenger* dos franceses, na Nova História (história social clássica).

As primeiras entrevistas ocorreram no município de Corbélia, Paraná. No caso da sua organização os contatos foram estruturados em forma de redes e estabelecidos por intermédio de amizades e de indicações de minha família. Foi o caso das entrevistas com os irmãos Moises e Márcia, e com Moacir, com Milton, Helide e Maico. A primeira delas foi realizada com meu pai, Jorge, isto depois de muita conversa em relação à pesquisa e as redes de contato para futuras gravações de entrevistas.

### **Jorge**

Numa conversa que durou cerca de uma hora falamos de uma trajetória de vida, momento em que entrelaçava a trajetória do entrevistado com a história familiar; a desconfiança gerada pela proximidade entre entrevistador e entrevistado logo foi superada e a entrevista revelou pontos de vista quanto a questões políticas, econômicas, diferentes formas e fases de ocupação do Estado do Pará, do Tocantins e do Mato Grosso, lugares onde o entrevistado trabalhou mediante prestação de serviços mecânicos, como caminhoneiro e como garimpeiro, num período de mais de três décadas, entre os anos de 1980 a 2010. A conversa foi importante também por possibilitar o levantamento de temas e questões que vieram a complementar os enredos das entrevistas seguintes.

No caso das entrevistas com Moises e Marcia, indicados por Jorge, ambas por ele acompanhadas, elas tiveram uma característica diferenciada das demais devido a certo tom de informalidade, característica que contribuiu nestes dois casos para diminuir a tensão gerada pelo uso do gravador. O primeiro a ser entrevistado foi Moises e um mês após foi a vez de Marcia. Ambos migraram para o Pará no ano de 1991 e lá permaneceram durante um período de aproximadamente quatro anos. Eles moraram em Tucumã-PA, e Moisés trabalhou na oficina em que Jorge era sócio proprietário.

### **Moises**

Além de Tucumã, Pará, durante os cinco anos que perduraram a migração Moises morou ainda em Marabá, uma cidade pólo da Mesoregião Sudeste deste mesmo estado, também prestando serviços mecânicos, retornando ao Paraná no ano 1998. Migrou ainda solteiro, casou-se por lá e retornou após sua separação. Casou-se novamente no Paraná, sendo um dos filhos nascido no Pará e os demais paranaenses, nascidos após o retorno. Quanto à realização da entrevista, agendada e desmarcada em duas oportunidades devido a compromissos de trabalho do entrevistado, a narrativa ocorreu sem que Moises deixasse de construir juízos de valores ao estilo de vida dos paranaenses. Deixou evidente sua preocupação em não mais se dedicar exclusivamente ao trabalho, diferente de como fizera,

segundo ele, no tempo em que viveu no Pará, quando migrou com “apenas vinte anos”, período no qual teria vivido exclusivamente para o trabalho.

### **Márcia**

Já no caso de Márcia, ela migrou para o Pará a convite de seu irmão e de seu pai e acabou retornando poucos meses depois de sua família, em 1999. Na sua entrevista, agendada apenas uma vez e gravada na sua casa, contou os desafios que vivenciara em Tucumã, PA, e, tal qual fizera seu irmão, enfatizou questões referentes ao mundo do trabalho, ao destacar, por exemplo, o fato de ter pela primeira vez trabalhado num cargo almejado: o de secretaria na prefeitura Municipal daquele município, onde era conhecida como “Dona Marica”, numa alusão a função política que exercia. Ainda enfatizou na oportunidade a dificuldade que passou com a adaptação cultural, isto muito em conta de sua tenra idade. Atualmente casada, justificou a opção pelo retorno pela preocupação que tivera com o estudo de seu filho, nascido após sua saída do Pará, dificuldade que a impede de optar em voltar a morar em cidades como Tucumã, lugar de pouca infra-estrutura para o estudo, afirma ela. Mesmo ressaltando que desconhece a atual situação desse município, diz acreditar no fato de uma possível melhora desse quadro na atualidade. Entre a produção das entrevistas com Moises e Márcia realizamos também, com a presença de Jorge, a entrevista com Moacir.

### **Moacir**

A sua entrevista ocorreu na casa de seu irmão, com quem mora desde quando retornou, em 2011, de Porto Velho, capital de Rondônia, em consequência de problemas de saúde. Nessa ocasião o entrevistado se demonstrou retraído, algo que podemos atribuir ao receio do gravador, mas principalmente ao ressentimento em falar de seu passado, marcado por dificuldades, das quais deu pistas, mas não as discutiu diretamente. Ele pouco destacou das mais de três décadas que morou no Norte, entre Pará, Bahia e Rondônia, respectivamente, limitando-se a responder às questões. Este posicionamento destoou da maneira como se comporta na cidade diante de amigos, ao narrar com desenvoltura adversidades e conquistas desta fase de sua vida. Durante a entrevista observou seu apego pela região Norte, principalmente por Rondônia em sua narrativa, ressaltou as condições conjuntarias relacionadas às políticas de Estado e crises econômicas e atribuiu a sua atual condição física à impossibilidade de seguir vivendo por lá.

Sua saída do Paraná e a sua chegada no Pará, no município de Xinguara, foi lembrada por ele pelo trabalho que realizou no seu “acessório” (comércio de peças), negócio trocado poucos anos depois por um caminhão. Este enfoque nas idas para a Bahia e na sequência para Rondônia talvez possa implicar nas possíveis dificuldades econômicas, não

assumidas diretamente, mas compreendidas ao final da entrevista, quando destacou o período durante o qual viveu da prestação de serviços de mecânico e não mais como proprietário e, principalmente, quando enfatizou a impossibilidade da volta para Rondônia devido à falta de condições físicas para seguir com o ofício de mecânico. Quando questionado sobre uma possível volta para o Norte respondeu de maneira enfática: “Fazer o que lá agora, né? [aponta para sua a perna e destaca dificuldade de movimento]”.

### **Milton**

Uma situação econômica diferente vivera Milton, mas não que isto impossibilitasse que também demarcasse sua fala pelas dificuldades e ressentimentos. O contato com Milton, casado, cinquenta e sete anos, também se deu pela indicação de meus pais e a entrevista foi gravada na sua casa. Também morador de Tucumã, assim como de outros municípios do Pará, num período de três décadas, migrou para lá no ano de 1983. Milton atualmente administra terras em Corbélia, parte delas herança de família e outra parte adquirida com os ganhos dos anos que viveu na região Norte. Para ele, a migração de retorno ocorrida há cerca de 10 anos se justificou pela idade, pois, destacou, quando ainda jovem precisava “correr atrás das oportunidades”. Afirmou ter migrado muito em conta da influência dos irmãos mais velhos. Após ter trabalhado para eles, em determinado momento alcançou condições de assumir o próprio negócio. Do ramo que atuou, o da extração da madeira, se diz descontente devido à constante burocracia do controle do Estado para aqueles que teriam, tal qual ele, sempre trabalhado de acordo com a lei. Atualmente se diz muito bem, vivendo no município de Corbélia e atuando na agricultura.

Realizadas essas cinco entrevistas no decorrer de dois meses, voltamos à cidade de Corbélia para a realização de outras mais, todas também intermediadas por meus familiares e amigos.

### **Helide**

Uma delas se deu com Helide, cujo contato ocorreu na casa de sua mãe, com quem reside atualmente. Na semana seguinte realizamos a entrevista na casa de meus pais. Helide procurou de imediato saber qual seria o assunto da entrevista. . Aos 67 anos ela afirma ter vivido anos felizes no Pará e Tocantins, entre 2000 e 2005. O contato com o Norte se deu desde os anos de 1980, quando seu irmão adquiriram terras no Pará. Na sua fala foi marcante o fato de organizá-la a partir das dificuldades familiares, desde sua separação, quando ainda vivia em Corbélia, até a morte de seu irmão que vivia no Pará, e de seu neto, motivo pelo qual precisou retornar para o Paraná, deixando a vida “boa” que vivia no Tocantins. Durante a entrevista falou de sua vida sem pedir que se organizassem perguntas. Afirmam estar

impossibilitada de voltar para o Tocantins, pois encontra-se responsável pelos cuidados de sua mãe.

### **Maico**

Na entrevista seguinte conversamos com Maico. Tal qual no caso de Helide ele optou em ir até a casa de meus pais. Precisamos agendar em duas oportunidades a entrevista, devido a contratempos de trabalho e de saúde. O caso de Maico destoa dos demais entrevistados por ele ser paraense. Filho de paranaenses nasceu no interior da cidade de Altamira, no Pará, no ano de 1982. Seus pais migraram para lá no ano de 1981, saindo do interior do município de Anahy, naquele tempo distrito de Corbélia. Seus pais migraram junto com outros dois irmãos para trabalhar com agricultura e criação de gado de corte. Destacou também os anos que viveu em Rondônia, Porto Velho, após ter saído da casa de sua família. Em 2005 ele retornou junto com sua mãe, após a sua separação, e desde então morou em Corbélia, cidade dos avós. Atualmente diz ter pouco contato com seu pai. Casado com uma paranaense, afirma estar estabilizado no seu emprego em um escritório de contabilidade. Seus tios e primos, na maioria, optaram em seguir morando no Pará. Na sua fala, diferente dos demais entrevistados, demonstrou pouca preocupação com a possível repercussão de sua entrevista e apresentou situações polêmicas a respeito de conflitos de terra, fiscalização da madeira e da sua opinião a respeito da característica cultural do paranaense e do rondoniense.

### **Elenir**

A última entrevista realizada em Corbélia foi com Elenir, pessoa próxima de alguns familiares. O contato se deu por telefone e pessoalmente no seu serviço, conforme previamente havíamos combinado. Acompanhada de sua filha conversamos dias depois na casa de meus pais. Após interpellar a respeito do teor da entrevista procurou na sequência encaminhar o assunto para a saída do Paraná, mas fez questão de destacar que havia migrado para outros lugares, como para a França e Santa Catarina, antes do Pará. Além da necessidade de melhora econômica, motivo principal segundo ela da escolha pelas migrações que viveu, enfatizou durante toda a entrevista o incômodo que tem em permanecer apenas em uma única cidade, citando o exemplo de pessoas que, diferente dela, perdem oportunidades de conhecer outros lugares devido a uma preocupação exagerada com o acúmulo de capital. Para falar de sua trajetória, Elenir destacou muito de sua vida familiar. Destacou ainda que a formação de seu outro filho, então no último ano do curso de História, contribuiu para que ela se interessasse e colaborasse com a pesquisa.



Outras redes de contato, senão a formada pelas indicações familiares, ocorreram. Uma delas nos levou a Cascavel, cidade de porte urbano médio e vizinha a Corbélia para entrevista com Iris.

### **Iris**

O contato ocorreu por intermediação de um aluno do curso de História, sobrinho do entrevistado. Após alguns contatos nos quais o entrevistado procurou esclarecer qual seria o conteúdo e a metodologia da pesquisa, fomos recebidos em sua casa. Natural de Campo Mourão, seus pais migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e de lá, ainda antes da década de 1970, para o Paraná, para a região de Guarapuava, hoje, atual município de Boa Esperança. Nascido em 1970, desde jovem dedicou-se à carreira militar. Enquanto militar, serviu voluntariamente pelo período de dois anos no estado do Amazonas, no destacamento militar denominado Ipiranga, localizado a cento e cinquenta quilômetros da cidade de Tabatinga, na região de linha de fronteira com a Colômbia. Ao destacar sua trajetória Iris demonstrou bom conhecimento a respeito dos métodos da pesquisa histórica e sugeriu aquilo que no seu entendimento caberia à pesquisa: o diálogo com colonos, e não com militares; isto, segundo ele, devido à forma como os migrantes colonos, diferente dos militares, interagem com o meio ambiente e com a cultura local: “(...) o colono<sup>27</sup> né, o colonizador que vai pra ocupar a extremidade porque ele não vai se enfiar na mata né, ele vai da extremidade pro meio, colonizando, e já o quartel ele está lá no meio tentando segurar aquela fronteira, aquela divisa lá em cima.”. Enquanto militar apresentou uma diferenciação entre as práticas agrícolas dos colonizadores e dos “nativos”. Destaca que em determinado momento cogitou permanecer mais tempo por lá, observando que naquele momento a carreira militar ainda permitia esta escolha, diferente de hoje, mas acabou retornando ao Paraná devido à questão de carreira. Diante desta possibilidade de fixar moradia ressaltou as melhoras atuais nos sistemas de comunicação e de transporte, algo não encontrado na época em que esteve no Amazonas.

As entrevistas realizadas em Marechal Cândido Rondon e em Quatro Pontes, estes, municípios limítrofes, foram construídas devido às indicações de amigos moradores daquela localidade. No total foram três; duas delas realizadas no primeiro ano da pesquisa e outra no ano seguinte. Foram em ordem de realização, as entrevistas com Valdemar, Aristides e Hugo.

### **Valdemar**

Conhecemos Valdemar graças à indicação de um amigo que trabalhava naquela ocasião com ele numa funilaria. Assim como no caso do contato com Aristides, a conversa foi

---

<sup>27</sup> Designação adotada pelo entrevistado para se referir ao mirantes diretamente relacionados com a atividades agrícolas.

marcada após uma apresentação do amigo em comum e de apenas uma única ligação. A entrevista foi gravada em sua casa. Natural de Entre Rios do Oeste, Paraná, vindo de família de pequenos agricultores, contou sua trajetória iniciada pela migração para São Paulo, isso em fins da década de 1970, numa breve passagem e posteriormente para o município de Campo Nove, atual, Dr. Juan Eulogio Estigarribia, no Paraguai. O motivo da migração seria o de buscar outro serviço senão o de solda, sua primeira profissão. No entanto, desde o trabalho no Paraguai passou a trabalhar de soldador, uma vez frustrada as expectativas de trabalhar com agricultura. Duas décadas depois migrou para municípios do Mato Grosso, do Pará, e da Bahia, e novamente e para o Mato Grosso, onde permaneceu até o ano de 2012.

Ainda nos primeiros minutos da entrevista encaminhou a conversa com uma carga de ressentimentos, ao falar do motivo de seu retorno da Bahia para Marechal, dias antes, devido ao falecimento de sua esposa após meses de tratamento contra o câncer, sendo o tratamento o motivo do retorno. A conversa foi marcada pela temática escolhida pelo entrevistado, que se retratou desde jovem como um migrante, cuja trajetória, em todos os casos narrados, se justificou pela busca por melhoras no tipo de serviço e de renda. Destacou inúmeros lugares dos quais teve a oportunidade de conhecer. Afirmou que ao sair do Paraguai tentou se firmar como agricultor, mas que não tivera condições de se estabilizar neste ramo, destacando na sequência ter alcançado, em certo tempo, uma significativa renda no emprego de soldador e de montador de implementos agrícolas. Cabe destacar que Valdemar enfatizou, em vários momentos, o desejo de retornar “para o Norte” e aguardava uma proposta de trabalho ou a possibilidade de no futuro próximo organizar alguma atividade própria no ramo de prestação de serviços de mecânica e ou de solda.

### **Aristides**

Neste mesmo dia conversamos com Aristides, morador de Quatro Pontes, município vizinho a Marechal Cândido Rondon. Acompanhado de sua esposa e de uma filha que o visitava na ocasião, conversamos na sua casa. O contato havia sido realizado pelo mesmo amigo que nos apresentou ao Valdemar. A esposa e a filha em alguns momentos fizeram breves intervenções. Aristides destacou um período de dois anos de dificuldades vividas por ele e a família, na sua primeira migração para o Mato Grosso, em 1987, então com trinta anos de idade. A segunda migração ocorreu entre o ano de 2000 a 2007, quando trabalhou com prestação de serviços em maquinários agrícolas. O entrevistado organizou sua entrevista em torno da sua luta contra as sequelas de uma doença infecciosa adquirida em um hospital e que o deixou na condição de cadeirante. Aristides iniciou com um resumo de sua vida procurando chegar ao momento em que se mudou para o Mato Grosso. Fez também questão de ressaltar

as amizades que fizera durante seu tratamento, iniciado no “Norte” e concluído no Paraná, destacando o plano de fazer uma viagem de caráter religioso, na qual distribuiria cancionários, viagem adiada até então duas vezes devido às dificuldades de saúde.<sup>28</sup>

### **Hugo**

A terceira entrevista realizada em Marechal Cândido Rondon foi com seu Hugo, jornalista com o qual estabelecemos o primeiro contato por telefone. Marcamos a produção da entrevista alguns meses depois deste contato. Seu Hugo nos recebeu na sede de seu jornal. A sua entrevista teve uma conotação diferenciada, pois ele destacou já no início da entrevista estar acostumado com a revisão de trabalhos acadêmicos justamente por ter sido professor universitário e mesmo pela função que exercia desde que retornou do Pará: a de jornalista. Natural de Marechal Cândido Rondon destacou que optou em migrar para o Norte. Em fins da década de 1980, devido ao intuito de buscar naquela situação a oportunidade do crescimento econômico numa área que até então nunca havia atuado: a do ramo agropecuário. A mudança foi facilitada pelo fato de sua irmã e cunhado já estarem morando na cidade para onde se mudou, Tucumã, PA, coincidentemente, a mesma cidade onde moramos, com a família, assim como fizeram Moises, Márcia e Milton. Durante nossa conversa descobrimos que ele havia ocupado, entre outras atividades, a função de diretor do colégio em que cursamos o ensino fundamental, situação que contribuiu para uma proximidade na produção da entrevista. A nossa trajetória comum mais uma vez possibilitou uma entrevista marcada por certa familiaridade em relação ao assunto, algo incomum para uma primeira conversa.

Diretamente envolvido na política de Tucumã no período de cerca de quatro anos em que lá viveu, destacou não apenas o êxito que alcançou na administração do recém criado município, mas também o insucesso na agricultura e na construção de uma empresa agrícola, condição social e econômica que teria levado a ele e a sua família a retornarem para Marechal. Sua esposa e filhos, presentes na entrevista, em determinados momentos contribuíram na sua construção, principalmente nos momentos de destaque das adversidades climáticas e estruturais de Tucumã e quando foram questionados sobre datas, lugares, nomes, etc. A família se disse bem estruturada financeiramente no momento e não demonstraram intenção de voltar para o Norte do país. Antes de concluir a sua entrevista, Hugo ressaltou a respeito daquilo que denominou “espírito aventureiro”: “Sim, sim, na cultura alemã, na música alemã tem uma música que diz ‘*Mein Vater war ein Wandersmann*’, algo em alemão,

---

<sup>28</sup> Para nossos tristeza e desagrado Aristides faleceu em meados de 2014 em decorrência da doença em que se encontrava a mais de 7 anos em tratamento, sem realizar a tão esperada viagem ao Norte.

‘isto também está no meu sangue’”.<sup>29</sup> Nisto relaciona a própria experiência alemã e familiar com a migração.

Outra rede de contatos resultou em sete entrevistas. Na cidade de Assis Chateaubriand realizamos uma entrevista com o casal Diziely e Diego, e deles tivemos à indicação de outras entrevistas, produzidas, mas não utilizadas na pesquisa devido ao fato de os entrevistados terem migrado mais uma vez do Paraná. No Sudoeste, o contato com Ivania, moradora de Francisco Beltrão, se deu devido à indicação de meu irmão, morador daquele município. Dias depois, a indicação de amigos nos levou a entrevista com Enso e com Derik, moradores de Campo Mourão, municípios que não pertencem nem ao Oeste e nem ao Sudoeste do Estado. A última das entrevistas foi realizada com Márcio, morador de Ubitatã, município que não pertencem à Mesoregião Oeste, mas limítrofe de Corbélia.

### **Diziely e Diego**

A entrevista com o casal Diziely e Diego pôde ser realizada em vista de um contato realizado por rede social, isto devido ao fato de possuímos amigos- virtuais- em comum. Ainda no contato com o casal, moradores de Assis Chateaubriand, Paraná, cidade onde residi por dois anos, antes de nossa conversa, descobrimos o fato de Diziely ser filha de um antigo cliente de meu pai na sua oficina em Novo Repartimento, PA, nos anos entre 2002-2007. Isto facilitou o agendamento da entrevista marcada para ser realizada na residência do casal. O assunto em comum possibilitou uma entrevista estruturada nas profissões de ambos, ele engenheiro agrônomo e ela, arquiteta. No caso de Diziely ela já havia morado em Novo Repartimento com os seus pais, e após ter retornado para cursar a faculdade, passava as férias naquela localidade, isto tudo antes da ida de Diego, o qual permaneceu poucos meses por lá. Desse período, anterior ao retorno ao Paraná e do seu casamento, destacaram a doença de Diego, atribuída em parte às condições de trabalho e da cidade. Durante toda a nossa conversa, o casal acenou com a possibilidade do retorno para o Pará; ressaltaram que nunca perderam o contato com aquela região, pois os pais e irmãos de Diziely ainda moram lá. No entanto, sempre que avaliavam esta possibilidade, lembravam que ambos estavam agora estabilizados no serviço. Diziely foi muito prestativa com a pesquisa e indicou nomes de seus conhecidos que também viveram no Pará e que, como ela, retornaram.

### **Ivania**

No Sudoeste do estado realizamos uma entrevista com Ivania, contato estabelecido devido ao intermédio de parentes. Após algumas conversas por telefone agendamos a entrevista no trabalho da entrevistada, num posto de gasolina em que ela e o marido eram

---

<sup>29</sup> Ou, “meu pai também era um migrante, andarilho”, no sentido da posituação da trajetória familiar.

proprietários. O negócio foi adquirido em grande parte com o capital conquistado no Pará num período de cerca de nove anos. Seu marido, que estava trabalhando, participou em momentos esporádicos da conversa. Ivania fez questão de destacar seu envolvimento com a causa ambiental e em linhas gerais atribuiu à doença que sofrera seu marido uma das principais causas do retorno da família. Mesmo com parentes ainda residindo no Pará, região da cidade de Altamira, disse que no presente estavam estabilizados financeiramente e que não pretendiam voltar para lá, salvo a passeio, situação facilitada na última década, segundo ela, com a melhora nos transportes aéreos e rodoviários entre o Paraná e a região da Altamira. Do mesmo modo como fizeram na maioria das entrevistas anteriores, as razões da saída do Paraná foram relacionados a motivos de trabalho, mas ela também evidencia o “espírito aventureiro” seu e de seu marido, algo que teria herdado dos pais, também migrantes que percorreram o caminho do Rio Grande do Sul para o Paraná décadas antes.

Do recorte espacial que delimitou as entrevistas até aqui apresentadas, recorte da própria pesquisa, referente à região do Oeste e Sudeste do Estado, apenas três não o respeitam, sendo das três, produzida no município de Ubiratã, limítrofe com Corbélia, mesmo estando situada geopoliticamente na mesorregião Centro Ocidental do estado, portanto, no nosso entender, uma característica que não impede nossas leituras do Oeste e Sudoeste deste estado. A entrevista ali realizada se deu com Márcio, atualmente casado, funcionário da Sanepar e aluno do curso de História na instituição em que trabalhamos. Já no caso das duas entrevistas restantes, ambas foram realizadas em Campo Mourão, também mesorregião Centro Ocidental do Estado e por isto detentora de características geopolíticas diferentes da do Oeste e Sudoeste, conforme destacaremos no percurso da escrita do texto, em específico nos capítulos I e II. Em Campo Mourão as entrevistas foram realizadas com Enso e com Derik, e foram incorporadas mesmo diante da discrepância do recorte devido ao contato que tivemos com as experiências migratórias de ambos. Começamos com a apresentação da entrevista de Márcio.

### **Márcio**

A entrevista com Márcio foi a última das entrevistas produzidas, isto já no início de 2015. O contato havia sido feito meses antes quando conversávamos sobre os objetivos da pesquisa, momento em que Márcio se dispôs a colaborar com o estudo. A entrevista ocorreu no fim de tarde em seu trabalho. Em pouco mais de uma hora ele organizou sua fala partindo de outras experiências migratórias que vivera desde seus quatorze anos de idade, quando deixou a casa dos pais para treinar em um clube de futebol de Londrina. Dois anos depois o iniciou a sua carreira profissional de oito anos, tendo atuado em clubes de São Paulo, do

Japão e da Alemanha. De certa forma, essas experiências teriam facilitado, segundo ele, a escolha da opção pela migração para o Norte, no Estado de Rondônia. Quanto às motivações da escolha, alega que elas se devem principalmente à falta de emprego, após ter deixado a carreira de jogador, e a oportunidade profissional de sua esposa, que já tinha naquela região familiares que para lá migraram na década de 1970. Nas décadas em que esteve no Amazonas fez parte de um grupo missionário e com ele viajou de barco por todos os estados da região Norte. A incorporação de leituras do campo da História e da Antropologia interferiram na sua experiência narrativa. Na conclusão da entrevista ele destaca que hoje, estabilizado no emprego público, aproveita as oportunidades para viajar como turista.

### **Enso**

Das entrevistas com moradores de Campo Mourão a primeira foi realizada com Enso, realizada em sua casa. O convite para a entrevista ocorreu após termos conhecido o entrevistado e parte de sua história de vida. Durante meses conversamos em algumas oportunidades sobre a pesquisa e ele sempre se demonstrou disposto a colaborar, algo percebido na maneira como se preparou para a entrevista. Para aquela ocasião, ele havia separado inúmeras fotografias que retratavam parte das duas décadas que viveu no Mato Grosso e Pará. Enso demonstrou grande conhecimento a respeito da história da colonização e fundação das primeiras cidades “da frente gaúcha”. Tal qual fizeram alguns dos outros entrevistados, ele ressaltou o fato de os seus pais serem migrantes e desta herança construiu uma relação com a sua trajetória, ao observar terem saído do Rio Grande do Sul para o Paraná e afirma que sempre entendeu o processo de migração com uma aventura que um dia teria o seu fim. Apesar dele se referir a aventura, construiu em realidade, negócios que envolviam o corte e a exportação de madeira, nem apagaram seu desejo, ou sonho de que caso tivesse atualmente capital, compraria uma fazenda na beira do rio Teles Pires, no Mato Grosso. Sua fala destaca as diferenças entre o modo de ser do paranaense em contraponto com a simplicidade do “nortista”, lembrada como algo positivo e da qual sente saudades. Desta entrevista chamou ainda atenção a leitura processual que elaborou sobre as três últimas décadas de transformação daquela região no tocante a relação com a natureza.

### **Derik**

Por fim, deu-se a entrevista com Derik. Como com Enso desde, o momento em que tomou conhecimento de nossa pesquisa se demonstrou colaborativo em relação à concessão da entrevista. Meses depois ela foi produzida em sua casa. Derik fez questão de destacar como os poucos anos em que passou no Mato Grosso, em seu primeiro emprego como técnico agrícola, ainda era menor de idade, influenciaram na sua vida pessoal e profissional, depois

buscou uma formação superior. Dentre as motivações do retorno, opção tomada com o passar do tempo de vivência fora do Paraná, enumerou em primeiro lugar as motivações fundamentadas na ordem do estudo e também o relacionamento com a sua esposa. O orgulho do êxito no trabalho estruturou sua narrativa em torno da temática do trabalho.

A breve apresentação do contexto de produção das entrevistas e do seu conteúdo pode direcionar uma leitura a respeito do seu conjunto. Assim, por exemplo, além da “condição de migrante” e retornado, os entrevistados poderiam ser entendidos a partir das suas condições econômicas, entre capitalizados e descapitalizados, e de certa maneira, destaca Jones Dari Goettert, (2008), do momento da migração de saída e/ou de retorno ao Paraná.

Nas entrevistas todos foram indagados quanto a sua relação com o trabalho, com as transformações da natureza e, com isso, lidamos diretamente com ressignificação de discursos e com ressentimentos. Ressentimento ao destacarem em alguns casos que não alcançaram, devido à fiscalização do Estado, o capital esperado nos planos iniciais, e agora tem de lidar com isso ao falarem de sua saída e do retorno aos que ficaram; ressentimento devido ao tempo que passaram longe do Paraná, de amigos e parentes; ressentimento em relação à precariedade da saúde. Estamos novamente tomados da própria seletividade da memória. E uma busca dialógica na qual seguimos com a interpretação dessas entrevistas apresentadas necessita de um olhar atento não apenas ao visível, mas também, àquilo que Michel Pollak (1989) denominou “memórias subterrâneas”, ou, “memórias do trauma”, importantes para avaliarmos as lembranças silenciadas numa entrevista. Assim como Pollak, J. Gagnebin não deixa de enfatizar o significado dos silenciamentos na relação entre memória e ressentimentos e, por isto, seu estudo se tornou caro a nossa análise (GAGNEBIN, 2001).

Da mesma forma se torna cara a análise do sentimento da nostalgia e da frustração; a saudade das condições naturais diferentes da do Paraná, dos amigos que ficaram na Amazônia e mesmo do estilo de vida, o qual mesmo o desaprovando<sup>30</sup> percebem méritos e dizem a respeito daquele período, quando conheceram pessoas que eram “felizes”. Leituras que não se limitam aos cálculos estatísticos com os quais também dialogamos.

---

<sup>30</sup> A maioria dos entrevistados ressalta a característica de que o nortista não teria ambição com as conquistas advindas do trabalho.

## 1. Capítulo I: Das memórias ao itinerário, o lá e o cá, na Amazônia legal e no Paraná

*Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos (Jorge Luiz Borges).*

Ao aceitarem o desafio de falar de suas trajetórias os entrevistados apresentam, por meio de suas memórias, informações de acontecimentos conjunturais do momento por eles vivido, e também de momentos não vivenciados, referentes à política e a economia regional e nacional. Ao tomarmos como base essas informações teríamos, com isto, condições de avaliar até que ponto eles estavam conscientes ou não da existência de um fluxo mapeado pelos estudos demográficos entre meados de 1990 aos dias atuais: o fluxo do retorno. A constatação desta leitura não esgota os objetivos deste capítulo produzido na pluralidade de leituras e ressignificações dos migrantes no e pelo espaço, mas sim serve aqui de introdução para o estudo de memórias que se segue. A fala de Enso representa bem este posicionamento:

A Indeco era a colonizadora dona do (...) o dono da colonizadora era o seu Arilson Dariva. Ela deu um *boom* muito grande nos anos oitenta e ela cresce assim assustadoramente por causa do garimpo. O garimpo fez ela crescer e depois o que aconteceu, virou, virou até meados dos anos noventa, uma cidade fantasma. Ela foi uma cidade, ela foi uma cidade que foi a oitenta, setenta mil habitantes e voltou pra vinte e dois, vinte e três mil.

Entrevistador: Isto com o fim do ciclo do garimpo?

Enso: Do garimpo, e agora é uma cidade de cinquenta mil habitantes já de novo. Então ela foi, voltou e agora tá, ela tá realmente agora firme, com os pés no chão. Aí o que aconteceu com o Arilson, ele fundou Alta Floresta; como ele pegou uma área de um milhão de hectares e ocupou mais um milhão de hectares em volta, ali ele formou Paranaíta e a Apiacás, mais duas cidades que ele formou pra frente de Alta Floresta, ele fundou Alta Floresta e aí formou Paranaíta e fundou a Apiacás. [...] Hoje as cidades estão todas bem. Eles aproveitaram o ciclo do boi e da madeira e estruturaram as cidadezinhas, hoje tem asfalto, tem energia elétrica e as terras valorizaram por causa da pecuária. E foi, cresceram, as cidadezinhas desenvolveram assim, desenvolveram até, até melhor que Alta Floresta; a Apiacás não, mas Paranaíta hoje é uma cidadezinha bacana, uma cidadezinha boa.<sup>31</sup>

Atentemos ao fato de como o entrevistado faz questão de demonstrar seu conhecimento de causa e nisto apresenta um parecer sobre a migração sulista no Mato Grosso,

---

<sup>31</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.



pautado em três momentos da ocupação resultante, quais sejam: o do movimento de ocupação desordenado advindo do garimpo, o do abandono e da retomada - a partir da agropecuária e da madeira -, e o atual, “firme”. Um “ciclo” num primeiro momento desordenado e, por isso, prejudicial à realidade daquele lugar, caracterizado com o passar das duas décadas seguintes pela acomodação e crescimento estável, momento em que a cidade e região encontram seu desenvolvimento ideal.

O entrevistado utiliza-se aqui de um dos recursos do historiador quando se preocupa tanto com questões estruturais quanto conjunturais, ou seja, ele também faz a sua leitura processual. Próximos ou não de Enso, se conscientes ou não dos fluxos que estruturam suas trajetórias entre meados de 1980 ao tempo presente, os demais entrevistados também se posicionam a respeito, e a análise desse conjunto de memórias apresenta em grande parte o objetivo do capítulo, justamente ao apreender como eles se colocam diante das leituras políticas e econômicas a partir da leitura do mundo que possuem e da própria interpretação que tecem do processo da entrevista.

Tomado pelas provocações desse tipo de fala, este capítulo parte de um propósito: o de problematizar, a partir das fontes orais e de outras fontes como estatísticas, mapas e leis, bem como do acompanhamento de bibliografia específica, as possíveis leituras históricas do processo pelo qual os entrevistados passaram, sendo ele o movimento que se inicia com a migração rumo a Amazônia Legal e se encerra com o retorno para o Paraná.

Então, três problemáticas organizam a escrita do capítulo e buscam dar conta da “condição de migrante”. Primeiramente, aquilo que denominamos a partir do debate bibliográfico de base como a “condição do migrante”, leitura que nos serve de introdução para o entendimento das memórias diante das diferentes formas como elas são destacadas nas relações de espacialidade. O debate segue com a questão de como essas espacialidades, avaliadas aqui e no decorrer de toda a escrita pelo aprofundamento dos conceitos de lugar e de território, estão implicitamente ligadas às identidades assumidas nas entrevistas; esta reflexão nos possibilitou avaliar inclusive a problemática da comunidade e da inserção e reinserção.

Segundo, para compreendermos o significado do retorno nos ocupou a incumbência de definirmos, afinal, de que retorno – na sua concepção de fluxo - estamos tratando; algo buscado com a apresentação dos resultados dos índices e estudos do IBGE referentes as duas últimas décadas, fenômeno mapeado entre meados de 1990 a 2014.

Terceiro, destacamos que o processo de retorno em si, referente ao recorte que fundamentou a nossa pesquisa no que diz respeito a escolha das entrevistas e abordagem conceitual, ao menos nas memórias sobre ele, não se limita a narrativa dos anos vividos entre

meados de 1990 a 2014, correspondente ao recorte apresentado pelo IBGE, ou a partir de fins de 1980 no caso da situação vivida por alguns dos entrevistados. Mais do que isto se necessitou compreender como os entrevistados recorriam aos outros tempos e processos migratórios, e isto nos levou a destacar tanto os tempos e lugares vividos por eles quanto aos tempos e lugares apropriados e não vivenciados, como aqueles representados pela imigração dos pais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Paraná, bem como das reflexões da frente de colonização e/ou ocupação da Amazônia Legal no período dos governos militares. As análises sociológicas contribuem significativamente nesta apresentação.

Todas estas representações dos itinerários percorridos foram percebidas na sua condição temporal e indicam transformações nas estruturas dos lugares no decorrer dos anos que se passaram entre a saída e o retorno e isso implica mudança, para melhor, nas tecnologias de comunicações- principalmente com o uso da internet - e nas formas de deslocamento, como a melhora das rodovias e a ampliação dos usos do transporte aéreo. Essa melhora interfere diretamente na concepção de espaço, e, por conseguinte, na narrativa dos processos de territorialidade apresentados diante dos espaços que compunham os itinerários. Esta mudança nos remete a comparação com outros períodos presentes na memória, inclusive aqueles citados anteriormente, não vivenciados, que servem então de contraponto para se avaliar as dificuldades e conquistas alcançadas. A problematização desse movimento nos leva mais uma vez a memória, ao território e as identidades, encerrando o capítulo.

### **1.1 “A gente foi se achando, eu fui conseguindo meu emprego, eu fui começando a gostar do lugar<sup>32</sup>”: O migrante**

O sub-item tem no seu primeiro debate a reflexão em torno de um posicionar-se do pesquisador diante da conceituação do sujeito migrante e parte da interpretação do próprio desafio que embasa a estrutura da pesquisa, qual seja, o fato de estruturar o estudo de memórias de um processo de deslocamento em que a territorialidade representa o próprio significado do ato de migrar e em que o pesquisador se entende como parte desse movimento. Para apresentarmos nosso entendimento do migrante abordaremos como se deram as disputas por territorialidade tratando assim da questão da afirmação de identidades, algo que demanda análise da maneira como os entrevistados lidaram com a tradição e com o costume, bem como com a multiplicidade de sentidos atribuídos a inserção e ou distanciamento dos ganhos e cobranças comunitárias.

---

<sup>32</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

O migrante deve ser entendido para além do engessamento de um determinado fluxo, afinal, as fontes orais indicam o fato de que eles rememoram outras situações de migração, inclusive familiares e raramente descartam novas mudanças, sejam elas inter-regionais, internacionais ou mesmo regionais e locais. Logo, são “sujeitos em trânsito”, os quais, ora enfatizam o desejo de se fixar, ora evidenciam que sempre estiveram em trânsito.<sup>33</sup> Sujeitos que confirmam uma busca constantemente por algo, construindo nisso territorialidades. E se o olhar analítico muitas vezes se restringe a análise fria do fluxo, o seu entendimento recorre ainda ao viés econômico, político e cultural. Todavia, apesar da pluralidade de eventos, deve-se ficar evidente que tratamos de um fenômeno migratório apresentado em números e digno de diferentes abordagens metodológicas e conceituais. Isto lhe agrega características e, assim, podemos distinguir o retorno vivenciado historicamente de outros momentos e lugares e que não representam necessariamente um fluxo, conforme destacaremos mais a respeito no último capítulo.

### **1.1.1 A espacialidade e o diálogo com a Geografia**

Talvez a obra que mais contribuiu para nossa análise das relações entre identidade e espacialidade tenha sido a de Goettert (2008) por conta do conceito de “transitoriedade migratória” com a qual apresenta mais um caminho para o entendimento da condição do migrante. Sua obra parte da aceitação do conceito de lugar enquanto categoria chave para o estudo de processo migratório trazido nas e pelas memórias. Num olhar geográfico e no diálogo com a historicidade das trajetórias migratórias o autor se preocupou com as memórias de migrantes – e também com as memórias “dos que ficaram”, dialogando com este conceito apresentado diante de um denso e significativo debate com o campo da Geografia, da História e da Sociologia.<sup>34</sup>

Dentre as contribuições específicas de seu trabalho apresenta um ponto de partida e a partir dele procura problematizar os trabalhadores gaúchos “descapitalizados”. Com isto procura diferenciar sua pesquisa de outros estudos voltados aos “de bota”, numa alusão aos

---

<sup>33</sup> As entrevistas apontam para o significado da “condição do migrante” pela sua transitoriedade, retomando com isso as motivações da migração. Nesta lógica a rede social se aproxima do estudo de redes pessoais e de redes migratórias num emaranhado de situações nas quais a espacialidade pode ser avaliada a partir do processo de inserção. A análise ganha tanto na compreensão de configurações estruturais da migração quanto no reconhecimento do capital simbólico empregado pelos migrantes diante dos “nativos”.

<sup>34</sup> As contribuições de ordem metodológica e epistemológicas de Goettert somaram a nossa análise mesmo tomadas as devidas diferenças entre as pesquisas, uma vez que a nossa pesquisa não entrevistou como ele fizera aos que ficaram; também pelo fato de não termos entrevistado sujeitos que vivam no calor do convívio na fronteira, e ainda pelo nosso foco na reinserção. De todo caso a obra serve como uma das referências para a compreensão da “condição do migrante”.

estereótipos e as generalizações acadêmicas construídas em torno da migração gaúcha para o Mato Grosso. É interessante como ele avalia numa tríplice dimensão, da abordagem subjetiva, da conjuntural e da estrutural, a relação entre identidade e lugar. Seu debate posiciona-se entre as teorias da liberdade de escolha, da violência como fator migratório, **da relação** entre expulsão e atração e da relação entre mobilidade e acúmulo de capital, tendo por norte as memórias –silenciadas- da violência presente nessas trajetórias migratórias, atentado tanto à coerção quanto a resistência<sup>35</sup> (GOETTERT, 2008. p. 41). De certa maneira nos aproximamos do tipo de leitura que faz o autor daqueles por ele entrevistados ao apresentar impressões sobre os lugares, “os lugares de lá” (ao se referirem aos que não voltaram) e “de cá” (quanto aos que ficaram), ou do lugar no sentido amplo e subjetivo, quando ele enfoca o sujeito que é, conforme busca em Sayad (1998), resultado da dialética entre a condição emigrante e imigrante, ao mesmo tempo (Ibidem, p. 48-62). Mesmo não sendo esta sua preocupação central, destaca que o conceito de deslocar-se, ou de se sentir na fronteira pode ser entendido na dialética dos lugares tendo como um dos nortes dos migrantes, a possibilidade do retorno, seja ele negado, almejado ou silenciado.<sup>36</sup>

Também nos auxilia sua leitura a respeito do fato de nesse processo migratório a ausência tornar-se, na maioria das vezes, normalidade e as imagens positivas e mesmos as negativas poderem gerar um novo imaginário, agora do lugar mais ao Norte, um lugar que se torna possibilidade de nova mobilidade (Ibidem, p. 314). Ainda próximos a Goettert cabe destacar o fato de que a partir dele recorreremos a perspectiva para qual o lugar se dá na força das palavras e no próprio ato político do falar, análise que se pauta no “fazer-se na fala”, adotada no seu diálogo com a perspectiva Bakhtiniana e thompsoniana.

Ao analisarmos a situação “do hoje”, de retorno, situação que balizou todas as entrevistas, avaliamos que foi a partir desta experiência acumulada que pudemos compreender como os entrevistados falaram enquanto migrantes.

---

<sup>35</sup> Uma aproximação do fazer dos trabalhadores enquanto classe, de vertente thompsoniana voltada a sua experiência, da perspectiva diaspórica de Hall, da teoria literária ao se apropriar do debate sobre o ato de falar e sua materialidade social, além do diálogo com a dialética entre emigrante e imigrante, com abordagem do conhecimento geográfico, tudo isto possibilita o entendimento de olhares históricos e processuais, numa intrínseca relação entre identidade, memória e lugar. Quanto a sua abordagem, Goettert (2008) parte da tríade: lugar, memória e trabalho (Idem p. 56). Os seus entrevistados foram trabalhadores viventes na periferia de Rondonópolis e os seus parentes que ficaram no RS e PR foram considerados por ele como pessoas “comuns” tomando por base o comparativo entre eles com os migrantes capitalizados que adquirem imóveis no cerrado, e com as lideranças de movimentos sociais ligados à luta pela terra.

<sup>36</sup> E com base neste raciocínio, ao destacar o lugar enquanto condição para se analisar as identidades desses sujeitos, aproxima-se ainda de José de Souza Martins (1986) ao caracterizar o significado de lugar diante de migrações temporárias, pois, o lugar, tanto na ótica da duração da migração, quanto na volta, não é o mesmo (Idem, p. 53).

A maioria dos entrevistados viveu o retorno, inclusive aqueles que retornaram mais de uma vez, entre início da década de 1990 e o ano de 2010, permanecendo em média 10 anos fora do estado. Nesse recorte de vinte anos se situam as experiências migratórias. As exceções foram Moacir, Jorge, Milton, Valdemar, Herman e Helide que passaram mais de uma década na Amazônia. Já no caso de Dizielly e Elenir, elas ficaram período menor do que cinco anos. Quanto ao retorno, eles ocorreram há cerca de cinco a dez anos atrás. Apenas Valdemar, Moacir e Derik estavam no Paraná havia menos de cinco anos e Aristides, Milton e Helide estavam há pouco mais de uma década. Nenhum dos entrevistados disse se encontrar numa situação de dificuldade com empregos e ou negócios. Nenhum alega ter acumulado significativo capital durante a migração. Alguns destacaram a herança familiar mantida e ou alguns ganhos neste período, sendo o caso de Milton e de Enso. Aristides, Milton, Marcia, Ivania, Moises e Hugo descartaram a ideia de retornar para a Amazônia; Helide e Valdemar alegam que, caso tivessem a oportunidade, voltariam. Os demais não apresentaram planos, mas não descartaram a possibilidade completamente.

Para Marcia, a migração ao Pará foi entendida com um ganho, uma conquista econômica e, principalmente, cultural. Esta possibilidade de falar do passado lhe serviu para que pudesse projetar expectativas de futuro quanto ao significado da migração. Em síntese, o processo por ela vivido fora válido, mas já não serve para o tempo presente, e com isto se posiciona diante do planejamento familiar de migrar para o Mato Grosso:

Então, meu marido tinha essa ilusão de Mato Grosso, essa ilusão do Mato Grosso e quantos que foram pra lá e quebraram a cara e voltaram! E às vezes você vai e é uma proposta, chega lá (...). O Claudião mesmo, que trabalhava com o meu marido, foi um desses, deu uma quebrada na época, daí eu falei pro meu marido assim: “aqui a gente ganha pra viver”, falei: “temos nossa casinha”, se nós pagasse aluguel, se você vê, aqui não tem como eu fazer alguma coisa na vida que você vai arriscar, aí eu falei “você tá bem empregado, temos nosso filho pra pensar”, né, futuramente, se Deus quiser eu quero dar uma faculdade, eu falei “quero fazer de tudo pra ele poder estudar”, que ele é dedicado, ele tá com doze anos já tá na idade séria.<sup>37</sup>

Neste caso, os resultados vividos refletem diretamente no seu julgamento entre ou se fixar no lugar ou de migrar novamente. Está justamente nessa relação entre o passado e a expectativa de futuro, a primeira problemática característica do migrante de nossa pesquisa, a de se entender enquanto um retornado, mesmo não sendo este termo utilizado nas

---

<sup>37</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

entrevistas.<sup>38</sup> Ao projetar expectativas de futuro o passado de migração ordena indiretamente seu julgamento. E, mesmo sem se referir ao processo anterior, é dele se posiciona. Numa leitura possível, o Paraná, agora quando do retorno após os anos vividos no Pará, talvez não seja nem apenas o lugar do trabalho, metaforicamente construído na imagem do gaúcho colonizador que a entrevistada utiliza em outros momentos da sua fala (citados mais adiante), nem tão pouco o lugar como sinônimo de tranquilidade, ou seja, da estabilidade econômica. Se não é o lugar do enriquecimento é o lugar da segurança do emprego e de se ter uma “casinha”, lugar onde poderá dar a oportunidade ao seu filho de seguir com os estudos. Nesta analogia, o Mato Grosso, assim como o Pará, ofereceria a oportunidade do enriquecimento, mas negaria esta segurança que ela e sua família desfrutam - cabe destacar que a casinha foi adquirida justamente com os anos que vivera no Pará, talvez, um capital suficiente e já conquistado.

Já no caso de Enso, ao destacar a herança cultural e social adquirida na migração ao Mato Grosso e ao Pará, enfaticamente, disse: “Aprendi a negociar, aprendi muita coisa lá que coloco em prática hoje na minha vida”.<sup>39</sup> E de fato Enso foi, dentre os entrevistados, aquele que mais se utilizou do verbo aprender, afinal, como ele destacou em outra passagem da mesma entrevista em relação aquilo que pensava antes de sair do Paraná: “se não der certo eu não perdi nada, perdi, mas acabei ganhando porque eu sempre falo, que meu mestrado e doutorado eu fiz no Mato Grosso, tudo que eu conheço, de conhecimento eu aprendi no Mato Grosso!”.<sup>40</sup> Note-se que o processo de deslocamento representa um acúmulo, uma conquista, seja ela material e ou cultural e nesse caso demonstra a importância do capital profissional adquirido.

Da mesma forma a transitoriedade migratória evidencia nesses exemplos o significado do falar, e na fala os possíveis silenciamentos que envolvem a busca e ou a frustração em torno da conquista econômica. A casa, no caso de Marcia, pode ser suficiente, mas não representa tudo que fora almejado da migração; o “mestrado e doutorado” representa metaforicamente mais do que capital, o conhecimento a ser empregado no presente. A conquista pode ser no âmbito profissional e cultural, mas, não se reporta as grandes conquistas econômicas, como a almejada e não conquistada fazenda citada no decorrer da entrevista.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> E mesmo que esse conceito adotado como categoria central fosse pela primeira vez apresentado aos entrevistados, as narrativas de vida foram organizadas a partir desta condição: a do retorno.

<sup>39</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Para a compreensão da pluralidade que envolve a análise da conquista dos lugares, além de Haesbaert (2011) e seu conceito de territorialidades, apresentados na sequência do capítulo, ela também pode ser problematizada

Fica mais evidente o fato de que o estudo da “transitoriedade migrante” necessita atentar aos diferentes entendimentos dos entrevistados sobre os resultados obtidos por eles com a migração, ou seja, avaliar a relação entre as motivações da migração com aquilo que agora podem apresentar como algo alcançado, numa fala pautada no “lá e no cá”, ao mesmo tempo. Marcia buscava a sua “casinha”, algo sinônimo da estabilidade que hoje considera suficiente; Enso, a experiência de vida, seu “mestrado e doutorado” da vida. Tanto ela quanto ele se utilizam da experiência adquirida para projetarem suas ações, algo que para ele o auxilia na sua atual profissão de vendedor e na sua própria leitura de mundo, e que para ela serve como segurança para o estudo do filho.

Além da importância da leitura trazida dos resultados da migração, outra contribuição das entrevistas diante do significado da migração, ou, voltando a Goettert (2008), da transitoriedade migratória, está na apresentação das escolhas que resultaram na migração. Márcio procurou atribuir pesos a opção pela migração para Rondônia e ao fazê-lo, mesmo sabendo da temática da pesquisa – da migração e retorno da Amazônia Legal- relacionou o período vivido na Amazônia com as experiências migratórias que ele trazia desde jovem.

Eu acho legal poder participar desse projeto até por que assim, a minha história, quando se fala de migração, eu já tenho uma experiência já muito antiga. Eu deixei a casa dos meus pais ainda muito cedo, com quatorze anos e eu tive que migrar pra outro lugar com o objetivo de uma profissão. Então já desde os quatorze anos eu já saí de casa e tive essa experiência, eu passei praticamente sete anos em Londrina. Jogando futebol, tentando a carreira de jogador e com isso foi onde eu fui conhecendo vários lugares no Brasil.<sup>42</sup>

Os “vários lugares” se comunicam com a migração para Rondônia e ela pode ser explicada de duas maneiras, complementares entre si. Na primeira, preponderou a opção movida pela questão profissional:

---

com o conceito de ambivalência discursiva de Bhabha (2007). A aplicabilidade desse conceito, destacado no nosso caso nas fontes orais apresentadas, fica evidente quando refletimos os significados da autoridade – semântica- dos migrantes pensada na tentativa de regular o espaço. Para o autor na sua defesa do hibridismo cultural, mais do que um resultado, o hibridismo cultural indica um caminho para análise das disputas do espaço, afinal, a eficiência da representação da autoridade alcança maior êxito na diferença que demarca do que na sua pretensão de universalidade (2007, p. 58). Seria no nosso caso a utilização pelos migrantes dos seus conhecimentos técnicos presentes desde a maneira de cultivar a terra e produzir até a qualidade no serviço de solda, de mecânica, etc. qualidade unida ao esforço do trabalho. Algo que possivelmente justificaria inclusive falar do sucesso da migração mesmo que ela não tenha resultado o lucro um dia almejado. No capítulo quarto, as motivações do retorno tocam mais uma vez e de maneira direta nos resultados alcançados por esta pretensão de autoridade.

<sup>42</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

Eu acho assim, que sempre se tem um fator que mexe muito com a gente que é a questão econômica, então saí com quinze anos pensando em ganhar a vida. Passei uma boa fase da vida jogando futebol, foram praticamente quinze anos e quando as portas fecharam pra mim eu tive que começar, eu tive que ir atrás de outro emprego, um outro meio de vida. Isso me levou mais uma vez a sair de onde eu estava. Eu estava, nesse período, eu estava morando no interior de São Paulo, São Carlos, eu já era casado. É, com um filho e o fator econômico pesou mais uma vez e daí foi onde nós resolvemos procurar o norte do país.<sup>43</sup>

Se o econômico parece preponderar, afinal devido a sua carreira de jogador não se especializou em outra profissão e teve na migração a possibilidade de ampliar suas possibilidades de emprego, ao falar de suas experiências e das atuais expectativas destaca o peso da possibilidade de conhecer novos lugares: “Não, eu sempre assim, desde quando eu jogo bola eu sempre pensei em jogar bola e conhecer novos lugares, principalmente o exterior”.<sup>44</sup> Tanto a preocupação com a estabilidade, hoje por ele conquistada com o emprego público e com o serviço da sua esposa, quanto o objetivo de conhecer lugares seguem quando ele fala do presente. A migração não ficou, no seu caso, estanca no passado, mas é reafirmada quando realça os seus esforços em viajar e seguir “conhecendo novos lugares”.

Analisar a transitoriedade migratória, necessária para compreendermos o presente dos entrevistados, implicou a análise da proximidade- subjetividade que eles trazem daqueles lugares no presente. E nas três trajetórias citadas fica explícito o fato de que esses espaços rememorados foram, acima de tudo, lugares onde se deram disputas. Neste direcionamento, acompanhar a representação do espaço pela disputa demanda uma apresentação de um posicionamento conceitual de território sem que com isso nos distanciemos das preocupações apresentadas a partir do conceito de lugar.

O diálogo teórico pode aqui ser trazido pela problematização de uma condição muito referida nas fontes orais, a que se refere a determinado “estado de espírito”. Márcio destacou mais do porque da migração:

É, conhecer, e também por esse espírito meu, aventureiro, porque eu sempre falo assim, eu sempre fui (...) Minha experiência, né? Eu saí de casa com quinze anos e de Londrina, eu conheci praticamente o mundo né? Conheci o Japão, conheci a Alemanha.  
Conhecia a Amazônia, porque é uma coisa assim, eu sempre gostei de geografia também. Uma coisa que sempre me chamou a atenção.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.



O “espírito aventureiro” posto à prova indica conquistas. E essas conquistas dos espaços não se deram no caso citado apenas pela confirmação econômica, mas pelo fato de conviver com as culturas locais. Assim também se constrói territorialidades. No caso de Márcio, ele, diante das dificuldades de emprego, destacou o ganho com o engajamento da missão pelos rios da região amazônica, algo que, se por um lado lhe “atrasou” a busca efetiva pelo emprego, por outro lhe possibilitou certa forma de conquista espacial. Após vivenciar um ano de viagens em uma missão religiosa e com isso ter a oportunidade de dizer ter conhecido a geografia e cultura de quase toda a Amazônia, o entrevistado teve de lidar com os desafios profissionais: “Depois dessa experiência do Amazonas é que eu falei, ‘agora eu vou trabalhar!’; daí isso aí foi mais ou menos um período de dois anos que eu fiquei em Ariquemes”.<sup>46</sup>

O espaço disputado. Para melhor problematizá-lo recorreremos a Haesbaert (2004 e 2011) na sua apresentação da amplitude do conceito de território e na sua relação com o conceito de identidades. Partindo da lógica do espaço abrigo e do nacional, defendido na lógica do espaço vital e lugar do espírito universal de Ratzel, Haesbaert destacou como o conceito de território foi ampliado e passou a evidência do significado do local (HAESBAERT, 2011, p. 71). Aproximando-se de uma perspectiva dita integradora do território, sua análise, diferentemente da visão de território total, considera o espaço material e as relações sociais, com uma leitura do espaço pautada na semiotização e nos aspectos materiais sem colocá-los em campos dicotômicos:

Por isso, toda a relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e ao separar de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo o processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflitos e/ou negociação [...] (ibidem p. 89).

Já

dissemos, acreditamos que esta reconstrução de territórios responda a uma busca material e simbólica. Como afirmou Haesbaert, território, em qualquer acepção, está associado ao poder material, político, mas também, simbólico, pautado no ato da apropriação. Assim, com base neste raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. Como exemplo, o autor apresenta o território-rede, onde

---

<sup>46</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

há diferentes formas de se utilizar os múltiplos territórios, de acordo com as relações de poder presentes nas suas disputas. Enquanto alguns não têm sequer o direito de constituir um território na sua primeira opção, a de abrigo, outros dispõem das efetivas opções alcançadas numa economia global, lembra o autor na referida obra.

Nesta perspectiva, o conceito de território apenas faz sentido se experimentado nos determinados contextos - tempo e espaço. Mesmo indicando os excessos, o autor apropria-se de uma concepção filosófica –rizomática- para analisar os agendamentos, de corpos – maquínicos – e de enunciados – semânticos. Antes de negar a importância do conceito território, proposta de algumas análises contemporâneas que enfatizam a crise do Estado frente ao processo de globalização, observa que mais que uma coisa, território significa movimento, ritmo (2011, p.127). O ritmo, por sua vez, assim como o movimento de deslocamento, remete o debate ao questionamento apresentado pelo autor ao conceito de desterritorialização, conceito caro a nossa análise, e no seu lugar propõe o deslocamento do foco de análise para a compreensão dos novos territórios ou das territorialidades.<sup>47</sup>

Os três fragmentos de entrevistas citados, de Enso, de Marcia e de Márcio comprovam isto, pois, apresentaram sua inserção pela disputa dos lugares, disputa econômica que envolve o posicionar-se diante de políticas estatais e de cobranças profissionais e de mercado, mas também disputas culturais. E nesta questão cultural todos se disseram vencedores. Algo que recai no debate de identidades. Afinal, o processo pelo qual passaram significou lidar com identidades assumidas, seja ela, étnica, nacional, ambiental, religiosa, de trabalho, de colonizador, entre outras, retomadas na sequência dos capítulos. Delas disputaram territórios, delas narram essas disputas. Delas apresentam a transitoriedade migrante.

Na incumbência até aqui apresentada de se compreender esta condição na qual os entrevistados ora se apresentavam- ou seja, a de migrantes – na sua relação espacial, um apontamento comum entre as entrevistas serve de mais problemáticas para a análise do processo de territorialidade. Nele o tempo de permanência poderia significar a possibilidade de se criar ou não raízes.

Neste sentido foram lembradas algumas famílias conhecidas ainda na Amazônia, além de alguns parentes e amigos, como exemplo daqueles que criaram ou não raízes. Alguns “enraizamentos” foram concretizados em um tempo “curto” de duração. Foi o caso de seu

---

<sup>47</sup> Nesse diálogo entre múltiplas dimensões do estudo do espaço o autor discute o processo de construção de territorialidades e adota as problemáticas de territórios numa perspectiva polissêmica para estudar o espaço geográfico e suas disputas, em múltiplas escalas de observação. Ao dialogar com a filosofia de Deleuze e Gatarri, demonstra como o conceito de territorialidade contribuiu para a desconstrução do mito da desterritorialização. Assim, suas preocupações vão além da leitura filosófica e indicam um plano político.

Valdemar ao destacar o casamento dos filhos com “nativas”, opção fundamental para que parte da família não optasse em retornar ao Paraná: “cresceram sim, esse dois mais novos sim, é o Marcos, esse que trabalha hoje em Santa Tereza, ele sempre fala assim (...) que é um lugar [agradável]! Mas é porque a mulher dele é nativa de lá”.<sup>48</sup> Como se uma vez as raízes criadas o retorno não fosse mais justificado. Situação próxima a vivenciada, segundo Derick, pela sua irmã, na escolha em ficar, após o seu casamento. Ela que migrou logo após sua ida para ao Mato Grosso, junto com os pais, foi lembrada e serve com um dos motivos para que ele não perca o contato com os lugares onde morou assim que chegou naquele estado: “minha irmã tá lá, minha irmã tá em Sorriso, ela não volta embora de lá, ela não vem embora”.<sup>49</sup> As citações confirmam uma particularidade percebida no conjunto das entrevistas, qual seja, pouco se falou de perdas de raízes e a ênfase esteve de fato sobre o criar raízes. Isto, independente do tempo em que se esteve fora.

Se o ato de migrar corresponde a uma decisão subjetiva, decisão muitas vezes imposta em vista da migração forçada, a sua interpretação pode ser avaliada por diferentes prismas. E em um dos caminhos adotados, o da análise das redes de sociabilidade em que estão envolvidos os migrantes, afasta-, neste sentido, a interpretação de uma leitura meramente vitimista. Neste sentido, antes de destacarmos as perdas de raízes, atentamos àquilo que Haesbaert denominou “multiterritorialidade”: “mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 1).

A relação entre criar e perder raízes tomada pela ótica de Haesbaert atenta, assim, para aquilo que se conquista e não unicamente para aquilo que se perde; não que a perda esteja ausente de todas as entrevistas, no entanto, ela pouco foi indicada quando se falou de raízes.<sup>50</sup>

Noutra contribuição para o estudo de memórias dos processos de retorno a partir da “condição de migrante”, mais que ficar no debate proposto com as contribuições da Geografia, mas partindo dele, percebemos como a proximidade com o espaço, pela ótica da

---

<sup>48</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

<sup>49</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

<sup>50</sup> O debate será ainda retomando no último capítulo quando lidaremos com uma questão de ordem conjuntural e ontológica a qual nos desafiou a considerar até que ponto o tempo de permanência poderia balizar o sentimento de “culpa” ou o enraizamento, questão que envolve os significados da relação entre o tempo supostamente necessário para a adaptação e a opção pelo retorno, destacados mais uma vez nas fontes orais. Com o debate da questão, podemos adiantar, perceberemos que o tempo necessário era variável e esteve relacionado à interação cultural, ao sucesso e ou insucesso econômico e a questões familiares, algo intrigante quando se avalia histórias de retornados.

sua disputa, correspondeu, nos casos por nós estudados, uma constante apropriação e negociação com o costume e tradição. São estes lugares apropriados pelos entrevistados dos quais eles agora falam.

A aproximação entre cultura, costume e tradição, tomada no caso da linha thompsoniana pelo fazer-se da classe trabalhadora, possibilita tanto a estruturação da análise da inserção e usos dos lugares pelos entrevistados, temática deste capítulo, quanto o direcionamento de um debate continuado no quarto capítulo sobre a relação entre cotidiano e regulamentação legal do extrativismo, considerando aqui as diferenças de contextos entre a Inglaterra dos cerceamentos, ou anteriores a eles, e os recortes da nossa pesquisa. De qualquer forma, a luta, ou o fazer-se numa linguagem mais próxima a de Thompson (1998), aplicada às entrevistas, direciona a interpretação da interação entre sujeitos e a terra, sujeitos e meios de produção, e numa última análise, sujeitos e a regulamentação legal - do extrativismo; isto perante a ênfase sobre as resistências destes sujeitos pleiteadas nos costumes e ou nas tradições.<sup>51</sup>

### **1.1.2 Migração, tradição e costume**

Quando alguns dos entrevistados falaram da sua experiência migratória, se apropriaram de uma leitura das migrações ocorridas em momentos anteriores ao da sua migração, para delas consagrarem a contribuição do sulista para região Amazônica como um todo. Nessa ressignificação, o “gaúcho” foi elencado como modelo exemplar de migrante, sendo lembrado principalmente pela positivação de seu esforço frente ao trabalho de formação de fronteiras agrícolas. Em alguns desses casos de ressignificação os entrevistados se identificaram com esta suposta postura colonizadora do gaúcho, e em outros, se diferenciaram dela, ao especificarem aspectos da cultura paranaense. Não foram poucas às vezes em que estas formas de ressignificação dos resultados da migração “gaúcha” das

---

<sup>51</sup> Antes de se ater ao cercamento a partir da história parlamentar, último ato da relação de tratamento entre terras comunais dentro das categorias capitalistas (1998, p. 131) e distanciado da leitura economicista preocupada com as raízes do empreendedorismo inglês, Thompson define o período de embates entre direito comum e lei. Para tanto apresenta a dupla possibilidade de leitura da economia do colono ou proto industrial. Longe da tentativa de reconstruir hermeneuticamente uma ligação entre a Inglaterra dos séculos XVIII e XIX com o processo migratório ora estudado, temos na contribuição da leitura da relação destacada pelo autor entre “Costume, Lei e Direito Comum (p. 86-149)” a contribuição da História Social, com mais olhares à história agrária, sobre os ritmos da cobrança da Lei e as resistências que ela encontrou nos “costumes”, ao mesmo tempo em que ela foi reivindicada na defesa do “direito comum”, do direito consuetudinário, um quadro apropriado em diferentes ritmos principalmente pelos colonos, pequenos proprietários, posseiros e bucaneiros, ou seja, para os pobres.

décadas de 1970 e 1980 nos foram sintetizadas por meio da palavra tradição.<sup>52</sup> A tradição gaúcha da qual os entrevistados ora se aproximavam, ora se diferenciavam, conforme veremos a seguir.

Se por um lado a palavra tradição remeteu nestes casos ao esforço de positivação da “cultura gaúcha”, por outro lado, ao falarem dos nativos, ou da “cultura” dos nativos, alguns entrevistados utilizaram-se da palavra “costume”. Assim, determinadas entrevistas construíram uma diferenciação entre a palavra tradição- do sulista, positivada, com costume, algo que remeteria ao diferente.

Numa aproximação com Thompson (1998) nos interessa a relação que ele constrói entre lei e cultura a partir das resistências às expropriações de terras no momento quando eram reivindicadas formas de garantia do direito ao trabalho diante dos processos de cercamentos. Em síntese, um exemplo histórico de uma ligação dos sujeitos com o lugar buscado no direito comum, ou seja, na tradição, diante das cobranças “da lei parlamentar”. Conforme destaca Thompson (Idem), nas relações ali vividas entre lei, costume e direito comum, os costumes consuetudinário, possibilitaram aos trabalhadores resistirem a implantação da lei; os costumes recorreriam as tradições na mesma medida em que possibilitariam mudanças<sup>53</sup>.

Esta aproximação se torna interessante à nossa pesquisa porque os sulistas são ou foram “forasteiros”, mas muitos deles se diziam no direito de uso da terra daqueles lugares - e também das cidades, dos empregos, etc. - justamente por se apropriarem do significado atribuído à tradição gaúcha diante da positivação do trabalho destes migrantes, responsáveis nesta lógica pelo desenvolvimento regional ou mesmo nacional.

Mais analogias exemplificam a nossa leitura. Pode-se, por exemplo, avaliar como a tradição do gaúcho - daquele que se diz trabalhador e assim é considerado herdeiro desta tradição (ou do “direito comum” conforme Thompson), - passa a ser questionada diante dos “costumes” adquiridos no norte, quando os retornados criticam nas entrevistas a postura dos sulistas, de se dedicarem exclusivamente ao trabalho e deixarem com isto de valorizar o lazer ou o convívio familiar. Ou seja, a prática do costume, fundida nesse caso, no convívio

---

<sup>52</sup> Há de se admitir a impossibilidade da associação histórica entre o papel assumido na análise de Thompson entre a *gentry* e todo um tipo de pobres descapitalizados, com uma classe, no caso de nosso estudo, a que seria detentora de terras, e os seus trabalhadores, sejam eles sulistas ou não. Por outro, nada impede de percebermos a relação destacada entre certos usos do direito comum, como é o caso de nossa análise de quando os migrantes lembram-se das diferenças entre suas formas de produzir com as dos nativos, ou ainda quando chegamos a um debate nacional a respeito do significado de terras tradicionais e sua posse, debate que foge de nossa abordagem.

<sup>53</sup> O direito comum freou naqueles casos da Inglaterra oitocentista a formulação de leis e neste movimento denunciou uma multiplicidade de formas – costumes- de se lidar com ela; numa estratégia próxima de argumentação podemos compreender nosso processo migratório, principalmente naquilo que corresponde às formas de ressignificações do significado prático de leis e de projetos de colonização.

migratório, passa a ser lapidada agora no retorno e desautoriza em algum momento determinadas interpretações da tradição.

Portanto, ora tal representação da tradição significaria uma “carta na manga” em relação ao momento de formulação de leis- como a que regulamenta o acesso às terras diante de políticas nacionais para Amazônia, típicas dos anos entre 1960 a 1980, ora pode ser questionada pela prática dos costumes, quando não mais justificaria a trajetória de vida de um migrante, como aqueles que trabalharam, mas que não teriam alcançado aquilo que planejaram, ao menos economicamente; se alguma coisa “falhou” ou seria a tradição ou o sujeito.<sup>54</sup>

Chama ainda atenção outra interpretação, já direcionada e nela, o migrante atribui a “culpa” de um insucesso a lei contra o extrativismo ilegal tirando de sua cultura-tradição- e ou desempenho pessoal o resultado do insucesso.

Um exemplo de como a tradição e o costume estão relacionados foi apresentado por Márcio quando apresenta a história da família de sua esposa, pessoas que migraram para Rondônia em fins da década de 1970. Deles o entrevistado primeiramente destacou a força da tradição assumida e atribuída pelos próprios nortistas ao gaúcho:

Não, não, o povo do sul é bem visto lá em Rondônia. Porque eles são assim, o povo que vai lá, até mesmo pra arrumar emprego na cidade, numa cidade como, por exemplo, Porto Velho, que é a capital de Rondônia, quase quatrocentos mil habitantes, o povo do sul já tinha uma certa, certa vantagem pra arrumar emprego, porque as pessoas que estão lá, que veio, aquele pessoal do sul, são aqueles que foram, que de fato que trabalharam, que lutaram. Então o povo do norte ainda tem, carrega um estigma daquele do povo nativo ainda. Do povo que não gosta de (...). O rondoniense mesmo, ele é tranquilo, não gosta de trabalhar, é a “cultura do índio” entre aspas<sup>55</sup>.

Márcio deixa evidente a diferença por ele percebida entre o migrante, associado ao empenho com o trabalho, com o rondoniense, associado à pessoa que “não gosta de” (...) (trabalhar). Ele próprio se exime do peso do julgamento em torno desta suposta diferença de postura frente ao trabalho destacando aspas na afirmativa. Diante dessa diferença, a tradição sulista refletiria uma “vantagem”. No entanto, tal peso da tradição é por ele rebatido pela maneira como os parentes se identificam ao nortista, processo sintetizado pela palavra

---

<sup>54</sup> E mesmo que admitamos a importância do debate com as terras tradicionais e, assim, as resistências às formas de capitalização de posse das terras, esse debate não correspondeu as trajetórias dos migrantes de nossa pesquisa, o que se deu foi sim a intensificação – impulsionada neste caso pelo próprio governo- das potencialidades capitalistas. E elas foram negociadas entre nativos e migrantes e entre os próprios migrantes pelo costume.

<sup>55</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

adaptar: “Mas eles, eu percebi, eu percebo assim, que os parentes da minha esposa, eles se adaptaram muito ao (...) eles eram, parecia que eles eram mais nortistas do que sulista”<sup>56</sup>. E quando se solicitou que explicasse o porquê dessa identificação, completou: “[...] Eles sempre falam que lá, eles não querem voltar pra cá”<sup>57</sup>. Lá ainda seria para a família um lugar melhor do que no Paraná, pelo comportamento das pessoas. Por fim posiciona-se enquanto um estudante de História:

Áh, eu, a minha opinião é mais numa visão antropológica né. Eu acho que não faz sentido. Eu acho que é só uma construção que nós temos, um conceito. Eu penso assim porque, eu penso assim porque, como um estudante de História e que estuda a Antropologia, é apenas um conceito.<sup>58</sup>

De qualquer forma a simplicidade foi admirada não apenas pelo migrante sulista que lá estava há décadas, mas também por ele próprio: “Quem começa a viver e conviver com o povo vai perceber isso. No Amazonas mesmo, como as pessoas te chamam pra entrar na casa se elas nem te conhecem!”<sup>59</sup>

Nesta relação do costume – aqui representação como sinônimo de simplicidade - e tradição – representação da positivação do trabalhador sulista - temos também uma das maneiras de avaliar a perspectiva de futuro alcançada por meio do uso do conceito de “adaptação”, lógica trazida também por Hugo ao campo do costume: “Isso formaram família e viram futuro lá, se adequaram, se acostumaram né”<sup>60</sup>. Tiveram de se adequar, adequar sua tradição frente aos costumes encontrados. O exemplo conclui este tópico e o “amarra” aos anteriores. A questão associa o costume à identificação identitária. A relação estabelecida entre migrar e se acostumar, pensada pela ótica do retorno, resume-se aqui no desafio de criar raízes. E criar raízes não implicou criar comunidades de migrantes, mas conviver com as comunidades de lá. Costume e tradição envolvem, assim, a questão da própria segurança comunitária (BAUMAM, 2003), seja ela pensada como foi buscada lá, ou agora, aqui. A tradição está para a identidade assim como a identidade está ao costume e ambas as práticas fazem parte dos desafios de viver em comunidades, outro desafio da “condição de migrante”. No ato de se apresentar na condição de um migrante, migrar significou, ao menos temporariamente, romper a fronteira da comunidade “daqui” e tentar, se possível for, inserir-

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

se numa comunidade “por lá”. Como destaca Bauman (Idem), essa palavra requer certos cuidados, num “tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”, mas como conclui o autor ao retomar R. Willians, “ela sempre foi” (p.9). Nos casos destacados por Márcio e por Hugo, muitos migrantes não pretenderam construir uma nova comunidade fora do Paraná tendo nela a companhia de outros migrantes. E no retorno nem sempre foram acolhidos pelos pares, evidências que aparecem nas críticas que fazem do atual momento vivido (críticas que estruturam em parte todos os capítulos seguintes). Afinal, se a segurança fosse alcançada facilmente não teriam talvez se quer migrado e, agora no retorno, destacariam apenas pontos negativos vividos fora do Paraná, fato que não se comprova com as fontes orais conforme perceberemos na sequência do texto. As histórias narradas indicam mais do que o mero embate entre nativos e migrantes, apontamento trazido na relação, via de regra conflituosa, situada pelos usos das palavras costume e tradição.

O migrante, pensado assim na sua aproximação com a subjetividade e pela disputa dos espaços pode ser apresentado pela ótica do retorno. Evidentemente, tudo isso tem implicações que marcam as narrativas e sua interpretação. O retorno não deixaria de ter implicações com as outras saídas, outras disputas territoriais e, assim, com as relações que eles estabelecem com outras memórias que constituem historicamente os itinerários. Migrantes em trânsito e em direto contato com o lugar; migrantes compreendidos e que se compreendem no fazer-se de classe social; migrantes que são na nossa pesquisa considerados sujeitos em disputas territoriais para além da perda; e ainda, migrantes com os quais temos a oportunidade de problematizar as maneiras com lidaram com a tradição e com o costume, “aqui”, antes da saída, “lá”, durante o período narrado, e agora, “novamente aqui” após o seu retorno. A sequência do capítulo apresenta as características do processo migratório trazidas na memória. Iniciemos com a especificação do fluxo de retorno.

## **1.2- “Eu gosto daqui, só que a partir do momento que você vinha passear pro Paraná, daí você já ficava com aquele remorso sabe, na hora de voltar”: como situar o fluxo de retorno?**

Uma vez apresentadas as implicações de se tomar os entrevistados primeiramente como migrantes, resta agora ao segundo momento do capítulo a apresentação do fluxo de retorno mapeado pelo IBGE. Metodologicamente para a sua análise propomos a construção de um contraponto entre os índices e leituras demográficas já mapeadas com o produto das



memórias levantadas por nossas fontes orais, numa inter-relação de leis, transformações estruturais e conjuntura política e na relação destas com as trajetórias narradas.

Iniciemos a problematização com a seguinte fala de Enso: “Eu vim quando tinha 11 anos. Aí nós viemos pra Juranda, aí meu pai veio mexer com agricultura e aquela coisa toda, mas eu sempre tive um espírito aventureiro, eu nunca gostei de ficar muito tempo num lugar”<sup>61</sup>. O exemplo por ele trazido ressaltou o seu espírito aventureiro, sem, no entanto, deixar de enfatizar questões econômicas. Ou seja, o seu “espírito aventureiro” esteve estruturado na certeza de que teria garantias no caso do retorno ao Paraná: “Eu fui, eu fui aventureiro, eu falei se eu ganhar dinheiro, enriquecer, beleza, porque na época era isso, enriquecer”.<sup>62</sup> A opção de seguir para outros rumos ou a do retorno estaria presente nos planos de todos migrantes. Neste caso em específico, a entrevistada relaciona aventura com planejamento pessoal e familiar- da sua família, mas também numa acepção geracional, se referindo a uma tradição familiar. Ao demarcar o processo analisado pelos estudos demográficos dá-se ênfase nas memórias do processo de migração de retorno em um patamar que se diferencia – e nem por isso se torna mais importante para a análise histórica- de outras migrações de retorno, isto ocorre muito em conta do próprio crivo da constatação do fluxo e das suas respectivas particularidades históricas.

O que queremos dizer retrata a importância da apresentação dos caminhos por nós seguidos para entendermos um fluxo explicado de diferentes ângulos por outras áreas, inclusive ao relacionar este fluxo com um fenômeno anterior, o de saída do estado, ou ainda ao ápice do esgotamento das frentes de ocupação da Amazônia Legal.

A primeira questão seria: os entrevistados teriam tal leitura? Afirmativas como a de Moises: “Eu sempre pensava fazer um futuro aqui e ir embora. O Paraná nosso aqui não tem!”<sup>63</sup> significariam, enfim, o resultado de uma leitura do todo ou de um posicionamento individual apenas?

A questão enunciada desdobra-se em outras que fundamentam a sequência do próprio capítulo, quais sejam, primeiro, como nos inserir no campo dos estudos migratórios? Afinal, não residiria na própria apresentação de um fenômeno recente a validade da investigação e da pesquisa? E mais, como esse retorno, agora caracterizado por fluxo, dialoga com outros retornos, se pensado epistemologicamente a partir do campo das memórias dos próprios migrantes? Por fim, o diálogo entre teorias da migração e memórias podem ser

---

<sup>61</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11out 2014.

diretamente destacados? São questões que seguem na especificação do retorno enquanto fluxo.

### 1.2.1 Um fluxo

O fluxo de retorno foi compreendido a partir do conhecimento da obra: “Estudo e análises, informações demográfica e socioeconômica número 1: Reflexos sobre os deslocamentos populacionais no Brasil” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011), publicada pelo IBGE. A publicação demonstra a realização do esforço da Diretoria de Pesquisas numa abordagem que se diz pautada na transversalidade dos estudos e das pesquisas entre diferentes áreas das Ciências Sociais Aplicadas<sup>64</sup>.

Na apresentação dessa publicação, seus estudos e análises apresentam um caráter investigativo e descritivo e seus resultados estão relacionados às revisões teóricas e metodológicas da área da Demografia. Para tanto, abrangem leituras e revisões dos índices e dos indicativos de recenseamentos ocorridos a partir de 1970 até os indicativos do recenseamento de 2010, dando ênfase sobre as novas configurações dos deslocamentos populacionais (de 2001-2010).

O debate com essa bibliografia também contribui para o conhecimento de tendências e de teorias ligadas aos fenômenos migratórios. A revisão proposta envolve desde a análise de estudos clássicos, como as vertentes do Funcionalismo e do Estruturalismo, até as interpretações de estudos contemporâneos, voltados às estruturas econômicas, políticas e socioculturais, por exemplo, com as contribuições dos estudos Neoclássicos e da Nova Economia de Migração, desprendidas do modelo de sociedade fordista, do qual se origina a análise clássica (OLIVEIRA, 2011). Assim se destacam as novas demandas dos neoclássicos preocupados com o processo de migração no âmbito individual, mas, sem que sejam excluídas questões estruturais, ao considerarem, por exemplo, a problemática em torno de instituição familiar; e da Nova Economia de Migração, a qual passa a considerar além do mercado de trabalho e renda, o mercado de seguro, capital, renda e políticas sociais, ou seja, questões de mercado que não se limitam ao âmbito das estruturas econômicas (Idem). Para o momento cabe ressaltar que concordamos com os organizadores quando destacam que não se trata mais da busca de uma teoria, mas da convergência entre metodologias, teorias e estudos de classes. Nesta abordagem, dialogamos com análise de redes sociais, e a partir delas com as

---

<sup>64</sup> No caso do estudo, envolveu ainda pesquisadores da Coordenação de Geografia, da Diretoria de Geociências e da Unidade Estadual de Minas Gerais que foram reunidos no Grupo Transversal de Estudos do Território e Mobilidade Espacial da População - Gemob.

motivações individuais, atentos ao risco de um individualismo metódico. Todo esse debate complementa-se aos diálogos que apresentamos no início do capítulo.

Entre as principais configurações dos fluxos migratórios apresentados pelo IBGE está constatada, desde os últimos anos 1980, uma significativa modificação estrutural tendo destaque as migrações de retorno, entre elas o movimento de retorno de paranaenses:

Embora em níveis distintos nas pesquisas, os estados das regiões Nordeste e Sul apresentaram as maiores participações relativas da migração de retorno no total da imigração para seus estados nos três momentos analisados (2000, 2004 e 2009), destacando-se, no quinquênio 1999/2004, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, além do Paraná e Rio Grande do Sul como estados que superaram os 20% de retornados no total de imigrantes. [...] Em 2009, os estados em que a migração de retorno foi mais expressiva, superando os 20% do total de imigrantes, foram Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, além do Paraná e Rio Grande do Sul (Idem, p. 39).

As principais mudanças desse período foram sintetizadas da seguinte maneira:

I- a inversão das correntes migratórias entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; II- a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; III- o aumento da retenção de população na Região Nordeste; IV- os novos eixos de deslocamento às cidades médias no interior do País; V- o aumento da importância dos movimentos pendulares; VI- o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; VII- a migração de retorno do Paraná (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

Os tópicos VI e VII, referentes ao esgotamento da fronteira agrícola (da Amazônia Legal) e a Migração de Retorno ao Paraná, ao longo das décadas de 1990 e 2010, evidenciam que se trata de fenômenos interligados. A partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010, o trabalho supracitado problematizou os eixos de crescimento, com base nos totais populacionais para os municípios investigados em 2010 e os totais observados em 2000, através do cálculo da taxa média geométrica anual de crescimento. Este debate está estruturado em três capítulos. A primeira parte tratou das informações provenientes do Censo Demográfico 2000, mapeando os fluxos observados no País no quinquênio 1995/2000, enfatizando as trocas populacionais, e construindo o Índice de Eficácia Migratória e de imigrantes de retorno. Na Segunda parte foram analisados os dois períodos abarcados pelas PNADs, 2004 e 2009, com ênfase nas tendências observadas ao longo desta década, como as “trocas interregionais” e o Índice de Eficácia Migratória e dos imigrantes de retorno. A terceira parte analisou as taxas de crescimento populacionais dos municípios referentes ao

período de 2000-2010. Na sequência, destacamos três das cinco tabelas que fundamentam o fluxo de retorno. Na primeira (Tabela 1) avaliou-se o índice de eficácia migratória referente ao ano 2000.

Tabela 1: Índice de Eficácia Migratória por Federação

IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO, ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA E IMIGRANTES DE RETORNO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2000						
Unidades da Federação	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Índice de eficácia migratória	Imigrantes de Retorno	
					Total	Participação relativa no total de imigrantes (%)
<b>Brasil</b>	<b>5.196.093</b>	<b>5.196.093</b>	-	-	<b>1.197.901</b>	<b>23,05</b>
Rondônia	83.326	72.735	10.590	0,07	6.338	7,61
Acre	13.634	16.070	(-)2.436	(-)0,08	3.136	23,00
Amazonas	89.627	58.657	30.970	0,21	9.401	10,49
Roraima	47.752	14.379	33.373	0,54	1.130	2,37
Pará	182.043	234.239	(-)52.195	(-)0,13	29.025	15,94
Amapá	44.582	15.113	29.469	0,49	2.463	5,62
Tocantins	95.430	82.515	12.915	0,07	14.380	15,07
Maranhão	100.816	274.469	(-)173.653	(-)0,46	44.171	43,81
Alagoas	55.966	127.948	(-)71.983	(-)0,39	23.912	42,73
Sergipe	52.111	56.928	(-)4817	(-)0,04	13.851	26,58
Bahia	250.571	518.036	(-)267.465	(-)0,35	110.356	44,04
Paraná	297.311	336.998	(-)39.686	(-)0,06	112.574	37,86
Santa Catarina	199.653	139.667	59.986	0,18	37.185	18,62
Rio G. do Sul	113.395	152.890	(-)39.495	(-)0,15	44.482	39,23

Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011 p. 34)

Diante da síntese do estudo nos interessa o significado da nomenclatura – saldo líquido, resultante da diferença entre o índice de entrada e (imigrantes) e de saída (emigrantes) de pessoas do estado representado. A esse propósito observamos que no ano 2000 os estados de Roraima, Amapá e Maranhão alcançaram os maiores índices de eficácia migratória dentre os estados que compunham a Amazônia Legal (cabe enfatizar que o Estado do Maranhão compõe em parte de seu território a Amazônia Legal), sendo os primeiros com índices positivos (mais pessoas entraram do estado- imigrantes- se comparado com o total das que saíram- emigrantes) e o último, negativo (prevalência de emigrantes).<sup>65</sup> Naquele momento o índice do Estado do Paraná era negativo, ou seja, mais pessoas deixaram o estado do que

<sup>65</sup> A análise desses números deve considerar outro fator não estudado em nossa pesquisa referente às migrações intra regionais posteriores ao ano de 2014 e por isso não considerada nas análises de base. Por exemplo, entre os anos 2010 a 2014 a cidade de Altamira no Pará recebera dezenas de milhares de imigrantes devido à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, e serve de exemplo das variantes desconsideradas até o momento. Nas entrevistas com Jorge, Maico e Ivania todos destacam a importância da atual conjuntura migratória devido ao impacto de Belo Monte.

entraram. A tabela seguinte (tabela 2) apresenta o panorama das migrações nos anos seguintes possibilitando mais comparativos:

Tabela 2: Imigrantes, Emigrantes, Saldo Líquido Migratório e Índice de Eficácia Migratória, segundo as Unidades de Federação – 2004/2009

IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO E ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA, SEGUNDO AS UNIDADES DE FEDERAÇÃO – 2004/2009								
Unidades de Federação	2004				2009			
	Imi-Grante	Emi-Grante	Saldo líquido Migratório	Índice de Eficácia Migratória	Imi-grante	Emi-Grante	Saldo líquido Migratório	Índice de Eficácia Migratória
Rondônia	49.046	55.239	(-)6.193	(-)0,06	34.249	32.206	2,043	0,03
Acre	14.177	13.212	1.565	0,06	13.059	13.026	33	0,00
Amazonas	64.001	52.928	11.073	0,09	63.102	35.594	27.508	0,28
Roraima	38.384	13.325	25.059	0,48	15.361	14.675	676	0,02
Pará	235.111	187.426	47.685	0,11	118.292	160.200	(-)41.908	(-)0,15
Amapá	32.525	18.281	14.244	0,28	19.987	11.073	8.914	0,29
Tocantins	83.312	112.004	(-)29.692	(-)0,15	50.491	82.916	(-)32.425	(-)0,24
Maranhão	180.924	258.016	(-)77.092	(-)0,18	125.387	154.859	(-)29.472	(-)0,11
Piauí	119.646	113.952	5.694	0,02	74.798	104.822	(-)30.024	(-)0,17
Ceará	141.680	120.574	21.106	0,08	93.740	98.073	(-)4.333	(-)0,02
Rio Grande do Norte	73.494	37.284	36.210	0,33	60.182	37.047	23.136	0,24
Paraíba	138.328	95.857	42.471	0,18	74.291	70.917	3.374	0,02
Pernambuco	179.932	204.868	(-)24.936	(-)0,06	100.700	107.334	(-)6.565	(-)0,03
Alagoas	81.318	85.668	(-)4.350	(-)0,03	43.936	80.757	(-)36821	(-)0,30
Sergipe	45.843	43.258	2.585	0,03	37.736	36.573	1.163	0,02
Bahia	790.363	376.618	(-)88.275	(-)0,13	203.885	312.211	(-)108.326	(-)0,21
Minas Gerais	49.438	398.460	30.978	0,04	288.373	276.196	12.177	0,02
Espírito Santo	107.132	108.669	(-)1.537	(-)0,01	107.421	54.674	52.747	0,33
Rio de Janeiro	166.036	255.653	(-)89.617	(-)0,21	141.459	165.522	(-)24.063	(-)0,06
São Paulo	823.567	978.689	(-)155.132	(-)0,09	535.376	588.652	(-)53.266	(-)0,06
Paraná	260.478	271.182	(-)10.704	(-)0,02	203.613	171.868	31.745	0,08
Santa Catarina	214.287	139.268	75.019	0,21	194.033	113.545	80.488	0,26
Rio Grande do Sul	116.643	146.372	(-)29.729	(-)0,11	90.636	104.016	(-)13.380	(-)0,07
Mato Grosso do Sul	90.071	97.271	(-)7.200	(-)0,04	57.900	50.206	7.695	0,07
Mato Grosso	192.691	81.011	111.680	0,41	78.627	90.654	(-)12.027	(-)0,07
Goiás	315.571	168.574	146.997	0,30	264.087	135.031	129.054	0,32
Distrito Federal	152.073	199.982	(-)47.909	(-)0,14	149.903	138.037	11.866	0,04

Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011 p.38).

A análise pode se dirigir novamente aos índices dos Estados que integram a região da Amazônia Legal, com saldo líquido migratório (índice da diferença entre emigrantes e imigrantes no respectivo período), estável até certo ponto, entre os anos de 2004 a 2009, mantendo-se as federações, algumas com baixo índice positivo, como no caso de Rondônia, e outras com baixo índice negativo, como no caso de Acre e do Pará. Em relação a região Sul, no caso do Paraná, essa realidade não foi constatada. O Estado passou de um saldo líquido

negativo (-0,02) para um positivo (0,08) constando-se, principalmente se retornarmos ao índice negativo da tabela anterior referente ao ano de 2000 (-0,06), a intensificação da imigração para o Estado, fluxo que interfere no fenômeno de retorno constatado desde meados da década de 1990 até os últimos anos da década passada.

Relacionada ao índice de eficácia migratória temos no estudo os índices referente à migração de retorno. Evidentemente parte dos emigrantes que abandonam um estado pode ter migrado para o mesmo estado de onde saíram, ou seja, estariam retornando. Os estados do Maranhão, Rio Grande do Sul e do Paraná, constataram índices de 43%, 39,23% e 37,86%, respectivamente, do total de migrantes retornados, e se destacaram no cenário nacional.

Tabela 3: Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes segundo unidade de Federação- 2004/2009

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS IMIGRANTES DE RETORNO NO TOTAL DE IMIGRANTES, SEGUNDO AS UNIDADES DE FEDERAÇÃO – 2004/2009		
Unidade da Federação	Participação relativa dos imigrantes de retorno, no total de imigrantes (%)	
	2004	2009
Rondônia	0,96	10,63
Acre	4,04	6,89
Amazonas	2,87	4,11
Roraima	0,84	0,0
Pará	6,56	8,97
Amapá	3,85	5,24
Tocantins	11,14	3,36
Maranhão	24,23	16,43
Piauí	21,83	14,60
Ceará	19,56	13,34
Rio Grande do Norte	19,11	21,14
Paraíba	16,34	20,95
Pernambuco	21,21	23,61
Alagoas	14,53	14,64
Sergipe	19,71	21,62
Bahia	21,65	15,01
Minas Gerais	18,56	21,62
Espírito Santo	10,52	13,97
Rio de Janeiro	7,04	5,34
São Paulo	9,82	10,40
Paraná	25,49	23,44
Santa Catarina	11,99	9,54
Rio Grande do Sul	24,18	23,99
Mato Grosso do Sul	5,83	11,64
Mato Grosso	2,91	1,51
Goiás	8,63	8,40
Distrito Federal	0,13	0,15

Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 40)

O acompanhamento do índice também se dá na análise entre os anos, inclusive se estabelecermos novamente o comparativo com a primeira tabela. Nesta leitura, apesar da constatação da diminuição do índice de retornados entre os imigrantes no Paraná, de 37,8% em 2000 (Figura 1) para 25,49% em 2004 e 23,44% em 2009, (Figura 3) enfatizamos o significativo destes índices se comparados ao percentual nos demais estados no período, afinal, mesmo com o decréscimo da participação de migrantes de retornados entre o total daqueles que entraram no Estado, ele se manteve entre os mais altos. Os dados citados confirmam a existência de um processo e proporcionam caminhos para tratarmos da realidade histórica dos deslocamentos. Entretanto, esta contribuição precisa passar pelo tratamento metodológico para ser relacionada às fontes orais.

Para Mercedes Villanova (1994) é produtivo o estudos de fontes orais pautado no diálogo com a estatística. Nos seus estudos sobre o analfabetismo estruturado na metodologia a História Oral propõe a existência de uma relação entre a estatística fina - ou estatística da estatística - com a fonte oral que resultaria na produção de “uma história útil”, pautada no diálogo que rege a entrevista enquanto um ato político, o qual tende tanto para a diferença quanto para a unidade entre entrevistador e entrevistado (Ibidem, p. 47). A estatística possibilitaria assim o entendimento do contexto social e, mais, serviria para a produção das perguntas que estruturam uma entrevista (Ibidem, p. 65-67). Quanto à confrontação da estatística com a entrevista ela não se limita nesta perspectiva a uma questão de ordem metodológica, mas epistemológica, pois serve para que percebamos que - isto caso não nos descuidemos dos apontamentos estatísticos - muito do que se atribui ao entrevistado se trata “de um problema nosso”, apenas. (Ibidem, p. 65) <sup>66</sup>. A afirmativa nos leva novamente a pergunta que inaugurou o debate deste tópico, era ela, os entrevistados tinham noção de que vivenciaram um fluxo? Até que ponto isto interfere na maneira com organizam suas narrativas?

Para respondê-la, avaliamos se o fluxo e ou as características do retorno foi percebido por todos os entrevistados desde suas trajetórias migratórias. Alguns evidenciam sua existência, inclusive com o fato de enfatizarem as cobranças legais do estado frente ao extrativismo. Já apresentamos alguns exemplos deste posicionamento nas fontes orais e os capítulos seguintes darão mais subsídios ao debate. Mas cabe ressaltar que diferentemente das formas e vezes indicadoras da constatação do fluxo do retorno, outros fluxos foram

---

<sup>66</sup> Além da significativa contribuição metodológica sobre o uso de entrevistas e estatísticas, a autora destaca sua aproximação com a linguística para, de certa forma, produzir (isto com o auxílio de uma equipe interdisciplinar) a quantificação das entrevistas, com aproximações entre os resultados alcançados – fontes insubstituíveis-obtidas a partir da maneira com se passa e se recebe uma informação; sobre o uso de pronomes, etc. parte das contribuições articularam nossas análises no decorrer do texto.

apresentados nas fontes orais de maneira muito mais evidente. Foi o caso das outras frentes migratórias que envolveram a região Sul e região da Amazônia Legal, discutida no encerramento deste primeiro capítulo<sup>67</sup>. Em todos os casos a relação entre estatísticas e fonte oral deixa de ser apenas “um problema do pesquisador” – entrevistador - , justamente por possibilitar a apresentação de uma ponte entre as proximidades e distanciamentos que os entrevistados constroem a respeito da análise destes fenômenos migratórios ancorados, para tanto, na atual situação do retorno.

A preocupação da relação entre os dados e a interpretação das fontes orais serve ainda para uma problematização conceitual, afinal, o fato de trabalharmos com um fenômeno específico não nos impede de dialogarmos conceitualmente com os autores preocupados com outros fenômenos migratórios, tal qual se fez desde a introdução do texto.

Nas fontes orais percebemos que muitos dos entrevistados têm a noção do fluxo, mesmo que de uma maneira menos específica do que a indicada pelo IBGE, e a propósito desse retorno em massa destacam exemplos de outras famílias que retornaram e apresentam justificativas que vão do econômico, passando pela dificuldade de adaptação cultural, a problemas de saúde na família, etc.. Mas isto não foi uma regra entre os entrevistados e algumas entrevistas se referem à escolha individualizada sem estabelecer um diálogo com a realidade de outros migrantes.

As entrevistas citadas a seguir trouxeram a discussão em torno de redes e, como se pode avaliar, envolveram a ênfase dada sobre as condições/qualidades pessoais, por exemplo, a de trabalhador ou mesmo de “aventureiro“, com as estruturas políticas e econômicas vivenciadas e lembradas pelos entrevistados quando destacaram os motivos da saída do Paraná. Direta ou indiretamente as falas destacam formas e graus de conhecimento dos entrevistados sobre os processos de migração no qual estão inseridos e servem para pensarmos a problemática. Há algo comum entre as entrevistas e ele representa o fato de todos se posicionarem a respeito de sua interpretação atual das condições e leituras que tiveram das condições estruturais do período da inserção. A ênfase nas falas esteve na motivação da saída, e as estratégias de cada um para se inserir na sociedade para onde migraram ganharam destaque.

---

<sup>67</sup> Esses índices do Iparades complementam os aqui apresentados pelo IBGE, pois apresentam um fluxo anterior, de esvaziamento, fluxo este revertido a partir de meados de 1990. A apresentação de um histórico das migrações no Paraná, com destaque para as mesoregiões Oeste e Sudoeste, será trazida no capítulo terceiro com destaque aos índices referentes a inversão do crescimento populacional do Estado, constatado no decorrer da década de 1970, bem com possíveis causas dessa inversão atribuídas pelo Iparades a transformação da estrutura fundiária do Estado, com a modernização da agricultura e alteração das relações de trabalho no campo.



A fala de seu Hugo demonstra como o ato de migrar envolve o verbo tentar, verbo que incorpora a possibilidade do erro, da frustração, sintetizadas no retorno: “Sim, sim, mas em busca de, de uma (...) Estou aqui pra não dizer, poxa vida eu nunca tentei nada!”<sup>68</sup>. Aqui a possibilidade do retorno estaria supostamente presente em qual quer contexto de migração, ou seja, refere-se aos retornos efêmeros, para todos e a qualquer momento. Mas em outro momento, toma o cuidado de pontuar o processo e especifica influências de outros retornos:

E não tinha, não tinham o conhecimento, a técnica da coisa, se dedicavam uma coisa que não era, não tinha apoio de órgãos oficiais e de instituições como tem aqui, não tinha lá, também técnico também não tinha, daí dava com... que resultado poderia sair daquilo? O fracasso mesmo! Voltavam e daí muita gente não conseguia voltar, porque o recurso tava investido tudo lá, aqui vendia, vamos supor, quinze alqueires e comprava cento e cinquenta lá...(Idem)<sup>69</sup>

Aqui ele indica mais de seu conhecimento da intensidade da migração. Primeiramente porque se refere ao contexto de formação da região hoje pertencente a Tucumã, entre fins dos anos de 1980 e ao longo da década de 1990. E por mais que o “tentar” fizesse parte da própria situação do migrante, conforme apresenta na citação anterior, foi lá, na vivência dos desafios da agricultura, que ele percebeu como o fracasso estivera presente na trajetória de muitos e isso resultou, na maioria dos casos, no retorno. E outros fragmentos citados anteriormente podem ser retomados para exemplificar também o conhecimento do retorno, como no caso de Enso, quando destacou os resultados do fim do “ciclo do garimpo” ou ainda de Marcia quando se lembrou dos “muitos que quebraram a cara?”.<sup>70</sup>

### **1.3- “Você se lembra da abertura da Transamazônica?”: os recortes da pesquisa e a representatividade das memórias: de quais retornos estamos falando?**

Da provocação contida na fala anterior de seu Hugo, o terceiro e último momento do capítulo apresenta e especifica a relação existente nas memórias entre o movimento de retorno e a sua relação com outros fluxos. Esta associação se tornou significativa por duas contribuições, pois, primeiro possibilita a contextualização do processo de migração realizado pela leitura sociológica, principalmente; e segundo pelo fato de problematizar esses outros momentos apropriados pelos entrevistados, mesmo que não vivenciados por eles.

---

<sup>68</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Ver, respectivamente, citações nas páginas 54 e 56.

Diferentemente da leitura do tópico anterior, específica sobre vivências do período demarcado pelo fluxo de retorno. Esta segunda não se remete apenas às experiências vivenciadas, mas também aquilo que nos apresentaram de outros momentos de migração.

Diante da multiplicidade de leituras, a especificação em alguns eventos do comparativo com outros momentos serviu para ressaltar a facilidade que se tem hoje para se deslocar e manter contato com as pessoas distanciadas pela migração. Trata-se de uma constatação dos avanços nas tecnologias de comunicação e de transporte, algo não desfrutado décadas antes. Nos dois fragmentos citados a seguir temos um breve exemplo de como o processo vivido interfere na ressignificação de outros processos.

### **1.3.1 Hoje, facilidades:**

Foi o caso enfatizado por seu Íris: “[...] essa vontade eu tenho, de voltar pra Tabatinga para ver como que tá aquilo tudo, voltar pro destacamento, porque eu fiquei sabendo depois que chegou internet no destacamento, nós não tínhamos nem telefone”<sup>71</sup>. No exemplo, as relações familiares ganharam destaque e delas o entrevistado especificou a dificuldade encontrada anteriormente: “ficava aquela conversa assim, cortada né, falava no rádio aqui, tinha que esperar um pouco lá, só faltava falar o ‘cambio’, minha mãe só faltava falar assim”<sup>72</sup>. O seu comparativo com o presente atesta a melhora no serviço: “[...] daí com a internet o pessoal conversava com os parentes lá pelo Skype, além de conversar via a imagem do sujeito né”.<sup>73</sup>

A mesma problemática pode ser percebida com Ivania: “a gente foi pra lá eu fiquei cinco anos sem vim pra cá pro sul. [...] Porque não é uma viagem simples e você não podia, como é que você vai largar tudo e fazer uma viagem de pelo menos oito dias pra você vim pra cá”.<sup>74</sup> Já sobre a atualidade, ressalta:

Quando eu fui em junho, que eu cheguei em Belém já fui tirando, já fui meio que me ajeitando pra pegar minha mala pra sair pra pegar um outro avião, aí “os passageiros com destino a Altamira permaneçam na aeronave” daí eu olhei pra minha irmã e eu falei, gente! (...).<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> ÍRIS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Cascavel-PR, 26 abril 2014.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> IVANIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Francisco Beltrão-PR, 25 abril 2014.

<sup>75</sup> Idem.

O comparativo da entrevistada entre o período em que vivera no Norte e os dias atuais, num período de pouco mais de uma década aponta para as melhoras estruturais. Cabe ressaltar que a positivação das condições de transporte e comunicação em nenhum momento encobriu o destaque às dificuldades.

Trata-se aqui de fluxos que se misturam nas memórias, envolvem seus abusos, lidam com acontecimentos públicos e familiares implicitamente relacionadas nas fontes orais ao momento da saída rumo a Amazônia Legal, ao da realidade da inserção e ao da realidade do retorno. Esses tempos outros foram revisitados pela imaginação<sup>76</sup> e balizaram as memórias do processo vivido. Seguiremos com a apresentação destas frentes migratórias, lembradas, mas não vivenciadas. Estas memórias buscam acontecimentos e podem ser aqui entendidas, a título didático, em fases; tal divisão pauta-se nas indicações das entrevistas, sendo elas, uma correspondente a colonização do Estado do Paraná por rio grandenses e catarinenses, proporcional às décadas de 1960 a 1970, a outra, referente à ocupação da Amazônia Legal, durante o período de Governos militares, nas décadas de 1970 e 1980, e a terceira, da migração por eles vivenciada, por alguns entrevistados já nos anos de 1980, mas, principalmente no início dos anos de 1990 aos dias atuais.

O mapeamento das fases anteriores será complementado com o diálogo com as fases de ocupação propostas nas análises de José Tavares dos Santos (1993) sobre a colonização da Amazônia no decorrer do século XX, bem como pela retomada pontual de problemáticas destacadas por Gottert (2008) e Martins (1986). Ao final do capítulo propõe-se um esquema, com o qual se elabora em forma de mapas temáticos uma síntese apresentada pelas leituras destas obras, com as referenciadas nas entrevistas.

Para a construção da análise destas memórias, da historiográfica e dos entrevistados, vale lembrar que diferente dos estudos sociológicos tomados como referência, no caso de nossas entrevistas elas foram produzidas num momento – do retorno- em que os entrevistados se encontram distantes das contradições do chão da fronteira. Da mesma forma diante do comparativo diferencia-se o fato de o nosso recorte evidentemente ultrapassar os anos de 1980 e início dos de 1990, e chegar a 2014, o recorte da pesquisa.

---

<sup>76</sup> Quando Ricoeur (1980) aborda aquilo que intitula como “a face cognitiva da memória” alerta para a relação presente entre a memória e a imaginação. A imaginação pode travestir-se astuciosamente de memória e, se bem utilizada, pode contribuir na interpretação do passado (como é o caso da imaginação histórica). Em relação ao esquecimento percebe-se como os “abusos” fundamentam a relação conflituosa entre a historiografia e a memória e não reflete pura e simplesmente algo negativo à investigação histórica, mas algo caro ao campo, pois, para o autor, a historiografia presta um serviço a memória, valorizando a operação histórica, numa construção dialógica, composta de três fases, complementares entre si, (fase documentária, da explicação/documentação, bem como a da representação, quando a narrativa retorna ao leitor) (2007.p. p. 11).

A contextualização do período de ocupação direcionada da Amazônia Legal durante o período de 1970 até os últimos anos da década de 1980 mais uma vez se torna necessária para a análise do processo a partir das fontes orais. E além do estudo bibliográfico, complementa tal análise o estudo pautado na interpretação de projetos de colonização constituídos por políticas nacionais, como a do PNDII: 1975- 1979 (Brasil, 1974). Nos objetivos e resultados apresentados no referente documento constatamos a aceitação do Estado do estágio de subdesenvolvimento, apresentando-se a Amazônia Legal como o “lugar de efetivação da estratégia industrial e agropecuária” (Idem p. 26). A figura de um agricultor colonizador interessaria então aos planos construídos.

### 1.3.2 Como agricultores

É notória a positivação do agricultor nas políticas de colonização cujo perfil se firma mais uma vez na constituição do formador de fronteiras agrícolas, ou seja, do agricultor colonizador, e esta positivação estrutura a maneira como estes migrantes foram lembrados pelos entrevistados, mesmo que, com vimos até aqui, a maioria dos sujeitos que contribuíram para a pesquisa não tenham migrado para a Amazônia Legal no intuito de trabalhar na agricultura.<sup>77</sup> E nem mesmo assim fizeram seus pais e ou familiares, na maioria - salvo o caso de Maico. A relação de identificação com as trajetórias dos migrantes da década de 1970 se dá de maneira indireta, pois se eles não possuem ligação com esses migrantes que colonizaram a Amazônia, ela ocorre mais pela relação estabelecida com a migração dos seus pais ao partirem dos demais estados do Sul para o Paraná, no nosso caso para o Oeste e Sudoeste do estado e desta maneira, sim, uma migração também construída na prática da agricultura.

De alguma forma esta ênfase na origem de agricultor justificava a trajetória da maioria dos entrevistados. E esta origem dos seus pais na agricultura explica muito das escolhas e consolida a imagem de um colono positivada pelo trabalho. Justamente aquilo que se esperou do migrante no referido contexto político e econômico. Esta imagem serve inclusive para apresentar a escolha pela migração para a Amazônia, como se de fato coubesse ao agricultor ou ainda aos filhos de agricultores ou de ex agricultores esta função. Retomando o caso de Maico, o período de início dos anos 1980 foi compreendido numa perspectiva que

---

<sup>77</sup> O debate poderia seguir, não sendo o nosso caso, com as discussões em torno das atuais reivindicações pela Reforma Agrária. Essas cobranças sociais interferiram no posicionamento do Estado Federal ao promulgar a Lei 11952 a qual regulariza a concessão de terras da União para os municípios que ainda sofrem com a questão agrária. E mesmo que essas disputas não tenham sido apresentadas diretamente elas seguem importantes para a contextualização das entrevistas ao apresentar o conceito de desenvolvimento regional.

remeteu ao contexto de propagandas do Governo Federal da década de 1970, as quais impulsionaram as frentes migratórias rumo a Amazônia. Este momento serve ao entrevistado como forma de comparativo com as características do período da migração de seus pais para a Amazônia, isto em meados da década seguinte:

Quando foi pra lá foi na época que tavam, é, desmembrando a Transamazônica, prometiam lote lá a Deus dará pra fazer loteamento, né? Daí como que eles vão pra lá e eles vão impedir de derrubar? Do tipo você compra lá, promete terra é só mato, como que você vai cultivar alguma coisa? Muito daí como é que se diz, tampar o sol com a peneira, fizeram o que tinha que fazer tudo lá, mas daí quando começou, já tinha a (...) Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia].<sup>78</sup>

Notemos, os verbos ir, desmembrar, prometer, tampar e fazer resumem o processo. Assim a migração dos seus pais e a migração sulista para Amazônia Legal, no início de 1980, principalmente, pode ser entendida numa tradição de conquista, de decorrência da Marcha para o Oeste, naquilo que ela desperta sobre o papel do sulista (gaúcho) diante do chamado nacional. Característica que validaria o fato de que eles “fizeram o que tinha que fazer”. Estas fronteiras foram conquistadas ao menos durante o tempo de duração da migração, tanto pelo espírito aventureiro, quanto pelos fatores de atração/expulsão.

Um esforço de análise histórica próximo ao nosso pode ser buscado em Baller (2014). O autor destaca as implicações do estigma do agricultor enquanto figura central nas políticas de fronteira do Estado do Paraná, mais especificamente no Oeste do Estado. Ao problematizar a condição da fronteira e de fronteiriços entre Brasil e Paraguai apresenta uma significativa revisão historiográfica da fronteira Oeste do Estado diante de um contexto de disputas agrárias.<sup>79</sup>

A continuidade da fala de Maico, citada acima, apresenta como empenho em demonstrar uma origem rural da família também está repleto de juízos de valores, numa analogia direta entre ser agricultor e ser trabalhador:

---

<sup>78</sup> MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.

<sup>79</sup> Na sua análise destaca os resultados positivos dos levantamentos desenvolvidos ainda na década de 1980 e das releituras e pesquisas desses dados frente a produção e novas problemáticas da fronteira. Diante desse levantamento o autor posiciona-se para apresentar o sujeito fronteiriço, morador da fronteira, e do próprio espaço fronteiriço marcado pelo processo migratório e crescente concentração de terras, marcado pela modernização, urbanização e pelas influências de Itapu para a questão agrária na Mesoregião Oeste do Estado e, consequentemente, para a região de fronteira no Paraguai, afetadas pela migração – entenda-se, facilitada, de Strossner.

É que pelo seguinte, quando o vô vendeu aí, é, eles com (...) é que, acharam que ia ser tipo aqui, vamos supor, eles tinham cinquenta alqueire de terra, chegaram lá compraram mil e acharam que ia ser aquele negócio; e foi no começo, ganharam, ganharam dinheiro, daí o pai, o meu pai diz que era muito trabalhador quando era mais novo ele tinha um chiqueirão de porco aí também, daí quando ficamos na roça um tempo, quando eu fiz sete anos daí veio pra cidade, daí veio pra cidade, daí começa festar, e aquele negócio, daí vai deixando um pouco o serviço a desejar.<sup>80</sup>

O período anterior ao das festas significou um tempo difícil durante o qual precisaram romper as ilusões que levaram do Paraná. Um tempo em que o entrevistado se coloca entre o período anterior, o do “desmembramento”, e um posterior, da conquista financeira e de menos da falta de comprometimento com os negócios. A mudança de postura de seu pai, no decorrer de duas décadas, indica uma interpretação na qual no momento da migração as coisas deram certo exatamente pela atitude dos agricultores, primeiro pela aplicação do conhecimento que houvera sua família acumulado com a agricultura, e segundo, pelo próprio fato de terem se preocupado com a roça e não com festas. Tal perfil esperado também nos foi apresentado por Derick quando destacou na origem de agricultor de seu pai, atualmente caminhoneiro, a base para sua formação na escola agrícola e respectivamente da futura opção pelo emprego no Mato Grosso, novamente uma espécie de cultura herdada, caracterizada pelo sofrimento e simplicidade:

[...] me adaptei normalmente. É que assim, a gente já (...) meu pai foi agricultor e tal, e aí assim, nesse período que eu fiz escola agrícola. No período que eu fiz escola agrícola, tipo assim, foi meio sofridão né! Pra poder pagar mensalidade lá eu tinha que..., tinha que trabalhar pra professor<sup>81</sup>.

E outros exemplos das fontes orais apresentam mais da relação entre as migrações anteriores - não vivenciadas -, com a equivalente ao período do processo vivido. Algumas explicações ainda agregam ao debate a questão geracional, atribuindo ao atual sucesso dos migrantes no ramo da agricultura os esforços do trabalho das migrações ocorridas ao longo das décadas de 1970 e 1980, conforme também exemplificou Derick ao se remeter aos sulistas que migraram ainda na década de 1970 para o Mato Grosso:

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

Esse pessoal antigo que tá lá Jorge, é um pessoal muito assim, que foi do sul, um pessoal muito trabalhador, pessoal que foi pra lá pra criar raiz, aí aprendeu a trabalhar com máquina e alguns conseguiram a oportunidade de gerenciar uma fazenda, de administrar um negócio.<sup>82</sup>

O comparativo se apropria das dificuldades em comum, mas também das novas condições. Em outro exemplo, seu Hermen estabeleceu um comparativo entre as adversidades que enfrentou para “vencer” pela qualidade de seu trabalho, quando era funcionário, e pela destreza com negócios, ao conseguir “formar” o seu rebanho, com as adversidades da migração de outros tempos. E no seu caso, o comparativo entre a realidade vivida e a não vivida também se dá pela falta de incentivos de sua época: “Tu se lembra que quando abriram a Transamazônica, o governo pagava pro povo abrir né?”<sup>83</sup>. Aqui eles teriam recebido incentivo, diferente dele tempos depois. Mais adiante na sua entrevista enfatiza o “chamado” do governo federal pelo sulista migrante e não deixa de estabelecer outra analogia na qual evidencia as dificuldades atuais advindas de cobranças legais do extrativismo:

O governo pagava que eu sei, dava a terra e ainda dava uma mão pro povo abrir a Transamazônica. Hoje, por exemplo, tem região lá pra região lá pra cima que o cara tem cem alqueire e pode usar vinte alqueire, o que que você vai fazer com vinte alqueire pra trabalhar, 20%. Se fosse pelo menos 50%.<sup>84</sup>

Nos três exemplos citados, de Maico, de Erick e de Hermen fica explícito o fato de que, para eles, o processo migratório que integraram deu sequência a um campo de migração anterior, cuja dinâmica teve origem nas políticas do Estado, o qual em determinado momento deixou de subsidiar os sujeitos diretamente envolvidos, chegando ao ponto do próprio governo que impulsionou no passado práticas de derrubada passar a cobrar posturas sustentáveis, algo surpreendente e de difícil concepção, culturalmente falando, para parte da geração que sofre com as mudanças. Daquele mundo rural, herdado culturalmente, outras comparações foram sendo estabelecidas.

Os sujeitos envolvidos no processo de colonização da Amazônia foram estudados pela Sociologia. Ao atribuir o substantivo de camponeses aos sujeitos, a análise sociológica já deixa evidente o caminho seguido, o de luta pela terra e as problematizações entre processo de colonização e de reforma agrária.

---

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> HERMEN. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 mai 2014.

<sup>84</sup> Idem.

Esta leitura sociológica contribuiu para pensarmos particularidades dos períodos apropriados pelos entrevistados ao falarem de suas trajetórias e, principalmente, a de seus familiares. Martins (1986)<sup>85</sup> retrata as dinâmicas migratórias de sulistas para a Amazônia num processo de formação de fronteiras, marcado, segundo ele, pela fronteira capitalista - apresentada a partir da metáfora da cerca - perante as relações de resistências das práticas camponesas que se perpetuavam havia duas décadas antes da produção de sua escrita. Na esteira da contribuição de sua obra destacamos o papel de empresas e dos colonos do sul apresentados, por esta interpretação, nas contradições vividas na fronteira, análise que encaminha o leitor para o significado do encontro de sujeitos deslocados e em trânsito no tempo e no espaço, sociologicamente situados, segundo ele, pela ausência (Ibidem, p. 49).

Com Tavares (1993) conhecemos mais deste processo dividido na referida obra em fases da colonização inter-regional. E vamos entendê-la em consonância com o autor pela centralidade que os acontecimentos deste período tiveram naquele momento (desde os anos de 1940, mas, sobretudo a partir da intensificação técnica pós 1964) para a colonização agrícola. O modelo voltado a um processo social relacionado e estruturado no processo migratório se apresenta: “nas causas estruturais de ordem sócio econômica cujas demandas são interiorizadas pelos sujeitos diante do desejo e da esperança - esta posta a prova do dia a dia.”<sup>86</sup> (p. 15).

A atividade de apresentação das fases proposta pela bibliografia citada e da posterior analogia com o entendimento do processo pela aproximação com a ligação dos entrevistados com as práticas agrícolas ressaltam, de antemão, argumentações importantes. Todos entendiam uma ligação entre sua migração e as migrações anteriores de cunho de colonização agrícola<sup>87</sup>, mas pouco referenciaram deste processo a relação entre o que seria a colonização e o que seria a reforma agrária. E se pouco se remetem ao contexto de reivindicações por terras vividas no Paraná durante as décadas de 1980, isso se deu menos pela ausência de proximidade com tais conflitos do que pelo fato das suas narrativas apresentarem o migrante pela capacidade do trabalho em detrimento da apresentação de conflitos.

---

<sup>85</sup> A fronteira entendida pela lógica do território diante das implicações das novas significações atribuídas aos velhos atos da empresa capitalista.

<sup>86</sup> Nestas condições espaciais marcadas pelas ações do Estado e de suas estratégias de ocupação agrária, destaca-se a construção de uma rede de créditos outras formas de subsídios aos migrantes. Numa segunda ordem, mais próxima a análise ideológica, o autor evidencia a tentativa de grupos de constituir hegemonia ao lidar com o sonho do pedaço de terras (p. 16).

<sup>87</sup> Basicamente cabe evidenciar que nenhum dos entrevistados se designou ser ou se disse filho de camponeses, mas sim de agricultores. Assim, antes de ressaltarem uma leitura da luta pela terra diante das consequências da acumulação fundiária, os entrevistados, filhos de pequenos e ou médios produtores, ressaltaram uma relação de trabalho familiar.



Retomando a clássica divisão de Tavares (Idem), ela contribui no sentido da contextualização dos períodos, mas também no estabelecimento de proximidades e distanciamentos entre as frentes apresentadas no conjunto das entrevistas com a análise sociológica e histórica.

A primeira frente destacada pelo autor foi atribuída às políticas de Vargas entre os anos de 1930 a 1945; naquele período as migrações internas e a intensificação de construção de núcleos coloniais assumidos pelo Estado nacional nas políticas de povoamento pretenderam integrar novas camadas sociais à vida econômica tendo por foco o brasileiro (1993, p. 28). Nenhum dos entrevistados buscou nesses acontecimentos simetrias com a sua história. Na verdade, as histórias e analogias começavam com a história familiar dos seus pais, isto na década de 1960 e 1970. Esse período, que marca uma espécie de primeiro momento das trajetórias dos entrevistados, corresponde ao marco temporal da segunda fase migratória de nosso país, segundo o autor.

Portanto, a segunda fase abordada por Santos corresponde ao recorte que marca a primeira fase das memórias dos entrevistados; justamente a dos pais que migram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Paraná. Para Santos a colonização assume, neste contexto, o significado de resposta do estado aos movimentos de resistência camponesa e as manifestações no campo.<sup>88</sup> A carência de terras destinadas à Reforma Agrária não foi associada a este período pelos entrevistados valorizando sim os esforços para que fossem derrubadas as matas e a sequente mecanização das lavouras.

Nas fontes orais o mérito no processo de colonização esteve ligado, via de regra, à história da família e o destaque esteve na origem do Rio Grande e de Santa Catarina e na disposição em migrarem rumo ao Paraná, bem como no potencial destes migrantes com o cultivar da terra, o que também se explica pelo fato de o sulista se dizer responsável por levar o progresso consigo.<sup>89</sup> Ressaltou Helide: “Nós viemos do Rio Grande”. Do Rio Grande e para Santa Catarina e então para o Paraná” .<sup>90</sup> E em outras oportunidades o processo migratório foi

---

<sup>88</sup> No contexto de 1955-1964 o período populista integra ao conceito de propriedade o conceito de bem estar social. Diante das reivindicações das Ligas camponesas e da organização da Igreja católica, entre outros agentes, as resistências impulsionam políticas de colonização; com Jango os debates a respeito das reformas de base, entre elas as referentes à Reforma Agrária diminuem a intensidade das políticas de colonização. Indenizações de 10 quilômetros nas estradas e políticas voltadas ao Nordeste demonstram a preocupação com a formação de uma classe média rural (Idem, p. 42).

<sup>89</sup> Estaríamos aqui tratando de uma das abordagens possíveis a respeito da interferência migratória familiar nas memórias e restará ao debate proposto no terceiro capítulo a sequência do debate naquela situação com o aprofundamento da problemática étnica. Entretanto, no momento interessa associar os acontecimentos apresentados por estudos clássicos do campo da migração com as ressignificações deste período conforme proposto na introdução do capítulo, e isto, por sua vez, já direciona a reflexão ao conjunto de problemáticas trazidas quando o entrevistado passou a se dizer migrante.

<sup>90</sup> IVANIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Francisco Beltrão-PR, 25 abril 2014.

especificado a partir das dificuldades econômicas como a falta de terras para todos os filhos, ainda que eles não viessem a trabalhar com agricultura quando migraram de Santa Catarina para o Paraná:

E aí a gente veio parar aqui em Beltrão e daí aqui eu trabalhando, estudando e cada um foi procurando o seu caminho, aqui eu conheci meu esposo, meus filhos nasceram aqui e aí, assim, eu era bancária na época, eu sai quando nasceu meu segundo filho porque com duas crianças ou você cuida dos filhos ou você (....).<sup>91</sup>

Não está explícito, mas cada um dos membros da família teve de procurar seu caminho principalmente porque não havia terras herdadas para os filhos. O rompimento com a agricultura se dá na passagem de geração. Já a relação de Ivania com a migração dos pais é realçada pela resposta que apresentou quando questionada sobre o parecer da família a respeito da sua opção por migrar, destacando de maneira direta: “meu pai e minha mãe, minha mãe sempre foi da opinião assim, que tem que ir sabe, você não tem que, ah porque meus filhos não podem, vamos, tem que ir.”<sup>92</sup> Tal qual fizeram suas famílias décadas antes, o casal, Ivania e Polaco, optou em migrar e buscar alternativas. No caso dele, os negócios não teriam “dado certo”, destaca Ivania e, no seu caso, lembra que o tipo de trabalho no banco não lhe permitia um contato com os filhos recém nascidos. Ela destacou que partiram com uma concepção, e ainda hoje a mantém, de que faltava “todo o tipo de mão de obra lá”, (em Altamira, PA), desde a não qualificada até a ligada à alimentação.<sup>93</sup> O relato resume as analogias nas entrevistas com uma segunda fase migratória familiar; primeiro a dos pais, agora a deles. Todavia, o lapso temporal de três décadas preencheu, segundo estudo de José Vicente Tavares do Santos (1993) uma outra fase e a ressignificação das características estruturais e culturais da migração de Ivania estaria mais próxima a uma terceira fase nacional migratória.

Esta terceira fase que corresponde de certa forma, à segunda das entrevistas, refere-se aos paranaenses e sulistas que ocupam o Norte a partir dos incentivos das políticas de colonização, cujas características e intensidade são apresentadas por uma nova postura pós o ano de 1974. E será para este momento que daremos mais atenção a partir de agora para falarmos da relação construída entre estes colonos camponeses, de acordo com a abordagem do autor, e das expectativas constatadas e problematizadas no nosso estudo. Os exemplos

---

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Atualmente, como será destacado mais adiante, o casal se diz estabilizado economicamente na cidade de Francisco Beltrão.

trazidos por Maico, Derick, Hermem e Ivania já se remetiam a ela. Mas outras analogias podem ser construídas.

Uma das contribuições da obra de Tavares reside na sua ênfase sobre a diferença entre a definição de colonização e de reforma agrária. De certa forma, nas políticas agrárias do Estado, os discursos e atitudes em torno da colonização diminuíram os esforços e mesmo as cobranças pela reforma agrária, isto se comparado com as formas de resistência organizada das Ligas Camponesas nas décadas anteriores.

Estas políticas visaram, a partir de então, a ocupação da Amazônia Legal fazendo parte do “pacote” que englobou ainda a criação do Banco da Amazônia (BASA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém. (Ibidem, p. 51). Também data deste período a criação do Estatuto da Terra – documento ambíguo, afirma o autor, pois tanto incentivava as resistências quanto propiciava o cercamento do capital às terras; e se avanços foram obtidos servindo de exemplo o Fundo de Assistência ao Trabalho Rural (FUNRURAL) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), por outro lado, intensificou-se a parceria com empresas e cooperativas agrícolas incentivando o papel das colonizações privadas diante das oficiais. Neste contexto teve origem o movimento de legalização de grandes áreas (Ibidem, p. 77) e a atribuição de que os colonos- do Sul - se destacassem também como gerentes de suas propriedades. Atribui-se então as empresas privadas colonizadoras a necessidade de policiar suas terras e manter a ordem.

São exemplos de um estado cada vez mais preocupado com a ocupação amazônica, o qual passa a partir de então a buscar, mais do que nas “fases” anteriores, frear a reforma agrária pela colonização. Nesta análise tiveram destaque os estereótipos que marcaram a realidade vivida por colonos-camponeses sulistas no processo de colonização direcionada pela iniciativa privada - Cooperativa COOPERCANA, contando evidentemente com incentivos do governo Federal<sup>94</sup>, cuja origem deve-se à colonização dos primeiros colonos, do Rio Grande do Sul, seguidos nos outros anos por moradores da mesorregião Oeste do Paraná. O autor aponta para processos simbólicos de construção de estereótipos sociais que servem para caracterizar os sulistas naquela região, primeiro como sendo exemplos de agricultores-colonizadores e no passar de pouco mais de uma década, posteriormente como vagabundos que não se adaptaram ao serviço agrícola e suas adversidades.

---

<sup>94</sup> Divide-se em duas áreas de análise: ambas referentes ao Mato Grosso, na região de Barra do Garça e outra em Colodel.

Uma leitura ambígua ressalta Tavares na mesma obra, que marca a colonização das décadas de 1970 e 1980 e que condiz, em parte, com aquilo apresentado no conjunto das nossas entrevistas ao se referirem à falta de acompanhamento do estado às frentes migratórias anteriores a deles. Esta interpretação serve ainda para estabelecer um comparativo entre o retorno daqueles colonos (abordados pela obra de Santos no capítulo IV) com os motivos do retorno dos sujeitos por nós entrevistados. Ambos os momentos são supostamente marcados pela falta de apoio do governo. No primeiro caso por falta de estrutura e, no segundo, devido às cobranças e o devido suporte para implantar alternativas de produção - contra o extrativismo pelo qual passaram.

Além da apropriação e ressignificação da generalização entre reforma agrária e colonização e do papel das adversidades nas migrações de retorno, algumas outras analogias entre os períodos estudados, no calor dos acontecimentos pela abordagem sociológica, e das suas ressignificações pelos nossos entrevistados, são úteis. Interessa-nos especificamente a diferença entre a participação das agências de enquadramento, presentes naquilo que denomina o autor por “construção ideológica da colonização”<sup>95</sup> e as particularidades do nosso estudo. A esse propósito devemos destacar que nas nossas entrevistas, poucas vezes problemas relacionados a dificuldades com as instituições financeiras foram enfatizados, salvo quando alguns entrevistados se referem aos financiamentos do BASA, mas isto para grandes empresários sem que se remetesse diretamente às atividades dos entrevistados. Já no lugar das agências de enquadramento foram as redes familiares e empregatícias, muitas vezes acertadas ainda no Paraná, que receberam o devido destaque nas nossas fontes orais.

Outro fator chave estudado pelo autor indica a análise do conflito vertical, entre colonos sulistas (tanto o colono forte quanto o colono fraco e/ou colono empobrecido), os posseiros e a elite local e ao conflito horizontal - entre os migrantes parceleiros, primeira leva de gaúchos, o colono comprador (momento em que fala dos paranaenses) e o posseiro, alguns, inclusive, parceleiros empobrecidos (1993, p. 165 -173)<sup>96</sup> diante da problematização da opção pelo retorno e do papel simbólico de estigmatização que interfere para essa escolha (Idem p. 111-113; 169-174;).<sup>97</sup> Complementam este debate as formas de ressocialização

---

<sup>95</sup> Sendo elas a própria cooperativa, o Banco do Brasil como agência de financiamento econômico, e os jornais e rádios locais.

<sup>96</sup> O segundo e o terceiro capítulos, por exemplo, centram-se numa abordagem próxima, a da centralidade do trabalho e a diferenciação ou não da questão de classe, ou mais especificamente com esta frente de colonização citada e a hierarquia entre os migrantes.

<sup>97</sup> A estratégia adotada, de acordo com o autor, pela elite local, formada principalmente nas décadas de 1950 e 1960 em decorrência das políticas de doação de terras nas colônias agrícolas federais foi a de valorizar, a partir de meados de 1980, o papel do posseiro, principalmente do nordestino, em detrimento da imagem do sulista, agora então dito nos discursos midiáticos locais enquanto alguém pouco afeito ao trabalho agrícola.

diante da violência.<sup>98</sup> No caso da nossa pesquisa podemos ressaltar o silenciamento destes tipos de conflitos. A posituação da migração ocorrida neste período pouco expressa dos conflitos entre os migrantes e nativos ou mesmo entre os próprios migrantes; quando esses conflitos foram mencionados, quase sempre faziam alusão ao outro, ao ouvi falar, mas não diretamente as experiências pessoais. A discussão será apresentada nos capítulos seguintes a partir da relação construída entre a posituação do processo migratório, por meio de alguns espaços produtores de memórias, como sites de alguns municípios, com as formas de resistências dos sujeitos entrevistados.

É da agricultura que se estabelece os comparativos e a respectiva apropriação de outros momentos da colonização. E isto indica tanto para as dificuldades outrora maiores quanto para as cobranças das leis, pois, ainda estariam eles mais próximos das adversidades de tempos anteriores do que da comodidade do presente. Para melhor ou para pior o processo é apresentado pela preponderância do agricultor, ainda que esta relação se remeta as atividades desenvolvidas pelos seus pais quando migraram para ao Paraná e não propriamente a deles.

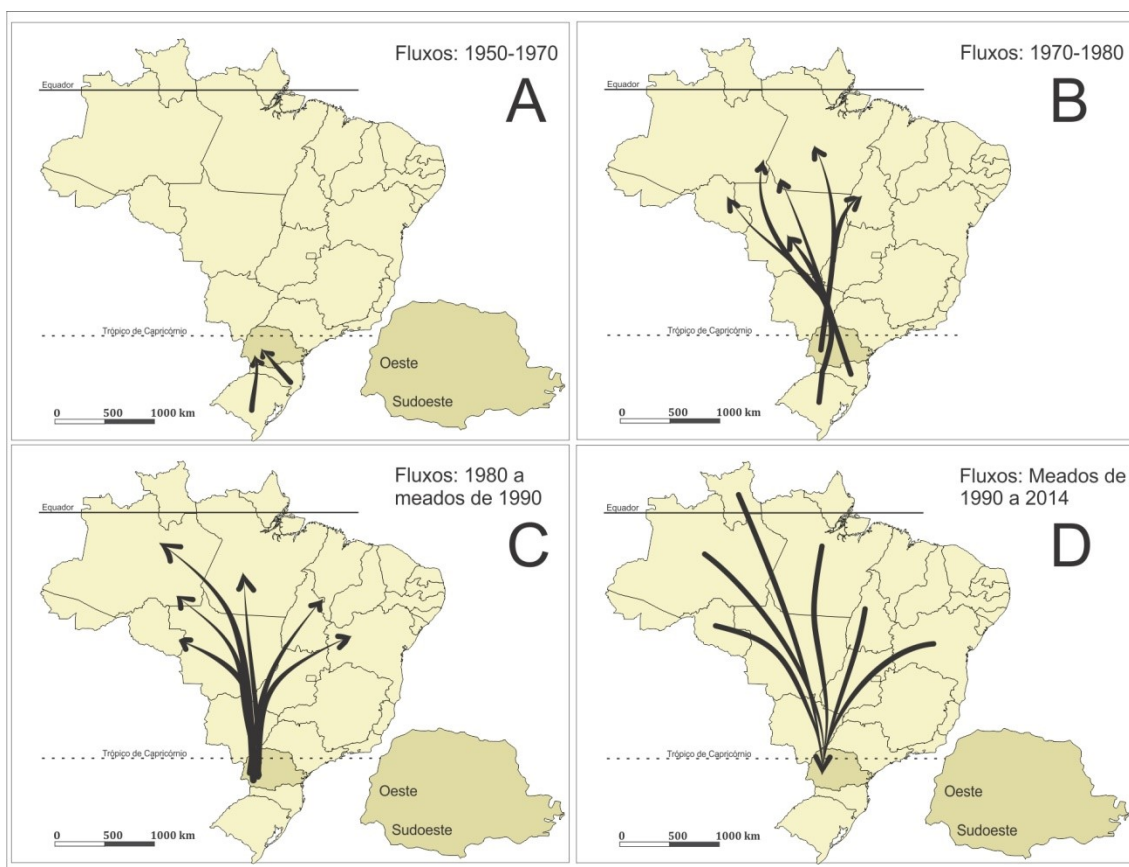
Apresentadas uma síntese sociológica e os exemplos de apropriações dos entrevistados destes períodos históricos pelo significado da migração dos sulistas para a Amazônia, podemos formular dois mapas temáticos, cuja interpretação tomada novamente a partir da problemática que permeia a relação entre memória e identidade encaminha a conclusão do capítulo. Os mapas temáticos a seguir representam esses fluxos:

A imagem a seguir está pautada na maneira como os entrevistados se situaram e apresentaram os fluxos migratórios, tanto os por eles vivenciados quanto os que se apropriaram, portanto, um conteúdo das memórias dos entrevistados:

---

<sup>98</sup> As queixas dos entrevistados da obra de Tavares dos Santos (Op. Cit. p. 77) não foram encobertas pelas práticas de socialização da igreja católica, principalmente com a chegada de novos migrantes “crentes”; dos clubes de lazer e dos sindicatos, cujo papel se intensifica nos anos de 1980. Em relação às tentativas de associação as agrovilas que resultaram do projeto Canarana e Terranova, as poucas que prosperaram, alcançaram um patamar importante mesmo diante das disputas e hierarquias internas e externas. Quanto ao significado do sindicato cabe ressaltar a importância socializadora alcançada pela prestação de serviços de assistência médica via sindicato, além da assistência ao ensino para as crianças, queixas sobre saúde e motivos de tratamento médico, evidenciadas pelo autor (p. 192- 106; 147-158).

Figura 3: Mapa dos deslocamentos pautado nas memórias dos entrevistados



Fonte: Jorge Pagliarini Junior-organização; Angelo Ricardo Marcotti- produção

Na imagem temos:

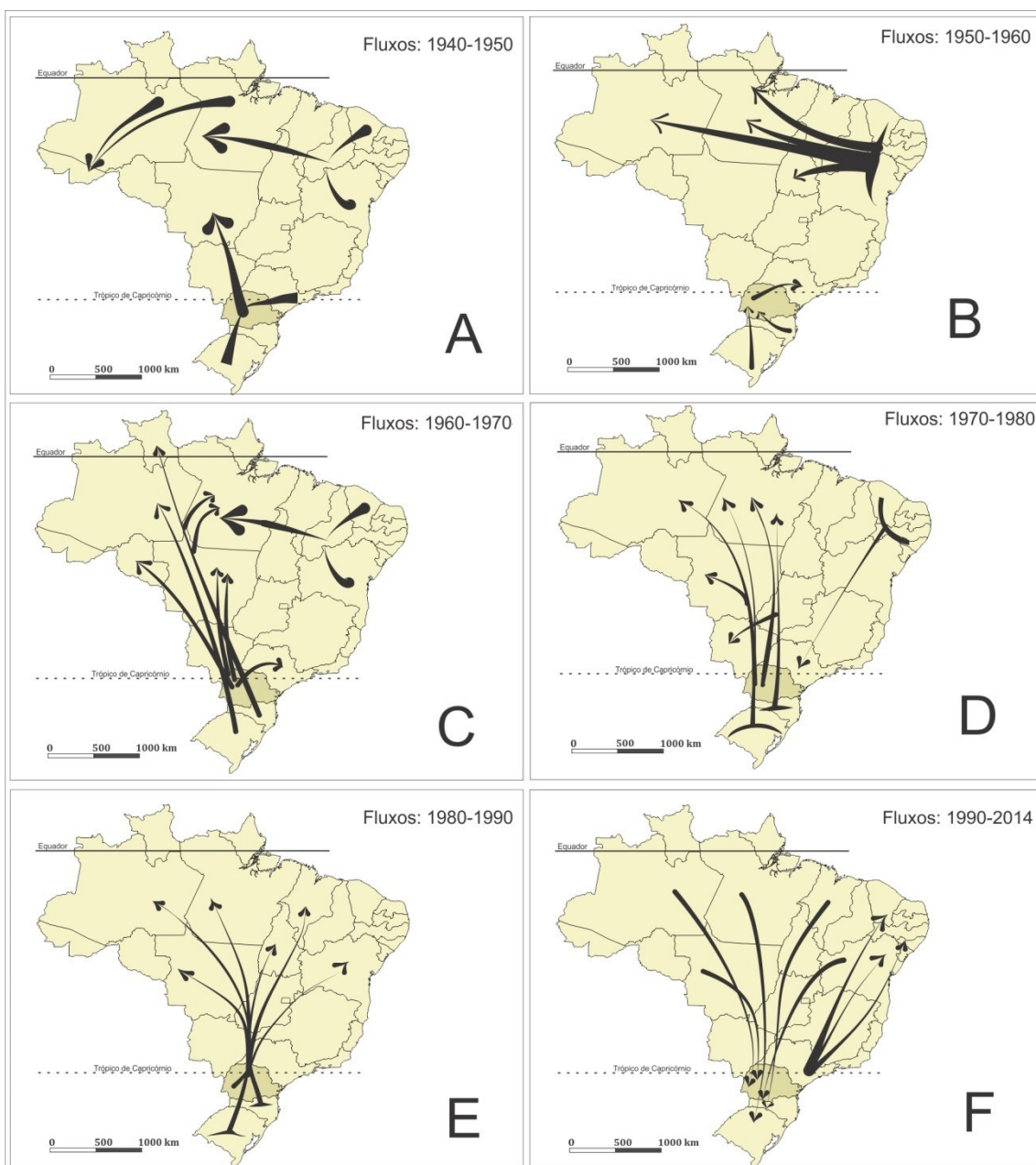
A imagem A- fluxos 1950 a 1970- representa a migração familiar do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Oeste do Paraná.

A imagem B- Fluxos 1970 a 1980- representa a migração dos desconhecidos dos Estados do Sul do Brasil para a Amazônia Legal e Centro Oeste.

A imagem C - fluxos 1980 a meados dos anos de 1990- representa a migração vivida pelos entrevistados do Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná para a Amazônia Legal e Centro Oeste Bahia.

A imagem D-Fluxos meados de 1990 a 2014- representa migrações de retorno da Amazônia Legal, Centro Oeste e Bahia para o Oeste e Sudoeste do Paraná.

Figura 4: mapas deslocamentos inter regionais entre as décadas 1940- 2010; baseado nas leituras de: Cano, 2011; Castro, 2010; Costa, 2012; Coy; Klinger, 2014; Goettert, 2008; Freitas, 2006; Gregory, 2002; Jones, Haesbaert, 1998; Martins; 1986; Santos, 1996; Simon, 2014



Fonte: Jorge Pagliarini Junior-organização; Angelo Ricardo Marcotti-produção

Na imagem temos:

A Imagem A - fluxos 1940-1950- representa Marcha para o Oeste e migração da região do Nordeste para a região Norte;

A imagem B - fluxos 1950- 1960- representa a migração do Nordeste para a região Norte; migração do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Paraná; migração do Paraná para São Paulo.

A imagem C - fluxos 1960- 1970- representa migrações do Oeste e Sudoeste do Paraná para São Paulo; migrações do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a Amazônia legal e estados do Centro Oeste.

A imagem D - fluxos 1970-1980- representa a migração do Estado do Nordeste para São Paulo; migração do Oeste do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a Amazônia Legal e Centro Oeste.

A Imagem E - fluxos 1980 a meados de 1990- representa a migração do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a Amazônia Legal e Bahia.

A imagem F - fluxos meados de 1990 a 2014- representa a migração de retorno: do estado de São Paulo para estados do Nordeste; dos Estados da Amazônia Legal e Bahia para Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Num breve comparativos entre os fluxos migratórios resultantes dos estudos da migração e o das memórias dos entrevistados, pode-se perceber que a interpretação dos itinerários pelas memórias se aproxima da apresentação dos mapeamentos decorrentes dos estudos de campo, quando se remetem a colonização sulista na Amazônia; no entanto, os fluxos anteriores à década de 1970 são associados pelos entrevistados a migração dos pais e ou avós e pouco se referem as demais frentes de colonização corridas no Nordeste e na Amazônia Legal; da mesma forma o retorno é generalizado como retorno de Sulistas da Amazônia.

Concluindo, a pergunta central para lidarmos com as memórias dessas experiências migratórias, lembradas e justificadas no narrar, é: a eficácia desses discursos foi interiorizada a tal ponto de ser base para falarem de si? Afinal, vale indagar: a colonização agrícola de outrora organiza uma linha linear e, assim, estrutura as experiências *a posteriori*? Os capítulos seguintes respondem em parte a questão. E se até aqui apresentamos a situação de migrante por meio de uma abordagem conceitual e de suas memórias, numa comparação entre as ressignificações de períodos anteriores de migração e na relação deles com as particularidades do fluxo de retorno, a maneira como os entrevistados se apropriam dessas políticas e dos fluxos delas decorrentes nos possibilita traçar um comparativo com as disputas que vivenciaram durante a migração e ainda com aquelas que vivenciam agora no retorno. E as gerações que migraram antes, construíram, isto na ótica dos entrevistados, o respaldo que lhes garante autoridade ao falarem do espaço. Analisar essas fases ou, mais do que isso, considerar a maneira como foram lembradas e trazidas nas narrativas contribui para a apresentação de como as disputas de classe entre os próprios migrantes são trazidas nas narrativas e como, com isso, questionam a unidade étnica, significando muitas vezes a



explicação para o resultado do insucesso migratório. Tipos de disputas internas aos próprios migrantes. Ao se enfatizar a relação trabalhador e colonizador, não deixam de levantar uma questão de classe que não se restringe a etnicidade (ou seja, não se restringe a capacidade-autoridade do paranaense), discussão esta que gravita entre os capítulos seguintes.

A ressignificação desta memória migratória denuncia também outra contradição. O problema reside no fato de que nem a disposição cultural pelo trabalho trazida pelos pais e ou avós dos demais estados do sul do Brasil e nem tão pouco a técnica aprimorada no Paraná e levada para a Amazônia décadas antes deles migrarem garantiu a conquista da estabilidade fora do Paraná, principalmente quando consideramos os exemplos daqueles que optaram pelo retorno muito em conta do seu “insucesso” econômico.

A questão se encerra com mais uma atenção a relação memória e identidade a qual fundamenta nossa análise e serve de conclusão do capítulo. Ao apresentarmos as proximidades e contradições entre as leituras do campo da Geografia e da Sociologia com aquelas que destacamos com as fontes orais, temos enfim a ênfase nas diferentes leituras da questão espacial pela ótica da disputa - da territorialidade. E foi assim que pudemos perceber a respeito da ressignificação de outros momentos corresponde aquilo que Candäu (2011) denominou “memórias holísticas” ou “metanarrativas”:

Ora, a existência de atos de memória coletiva não são suficientes para atestar a realidade coletiva. [...] Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Algumas vias são objetos de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados. Assim, o compartilhamento memorial será fraco ou quase inexistente (CANDÄU, 2011, p. 35).

E de fato as leituras daqueles períodos reafirmam muito daquilo já escrito sobre o Paraná e a Amazônia, no que tange às defesas regionalistas - a do paranaense colono, trabalhador, diferenciando-se por este status do paraense, amazonense, mato-grossense, etc. Leitura que demonstra, inclusive, certa “ausência” da crítica sociológica, evidenciada quando reafirmam um determinado estilo de vida, por meio de estereótipos e generalizações. Por outro lado, no entanto, as fontes orais também denunciam tal noção integradora e uma construção memorialista que se pretendem coletivas. Inquietação que nos leva a avaliar até que ponto estávamos lidando ainda com memórias “coletivas”, fortes, ou se tratávamos de outras memórias, “fracas”, dissidentes (Idem), como, por exemplo, a da valorização da

memória do convívio na região verde, dos rios e igarapés, das serestas no fim de tarde, da “meia culpa” quando se referem aos impactos ambientais, etc..

## 2. Capítulo II: A Amazônia planejada, a Amazônia vivenciada

*Qual não foi o meu espanto quando, mais tarde, percebi espigas, baloiçando ao vento, suavemente. Que satisfação! Era trigo! E ali, de mistura, pezinhos de arroz!*  
(Daneil Defoe. Robson Crusóé)

Há uma dissonância, nas entrevistas, entre aquilo que se esperou da colonização e os seus resultados frente ao atual contexto de interpretações. Uma diferença percebida, por exemplo, na análise de Jorge ao se referir aos resultados da produção agrícola em detrimento da preservação do meio ambiente:

As pessoas daquela época não sentem culpa, porque tinha que fazer. O governo incentivava a desmatar, o governo construiu a Transamazônica, Santarém, pra derrubar, pra povoar, pra formar fazenda, plantação lá pra cima, então quem pode se sentir culpado, é só o governo.<sup>99</sup>

A rodovia e a cidade, Transamazônica e Santarém, correspondem ao empenho do governo de colonizar. Essas ressignificações da trajetória do migrante na Amazônia são entendidas pela continuidade do estudo das memórias, o qual se ocupa, neste capítulo, com a contextualização da Amazônia Legal.<sup>100</sup> Esta região pode ser apresentada diante do processo de territorialidade que demarca políticas de migração de âmbito nacional e tomadas pelas trajetórias dos sujeitos que nos falaram de suas experiências migratórias.

O diálogo recorre ao olhar estrutural, conjuntural e individual. De ordem estrutural, consideradas as leis que vão das políticas típicas da década de 1960 e 1970, momento que corresponde à intensificação do fluxo de migração de sulistas para aquela região, num período anterior ao que compreende a chegada da maioria dos entrevistados. De ordem conjuntural, a abordagem é entendida na análise de situações e acontecimentos narrados e reportados no jornal *Nosso Tempo* entre fins da década de 1980 e decorrer da década de 1990. E de ordem individual, no acompanhamento das memórias do período atual marcado pela efetivação do retorno.

As apresentações e análises indicam, além do fundamental trabalho de contextualização dos períodos, para a necessidade da interpretação da diferença presente entre

---

<sup>99</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

<sup>100</sup> O enfoque foi dado aos estados para onde migraram os entrevistados, destacando-se: Amazonas, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, cientes da multiplicidade de fatores econômicos, políticos e culturais e da própria generalização presente na constituição da região da Amazônia Legal.

o território projetado politicamente- imaginado, planejado, diga-se de passagem, e das apropriações destas projeções e dos discursos que o fundamentam, com as resistências as suas leis e controles na e pela dinâmica cotidiana, conjunto preocupado enfim com a distância problematizada pelas fontes entre a Amazônia “imaginada” pelo governo e aquela “vivenciada”.

A discussão intensifica-se na medida em que apresentamos possíveis interpretações das políticas de extrativismo e dos seus índices, mediante a apresentação da bibliografia especializada no tema e pelos pareceres das fontes orais referentes a acontecimentos tomados como marcos de memória, tendo neste caso destaque a “Crise do Mogno”, a “Crise Argentina”, a “Operação Curupira” e o “assassinato da Irmã Doroti”.

A primeira parte do capítulo apresenta aspectos da influência e resignificação do discurso nacionalista, a herança do olhar colonialista (LEONARDI 1996) e as posições tomadas em nome do regionalismo gaúcho também contemplam o primeiro debate do capítulo. Neste intuito, as notícias do jornal “Nosso Tempo”, publicadas na primeira metade da década de 1980 no Oeste do Paraná, e os textos reproduzidos em sites de cidades onde e quando viveram alguns dos entrevistados puderam ser analisados pela luz dos discursos colonialista e nacionalista, leitura que evidenciou o posicionamento dos migrantes em relação ao processo de territorialidade, este, apresentado no texto respectivamente, pela apresentação do debate em torno do controle do extrativismo da madeira; nos marcos de memória presentes resultantes do processo; pela mudança de posicionamento do estado nas políticas de colonização; e por fim, na apresentação de exemplos de tensão entre o papel do estado e do discurso nacional para a Amazônia Legal e posituação do migrante.

Foi comum nas entrevistas a relação entre a migração vivida e narrada com a migração para Amazônia ocorrida duas ou três décadas antes e dela em determinados momentos os entrevistados destacam a propaganda do estado disseminando a migração ocorrida em nome do desenvolvimento nacional. A contextualização e o debate deste processo de ocupação da Amazônia durante os governos militares podem ser entendidos pelo trabalho de Regina Beatriz Guimarães Neto (2014), estudiosa da temática de conflitos de terras na Amazônia. Próxima a Almeida (1993), a autora apresenta um panorama do processo de ocupação da Amazônia durante os governos militares, cujo levantamento da pesquisa evidencia correlações entre trabalho e violência presentes nesse processo. Já o significado da propaganda militar, ufanista, daquele período pode ser percebida em trabalhos recentes, como no de Meses (2007).

Na sequência do texto o tópico seguinte apresenta a discussão em torno do significado da busca pelo sucesso via inserção pelo mundo do trabalho. Assim, o fato de ficar rico, ou de alcançar certo status e se destacar no círculo social das cidades para onde migraram, ou simplesmente ser reconhecido lá e, assim, estar além da figura do peão, passa a ser enfatizado agora no retorno, isto independente se esses objetivos foram apenas em parte alcançados. E nem todas as falas se organizaram exclusivamente pela ênfase no trabalho, ressaltando-se o fato de que a partir das preocupações com o trabalho ganha força a valorização de momentos de lazer e diversão.

O terceiro e último tópico pretende avaliar até que ponto o discurso regionalista, em alguns momentos ressignificado e em outros, negado, nas fontes orais, direciona mais a uma problemática de identidades. E dela chega-se a um paradoxo compreendido pelo olhar histórico, afinal, avalia-se que, por um lado fazer festa aponta para a diferenciação, pois os migrantes não estariam lá para isto, mas por outro, o lazer e a festa, muitas vezes tomados como sinônimos, serve para se construir uma crítica à maneira com se vive no Paraná, ou seja, a questão remete ao falar do presente do retorno.

Nas três abordagens do capítulo temos a indicação do delineamento de política pautada no ideal da integração nacional, na qual coube a Amazônia Legal, isto ao longo das décadas de 1960 a 1980 receber a construção de grandes complexos, como os da Polamazônica e complexos metalúrgicos (a do Rio Trombetas, por exemplo) tendo ela se destacado diante da busca pela consolidação do Brasil numa “potência emergente”, movimento pautado na valorização de seu “sentido de tarefa nacional” diante dos ditames do governo que se intitulou como o “governo da revolução” (BRASIL, 1974, Op. Cit. p. 76).

Num recorte proposto, mais grosseiro se comparado às frentes migratórias apresentadas em forma de mapas temáticos no capítulo anterior, durante o período de 1960 a 1980 tínhamos a política da derrubada das florestas exatamente em nome do progresso nacional e nos anos 1990 a 2014 temos as cobranças em nome da preservação.<sup>101</sup>

## **2.1 “A liberação do mogno sempre existiu com projeto de manejo<sup>102</sup>”: ritmos da colonização-ocupação**

---

<sup>101</sup> Esta suposta divisão de postura política e a sua possível comprovação de efetivação desafiam e se fazem apenas no campo da suposição, mesmo quando recorremos aos estudos da área. Mais nos interessa aquilo que os entrevistados apresentaram sobre o tema do que supostas comprovações. Mas, de todo modo elas se tornam caras a pesquisa.

<sup>102</sup> MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

Seguimos então com uma breve explanação a respeito da Amazônia Legal. Não seria possível constatar neste estudo uma relação direta entre a migração inter-regional e as taxas de desmatamento. Avaliamos até que ponto as leis e políticas imigratórias são apropriadas pelos sujeitos, principalmente no caso daqueles entrevistados que migraram ainda nos últimos anos da década de 1970. O mapeamento dessas políticas ambientais, a partir de relatórios oficiais, estudos científicos e propagandas ideológicas, e a sua possível interferência nos deslocamentos populacionais, se tornam um caminho para dialogarmos com as fontes orais.

A título de problematização e sem assumirmos o peso da constatação de um veredicto sobre a real ou ilusória redução do desmatamento nas três últimas décadas, ou seja, no período correspondente, de acordo com o estudo do IBGE, ao processo de retorno (1995 a 2012), e nem tão pouco da associação direta entre essa suposta redução com o fluxo migratório de retorno, apresentamos um panorama dos estudos sobre o extrativismo ilegal da madeira.

A intensificação de tais políticas pode ser justificada pelo aumento de cobranças ambientais a partir dos anos de 1990, algo evidenciado na própria construção da política Ambiental Básica (Ministério do Meio Ambiente, 2008), a qual fundamenta a Política Nacional do Meio Ambiente (analisada no terceiro capítulo) e estruturada a partir do artigo 225 da CF.<sup>103</sup>

Em linhas gerais, acreditamos que as políticas de controle do extrativismo, ocorridas nas três últimas décadas, quando não acompanhadas de outras políticas de geração de renda pautadas em modelos de desenvolvimento sustentável, ou seja, de políticas estruturadas no tripé econômico x ambiental x social, interferem nas atividades extrativistas e, assim, influenciam na opção pelo retorno. Destas problemáticas temos duas questões: o discurso do progresso ainda norteia as narrativas? E, os entrevistados atribuem ao Estado, devido as suas políticas do combate ao desmatamento, as possíveis causas do retorno? São questões que, antes de serem respondidas, demandaram um diálogo com a própria mudança na Legislação Ambiental Básica e nas práticas de fiscalização deflagradas na década de 1990, visto que os

---

<sup>103</sup>Essa legislação está estruturada da seguinte maneira: Constituição Federal; Política Nacional do Meio Ambiente; Flora; Educação Ambiental; Águas; Fauna; Unidades de Conservação; Crimes e Infrações Administrativas Ambientais; Patrimônio Genético; a Proteção e o Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado à Repartição de Benefícios; Organismos Geneticamente Modificados; Povos e Comunidades Tradicionais. A título de análise, podemos reorganizar esse índice temático a partir de um estudo cronológico. Salvo algumas exceções, como a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Institui o Novo Código Florestal), e o artigo 225 da Constituição Federal, constatamos que a legislação ambiental é decorrência positiva de um debate construído principalmente em fins dos anos 1990 e durante a década seguinte. Este debate será realizado no quarto capítulo.

entrevistados atestam existir nesse processo de controle do extrativismo uma relação direta com a intensificação do processo de retorno.<sup>104</sup>

### **2.1.1 O desmatamento, o seu controle e os marcos da memória**

Outra indicação deste panorama deve-se as análises do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O INPE mantém o monitoramento da Amazônia Legal e, entre suas atribuições, está o de monitoramento do processo de desmatamento. Nesse caso, selecionamos as informações sobre a taxa de desmatamento no território da Amazônia Legal durante o ano de 2008/2009. O seu monitoramento do processo de desmatamento nos serve de fonte. Esses dados confirmariam uma tendência constatada desde 2004, ano em que fora instalado o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM):

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) concluiu o levantamento detalhado do desmatamento por corte raso para toda a Amazônia Legal no período de agosto/2008 a julho/2009. [...] Os dados confirmam a estimativa preliminar de 7.008 km<sup>2</sup> divulgada pelo INPE em novembro de 2009. A diferença de 6,5% entre a estimativa e a consolidação da taxa de desmatamento está dentro da margem de erro de 10%. [...] Uma queda substancial e consistente do desmatamento vem sendo verificada desde 2004, quando foi criado pelo governo federal o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Parte desta redução se deve à iniciativa do INPE, que naquele ano criou o sistema de detecção de desmatamento em tempo real (DETER), permitindo aos órgãos de fiscalização tomar ações rápidas e eficazes de combate ao corte ilegal (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, 2011).

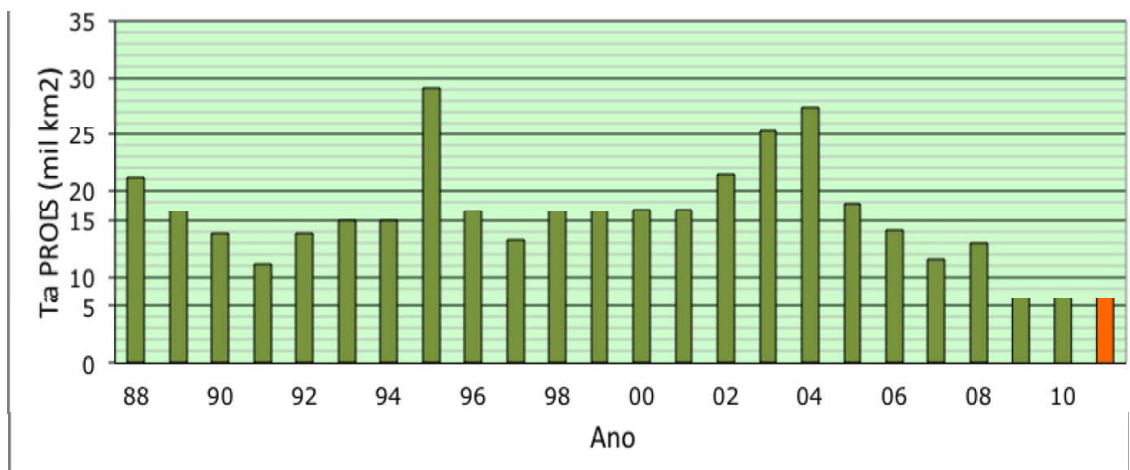
O gráfico seguinte, disponibilizado pelo INPE na página do projeto de Monitoramento do Desmatamento das Formações Florestais na Amazônia Legal pelo Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia (PRODES)<sup>105</sup>, apresenta uma tendência positiva no tocante à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal:

---

<sup>104</sup>Cabe ressaltar que a questão ganhará maior complexidade nos capítulos seguintes, em específico no quarto, quando se somou de maneira direta as leituras construídas sobre a relação História e meio ambiente, a partir da análise das entrevistas e noutra no diálogo com o campo teórico. No último capítulo trataremos a relação entre a questão e problemáticas de identidades.

<sup>105</sup>Enquanto entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o INPE apresenta um discurso próximo ao do governo federal, ou seja, a positividade nas políticas de controle ao desmatamento. A cobrança sobre o cuidado do pesquisador com sua fonte não nos impede de dialogar com as informações disponíveis.

Figura 5: Taxa de desmate por corte raso na Amazônia (milhares de km<sup>2</sup>/ano)



Fonte: Imagem adaptada do relatório 2011 do Prodes

A preocupação vai ao encontro de pesquisas recentes, as quais corroboraram a constatação de um “clima de opinião” favorável aos resultados positivos no combate ao desmatamento na última década. Tal opinião favorável, porém, não se trata de um consenso. A controvérsia está na compreensão das diferentes metodologias aplicadas na leitura, ou seja, as diferenças no tipo e na qualidade de imagem – resolução temporal e espacial dos satélites. A baixa resolução espacial das imagens limita a detecção de pequenas áreas desmatadas, inviabilizando o uso desses dados para estimar, com precisão, área e taxas de desmatamento (ESCADA, 2008).

De acordo com Fearnside (2002), a análise dos dados de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), referentes aos primeiros anos de década de 2000, deve levar em conta a relação entre a variação das taxas de desmatamento e políticas econômicas. Para o autor, mais do que a eficácia nas políticas contra o desmatamento, a questão se remete a conjunturas econômicas:

Antes do Plano Real, em 1994, a hiperinflação dominou a economia do Brasil durante décadas. [...] Em seu ponto mais baixo, em 1991, muitos fazendeiros foram impossibilitados de usar seus recursos para investir em desmatamento porque o então presidente, Fernando Collor de Melo, havia confiscado as contas bancárias em março de 1990, com o dinheiro sendo posteriormente liberado em pequenas prestações. O pico de 1995 foi, provavelmente, um reflexo da recuperação econômica do Plano Real. As reformas aumentaram a disponibilidade de capital e as eleições municipais, em 1994, resultaram no aumento do crédito agrícola. [...] A queda posterior nos índices de desmatamento, em 1996 e 1997, foi uma consequência (*sic*)



lógica do Plano Real ter cortado, de forma brusca, o índice da inflação (FEARNSIDE, 2002, p. 115).

O mapeamento de taxas de desmatamento e das políticas migratórias, além de possíveis cruzamentos de dados, corresponde à contextualização do objeto e sua interpretação, como vimos, não escapa da contradição.<sup>106</sup>

Os fragmentos de entrevistas a seguir destacam como alguns entrevistados apresentaram uma associação entre crises do extrativismo e motivações do retorno, tendo aí à ênfase sobre o papel atribuído a intensificação da fiscalização das práticas extrativistas, mas não só delas, como no caso da intensificação do controle de financiamentos agrícolas e mesmo industriais, principalmente com a proibição do corte do mogno (Crise do Mogno), a Operação Curupira e a repercussão do assassinato da Irmã Doroti, vistos como marcos de memória a partir dos quais muito se fala das trajetórias. Esses acontecimentos já nos servem de provocação para as análises que estruturam o restante do capítulo.

Os entrevistados preocuparam-se em especificar o seu traquejo com leis que regulavam extrativismo, tanto no caso daqueles que de fato lidaram com a prática do extrativismo quanto daqueles que dependiam de uma economia indiretamente ligada a essas práticas, e nisso enfatizaram mais da burocracia do que das cobranças ambientais em si.

Serve de exemplo o parecer de Enso, no qual ressaltou as operações e políticas em âmbito nacional e internacional. A fiscalização teria sido intensificada a partir de 2004. Alguns anos antes ocorrera a proibição do corte do mogno, então a madeira mais procurada pelo mercado, mas segundo o entrevistado, essa proibição não teria interferido de maneira negativa, pelo contrário, no seu entender, incentivou o extrativismo de outras madeiras. Conforme o entrevistado teria sido a crise da Argentina, responsável pela quebra de 20% aproximadamente dos exportadores e madeireiros, o motivo de sua falência:

Em 2001 eu comecei, eu acabei virando exportador de madeira, eu aprendi os caminhos e virei exportador, aí eu montei serraria, eu montei plaina, eu montei indústria e foi onde que eu me descapitalizei. [...] aí eu já tava num outro tipo de madeira, eu tava exportando madeira pra China, o tempo que a China tava crescendo muito, aquela coisa toda. Então mandava madeira pra Argentina, e o que começou a quebrar foi assim, eu tinha (...) eu tinha tipo cinco contêiner de madeira para Argentina e se eu não me engano, foi em

---

<sup>106</sup> Estudos publicados em fins de 2014 indicam um aumento significativo do desmatamento da região como é o caso do boletim publicado pelo SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) do Imazon, instituto de pesquisa criado no início de 1990, cuja política volta-se, de acordo com informações do próprio instituto, ao desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. Nesse estudo, tendo por base dados do INPE – Desmatamento (PRODES), detectou-se um índice de crescimento do desmatamento de 467% (FONSECA, 2014).

2003 que a Argentina quebrou, você lembra? [...] Então, e essa madeira tava vendida pra Argentina e eu não consegui embarcar e era bitola Argentina e eu fiquei com essa madeira parada<sup>107</sup>.

Mesmo com a afirmativa de que as novas cobranças do Estado não tenham sido preponderantes para a sua derrocada financeira, o entrevistado não deixa de reconhecer o impacto desse processo para a região: “É, na verdade é assim, foi em 2004 que aconteceu e daí em 2005 que veio realmente a fiscalização apertar”.<sup>108</sup> Ele se referia às dificuldades geradas em torno da proibição da retirada do mogno, principal foco do extrativismo de madeira de então: “Não, o mogno, nós paramos de comprar mogno em 2003. Dois mil e... não, não, minto, 2000”.<sup>109</sup> Ao seguir com o assunto da proibição e controle do extrativismo destaca a operação ocorrida nos anos seguintes, outro marco, ao lado da “crise” do mogno, muito lembrado nas entrevistas: “Na verdade eu tava começando e foi aonde que em 2005 teve a operação Curupira que fechou, a maioria das serrarias fecharam, foi muita gente presa, setenta e poucas pessoas presas por causa de notas frias e aquela coisa toda”.<sup>110</sup>

A operação Curupira, lembrada pelo entrevistado, foi uma das cinco operações realizadas pelo Governo Federal até o ano de 2006. Por meio de um estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a respeito dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFSs), temos noção de seu impacto:

[...] tanto os responsáveis por sua elaboração e execução (engenheiro florestal e madeireiro) quanto os responsáveis pela autorização e fiscalização (Ibama) falham na hora de cumprir seus papéis.

a) Os planos de manejo não são utilizados para produzir madeira, e sim para satisfazer um requerimento legal. De acordo com os engenheiros florestais da Embrapa, “não é exagero afirmar que a atividade madeireira na microrregião estudada é puramente extrativista. [...]

b) De maneira geral, os planos de manejo são mal concebidos no que diz respeito à silvicultura, ao monitoramento e a preocupação em relação ao consumo de matéria prima e a área de manejo [...] (IPAM, 2006, p. 47).<sup>111</sup>

---

<sup>107</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> Lê-se na sequência: “c) A execução dos planos não obedece aos requerimentos legais nem está programada como parte integrante dos projetos iniciais; d) Os técnicos que realizam o planejamento e a execução dos projetos precisam ser treinados em silvicultura tropical, para alcançar um maior nível de qualidade técnica; e) Os madeireiros precisam ser melhor informados sobre a sua importância e o papel que desempenham na conservação das florestas; f) De acordo com os engenheiros florestais da Embrapa, “não há um único entre os projetos visitados que esteja de acordo com os requerimentos mínimos do bom manejo, baseado nas recomendações da ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais). [...] Ainda podemos destacar do documento a sua apresentação de um histórico das operações do combate ao desmatamento na Amazônia Legal desde 2003 com esta e com as outras operações ocorridas no mesmo período, sendo elas: Faroeste, Setembro Negro, Curupira e Ouro Verde, operações cujo empenho conjunto da Polícia Federal, Ibama e Ministério Público

A publicação dos resultados da operação retira do parecer dos entrevistados o peso da constatação da corrupção no setor, bem com da falta de preparo de técnicos responsáveis pelo setor e de conscientização dos madeireiros. Ela, a corrupção, estaria presente e legalmente comprovada pelas devidas investigações. E os resultados das cobranças indicam, tal qual destacado pelos entrevistados, como as décadas de 1990 e de 2000 marcaram um momento de transição na forma de extrativismo, a partir de então pautados nas práticas do manejo. As cobranças estatais, a burocracia e o contexto internacional apresentaram um quadro de transformações tão significativo aos sujeitos quanto às políticas de colonização aplicadas ao longo das décadas de 1970 e 1980. Separamos mais exemplos de tais aspectos nas fontes orais.

### **2.1.2 Extrativismo, agricultura e urbanização**

O “Norte” representou para muitos a possibilidade do ganho financeiro e do reconhecimento profissional. Mas também significou apresentar um panorama que extrapolou a experiência de vida pessoal. Como lembrou Moisés: “é, o Pará cara, o Pará, pra se ganhar dinheiro (...) hoje não sei, mudou muito lá agora, por causa do desmatamento (...) coisarada, mas lá não tinha!”.<sup>112</sup> Se o desmatamento assume o sinônimo de destruição também assume o da produção de alimentos e da urbanização e, por conseguinte, o de progresso, dois lados de uma mesma moeda; dos seus resultados, ora se aproxima, ora se nega a contribuição.

Noutra análise das permanências e transformações ocorridas no âmbito das políticas nacionais recorreremos à aproximação com estudos do campo do desenvolvimento regional, voltados à região Amazônica no período estudado. Serviu de referências, entre outros, o trabalho de Cano (2011), uma análise voltada à questão regional e urbana na região da Amazônia Legal após 1980. Seu recorte de pesquisa, 1930 - 1980 facilitou o entendimento das mudanças na configuração regional amazônica com a implantação das novas políticas de integração do mercado nacional evidenciando-se a concentração fundiária em estados com o

---

Federal resultou na apreensão de 582.419,043 metros cúbicos de madeira, na apresentação de 174 acusados em inquérito policial por associação ao crime e no afastamento de mais de 40 dirigentes da região. O esquema “envolvia autoridades ambientais na venda de documentos falsos com autorização de transporte e comércio de madeira retirada ilegalmente.” (Ibidem, p. 52).

<sup>112</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

Paraná, fenômeno demográfico diretamente relacionado às transformações voltadas a urbanização do território.<sup>113</sup>

Ao tratar da urbanização da Amazônia nos anos de 1970 e no decorrer de 1980, Trindade Junior (2011) discutiu o papel das cidades médias de Marabá e Santarém, ambas as cidades do Pará. Seja pela realidade da transformação natural na primeira, seja pela presença da cultura de grãos na outra, temos exemplos do desenvolvimento processual amazônico: “[...] a urbanização guarda, em grande parte, profunda relação com uma lógica intencional do Estado (MACHADO, 2000), principalmente do posicionamento por ele adotado a partir da década de 1960” (Idem). De maneira mais específica, associou os alcances do estado no desenvolvimento da fronteira urbana com a sua política de incentivos relacionada às políticas migratórias – do tipo induzida - e a grandes empreendimentos.<sup>114</sup>

Os entrevistados associaram de maneira direta a necessidade da derrubada da mata com a construção das cidades. Num primeiro momento a maioria das entrevistas entende esta sequência de transformação da paisagem como algo necessária, mas isto não significou uma falta de críticas, algo evidenciado nas polêmicas construídas em torno de acontecimentos que envolveram a fiscalização do extrativismo e de financiamentos privados<sup>115</sup>.

Num fragmento da entrevista de Maico, em que apresentou como marco da revisão e do respectivo controle do extrativismo, a Operação Curupira, motivada segundo ele pelo assassinato da Irmã Doroti, episódio que ganhou espaço na mídia nacional e internacional, interessa a compreensão de um momento de mudança, pois, segundo lembra, o acontecimento deflagrara uma nova conduta das autoridades, tanto em relação ao combate ao desmatamento quanto à investigação de investimentos públicos na região Amazônica, em meados da década de 1990:

---

<sup>113</sup>O artigo destaca um período posterior aos anos de 1980, (a “Década perdida”). Também apresenta uma síntese do período posterior ao do recorte da pesquisa, referente às políticas neoliberais. Segundo o autor, interferências das determinações “em grande parte modificadas pelas novas formas de nossa inserção externa, pelo câmbio apreciado e juro alto, e pela Guerra Fiscal, medidas que implicam na transferência de verbas federais para os municípios, ocasionando deterioração de órgãos voltados ao fomento do desenvolvimento regional, como, por exemplo, a Sudam” (2011).

<sup>114</sup> Segundo o autor nos estudos trazidos no diálogo com Becker (1990) e Machado (2000) esta política de grandes empreendimentos: “funcionou como recurso estratégico para a rápida ocupação da região, antes mesmo da implantação de projetos de produção agrícola, pecuarista, energética, mineral e/ou industrial (p. 137)”.

<sup>115</sup> A título de distinção das fases de ocupação, e considerando as ressalvas da própria autora citada quanto o risco de simplificações esquemáticas, Castro (2010) destaca três áreas de fronteira amazônica: frentes de ocupação desde 1970, em MT, sul do PA, MA e RO, cujo incentivo gravitou em torno da pecuária; a segunda, frente clássica, orientada pelos programas de colonização de 1970 e 1980 e se destinou a ocupação de terras; a terceira, avanço de novas frentes articuladas a partir do MT e GO, TO, através da rodovia 163, e via municipal em municípios do PA, Xinguara e São Félix do Xingu, servindo e exemplo para a reordenação dos objetivos de ocupação econômica deste território “do meio” do estado do PA (p. 112-114).

[...] A fiscalização ela é muito grande depois que mataram aquela Dorothy Stein lá. Aquela foi a virgem que arrebentou Altamira, aquela mulher. [...] É, ela morava ali no Noventa, pra frente de Belo Monte um pouco. Ela morreu, o pessoal, os madeireiros, o pessoal diz lá tipo ela tinha que ter morrido, não tinha nem que ter nascido, que ela era uma vamos supor assim, é que nem os sem-terra mais ou menos, quando tinha esses negócios aí tudo ela tomava a frente, tomava a frente. Reza a lenda, que uns contavam, tipo, que a bíblia dela, no meio da bíblia dela era uma bíblia oca, diz que tinha um revólver ali, vai saber. Como é que se diz, lendas urbanas. Daí quando ela morreu, “ah! Mataram um americano!” Teve agente do FBI dois dias em Altamira! Agente do FBI dois dias em Altamira e deram uma pressão violenta, foram em cima pegaram quem foi o pessoal. [...] Daí arrebentou, aí arrebentou! O pessoal bateu em cima, bateu em cima mediante isso e aí de repente vai, daí você tá fazendo uma derrubada lá mais ou menos, você sabia quando ia ter fiscalização, um contato e outro, agora não, baixou a federal tio, quando estourou o esquema Sudam.<sup>116</sup>

Nesta fala a ativista fora lembrada como exemplo de entrave para a continuidade das transformações avindas da agricultura e pecuária. A sua morte atraiu a atenção nacional e internacional para a região e, assim como a Operação Curupira, serviu como mais um marco de memória atrelado ao extrativismo e as consequências para o desenvolvimento urbano regional. A fiscalização assume o significado de entrave do desenvolvimento, algo trazido naquela entrevista pelo paradoxo do desenvolvimento:

[...] não sei se você viu, se você lembra do esquema Sudam que estourou em 97, 98, o esquema Sudam? O Sudam, o Sudam era um (...) um financiamento que saiu. Vamos supor hoje pra lá, tipo o pessoal pegar, vamos supor pra criação de gado, pra pimenta do reino, pra pupunha, muita gente fazia daí tinha isso aí pelo Basa [Banco da Amazônia] sabe. Fazia um Sudam de oito milhões, um de nove, um de sete, às vezes tinha que molhar a mão da turma parelho né, de oito milhões que você ia pegar vamos supor, você pegava seis, uns dois milhões ficava perdido por ali e muita gente fez, achava que não ia precisar pagar, começou dar as vistorias.<sup>117</sup>

A entrevista se torna importante exatamente por elucidar disputas de um processo que não se limitou ao extrativismo, mas a disputa por financiamentos públicos também em outros setores, bem como por apresentar uma interpretação a respeito de como se davam estas relações de investimento, no caso, os desvios de verba. Progresso, desmatamento e corrupção são mencionados e estariam diretamente interligados. Tal panorama de desenvolvimento regional, mais do que se limitar a fiscalização, tem o potencial de servir de base de reflexão para o próprio papel do colonizador. O migrante foi pego pela fiscalização, e por isto mesmo,

---

<sup>116</sup> MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.

<sup>117</sup> Idem.

deveria de acordo com Maico arcar com seus erros, mas isto não encobriria a sua suposta contribuição para região, e apenas uma pequena parte daquilo que teria lucrado mediante tais investimentos ilícitos (SUDAM) serviria para pagar a sua dívida com o Estado.

O balanço do processo de colonização e de urbanização amazônica não era novo, e desde os anos de 1980 incomodava críticos do assunto. Nossa análise segue com a leitura de reportagens jornalísticas produzidas e referentes à situação dos anos de 1980 e trás, na sequência do texto, discursos políticos de municípios da Amazônia nos anos 2000, cuja situação é entendida pelos conteúdos dos sites municipais. Tudo isto, vale insistir, apresenta subsídios para a análise das fontes orais pensadas pelas continuidades e permanências nas ressignificações de discursos que estruturam as narrativas, tanto dos meios de comunicação quanto das fontes orais.

No caso da análise das reportagens do jornal “Nosso Tempo”, o cuidado metodológico da pesquisa implica atentar para desconstrução de mitos herdados pela pesquisa histórica, como, por exemplo, dos riscos do presentismo e do subjetivismo que estariam imersos neste material, afinal, a “imprensa ou sua linguagem é constitutiva do social” (LUCA, 2007, p. 260).<sup>118</sup>

Aqui nos intriga o desafio de pensar o Jornal Nosso Tempo com atenção destinada a suas especificidades no quesito de se “aprender a ler” os informantes do jornal, na tendência de aproximação com aqueles sobre quem se escreve, do contexto de trabalho e sua implicação no modelo e no conteúdo da notícia<sup>119</sup>; em síntese, na tensão entre a diferença entre teorias da comunicação, seus tipos de modelos de identidades, e suas técnicas de socialização. Assim, interessa inclusive avaliar quem eram seus produtores e a maneira como “negociaram” com patrocinadores e souberam lidar com a vigilância política de um período de recém-instalação da “redemocratização”, de meados de 1980, na contribuição deste veículo de comunicação para a disseminação e concentração de memórias, neste caso, produzidas durante a primeira metade da década de 1980.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> De acordo com outro estudo, de Cruz e de Peixoto, necessitamos entender os meios de comunicação enquanto um campo interdisciplinar estratégico, pois “nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e, também, como objeto de pesquisa.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254).

<sup>119</sup> Ao avaliar os significados do segundo centenário da Revolução Francesa, simbolizado já no título da obra, *O beijo de Lamourette* (2010), obra em que problematiza a situação vivida pelos revolucionários na polêmica atitude da confraternização que antecipa o jacobinismo (leitura construída pelo período revisitado de sua experiência na redação do imperioso *New York Times*), Darnton apresenta uma interessante crítica a própria metodologia dos jornais, traçando para tanto um panorama do funcionamento da linha de produção, composta por hierarquia com fileiras de importância, estratégias de trabalho, influências profissionais e astúcias que visavam o diálogo com os pares e o sucesso na carreira.

<sup>120</sup> A propósito de sua análise histórica vale destacar o período encontrado pela grande imprensa anos de 1970, um espaço dominado desde meados do século por um restrito grupo de dez famílias, espaço este que sofreria

O periódico nasceu muito em conta da compra do jornal semanário Hoje Foz por políticos ligados a Arena, levando a demissão dos três futuros idealizadores do Nosso Tempo, sendo eles os já mencionados jornalistas Aluizio Palmar, além de João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo. A postura de esquerda do jornal Nosso Tempo criticava ao ditames da Lei de Segurança Nacional, a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu e ao governo paraguaio de Alfredo Stroessner, então governador do Paraguai.

De acordo com os idealizadores do projeto de digitalização do jornal, este meio de comunicação teve força na Mesoregião Oeste do Paraná até meados da década de 1980, momento em que passou a enfrentar maiores dificuldades financeiras, dificuldades relacionadas às pressões políticas que fundamentavam sua ideologia e, conseqüentemente, diminuíram o número de anunciantes. Ainda de acordo com estas informações, era preocupação das edições a construção de críticas aos governos militares latino americanos e empenho na redemocratização e abertura política. Inclusive, um dos três líderes do jornal, fora, anos antes, um dos últimos presos políticos do Brasil e a campanha pela sua libertação, contemporânea ao momento de Diretas, ganhou repercussão nacional naquele momento.<sup>121</sup> Desta apresentação seguimos enfim com a problematização do conteúdo de algumas de suas reportagens naquilo que abarcam direcionamentos de iniciativas de ocupação-colonização da Amazônia Legal.

### **2.1.3 A Amazônia e a nação migrante**

A imigração de sulistas daria conta, isto em fins dos anos de 1970 e de início dos de 1980, de uma preocupação que se deu em âmbito nacional com o risco da usurpação de recursos por empresas multinacionais. Uma reportagem do jornal, intitulada “A Amazônia

---

mudanças com a privatização do setor nos anos de 1990, mas que permaneceria pouco democrático mesmo com tais mudanças - a propósito da situação da imprensa nacional neste período, ver (CAMARGO, 2015). Quanto ao perfil do Nosso Tempo não o compreendemos como um jornal de imprensa alternativa, no sentido crítico que este tipo de imprensa dita nanica recebe dos críticos do assunto (AGUIAR, 2015), no entanto, sua ideologia exposta acima demarca dificuldades e posicionamentos presentes na constituição do seu editorial.

<sup>121</sup> O periódico nasceu muito em conta da compra do jornal semanário Hoje Foz por políticos ligados à Arena, levando a demissão dos três futuros idealizadores do Nosso Tempo, sendo eles os já mencionados jornalistas Aluizio Palmar, além de João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo. A postura de esquerda do jornal Nosso Tempo criticava ditames da Lei de Segurança Nacional, a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu e ao governo paraguaio de Alfredo Stroessner, então governador do Paraguai. A propósito de sua análise histórica vale destacar o período encontrado pela grande imprensa anos de 1970, um espaço dominado desde meados do século por um restrito grupo de dez famílias, espaço este que sofreria mudanças com a privatização do setor nos anos de 1990, mas que permaneceria pouco democrático mesmo com tais mudanças - a propósito da situação da imprensa nacional neste período, ver (CAMARGO, 2015). Quanto ao perfil do Nosso Tempo não o compreendemos como um jornal de imprensa alternativa, no sentido crítico que este tipo de imprensa dita nanica recebe dos críticos do assunto (AGUIAR, 2015), no entanto, sua ideologia exposta acima demarca dificuldades e posicionamentos presentes na constituição do seu editorial.

está em perigo”, apresentou um significativo parecer a respeito das preocupações e cobranças de sulistas, especificamente da Mesoregião Oeste, representada por Foz do Iguaçu, sobre a Amazônia.

Na reportagem a seguir, a apresentação da ocupação da Amazônia se deu da seguinte maneira:

Enquanto os grandes monopólios comandarem a economia brasileira a exploração dos recursos nacionais da Amazônia, a soberania nacional, a ecologia e as condições de vida da população estarão, necessária e obrigatoriamente ameaçado (sic) em defesa da Amazônia, evitando organizarem a luta contra a sua depredação surgiram várias entidades como Movimento em Defesa da Amazônia e o Comitê de Defesa da Amazônia. O objetivo dessas organizações no plano imediato é barrar as medidas governamentais que visam reforçar ainda mais as Características nefastas do atual processo de ocupação da região. [...]

#### A RAPINAGEM INTERNACIONAL

Em 1964, três meses antes do golpe militar foi desengavetado (sic) por decreto presidencial, sem aprovação do Congresso, a autorização para a Força Área dos Estados Unidos realizar levantamentos aerofotogramétricos. As fontes, naturalmente foram reveladas e interpretadas em laboratório americano no Paraná.

[...] Em 1966 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e, pela Lei 5 714. Os grupos puderam desmontar até 50% do imposto de Renda aplicando-os na Amazônia. Em projetos aprovados pela SUDAM os incentivos fiscais chegaram a representar 75% dos investimentos no projeto agropecuário.

[...] A exploração do povo brasileiro e das principais riquezas do nosso país os mesmos grupos econômicos que poluem e destroem os rios da região sul, que impõem uma política que está levando os trabalhadores a fome, que estão desnacionalizando a economia brasileira, que suprimiram através da ação governamental as liberdades políticas que o povo havia conquistado antes de 1964. [...] (Nosso tempo, 1981- c).

Na notícia, a denúncia da “rapinagem internacional” não deixou de ser uma crítica à política construída desde a década anterior, sintetizada no PND II e de certa forma uma crítica ao governo golpista que se instaurou em 1964. Ao partir da problemática da soberania, tema supostamente polêmico naquele momento, a complexidade da análise envolveria então a relação entre extrativismo, ecologia e condições de vida. Percebamos, chama à atenção a existência de um Movimento em Defesa da Amazônia e do Comitê de Defesa da Amazônia. As preocupações com a soberania brasileira na Amazônia, atualmente um mito presente nos



debates cotidianos<sup>122</sup>, estavam somadas a crítica à política agrária paranaense e a brasileira num todo, bem como a falta de debates e políticas de controle do extrativismo.

Se a imigração resolveria nos planos políticos do estado uma gama de situações já problematizadas, a notícia publicada especificaria outra. Ela abarca a ameaça do capital internacional. O posicionamento do jornal sobre a temática explicar-se-ia pela própria postura a ele qual adotara na sua linha editorial, ou seja, em tempos de Guerra Fria o Jornal tinha por características o posicionamento contrário ao Governo Federal e a sua aproximação com os EUA. Desse modo, apresentava denúncias de abusos de poder do governo paraguaio de Strossner (ditatorial, de acordo com a acusação de diversas das suas manchetes publicadas nos anos de 1980), questionava a construção de Itaipu e criticava o governo brasileiro pela sua lentidão no processo de abertura política.

Num outro fragmento do jornal, uma notícia também publicada em 1981, na sessão carta, indicava mais a respeito das cobranças no âmbito da nação:

Em defesa do índio

Rio de Janeiro, 28/10/81 Com a recente divulgação do Critério de Indianidade elaborado pela FUNAI, a CPI/RJ vem a público se contrapor a tal "documento", em primeiro lugar pela sua inconstitucionalidade, já que o Estatuto do Índio, lei No. 6001/73 define o termo e os conceitos legais do índio. Em segundo, pela sua incoerência, pois confunde critérios com indicadores sem justificar os mesmos, o que demonstra seu caráter autoritário. E por último, pelo seu conteúdo racista, que estabelece indicadores como a - medição do perímetro cefálico- e itens como - pelos no corpo- e - mancha mongólica-, denotando o uso de conceitos antropológicos já ultrapassados como justificativa científica. A FUNAI está partindo da premissa de que o processo de integração transforma o índio em não-índio, e não o índio isolado em índio integrado, chegando ao absurdo de estabelecer dentro de seus critérios uma nova categoria, a do meio-índio, como se fosse possível existir tal coisa: seria o mesmo que termos o meio-brasileiro, brasileiro só pela metade. E delega a tarefa de elaboração a três funcionários do seu setor técnico sem nenhum conhecimento antropológico e jurídico, com um prazo de apenas dez dias para a concretização da obra de tamanha responsabilidade. [...] Esta FUNAI vive aprontando. E como dizem os líderes indígenas: A FUNAI vive nas costas dos índios. Nossa posição é que um membro da nação indígena dirija este ódio que teoricamente deveria estar protegendo o índio. Mas esta luta não pode ser levada de forma isolada, mas sim junto com toda a nação brasileira dentro da luta geral por um governo democrático que respeite os direitos humanos. (Nosso tempo, 1981-a)

---

<sup>122</sup> Quando trabalhei como professor no estado do Pará, no ano de 2004 a 2006 trabalhava com a matéria de Estudos Paraenses e dentre os mitos que faziam parte do conteúdo da disciplina, um deles era o da problematização do risco de tomada da Amazônia pelos EUA.

O autor não foi identificado no texto publicado<sup>123</sup>, mas se percebe seu conhecimento de causa. Mesmo de maneira indireta às consequências de políticas estatais, “processo de integração” agora tendo por foco a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Naquele momento de abertura política a questão indígena servia de contraponto aos clamores do Estado pelo progresso nacional via formação de fronteiras agrícolas. A “defesa do índio”, assim com a “rapinagem da Amazônia”, não indicava uma preocupação nova. Desde meados do século questionou-se o papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e sua política de integração. O que nos chamou a atenção está relacionado ao olhar antropológico e refere-se àquilo que o autor do texto elencou enquanto um problema nacional.<sup>124</sup> Assim, temos na análise conjunta das duas reportagens, produzidas num mesmo contexto político, a percepção de que, ao tempo em que numa reportagem se ressalta a relação entre soberania, ecologia e exploração de recursos, e veremos como isto envolveria o papel do migrante sulista diante dos “planos” para a nação, tem-se na outra reportagem a postura crítica da atuação dos migrantes e a respeito da relação estabelecida com os “nativos”.

No contexto de produção das reportagens, elas apresentavam uma crítica sobre a Amazônia e a sua ocupação. A crítica vai da denúncia dos conflitos de terras, como defendido e pouco relatado nas nossas fontes orais, ao jeito de produzir, temas que envolvem a presença paranaense, ou se quisermos, genericamente, sulista, na Amazônia Legal.<sup>125</sup>

A resignificação da relação entre o migrante e o nativo reforça em algumas entrevistas a caracterização positiva da relação com o meio ambiente; mas ao mesmo tempo corrobora a visão do inimputável, dos sujeitos desprovidos de conhecimento técnico- agrícola e industrial. Se a notícia citada anteriormente ressaltava a “defesa do índio”, Jorge destaca as diferenças reforçando a suposta “culpa” do estado - caracterizado pela atuação da FUNAI - na constituição de um indígena, agora, descaracterizado:

O que eu tava te falando era isso, que eles comprem madeira dos índios. Compram umas trezentas árvores dos índios, pagam os índio, dão avião pro cacique, não os índio da aldeia, mas o cacique. A liderança tinha avião a jato, dele, com piloto, sabe, ele tinha piloto, ele tinha a avião a jato em troca de madeira. Eles tinham casa dentro da aldeia, com o melhor, com as melhores cerâmicas, as melhores coisas feito [comprado] por índio lá. Em troca de madeira. Eu acho errado!  
[...] Por quê, que o índio tem que vender madeira?

---

<sup>123</sup> Algo que se explica pelo caráter de anonimato adotada nesta sessão do jornal intitulada de cartas,

<sup>124</sup> O debate em torno da causa indígena ganhava corpo e seria melhor definido na Constituição Federal de 1988. Mas, a cobrança do leitor invocou as pretensões nacionais, ditas democráticas.

<sup>125</sup> Em outra reportagem apresentada no capítulo seguinte tem-se destaque os limites do binômio milho e soja, e o embate deste modelo frente ao nativo.

Né, se nós não podemos como que o índio vende madeira? E o índio vendia trocado por avião, por isso e aquilo, é, então (...)  
[...] Não, índio tem que ser considerado índio. Se eles têm direito as terras porque eles são índio, eles têm que ser índio. Não índio virar madeireiro, o governo hoje tá dando terra pros índio, porque eram dos índios, mas se eles são índio, não podem ser madeireiro, não pode ser, tem que ser índio. Não, eles não podem. Ah tem muito índio que é (...) não o índio, mas a FUNAI que é um órgão dos índios aí, eles ganham em cima dos índio. Não é idéia minha, é a realidade! Não é o índio que foi lá dizer “óh, você vai ter que me indenizar aí”. Então, a FUNAI pegava o dinheiro e passava pros índio a minoria, mas a maior parte ficava pra essa FUNAI.<sup>126</sup>

No cotejamento das fontes orais com reportagens temos o fato de que o debate patente no noticiário da década de 1980 segue-se até os dias atuais no fragmento da entrevista citado. A crítica à “descaracterização étnica” põe em jogo o debate sobre conflitos étnicos, mas, principalmente, neste caso, os interesses capitalistas e, ao final, atribuiu-se a culpa às políticas do próprio estado. Cabe acrescentar que no conjunto das entrevistas, via de regra, ao se estabelecer um estereótipo do nortista, tal construção se dá numa escala em que o distanciam dos migrantes e os aproximam do indígena.

A fala de Jorge, se relacionada ao teor das críticas das notícias citadas anteriormente, nos possibilita entender as memórias pela ótica da continuidade, ou seja, entender o processo de urbanização, e conseqüentemente, do extrativismo e da mecanização de terras na Amazônia a partir da apresentação das relações entre migrantes e indígenas em campos opostos, algo remanescente desde meados de 1980 conforme se constata com as reportagens do Nosso Tempo. E esta interpretação resume umas das formas de leitura do processo de migração ocorrido principalmente após os anos de 1970. No entanto, alguns entrevistados trazem a preocupação em evidenciar a transformação, inclusive a legal, e com esta leitura apresentam outra possibilidade para nosso objetivo de contextualização da região. Foi o caso de Iris.

Na fala de Íris, militar e morador por dois anos no município de Tabatinga/AM, encontramos uma confirmação da mudança da perspectiva do próprio papel do exército na zona de fronteira:

É porque, essa mentalidade de invasão de tomar uma parte do território de outro país, essa aí é, essa é uma ideia que ela vêm (...) vêm diminuindo né, não vou falar que vem caindo por terra, mas vem diminuindo porque você

---

<sup>126</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

pode muitas vezes estar ocupando, estar usando, usufruindo, sem ter tomado né, que é o caso da biopirataria né, na Amazônia.  
[...] mas o que a gente observava lá é assim, é a falta de conhecimento da legislação básica, era difícil tentar convencer, por exemplo, acho que mais ou menos nessa área que a gente tá falando, era difícil tentar convencer o ribeirinho da época do defeso, né, que “ó, nesse período não é pra pescar tal peixe”, mas eles vivem de peixe e eu sou o infiltrado, eu sou o cara de fora que estou tentando ensinar eles alguma coisa, então é muito difícil essa assimilação e aí você tem que buscar tudo aquilo que você tem disponível de legislação, de histórico da região, pra poder tentar convencê-los né, e dentro dessa linha de raciocínio, eu passei lá pelo problema da pesca do Pirarucu né, proibida a pesca e comercialização do Pirarucu.<sup>127</sup>

A atuação do exército, relacionado aqui às necessidades da região, não se limitaria ao policiamento da faixa de fronteira, sem que isso deixasse de ser enfatizado pelo entrevistado. Garantir a presença do Estado em regiões afastadas significa neste caso algo próximo a se garantir o progresso agrário e o progresso urbano; e implicou aqui levar conhecimento técnico, como aquele necessário para regular o período de pesca. Comparando com o papel exercido pela instituição em outros tempos, destaca Iris o reconhecimento de que naquela situação, mesmo desempenhando uma demanda da nação, seria ele o “infiltrado”. Portanto, temos exemplo do constante repensar institucional a respeito das formas de garantir a segurança da fronteira e nesse movimento temos exemplos de como o território foi sendo “ocupado”, neste caso pelo exército, mas no geral pelo colono colonizador, mesmo porque, afinal, o próprio entrevistado ressaltou que deveríamos conversar com colonos.<sup>128</sup>

Ambas as entrevistas se focam em temas trazidos no jornal na década de 1980. No entanto, enquanto Jorge relaciona extrativismo, agricultura e colonização, tendo por norte a continuidade de um debate corrente nos anos de 1980 a respeito do papel do indígena, ou mais especificamente da sua descaracterização diante da construção de fronteiras agrícolas e da urbanização, Iris enfatiza, a partir de sua função no exército, a transformação que a própria instituição, e se quisermos, o país, sofrera diante do processo de transformação amazônico. Nos dois casos pensa-se em formas de transformação da região via migração. No momento nos direcionaremos as supostas transformações.

A FUNAI, o exército, e agora as leis. Como se depreende das entrevistas, as transformações puderam ser buscadas no campo legal. Mesmo que a maioria dos entrevistados não demonstre domínio ou mesmo hábito de acompanhar leis, a análise se fundamenta ao partir de um breve estudo do campo legal pautado na mudança de direcionamento da política de ocupação da Amazônia Legal. Algo evidenciado na fala de Iris.

---

<sup>127</sup> ÍRIS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Cascavel-PR, 26 abril 2014.

<sup>128</sup> Ver a sua citação da página 29.

Para tal entendimento podemos partir da já apresentada política ideológica do segundo PND e trazer o contraponto com o Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005, em que se aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências. Ou seja, um comparativo de mais de três décadas.

Temos no decreto, por um lado, a manutenção do discurso integrador e a preocupação com o povoamento das fronteiras e, por outro, uma nova perspectiva de segurança, voltada a questão social e, portanto, algo que implica às novas dinâmicas das políticas regionais de desenvolvimento:

A Política de Defesa Nacional tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros (BRASIL, 2005. p.1).

No fragmento percebe-se que mesmo dando-se ênfase na defesa territorial, representada na dificuldade encontrada com a baixa densidade demográfica da Amazônia, preocupação mantida dos PNDs, a atenção do Estado volta-se agora também às novas questões como a da biodiversidade, dos povos indígenas e da proteção ambiental: “a política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região”. (Ibidem). Ou seja, a distância entre a Amazônia planejada e a vivida torna-se algo complexo e agora, inclusive a Amazônia planejada institucionalmente, pode ser vista pela ótica da contradição no recorte proposto pela nossa pesquisa.

Em síntese, a posituação da migração e a crítica a forma com ela estava sendo dirigida ganham destaque tanto nos noticiários de época quanto nas memórias dos entrevistados. Se por um lado nossas leituras das fontes orais indicam a preocupação com os resultados das migrações ocorridas entre 1970 e 1990, em parte apresentadas pelas políticas nacionalistas, todavia, outra análise - não contraditória a esta, diga-se aqui, mas de certa maneira complementar a ela - considera a crítica de Victor Leonardi (1996) à modernidade e no

reconhecimento de seu “charme”, quando trata do colonialismo interno aplicado nos sertões brasileiros em nome das políticas mercantilistas.<sup>129</sup> E de fato, o paradoxo presente no fato de se assumir os resultados negativos da colonização e, ao mesmo tempo, destacar o progresso dela advindo, se tornou uma constante nas narrativas.<sup>130</sup>

A mesma reflexão pode ser compreendida na sequência do capítulo com a apresentação do conteúdo atual dos sites de municípios que compunham o itinerário de alguns dos entrevistados, e com isso estendemos o cotejamento das fontes orais entre si e com outras fontes.

#### **2.1.4 Amazônia: a migração, seus discursos e as ressignificações**

Diante da reflexão advinda do reconhecimento da mudança de perspectiva da ocupação da Amazônia aqui nos ocupa mais uma vez a reflexão sobre a tensão existente entre a positivação do papel desenvolvido pelos migrantes e a maneira como os entrevistados entendem a sua contribuição em processos de colonização daquela região. Esta é uma questão em parte respondida pela entrevista de Hugo. Para falar da maneira de cultivar o solo o entrevistado recorreu a uma questão cultural, destacando, assim, as contribuições das migrações ora estudadas bem como as fissuras de políticas nacionais. Na sua fala Hugo destaca o processo de fundação e estruturação política do município de Tucumã, exemplo com o qual apresenta mais da dialética que compunha a memória da migração, no seu relacionar entre ganhos e perdas para a região e para a trajetória familiar dos envolvidos. A sua narrativa é construída numa estrutura linear e processual, dotada de informações e críticas políticas, leitura que denuncia, em parte, a sua formação e atuação profissional, já tendo atuado como professor do Ensino Básico e Superior e, atualmente, com o jornalismo:

O que que aconteceu com Tucumã, numa vila ali do lado: aí eles tinham criado um projeto, a Ourilândia, a Gurita, aquela cidade vizinha a Ourilândia, hoje chama-se Ourilândia do Norte. Mas o que aconteceu,

---

<sup>129</sup> Políticas estas que surgem, segundo ao autor, com o mercantilismo português mas, prosseguem após a independência, ganhando novas aspirações intelectuais- político e filosóficas no decorrer das introduções tecnológicas do século XIX e XX. Um processo, cabe ainda destacar, típico de um modelo de acumulação – senão primitiva, ainda em curso.

<sup>130</sup> Na obra, diante das carências de mais teorias para o estudo do tema reabre-se o debate da própria violência na modernidade, a qual passa a ser problematizada pela reflexão com a base filosófica contemporânea, especificamente com a produção do século XIX na sua influência após o Manifesto de Marx e Engels- pouco conhecedores naquele momento do conhecimento fora da Europa Ocidental, conhecimento este expandido pelos autores nas décadas seguintes, a partir dos estudos do Modelo de Produção Asiática. Uma perspectiva que influenciou movimentos operários e ensaístas no decorrer do século XIX e meados do século XX (p.169).

Tucumã, foi um projeto modelo, criado pelos engenheiros da Andrade Gutierrez, com o pessoal lá, e com as melhores das intenções de criar um (...) porque ali é o *filé mion* das terras, terra vermelha, parecida com a nossa aqui, conquanto que eles levaram querendo que o agricultor do Sul dominasse lá, colonizasse. Mas como a coisa às vezes pegava uma área de não sei quantos mil hectares do governo lá, fizeram um acerto, fizeram um contrato que eles, iam explorar aquilo lá, e colonizaram, abriram um projeto de minifúndio, de pequenas propriedades, menores, e foram com o pessoal do Sul pra lá. [...] é como nessa região Oeste aqui do Paraná, e aí eles reservaram, colocaram na entrada, a partir do momento do início da propriedade deles, colocaram uma guarita, uma cancela, um portão, aí o cidadão chegava lá, e aquilo criou uma febre tão grande que tinha propaganda no Brasil inteiro, principalmente aqui no Sul, criou uma febre tão grande, dessa situação, que, muitas gentes de outros lugares foram pra lá, aí o cara do Goiás foi, do Maranhão (...) aí eles, chegando lá naquela guarita, diziam: “o que você vai fazer? Ah, eu vou abrir outra panificadora...” diziam, “não vai não”, não deixavam entrar, “porque já tem alguém lá dentro com esse ramo”; fizeram uma distribuição, e fizeram a seleção e o cidadão que chegou ali com a carga, de caminhão, não tinha pra onde voltar, descarregou ali mesmo, formou a Gurita, que eles falam pra Guarita. Depois quando chegou esse povo e eu estive junto naquela época, deu Ourilândia do Norte. Hoje você pode ver que é uma cidade extensa, não sei se são dez ou doze quilômetros, beirando a rodovia PA [...] Tucumã, que era um distrito de São Feliz do Xingu, quando eu cheguei, já tava com melhores condições do que São Felix, o município mãe ficou, em termos de desenvolvimento, de toda a estrutura, não tinha a estrutura que o distrito tinha. E eu sou daquela época que Tucumã se emancipou.<sup>131</sup>

Assim, ao tratar de um recorte de décadas destaca as dificuldades culturais somadas à falta de projetos subsidiados pelo Estado aos agricultores, além da especulação financeira intensificada durante os projetos de colonização. Ele próprio se disse surpreendido logo após ter migrado para Novo Repartimento/PA, diante das dificuldades em montar uma empresa de venda de produtos veterinários, principalmente devido à carência de boas rodovias para agilizar o transporte de mercadorias.

Aspectos como a propaganda no Sul, a presença de migrantes de outras regiões, além dos sulistas, seu julgamento quanto às boas intenções das iniciativas de colonização, e ainda a desilusão de muitos agricultores, foram questões que embasaram a sua apresentação do tema da ocupação de parte da região do Pará. O exemplo confirmaria apenas em parte o progresso advindo da migração direcionada pelo governo federal, projeto cuja base era formada pelos agricultores do sul, propícios a reproduzirem suas técnicas naquele lugar. Neste sentido, a eficácia da migração foi atribuída ao potencial do migrante e confirmada pela afirmativa de que em poucos anos o distrito ultrapassaria o município de São Felix do Xingu em grau de desenvolvimento econômico e social e mesmo o lugar onde ficaram os barrados, a “Gurita”,

---

<sup>131</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

atual Ourilândia do Norte, lugar onde estavam aqueles que inicialmente não se enquadraram nos planos da colonização e que prosperou a partir das décadas seguintes. Ou seja, mesmo o lugar abandonado pelo estado cresceu em conta do esforço de seus colonizadores, muitos deles, sulistas. No site do município temos um texto com a mesma conotação de progresso apresentada pelo entrevistado:

O processo de ocupação da área onde foi implantado o Projeto Tucumã teve origem a partir do projeto de colonização da empresa Andrade Gutierrez (CONSAG), vencedora da concorrência pública do Instituto Nacional de Reforma Agrária em 1978, na qual habilitava-se a relizar (sic) a colonização do Projeto Tucumã numa área correspondente a 400.000 hectares, de propriedade da União, na época localizado dentro do município de São Félix do Xingu. [...] Sabe-se que na década de 1970 um dos grandes objetivos do governo federal "foi promover a ocupação de vazios demográficos", e sendo a região norte do país uma região predominantemente de áreas de baixa produção agrícola - a maioria dos produtos hortigranjeiros consumidos na região são oriundos do centro-sul do Brasil -, a instalação de uma colonização de caráter agrícola viria resolver dois problemas cruciais: migração da mão-de-obra e a produção local.<sup>132</sup>

De antemão chama a atenção a relação construída entre migrantes do Centro-Sul e capacidade para atuar na agricultura. O histórico do site retira da empresa responsável a culpa pelo abandono da obra e destaca a continuidade de uma colonização a partir de então pautada na autoridade de um conselho local, o qual superou o descaso do governo federal e municipal (São Felix do Xingu):

Em 1983, os investimentos da Andrade Gutierrez destinados ao Projeto Tucumã começaram a diminuir, contribuindo para a não implantação das Glebas II e III e com isso deixou-se de fazer comercialização de lotes aos colonos interessados. Apesar do preço elevado dos lotes, essa situação causou sérios descotentamentos (sic) entre os colonos que haviam chegado à área e não tiveram acesso ao Projeto. A situação da área do Projeto Tucumã ficou cada vez mais tensa e, em 1985, as terras do Projeto foram invadidas, primeiro na área rural, se estendendo depois às agrovilas. Como a empresa preferiu não resistir a essa onda de invasão, o resultado foi um processo de crescimento populacional provocando uma ocupação de forma desordenada nas terras do Projeto, inviabilizando-o como empreendimento de colonização particular. A partir daí começaram as negociações que culminaram na reversão do Projeto de Colonização Tucumã e suas benfeitorias para a União em 30 de outubro de 1988. Com a saída da empresa do Projeto Tucumã e a pouca participação da prefeitura de São Félix do Xingu na área, a comunidade local elegeu nove representantes para a formação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tucumã (Codetuc), que tinha como

---

<sup>132</sup> PRFEITURA de TUCUMÃ. Conheça Tucumã: Histórico. Disponível em: <http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>. Acesso em: 22/jun 2014.



objetivo ordenar as ocupações urbanas, preservando o planejamento urbanístico, áreas ambientais comuns, serviços públicos essenciais e os bens da União guardados e em uso pelo poder público municipal.<sup>133</sup>

Do mesmo modo como fizeram as reportagens jornalísticas analisadas anteriormente, escritas no início dos anos de 1980, o texto deste e de outros dois sites consultados em 2014 constroem e reforçam, passados trinta anos, certa memória da colonização. Essa relação entre memória, história e esquecimento, nos serve para traçarmos um paralelo entre a evidência da fonte e as narrativas dos entrevistados trazidos até aqui. De certa forma, podemos considerar no descritivo do site, naquilo que ele se refere à história local, dois dos abusos da memória levantados por Ricoeur (2007, p. 71-104): o abuso da repetição, pois o conteúdo do site encontra-se disponível aos munícipes e o abuso do silenciamento. Este mecanismo de comunicação - que se diz oficial - utiliza-se do esquecimento dos resultados do impacto ambiental em Tucumã para evidenciar o progresso - estruturado na idéia de desenvolvimento da nação, ou, no “charme da modernidade” conforme Leonardi (1996).

Os históricos presentes nos sites usam de discursos e trazem para a análise acadêmica uma produção autorizada pela oficialidade do município. Mesmo não tendo a preocupação com a consulta sobre o acesso dos entrevistados aos sites citados, possivelmente isto não deva ter ocorrido com frequência, resta à percepção de que o significado da história local apresentado nos sites se empenha em propagar um tipo de leitura muito próximo daquela que estrutura parte das entrevistas, preocupados com a efetivação do papel do colonizador sulista. E isto não se deve ao acaso, pois mais que mera repetição ela indica uma memória presente no cotidiano destes municípios no recorte que nos leva pelo menos as três últimas décadas - período correspondente ao tempo de duração da migração na maioria dos casos analisados aqui.

A positivação da migração sulista, ou ainda, do “Centro-sul”, não encobre adversidades estruturais destacadas no site, todavia, elas não criticam a atuação do migrante no processo de colonização municipal e ou regional.

Novamente tomados pelas informações do site municipal temos evidência deste crescimento econômico e social, mas, mais do que isto, podemos destacar o fato da agricultura local ter de se adaptar a outras culturas, senão a da soja, produto cultivado por muitos dos agricultores (colonos) que migraram do Sul para aquela região:

---

<sup>133</sup> PRFEITURA de TUCUMÃ. Conheça Tucumã: Histórico. Disponível em: <http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>. Acesso em: 22/jun 2014.

A economia de Tucumã está assentada basicamente no setor primário, especialmente sobre as atividades de agropecuária e extrativas vegetal e mineral. Sabe-se que a prioridade do projeto Tucumã ensejava o desenvolvimento da atividade agropecuária e para tanto recrutou colonos principalmente do sul do país, com vivência na exploração dessa atividade, influenciados pela divulgação que a Colonizadora Andrade Gutierrez (CONSAG) fazia da região. [...] A realidade contudo era completamente diferente daquela propalada pela referida empresa de colonização privada, pois as famílias de agricultores que chegavam eram assentados nos lotes sem as condições necessárias e suficientes para tornar a agropecuária um dos sustentáculos da economia daquela região. Esses entraves, provavelmente, foram as causas principais do insucesso do Projeto Tucumã. [...] Entretanto a partir dos anos 2000, houve uma grande mudança estrutural na cadeia produtiva da região que se tornou uma grande produtora de arroz, cacau, café, feijão e milho, também sendo uma grande produtora de leite, aliada a expectativa de pavimentação asfáltica da PA-279, principal estrada de ligação do município com o Brasil.<sup>134</sup>

O mesmo significado atribuído à colonização estrutura o histórico de Novo Repartimento-PA, publicado no site da prefeitura:

O povoamento foi iniciado em um vilarejo, situado à margem do rio Repartimento, tudo começou com o Sr. Evaristo, primeiro morador que se instalou no início dos anos 70, próximo ao alojamento da Construtora Mendes Entrevistador, empresa responsável pela terraplanagem da Rodovia BR-422 que ligaria a Rodovia BR-230 ou Transamazônica à hidrelétrica de Tucuruí. Isso aconteceu por volta dos anos setenta e ficava na altura do Km 157 da Transamazônica que rasgaria o coração da Amazônia interligando-a ao Centro-Sul do país. Por ser vizinho da primeira área demarcada como Reserva indígena Parakanã denominaram o novo local de vila de Repartimento, pois este rio também servia de limite para a reserva. (sic) Essas são as justificativas oficiais para o surgimento do primeiro núcleo populacional que deu origem ao município. Observando os mapas municipais de Tucuruí antes da inundação da hidrelétrica permitem inferir que o povoado primitivo localizava-se no mesmo cruzamento da BR-230 com BR-422, só que em função da inundação de alguns trechos dessas rodovias pelo lago da hidrelétrica obrigou o Governo Federal a construir novas variantes dessas rodovias. Como vemos o povoado primitivo foi mudado em função da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.<sup>135</sup>

Também aqui o histórico municipal evidencia as políticas de colonização privada, controladas pelo governo federal, entre a década de 1970 e 1980, e de suas “justificativas oficiais” destinadas ao empreendimento da Hidrelétrica de Tucuruí, região planejada no eixo

---

<sup>134</sup> PRFEITURA de TUCUMÃ. Conheça Tucumã: Histórico. Disponível em: <http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>. Acesso em: 22/jun 2014.

<sup>135</sup> PRFEITURA DE NOVO REPARTIMENTO. O município. História. Disponível em: <http://www.novorepartimento.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em 22 jun 2014.

de alcance de desenvolvimento da Rodovia Transamazônica. Todavia, não se percebe o “abandono” como em Tucumã, mas a ênfase sobre o papel do colonizador persiste quando se fala de núcleos populacionais e no significado da rodovia. O emprego do verbo “interligar” e “rasgar”, e o destaque a existência de uma reserva indígena, limítrofe ao município, situam o lugar entre os dois grandes discursos apresentados no site, sendo eles: o do progresso, iniciado nos anos de 1970 e o da demarcação de reservas, de fins dos anos de 1980. Chama ainda a atenção o termo “primitivo” empregado ao destacar o povoado que levava o nome do lugar antes da construção da barragem de Tucuruí.

A propósito desta relação trazida pela migração a fala de Maico destaca um parecer a respeito do papel desenvolvido pelos migrantes sulistas: “É, que nem, quem é acostumado aqui, aqui o pessoal fala quando a gente vinha pra cá e que eu, eu falava: “você tão indo pro Brasil?”<sup>136</sup> O Brasil correspondia ao Sul, pois: “todo mundo era gaúcho, do Paraná pra baixo todo mundo é gaúcho ou catarinense mesmo, tudo é gaúcho”<sup>137</sup>. A analogia foi comum nas fontes orais produzidas. Esses sujeitos são designados por gaúchos e marcaram o processo de migração ocorrido ao longo das décadas de 1980 e 1990. E na fala de Maico fica evidente o exemplo da existência de uma presença de discursos ligados à identidade nacional. Uma forma de identidade imaginada comum aos migrantes, de discursos ligados à identidade nacional. Ainda, uma forma de identidade imaginada inclusive pelos seus pais.

Esta característica discursiva esteve presente em políticas e propagandas do Estado e de companhias privadas. E tal evidência destoa dos objetivos ratificados por alguns dos entrevistados, por exemplo, por aqueles que justificaram a migração na opção pessoal e pouco se remeteram as políticas nacionais. A apresentação do período de colonização na região de Altamira, cidade natal de Maico, configura o histórico do município exposto no site oficial:

Altamira teve origem nas missões dos Jesuítas, na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund deu-se o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, onde foi fundada às margens do Igarapé dos Pannels, uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região.

A floresta densa ocupava toda extensão terrestre. Muitas pedras, verdadeiras rochas, que fechavam os percursos fluviais, foram obstáculos aos navegantes, que tiveram de suportar muitas dificuldades para atingir a colonização.

Com auxílio da mão-de-obra indígena, os freis italianos Capuchinhos conseguiram abrir um pequeno atalho o baixo ao médio Xingu. O projeto foi acelerado com a adequação do trabalho escravo africano na selva amazônica.

---

<sup>136</sup> MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.

<sup>137</sup> Idem.

Em 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo, começou o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, que posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em 6 de Novembro de 1911, já de acordo com a Lei Estadual nº 1.234.

Ao longo dos anos, a intensificação do comércio e o progresso econômico traçou o perfil de uma cidade ativa, que passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Altamira vivenciou a vinda de dois Presidentes da República. O primeiro foi Emílio Garrastazu Médice, que em 1970 deu início a construção da Rodovia Transamazônica. Em junho de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e demais parlamentares inauguraram o projeto Tramoeste, que trouxe para o município a energia firme de Tucuruí.

O grande ponto de referência geográfica da cidade é a rodovia Transamazônica (BR-230), que corta o seu território pelos dois extremos e liga-o ao resto do Brasil. Aberta em 1970, no governo do Presidente Médice, a rodovia proporcionou um grande fluxo migratório para a região.

A rodovia ainda não foi pavimentada. Com a chegada da energia elétrica de Tucuruí, em junho de 1998, a população agora reivindica junto ao Governo Federal o asfaltamento da rodovia para o desenvolvimento da região.<sup>138</sup>

O texto está implicitamente ligado a uma ideia de progresso e transporta para as demandas do século XIX e XX uma linha teleológica no intuito de reafirmar ali o progresso nacional.

Diferente das demais cidades destacadas pelos entrevistados, (Tucumã, Xinguara, Novo Repartimento, no PA; Sorriso e Sinop e Alta Floresta, no MT; Araguaia no TO, etc.) a cidade de Altamira tem uma história secular reconhecida. Conforme destacado, são três os períodos que delimitam a história do município: no século XVII, com os jesuítas; século XIX, com freis capuchinhos e mão de obra escrava; e, principalmente, o período que demarca o impulso do “progresso”, referentes às políticas dos governos militares na década de 1970, com destaque para a construção da BR 230, a Transamazônica. Nessa delimitação, pautada em marcos históricos consagrados pela história oficial, a chegada da energia elétrica, em 1998, simbolizou uma conquista e serve de introdução para a expectativa atual da população: o asfaltamento da rodovia transamazônica. E mesmo nessa história secular não deixa de ser preponderante na análise da sua linha do progresso o significado atribuído às transformações da década de 1970, em que podemos analisar o significado de políticas de âmbito nacional, voltadas à colonização da Amazônia Legal.

O discurso do “progresso” pauta-se numa linha que liga os esforços jesuítas ao último ponto da onda de progresso, a chegada da energia, indicando ainda uma nova frente, o asfaltamento da rodovia, potencialmente impulsionadora do progresso e das novas frentes de

---

<sup>138</sup> PREFEITURA DE ALTAMIRA. História. Disponível em: <[http://altamira.pa.gov.br/portal/?page\\_id=113](http://altamira.pa.gov.br/portal/?page_id=113)>. Acesso em 22 jun 2014.

colonização e trabalho. Vale aqui a análise apresentada há pouco a respeito do silenciamento, inclusive, ao se omitir as possíveis mazelas do modelo escravocrata que imperou em determinado período da história representada no texto.<sup>139</sup>

Os discursos recorrem à paráfrase (ORLANDI, 2007) quando repetem nas diferentes fases da história regional citada, como no caso da valorização da urbanização regional. A intensificação linear do progresso ocorrera, nesta lógica descritiva, impulsionada pelas elites colonizadoras implícitas no texto e na ideologia, mas não dita. Quanto à tipologia dos discursos, é possível perceber um discurso autoritário, sem que se dê espaço para polissemia (Idem p.86 e 87). Ocorre nesta tensão marcada pelo esquecimento, produto da memória, aquilo que a autora denomina por interdiscursivo, de memórias marcadas por relações de sentidos, em que se vinculam discursos a outros discursos e relações de antecipação, movimento em que aquele que produz os discursos, a partir dos devidos lugares sociais, se coloca no lugar do receptor. Assim acreditamos que funciona a lógica dos sites, e assim pensamos na interpretação dos sentidos da colonização desses municípios. Esses representam sentidos ideológicos, são demarcados por lugares de produção, por processos de antecipação e de disputas historicamente construídas processualmente (Idem, p. 46). E mais, a análise dos processos de produção de discursos envolve a intenção e projeção do posicionar-se do poder público municipal sobre o passado local. Algo que envolve relações de força nas quais o significado da ideologia não se restringe à ocultação; significa sim “uma caracterização de sentido determinado, mas não imóvel” (Idem, p. 49).<sup>140</sup>

De certa forma, os sites pretenderam destacar um corte entre um momento primitivo e o momento caracterizado pelo progresso regional. Nessa passagem, a figura do Estado sempre teve destaque. Essa constatação nos permitiu construir um quadro conceitual das trajetórias dos migrantes e nele faziam menção ao passado, que não mais condizia com as expectativas dos migrantes conforme se aproximava a narrativa do momento do retorno. O papel do Estado foi lembrado quando se remetia ao período da colonização, da migração, mas quase esquecido quando falavam da situação atual.<sup>141</sup> Assim fizera Maico, ao lembrar de

---

<sup>139</sup> Analisamos esses discursos pelo próprio arcabouço teórico metodológico da Análise do Discurso (AD).

<sup>140</sup> Orlandi destaca as preocupações da Análise do Discurso (AD) quanto a sua filiação teórica entre a Linguística, a Psicanálise e História-Marxismo e apresenta como ocorre a condição de incompletude da linguagem e, por conseguinte, do sujeito histórico. A autora destaca o processo de interpretação do jogo entre ideologia e interdiscursividade, o trabalho da memória e do esquecimento, na relação entre estrutura e acontecimento, cujo papel do sujeito- sujeito não transparente é percebido pela materialidade da linguagem, nem abstrata nem empírica, mas histórica (p. 53).

<sup>141</sup> Nas três últimas décadas a produção do conhecimento provinda do campo da História vem dialogar cada vez mais com os campos da comunicação. Nesse caminho tem-se a possibilidade da problematização da relação História próximos da crítica Orweliana estruturada na denúncia de tentativas de manipulação das memórias. Partimos do pressuposto segundo o qual a internet, quando utilizada por órgãos oficiais (poder municipal

Altamira e declarar seu apego ao estilo de vida que leva agora no Paraná; da mesma forma se posicionou Hugo, ao relacionar o que encontrou em Tucumã com a realidade que dispusera no Paraná, isto antes de migrar.

A interpretação de exemplos da força do nacionalismo nos históricos dos sites e nas entrevistas, principalmente quando os entrevistados se reportam às migrações da década de 1970 e 1980, evidencia a construção linear e progressiva – teleológica e inexorável – descrita por Anderson ao tratar das “comunidades imaginadas” (2008). Desde o final século XVIII, afirma o autor, passou-se por um processo muito parecido de modulação e adaptação, nas diversas épocas, de regimes políticos, economias e estruturas sociais<sup>142</sup>. Para o autor, as “nações imaginadas” estão interligadas à estruturas político-funcionais tradicionais, frutos de processos culturais específicos, dos quais resultam nacionalidade e nacionalismo, em seu movimento e contradição:

Antes de encaminhar as questões levantadas anteriormente, seria aconselhável avaliar rapidamente o conceito de “nação” e oferecer uma definição operacional. É freqüente a perplexidade, para não dizer irritação dos teóricos do nacionalismo diante destes três paradoxos: ( 1) A modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador *versus* sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. (2) A universalidade formal da nacionalidade como conceito sócio cultural – no mundo moderno, todos podem, hão e devem “ter” uma nacionalidade, assim como “têm” este ou aquele sexo – *versus* a particularidade irremediável das suas manifestações concretas, de modo que a nacionalidade “grega” é, por definição, *sui generis*. O poder “político” dos nacionalistas *versus* a sua pobreza e até incoerência filosófica. (ANDERSON, 2008, p. 31)

A respeito da definição de uma comunidade imaginada, conclui:

---

especificamente em nosso caso) como instrumento de comunicação, possibilita o estudo do passado a partir das atribuições de marcos da história dos respectivos lugares. Portanto, a análise sobre como esse veículo constrói um canal de comunicação entre poder administrativo e população possibilita ao pesquisador avaliar como se dão as apropriações de determinadas leituras do passado. Um processo de generalização de memórias ou mesmo de tentativa de controle e delimitação do passado. Portanto, não se trata aqui de denúncia de teorias da conspiração, ou da busca de novos do Miniver- (ministério da verdade na Novilingua, apresentada na obra 1984), mas, da constatação de uma importante fonte de informação para a produção do conhecimento histórico, até então pouco ou nada trabalhado nesse sentido.

<sup>142</sup> No capítulo referente às disputas nacionalistas entre a República Socialista do Vietnã, a Kampuchea Democrática e a Republica Popular da China, antes de simplificações, o autor destaca a possibilidade do aprendizado histórico do processo de construção e imposição dos nacionalismos. Nesse esforço, temos um exemplo de contextualização da sociedade moderna, analisada em tempos de globalização. Para não repetirmos o esforço da obra, voltada a relação imperialismo e nacionalismo, optamos em citar o exemplo de nacionalismos socialistas em seus conflitos e alcances.

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada com sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou jamais ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente uma imagem viva da comunhão ente eles. (2008, p.32).

Nas entrevistas o Estado foi constantemente lembrado, seja quando se falou das políticas de incentivo à migração para a Amazônia, referentes aos processos migratórios anteriores a migração vivida, seja quando se falou da intensificação da fiscalização do extrativismo da madeira no decorrer da década de 1990. Os posicionamentos de Hugo e de Maico, assim como o de Jorge e de Iris, citados no tópico anterior corroboram a importância atribuída ao movimento de construção de nacionalidade presente nas migrações. E esse pertencimento pôde ser associado aos veículos de divulgação e propaganda desta construção. O debate nos encaminhou para a análise da situação existente na conquista do espaço em dimensões que dialogam com a leitura estrutural, pautadas tanto nas análises destes projetos de colonização quanto nas características conjunturais desses processos apresentadas nas entrevistas.

Pressler (2010), ao estudar a produção dos discursos sobre a Amazônia, destaca como o esforço da propaganda do Estado em ressaltar a sua política de colonização amazônica, do “integrar para não entregar”, iniciada na década 1950, passa nos anos de 1980 para o discurso do desenvolvimento e da segurança nacional. Esses discursos ganham novas dinâmicas e, finalmente, nos anos de 1990, devido aos reflexos da Eco 92, com a perda de força do discurso da Segurança nacional e intensificação das cobranças contra o desmatamento, estruturam-se desde então nas demandas do Desenvolvimento Sustentável, ou do “econegócio”. Em comum, tem-se nas cinco décadas, o papel de predomínio do Estado na tomada das ações políticas e a preponderância da Amazônia pela natureza e pela floresta. (p. 162-167).

Já no caso do trabalho de Edna Castro (2010) a autora apresenta uma síntese das políticas do Estado e dos atores sociais na Amazônia. Nessa análise destaca um processo secular de reinvenção do Mito do El Dourado, e problematiza o papel do Estado neste processo, representante de interesses econômicos, políticos e sociais dominantes, sintetizados nos projetos de investimentos de mineração, hidrelétricas, rodovias, e agronegócios<sup>143</sup>, frente

---

<sup>143</sup> Entre as fases desta atuação do Estado, a autora cita: a Marcha para Oeste de Vargas e Kubitschek, putada na ideia de nacionalidade brasileira; a continuidade desta marcha pelos militares com a abertura de rodovias e chegada de frente pioneiras nas novas terras; o nacional- desenvolvimentismo e o alinhamento Estado e elite, representado por Programa Rondon, Programa de Integração Nacional, Polamazônica, etc.

a uma ética civilizatória na qual as políticas colonialistas ligam-se aos mitos modernos, “neocolonialistas”, como o do natural extravagante e inesgotável, da “intocabilidades”, etc., mitos reforçados pela força internacional da “marca” Amazônia, trabalhada pela da mídia, pelo marketing e pela moda.

Em suma, o discurso nacional voltado ao progresso produz silenciamentos e reifica memórias fortes. A isto procuramos evidenciar quando destacamos anteriormente o aspecto da mudança tanto nas leis e políticas quanto nas memórias dos entrevistados. A própria análise do significado da construção e defesa da memória nacional e do progresso envolve esquecimentos. A narrativa oral evidencia essa ressignificação do discurso do progresso, assim como evidencia os limites de sua aplicabilidade, diante das trajetórias pessoais agora enfatizadas.

## **2.2 - “Aí trabalhei mais ou menos, daí nós fomos se acertando, assim, sabe”: tempos do trabalho**

A contextualização da Amazônia segue em nosso debate agora com uma discussão mais próxima das ressignificações do trabalho diante da relação entre o sucesso almejado e do sucesso alcançado fora do Paraná. A atenção à destreza e empenho com os negócios ou com o emprego aparece em todas as entrevistas citadas. Pelo trabalho os sujeitos se diferenciam, o que para uns significou amizades com pessoas importantes, para outros, galgar espaço na empresa ou reafirmar a qualidade de vida e inclusive tempo e recursos para o lazer.

A título de apresentação da problemática, cabe destacar o significado da discussão em torno do conceito de trabalho, e para tanto partimos do panorama apresentado por Harvey (1992), com a contextualização de um “mundo do trabalho” “fragmentado” que não mais condiz com leituras unilaterais e totalizantes do cotidiano. O diálogo com a concepção da centralidade do trabalho e a apresentação sobre como tal centralidade nos aproxima das angústias e investigações do processo de migração nos remete a avaliar, por exemplo, o significado de um entrevistado se dizer um trabalhador envolvido na transformação do trabalho em outras realidades naturais e culturais.

Seja ao “levar” o Estado (progresso) consigo, seja ao transformar o meio ambiente, muitas memórias indicaram para trajetórias de desafios e conquistas pessoais; da conquista material, da conquista afirmada na possibilidade do sustento a partir do próprio esforço, ou ainda, ressaltada com o ganho cultural resultante do processo migratório; para todos os casos



ficou ressaltada a contribuição dada pelo trabalho. Aqui podemos retomar Marx em “Trabalho estranhado e propriedade privada” (MARX, 2008) e seu destaque para a maneira como, a partir do advento do Estado Nacional, o homem separa-se do trabalho necessário a vida, com a valorização do mundo das coisas (*sachenwelt*) e a desvalorização do mundo dos homens (*menschenwelt*). Deste posicionamento podemos avaliar quais categorias de trabalho construíram.

Entendemos que os sujeitos apresentaram um posicionamento dialético entre sua cultura e a vida material. Esta relação dialética foi percebida a partir da construção que estruturou as narrativas de vida. Os entrevistados reafirmam nas suas narrativas, seja elas de estilo trágico ou épico, sua condição de trabalhador, quando, por exemplo, destacaram os motivos da saída e do retorno. A propósito, as pesquisas de campo indicaram como eles se afirmaram enquanto sujeitos preocupados com uma espécie de *ethos* do trabalho, a partir do qual justificaram que ao migrar, esse *ethos* não fora invocado apenas de maneira direta, mas também quando negativas e silenciamentos marcaram questões relacionadas ao lazer.

O trabalho se torna nas narrativas dos entrevistados, o único caminho possível para o sucesso. Em linhas gerais, quando se falou dos “nortistas” todos os entrevistados os apresentaram como sujeitos receptivos, e pouco enfatizaram conflitos étnicos e ou regionais.

Uma entrevistada<sup>144</sup>, ao destacar a importância da rede de contatos construída em torno da família, apresentou um comparativo entre as diferenças em se “administrar os negócios” no Paraná e no Pará, falou do seu mérito pessoal como administradora do negócio. Na sua leitura esteve implícito o seu parecer sobre condições conjunturais e culturais importantes para sua efetivação naquele lugar, algo resumido na palavra aparência:

Então (...) como eu falei, a Luciana [sua cunhada] era, era paraense, daí eles tavam morando lá e daí foi uma irmã, foi outra irmã dele [seu ex-esposo] e daí nós decidimos ir pra lá. [...] e daí nós pegamos e fomos e daí eles falaram: “vem que aqui é bom e tal né”, daí nós pegamos e fomos. Daí a gente tinha uma lanchonete e lá é interessante, porque o povo come lá! Qualquer coisa [negócio] que você por, porque aqui a gente precisa muito de (...), você tem que ter uma estrutura boa, pra você ter uma aparência, pra você poder vender né.

A lanchonete localizava-se na Ilha de Mosqueiro, um dos principais pontos turísticos do Estado do Pará, a aproximadamente 70 quilômetros da capital, Belém. O negócio, mesmo que de pequeno porte, prosperou rapidamente em vista das redes de contato entre familiares,

---

<sup>144</sup> Optou-se em não citar o nome da entrevistada devido aos problemas familiares por ela relatados.

além da facilidade de se instalar, pois lá “qualquer coisa” já é o suficiente para administrar um negócio, “diferente daqui”, onde se necessitaria de alto investimento com infra-estrutura. De certa forma a entrevistada demonstra que pôde se inserir numa rede de contatos e disto tirou o devido proveito, ou seja, já migrou informada de que alcançaria sucesso em qualquer ramo, mesmo contando até aquele momento apenas com seu trabalho e desprovida de capital. Na sequência da sua fala apresenta outros fatores de ordem pessoal, que teriam motivado a migração:

É, então porque, por causa do seu pai [se direcionando a sua filha]. Não, é porque eu sempre, na verdade, até nem ia comentar com você porque é uma entrevista sobre Mosqueiro, não sobre minha vida. Então a nossa ida pra lá, na verdade, foi porque o pai dela sempre teve problema com bebida, com droga e bebida. Álcool, ele era alcoólatra (...) E usava droga também. Não sempre, mas umas épocas da vida dele, que eu vivi dez anos com ele. Aí ali em Cascavel ele tava muito com aquele povo assim, muito envolvido, daí como a família dele tinha já um pessoal pra lá eles acharam melhor a gente ir pra lá, pra ele sair daquele meio ali.

Trabalho e questões familiares misturaram-se na sua justificativa da migração; entretanto, a primeira informação, que aparece na entrevista é o trabalho. A questão familiar, secundária no início da conversa, ganhou força explicativa somente depois. Uma vez aceito o desafio, procurou sobressair-se pela aparência, ou seja, relativo a administração do negócio. Mesmo que isto se construa numa leitura a *posteriori*, destaca que esta foi a sua estratégia de inserção. A preocupação com a aparência, algo supostamente comum no Paraná, teria garantido que ela se sobressaísse fora desse estado. Algo que sugere juízo de valor e direciona uma estratégia de territorialidade. No seu caso, trabalho e vida familiar não se separam; foi da cultura familiar que estruturou a “aparência” necessária para tocar o seu negócio.

A afirmação fora do Paraná dependeria do sucesso na profissão. Foi essa também a argumentação de Derik diante do significado atribuído ao prestígio alcançado em pouco tempo de trabalho, quando enfatizou que mesmo jovem já tinha a autoridade para administrar. Ele compara o desempenho com os nativos e outros migrantes da sua área de atuação:

Aí ela pegou e não deu conta de ficar, o marido dela, o esposo dela não acostumou, não acostumou, não acostumou, voltaram embora, aí quando ela pediu a conta pra sair, daí o cara falou assim: “ah, mas tem que ensinar uma pessoa pra ficar no teu lugar e tal, e agora como que faz?”, assim, ele falou assim: “ah”, pensou, me chamou um dia e falou “o Derik você não quer aprender a trabalhar no escritório, cara? Porque tá acabando a safra eu já tenho o técnico fixo na fazenda, por mais que você ficou mais 30 dias, mas

se você quiser, você vai se envolver com a lavoura igual né”, falei “ah, vamos lá né, vamos aprender”. Aí fui aprender, aí fiquei, ela ficou uns 10 dias lá ainda, aí eu fiquei uns 10 dias aprendendo com ela, na parte administrativa do escritório da fazenda: entrada de produto, saída, porque tinha armazém e tudo, e só que distanciei um pouco da lavoura né, a campo, mas isso foi uns 30 dias depois e quando eu vi, eu já tava assim, você pega, realmente você aprende a conhecer o que é uma fazenda né, e daí, quando ali, mais uns sessenta dias, quando eu me dei conta assim, é (...) todas as decisões que precisava tomar quando o gerente não tava eu já podia, eu já tinha, já tinha poder pra falar “não, faz isso”, porquê? Por que eu, tipo assim, peguei o jeito rápido de administrar o negócio.<sup>145</sup>

Diferente do esposo da sua conhecida, responsável pelo contato que o levou para o Mato Grosso, ele sim se acostumou, ou seja, na situação de migrante buscou na tradição de trabalhador o engajamento para se “acostumar”, conviver com os novos costumes, com a distância da cidade, com o ritmo de trabalho na empresa. O mérito de ter “pego rápido” o ritmo do trabalho e a responsabilidade que alcançou em dois meses serviram de argumento para, na sequência de sua fala, argumentar o incômodo com o baixo salário:

Então, ali com cinco ou seis meses eu já, eu quando me dei conta já tava me envolvendo, já tava envolvido com a administração da fazenda, porque daí o dono da fazenda, tipo assim, tinha uma central de rádio né, daí ele se comunicava com nós via rádio da cidade né, aí sempre quem tava perto do rádio no escritório era eu “o Derik como é que tá aí?”, como eu tava escutando o operador de máquina passando, aí o gerente passava ali conversando, eu já transmitia o recado e foi indo, foi indo aí, resumindo, já podia tomar decisão assim por conta, o que eu falasse já era (...) já era, só que até então minha remuneração era 500 reais por mês, ninguém falava nada né, aí eu falei “pô, mas tô (...)”, aí eu comecei o que, aí começou o que, eu ser o primeiro a começar e o último a parar né, aí eu falei “não, esse negócio tá errado”.<sup>146</sup>

A questão salarial foi resolvida com um novo emprego. Quanto a sua responsabilidade, falou com orgulho: “eu entrei lá, aí, tipo assim, a responsabilidade da parte técnica do negócio ficou toda pra mim, eu com dezoito, dezenove anos lá, ficou tudo pra mim”<sup>147</sup>. Ele se diferenciou do antigo funcionário responsável pelo escritório, isto não apenas pelo seu conhecimento técnico:

tinha [ele] conhecimento técnico, mas não tinha aquele jeito de tratar funcionário, de tratar o pessoal do operacional ali, né, ele era grosso, ele

---

<sup>145</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Idem.

chegava aqui, te mandava aqui, se você retrucasse, ele já mandava você arrumar as suas coisas.<sup>148</sup>

E logo veio o reconhecimento de sua competência: “como ele percebeu que eu sabia lidar com o pessoal [o proprietário da fazenda], com a peãozada, digamos assim, aí ele, fazia o que, me passava toda a programação da fazenda”.<sup>149</sup>

No seu caso, ser e dizer um trabalhador significou demonstrar como pôde vencer as vicissitudes, como a saudade de casa, o isolamento da fazenda e as adversidades naturais do lugar. Desse período construiu um comparativo entre ele, os gerentes e os proprietários. Ele não se coloca entre a “peãozada”, assim como não se iguala ao gerente, e muito menos ao proprietário. O conceito de “peãozada” remete ao tipo de trabalho, o não especializado. Ao retornarmos com a sua trajetória no último capítulo, veremos que a motivação do retorno estava relacionada diretamente ao fato de frequentar uma faculdade, muito pelo risco de ser “trocado” por um empregado com formação superior. Ao mesmo tempo em que ele se diferencia do proprietário e mesmo do gerente, pela diferença de poder aquisitivo e pela posição empregado/ empregador, se aproxima deles por terem em comum o engajamento e a qualidade do trabalho prestado, um tipo de serviço técnico. O gerente era sistemático, mas era trabalhador. Todos os três afastavam-se, assim, do tipo de trabalho prestado pelos demais empregados da fazenda.

Marcia contribuiu a respeito desta diferenciação com sua opinião sobre o comportamento dos nativos para com os migrantes:

[...] porquê tem muita gente conformada, sabe, tipo hoje assim é, como é que eu vou te falar, esse governo Lula mesmo, tem gente que tá satisfeito porque ganha o bolsa família ali, porque que vai trabalhar, vamos numa fábrica que ganha 700,00, daí o cara consegue o bolsa família então “vou ficar com o bolsa família e vou dormir o dia inteiro”, né? Eu penso que tipo lá. [...] mas assim, daí o exemplo que eu te digo, o povo se acomoda, sabe, aprende a viver com aquele pouquinho ali. Então os mais exigentes, é o pessoal daqui que vai pra lá, o povo já é acostumado com aquela miséria, acho que nem, sabe, não vê muito, assim, como é que eu vou te dizer, muita (...) não tem muita ambição, isso mesmo.

[...] eles tendo lá o que comer, e o (...) pra dançar e festar, não pensam no dia de amanhã, pensam no hoje sabe, e a gente já é mais capitalista né, já é mais assim (...).<sup>150</sup>

---

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

Segundo Marcia, quando “os daqui vão pra lá” já demonstrariam, com isto, que vão para trabalhar. Os acomodados seriam, inclusive, “os que ficam aqui” (no Paraná) e também se conformam com pouco. Aqui Marcia se difere não apenas dos do norte, como também dos do Paraná. O comparativo se amplia e não se trata tal qual defendido anteriormente, exclusivamente da diferenciação pela cultura, pela identidade étnica, mas pelo esforço, pelo “realce”, já que ser esforçado significa migrar, diante da dificuldade, não permaneceram no Paraná.

Outro exemplo pode ser lido nas falas de Diziely e Diego, ao utilizarem da palavra mentalidade:

Diego: Assim, cultura, a organização...

Diziely: Da cultura mesmo.

Diego: A organização da cidade, o jeito do povo.

[...] tem diferença, mas eu gosto de lá, eu acho o povo acolhedor, eu gostei mais de lá do que odiei né, gosto bem mais, eu por mim eu moraria lá.<sup>151</sup>

Elenir, Derik, Marcia, Diziely e Diego, todos se diferenciaram do “povo de lá”, ao utilizarem o pronome “eles”. A cultura “deles” teria implicado, por exemplo, numa organização urbana precária, na falta de comprometimento com o emprego, mas também uma maneira de viver, mais feliz! É aquilo que pudemos ler também nas narrativas, inclusive na de Moises. Para ele, ser uma pessoa “boa” não significa ser “trabalhadora”, e não ser trabalhador não implica falta de caráter, mas uma opção de vida. Ele também foi outro que procurou se diferenciar dos “nortistas”, como percebemos na sua fala a seguir, ao destacar a preferência que a sua prestação de serviços mecânicos obtinha dos empresários das cidades de Tucumã e Marabá, ambas do Pará, sendo eles sulistas ou não: “É por que nós do sul, aqui, somos mais trabalhador, mais profissional, nossa senhora nós...”.<sup>152</sup> E em forma de complemento à pergunta de que sua mão de obra era mais qualificada, orgulhosamente reafirmou: “nós fizemos sucesso, cara, nós começamos desde os primeiros dias.”<sup>153</sup>

Além desta diferenciação demarcada pelo sucesso no e pelo trabalho, outra questão interessa à nossa análise. Trata-se da diferenciação que ele estabelece entre os próprios migrantes. Fica evidente a comparação que Moisés estabelece entre ele, mecânico, e os proprietários da oficina mecânica onde trabalhou. Ainda no início da entrevista destacou o porquê de não ter optado em aceitar uma sociedade e preferiu seguir com a comissão do

---

<sup>151</sup> DIZIELY; DIEGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Assis Chateaubriand-PR, 08 jan 2013.

<sup>152</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

<sup>153</sup> Idem.

trabalho prestado. Inicialmente destaca os problemas que sofrera neste sentido, ainda no Paraná, e os elenca com motivos de sua escolha em migrar:

[...] fui trabalhar com Donir, só que daí eu não fui trabalhar com [omite nome], daí o rapaz abriu a oficina lá comprou a oficina daí eu fui lá tocar a oficina, mas daí não deu muito certo ficou, daí eu... o [omite nome de ex proprietário] e ele fez a proposta né, ligou um dia pra mim e fez a proposta pra ir pro Pará. Falei, vamos embora!<sup>154</sup>

O mesmo problema com a porcentagem dos seus serviços teria ocorrido no Pará, crítica com a qual enfatizou a diferença social – de classe - entre ele e um dos sócios:

Mas daí eu tava trabalhando igual um desgraçado, né? Não tava vendo nada de dinheiro eu falei, “ah, eu vou trabalhar por mês que é muito melhor”. [...] é, aí eu o pai montamos até uma sociedade, “vamos trabalhar daí nós divide”, mas daí a Maria [madrasta] gastava nosso dinheiro né? [Risos] Falei, óh pai, nós vamos juntar um dinheiro, nós vamos pegar um dinheiro pra nós comer, um dinheiro pro pai também (...) manter eu também, e vamos guarda no banco, e começamos a ganhar dinheiro, eu e ele. Só que daí nós tinha no banco dinheiro bom na época já, cara (...).<sup>155</sup>

Novamente o Pará, assim como outras regiões da Amazônia, foi lembrado como o lugar propício ao sucesso econômico (e moral com a qualidade do serviço). Foi lembrado como a oportunidade de se ganhar dinheiro. Ganhar dinheiro serviu para ele, o empregado, mas principalmente para seu patrão. Diferenciando, neste sentido, sua situação social, valorizou inclusive os contatos que estabelecera, em alguns casos amizade, com pessoas “ricas”. Neste momento da sua narrativa enfatizou o caminho para conquistar a confiança de pessoas influentes, algo significativo para sua vida profissional e social:

[...] falei, assim, sabe que eu vou tentar conseguir o seguro desse motor pra ele. [...] Deu 30 dias, não deu acho que 30 dias, o cara ligou pra mim, “vai lá na Mercedes busca tudo as peças do motor.” [...] “Compro já? Mas eu tenho que fazer orçamento primeiro”, falei: “não, eu consegui tudo pra você na seguradora”(...)“ah, se tá brincando comigo”(...) Daí chamava a gente de gauchinho, né? [...] rapaz esse cara ficou amigo meu, cara, esse cara, ele tinha uma quadra de casa, entre piscina e coisa de lazer (...) todo domingo, isso dia de semana que ia lá, passava lá, “gauchinho, vamos lá em casa comer um negocinho e tomar uma cerveja ...” cara ele tinha dois freezer só

---

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Ibidem.

de skolzinha de latinha, que só dele uma sala só dele, uma sala só da mulher dele (...).<sup>156</sup>

Moisés caracteriza o amigo como alguém simples. E o seu juízo de valor levou em conta o fato de ele ser uma pessoa rica, mas humilde. Implicitamente ele elabora uma crítica às pessoas ricas no Paraná, as quais faltaria humildade. Ao final volta ao destaque no “sucesso” adquirido pelo trabalho prestado, do qual tudo resultou: “[...] O sucesso foi (...) porque o povo do sul não adianta, nós, povo do sul, é o povo mais trabalhador que existe, lá em cima o povo vive mais, mas eles são mais vagabundo! Não é que (...) são pessoas boas”.<sup>157</sup> Viver mais poderia aludir à acepção de ser mais feliz, vive-se mais, não no sentido da contagem do tempo do calendário, mas subjetivamente, aproveitando-se mais a vida com lazer, com festas e, conseqüentemente, com menos trabalho. Foi pelo seu trabalho, sinônimo de esforço e de qualidade, que teria ganhado dinheiro e amigos. Segundo ele, esses amigos muitas vezes não dominavam um trabalho técnico, faziam “gambiarras” (serviço mal feito, improvisado), mas eram mais felizes, viviam mais. Nesta leitura do processo, Moisés se igualou ao empresário paranaense, pois estava no mesmo caminho dele: o de ganhar dinheiro e respeito. Essa conquista seria a mesma almejada pelos empresários que diferente dele levaram consigo capital para investirem e não se limitavam ao ganho a partir da prestação de serviço- ele “quase se matou trabalhando”. Com apenas 21 anos, ganhou dinheiro e o gastou no Paraná, “o lugar onde não se ganha dinheiro como lá”. Ele não pretende voltar ao Pará, pois a possibilidade de ganhar dinheiro não supriria os benefícios advindos da vida “boa” que leva hoje.

Mas nem todos os entrevistados organizam sua narrativa pelo trabalho, no sentido da relação entre migração e melhora financeira. Foi o caso de Helide, uma das poucas entrevistadas que não fez menção às características relacionadas ao trabalho, ao menos diretamente. Pouco se referiu aos negócios, a não ser quando se lembrou da época que administrou, ou “tocou”, uma lanchonete. Esse momento de sua fala foi carregada de nostalgia, de uma época agradável, diferente dos outros momentos narrados de maneira trágica, ao falar, por exemplo, de sua separação, do suicídio do irmão que vivia no Pará e da doença de seu neto. A respeito do trabalho, evitou apresentar sua atual situação econômica:

É, que foi pra lá. Eu fui uma vez numa festa que teve em Tucumã, meu Deus quanta gente que tinha do sul, quanto fazendeiro, quantas pessoas que

---

<sup>156</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

<sup>157</sup> Idem.

vieram do sul com um pouquinho de terra, lá se formaram, viraram fazendeiro, todo mundo tá bem hoje.<sup>158</sup>

Apenas quando questionada, ao admirar os que se tornaram fazendeiros, destacou o insucesso com o gado dos integrantes da sua família, que migraram em 1983, quando:

Achou que iam fazer uma grande coisa, porque eles queriam, e eram fracos aqui e queriam comprar um monte de terra lá. Comprei um monte de terra e depois (...) Eu comprei cento e cinquenta hectares.

Entrevistador: Teve trabalho pra tocar, tocou bem?

Hélide: Não, a gente pegou e era só ponhar gado, mas daí nós fomos mal, que parece que deu a macaca, porque parece que a outra [desavença citada anteriormente] fez um sarava aqui, em vez de ir pra frente, só ia pra trás, só ia pra trás! [...] Quinze anos atrás. Aí eu fiquei lá, depois a minha mãe voltou pra cá e eu resolvi de ir pro Pará, pra Conceição do Araguaia. Comprei uma casinha lá, conheci um cara lá e fiquei cinco anos com o cara lá. Conceição do Araguaia, na beira do rio, dava quase perto do Rio Araguaia lá.

[...] Investi em terras e fiquei lá fazendo, daí toquei até lanchonete lá e fiz até tipo de um restaurante sabe, uma lanchonete assim, restaurante. E fim de semana a gente fazia baile naquela lanchonete.<sup>159</sup>

O investimento inicial em terras, compradas no intuito de se tornar “forte”, não rendeu e as terras- possivelmente de propriedade menor devido ao insucesso econômico, - assunto pouco retratado por ela -, cederam importância para falar da vida que passou a levar no novo negócio, na lanchonete “na beira do rio”. Ao se referir aos moradores do Estado de Tocantins destaca que, de certa forma, as dificuldades da distância do Paraná, e possivelmente as dificuldades de se tornar uma fazendeira, foram supridas com o convívio com “as pessoas de lá”. Essa referenciação não esteve relacionada à situação econômica, ao empreendedorismo, ou algo do tipo, mas esteve atrelada à receptividade que lá encontrou:

Eu adorava, se eu pudesse ficar lá, eu ficava. [...] Porque é outro clima [cultura]. O povo de lá é gente boa, nossa, muito gente boa! Nunca enguicei com ninguém. Assim, em comparação, você chega lá e você já faz amizade sabe, eles são hospitaleiro não é?<sup>160</sup>

Com esta questão referente a imagem do nortista concluímos a discussão da diferença entre trabalhar/colonizar. Ressaltamos o fato de os entrevistados pouco falarem de lazer, salvo algumas exceções como no caso de Hélide, e mesmo ao falarem das festas, da

<sup>158</sup> HÉLIDE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 jan 2014.

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> Idem.



praia, etc. ainda estavam relacionando essas práticas ao trabalho. Ela apenas conseguiu se estabilizar trabalhando com festas - baile e lanchonete. Se as diferenças entre eles e os outros migrantes, “os grandes”, não foram esquecidas, em alguns momentos foram destacados enquanto possuidores ou de conhecimento ou de capital, algo que igualava a relação entre “colonizador” proprietário e “colonizador” empregado. Ao que nos parece, a diferença entre os grandes e eles são ressaltadas no Paraná, antes e após o retorno.

Concluindo, é válido enfatizar que em todas as entrevistas os sujeitos demonstraram ter consciência da diferença socioeconômica entre eles, pequenos, dos grandes empresários; ou no caso dos que foram na condição de empregado, perceberam a diferença de classe entre os ganhos que obtiveram e os ganhos de seus patrões, uma diferença que não justifica uma crítica genérica ao empresário migrante, mas ao patrão em específico. Ou seja, no caso de Moises ele até chega a criticar o seu antigo patrão, mas não o resultado da colonização.

### **2.3- “comer bem, dançar e festejar<sup>161</sup>”: Regionalismo e silenciamento, eles fazem festa**

As narrativas falaram do progresso dos lugares, tanto quanto do desenvolvimento dos planos familiares e/ou individuais. E para falar de progresso - material, financeiro, agrícola, os entrevistados recorreram à ênfase no trabalho; e para ressaltarem o significado do trabalho, em muitos momentos construíram um termo que, *a priori*, significaria o seu oposto, festejar - sinônimo de lazer. Nas entrevistas esse tema pouco foi mencionado quando se falou de si. Ele é mais relacionado quando se falou do “outro”.

O silenciamento sobre a questão do lazer nos levou a duas questões: a primeira, sobre até que ponto as entrevistas desaprovam a prática do lazer; e a segunda, se uma vez atestada à generalização entre o paranaense e o gaúcho, a “cultura gaúcha” representaria uma identidade do colonizador/trabalhador afeto unicamente ao trabalho, em detrimento do colonizador também preocupado com vida social, lazer, ou simplesmente, com festas.

Na obra *Entre árvores e esquecimento: História social do sertão do Brasil*, no capítulo intitulado “História e sertão”, Leonardi (1996) destaca que cabe ao historiador entender o “sertão” não apenas pelas histórias dos massacres. O sertão do isolamento guardaria para seu estudo atitudes que perdurasse entre as tradições<sup>162</sup>; na busca destas construções históricas ressalta o significado de se focar nas formas culturais criadas, observando que mitos, lendas e

---

<sup>161</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>162</sup> Destaca como exemplo o tratamento respeitoso.

costumes são fontes de inspiração legítima (Ibidem, p. 309).<sup>163</sup> Trata, assim, da liberdade de criação; da apropriação presente nas narrativas- “por meio da ficção”- de aspectos da história política e cultural do Brasil, forma de se “aproximar do real”; a história social e a econômica não excluem então o “estudo de bens não – materiais.

### **2.3.1 Quem trabalha, pouco festa**

Desta provocação, aqui, podemos compreender melhor o fato de nas narrativas produzidas existirem tanto a crítica a algumas posturas dos nativos, quanto o reconhecimento da existência de momentos felizes. Falar do sertão, numa analogia com Leonardi (Idem), indicou refletir como nas fontes orais a negação do lazer, do festar, ganhou importância, pois se sua prática ficaria para o tempo futuro, aos poucos e indiretamente embasa nas narrativas o respeito a suposta opção de lazer do nortista, evidencia que não o deixa de ser caracterizado pela falta de preocupação com o trabalho. Estaria assim no campo dos costumes, da seresta, do tempo passado na beira do rio, outro caminho de compreensão e diálogo. Afinal se eram eles que faziam festas, o que elas nos falam do processo migratório em si e especificamente do retorno e qual abordagem de Paraná apresentam ao contrapor a Amazônia?

Não adentramos no campo da arte, mas as letras de músicas apresentadas a seguir destacam um cenário das relações entre migrantes e imigrantes<sup>164</sup> e neste sentido nos auxiliam no intuito de todo o capítulo, quer seja, o de contextualizar a Amazônia apresentada pelos migrantes. Assim, não poderíamos deixar de relacionar trabalho e lazer nas memórias da migração frente ao trabalho de contextualização da Amazônia Legal:

---

<sup>163</sup> No j apresentado “charme fatal da modernidade”, Leonardi questionou a ausência de sensibilidade dos intelectuais, por exemplo, sobre o tema das festas ao demonstrar como a construção de um colonialismo interno, posterior à ruptura com Portugal foi marcado sim pela violência, mas também pela cordialidade. Algo que as guerras e as diferenças raciais que demarcaram o colonialismo não impediu de criar como “corretas relações humanas” (p. 303). Muitas vezes o forte conteudo emocional e mítico costuma ser utilizado pelas elites em busca de alternativas, de válvula de escape, para os graves problemas sociais do país.

<sup>164</sup> As músicas regionalistas foram aqui entendidas diante de um conjunto formado para além de sua letra, ou seja, pela própria musicalidade e a maneira como são cantadas, ou melhor, pelo modo como os sujeitos lidavam com os discursos que as compunham– do “nortista” e do “gaúcho”. Essas categorias são apropriadas e reafirmadas no cotidiano, na construção e na afirmação de fronteiras simbólicas. A primeira música foi regravada pelo músico paraense Nilton Chaves e alcançou sucesso em todo o Estado do Pará em meados dos anos de 1990. Já a segunda, gravada pelo grupo Os monarcas, se tornou conhecida pelos rio grandenses e paranaenses também nos últimos anos da década de 1990. Ambas fizeram sucesso por mais de uma década. Ambas as letras e ritmos são diretos ao enfatizar as respectivas tradições regionalistas. A partir delas passou-se a investigar como se deram as disputas regionalistas entre imigrantes e nativos. No Pará deve-se ressaltar que a música de Chaves, mesmo tendo sucesso, perde espaço, tal qual a música de outros cantores representantes da MPB paraense, e não alcança a popularidade de outros estilos como o brega e o tecnobrega, músicas de influência rítmica caribenha, com origens nas periferias de Belém. Com o mesmo cuidado, coube ressaltar que muitos paranaenses pouco falam dos seus envolvimento e gostos musicais, e quando o fazem, não atribuem a si a tradição gauchesca representada no estilo de vida dos CTGs

**Belém-Pará-Brasil** (Mosaico de Ravena)

Vão destruir o ver-o-peso  
pra construir um shopping Center  
Vão derrubar o Palacete Pinho  
Pra fazer um condomínio  
Pra ser usada como um albergue  
Do novo filme do Spielberg

Quem quiser venha ver  
Mas só um de cada vez  
Não queremos nossos jacarés  
Tropeçando em vocês [...] (ROCHA, 2004)

**Brasil de bombacha** (Os Monarcas)

Após muito tempo guardando  
Os limites do Sul do Brasil  
O gaúcho migrou para o Norte  
E do Norte mudou o perfil

Deixou para traz a campanha  
E a beleza dos campos dourados  
E se foi a buscar nova vida  
Numa terra de mato fechado

Este é o Brasil de bombacha  
É a saga da raça guerreira  
Nos fundões desta pátria se acha  
Um gaúcho abrindo fronteira

Só quem parte é quem sabe da dor  
de deixar o seu pago e sua gente  
As lembranças rebrotam ao redor  
Só o forte consegue ir em frente [...] (SOUSA, 2007).

Venham um de cada vez e cuidem com nosso jacarés, afirma, em outras palavras o grupo paraense; vamos para o Norte contribuir com o Brasil, assim como fizemos por décadas no Sul, afirma a letra do grupo rio grandense. Paradoxalmente, ambas as músicas, *a priori*, pensadas para os momentos de diversão evocam uma crítica a respeito do papel dos migrantes. A primeira demarca o posicionamento de um movimento intelectual engajado na valorização da cultura Amazônica e se diz preocupada com os resultados do processo de modernização regional, mais especificamente da cidade de Belém, PA, direcionando sua crítica ao migrante: “mas venham um de cada vez”. A segunda, produzida pelo grupo que se intitula “tradicionalista e/ou gauchesco, refere-se aos gaúchos migrantes e apresenta a positivação do processo de modernização nacional, cujos resultados são atribuídos ao migrante rio grandense: “a saga da raça guerreira”.

Cabe destacar que diferente da letra cantada no ritmo do Brega e seus dissidentes como o tecnobrega, as letras das canções da MPB, sem o devido espaço na mídia paraense nos anos de 2001 a 2004, período em que moramos em Novo Repartimento, PA, se comparadas ao Brega e ao sertanejo, apresentam um pouco dos conflitos referentes a migração para a Amazônia.<sup>165</sup> O tema natureza é central nas composições do grupo de cantores representados por Nilson Chaves, cantor que popularizou a música do grupo Mosaico de Ravena. Quanto à música gauchesca ela também representou o movimento regionalista gaúcho específico do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) diretamente atuante no cenário nacional e, por assim dizer, nos movimentos migratórios rumo ao Oeste e ao Norte do país.<sup>166</sup> Músicas levadas em mídias pela maioria dos migrantes entrevistados.

As letras servem de provocação. Elas representam mesmo um estilo de vida e uma forma de se relacionar com a natureza e a sua análise nos ajudou a compreender mais do debate em torno do regionalismo e, assim, contribuiu à análise diante do outro.<sup>167</sup>

A carência da sequência do estudo encerra o tema com a provocação que segue ao avaliarmos mais daquilo que não se resumia a trabalho nas fontes orais. Afinal, a Amazônia vivida não se limitou ao trabalho.

A limitação de nosso tema em relação à análise das músicas não nos impede de destacar algumas constatações significativas aptas ao entendimento do debate proposto, quer seja do significado de apresentar a priori em lados opostos, trabalhar e festar no universo da migração, e, ao mesmo tempo, reafirmarem a crítica, agora no retorno àqueles que se dedicam no Paraná exclusivamente ao trabalho.<sup>168</sup> E se as músicas representariam a diversão, o lazer,

---

<sup>165</sup> Serve de indicação a dissertação de Edilson Mateus da Costa Silva, E. (2010). Ao tratar da identidade Amazônica na canção paraense problematiza entre suas abordagens uma suposta identidade Amazônica, isso mediante as múltiplas identidades regionais e identidades estaduais que contempla. Analisamos, próximos ao autor, a relação destas identidades com um cenário de integração nacional e, em contrapartida, das resistências construídas na música regional de protesto, cunhada na expressão Música Popular Paraense (MPP), por exemplo, de Fafá.

<sup>166</sup> O artigo intitulado: “A historiografia da ‘música gauchesca’: Apontamentos para uma história” (COUGO, 2012) estudou a bibliografia acerca da História deste estilo. No texto, tal historiografia é dividida em três fases de acordo com os preceitos estéticos e ideológicos que guiaram seu desenvolvimento nos últimos 60 anos. Essa essência de um homem herói, dotado de bravura e destemido segue presente nas letras gauchescas mais recentes, possivelmente conhecidas pelos migrantes quando de sua ida a região da Amazônia Legal.

<sup>167</sup> A análise deveria considerar questões referentes ao ritmo, ao gosto musical, à problematização de uma suposta “boa música”, à semiótica da recepção, ao papel da indústria cultural, etc. (MORAES, 2000). Para o momento coube ressaltar que concordamos com Marcos Napolitano quando destaca que o estudo de fontes imagéticas e audiovisuais deve se posicionar evitando os extremos da subjetividade e da objetividade absoluta, devendo atentar para aos códigos internos desses trabalhos, considerando-os como mecanismos de representações da realidade. (NAPOLITANO apud PINSKY, 2005, p. 235-6).

<sup>168</sup> A sequência do texto não chega a abordar um recorte mais recuado, tal qual o fizemos para pensar o contexto de políticas migratórias. Uma análise, não realizada, de músicas regionalistas desde 1940 até os dias atuais, deveria contemplar o processo estudado e serviria ao entendimento de parte das relações do paraense com os migrantes de outras partes do país, a partir da visão de músicos e intelectuais engajados em movimentos pró Amazônia. Esse trabalho teria por base não mais e exclusivamente a análise de letras de músicas, mas uma

este assunto pôde ser abordado apenas após a elaboração das questões pelo entrevistador e raras vezes tomou forma como tema principal das entrevistas.

Conforme enunciam as fontes orais, a prática do lazer esteve atrelada à pescaria, ao rio, aos encontros entre amigos nas próprias casas. Alguns destacam a seresta (música ao vivo de estilo sertanejo, romântico ou forró, principalmente), mas elas são frequentadas com certa prudência, de modo a não atrapalhar o trabalho, diferente da suposta postura do nortista, mais festivo, e assim, conforme as falas, “despreocupado com o trabalho”.

Antes dos assuntos referentes às festas, músicas e práticas de lazer as memórias enfatizaram em linha geral o sofrimento. Foi o caso do exemplo lembrado na história de seu Aristides, numa fala nitidamente silenciadora das práticas de lazer:

Fez 10 anos quando chegamos lá (...) E aí fomos embora; queria ver né, mas por curiosidade. Por curiosidade né (...) querendo melhorar na vida. Sempre a vontade de cada uma né é melhorar as coisas né? Ainda eu me lembro que se cortou o dedo, o rapaz, olha que é! Rocei lá, derrubei mato, “mas vamos vê depois que colhi arroz”, colhemos bem, mas quem que comprava ali? Aí só tinha uma máquina de arroz ali, ali em volta né (...) chamava de Terceira Sul (...) e então o cara só comprava em torno de duzentos, trezentos sacos por ano para ele ter o que ...arroz para descascar para vender para as pessoas ali em volta né. Aí para levar na cidade era setenta km (...) mas era tudo estrada de chão ruim (...) aí o frete te comia tudo né? Aí não, não adiantava você levar para cidade, você paga ainda por cima por (...) para vender o que você tinha que sobrar, o que você fazia? Cortava o arroz amontoava ele na roça e deixava ele um ano deitado ali na piaçada mesmo. [...] Então ela lava aquela mandioca fazia aqueles bolo de mandioca para piaçada levar para escola e pra piaçada comer, quando não tinha, fazia para fazer pão. Então foi assim, [riso]; para ter carne você ia de noite, na espera, matava as pacas e coisas assim. E se virava (...) E se virava (...) essa a carne que nos tinha para você viver. E era assim, foi dois anos assim; aí o falecido pai, o pai era vivo ainda, aí o pai sempre falava, fala por telefone, como ele disse: “filho volta” (...).<sup>169</sup>

Esta foi a tônica de sua entrevista. O silenciamento do entrevistado sobre assuntos que extrapolassem o universo do trabalho nos leva a apresentar duas leituras de como as entrevistas puderam ser construídas no tocante a prática do lazer. Primeiramente, como os entrevistados viveram em cidades do interior e de pequeno, porte alegavam as dificuldades das condições dos lugares como um dos motivos para pouco aproveitarem o lazer. Cabe enfatizar que eles também saíram de pequenas cidades do Oeste e Sudoeste do Paraná. A

---

abordagem historiográfica. E mesmo que assim o fizesse, ainda estaríamos tratando do contexto da migração de uma Unidade Federativa, apenas.

<sup>169</sup> ARISTIDES. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 09 jan2013.

segunda questão que nos ajudou a compreender os silenciamentos e negativas a respeito da vida fora do trabalho se deve ao próprio fato de evidenciarem diretamente que estavam longe de casa, com o intuito de trabalharem e de economizarem, fosse pensando ou não no retorno. As entrevistas a seguir ratificam a primeira questão, como no caso de Derik, ao destacar que ainda novo, com 17 anos, migrou para o Mato Grosso:

Entrevistador: Você falou de cidade você com dezessete, dezoito anos provavelmente...

Derik: ah, mas, assim (...) [negativa].

Entrevistador: festa quase não fazia?

Derik: ah, nada, tinha tipo assim, nesse primeiro emprego meu tinha uma vilinha, uma vilinha do lado da fazenda, dava 8 Km, aí tinha lá (...) não, é, tinha uns barzinhos lá, boteco, boteco mesmo não vou nem falar barzinho, é boteco mesmo, o negócio era feito de madeira, no chão batido, energia era a motor naquele tempo não era energia elétrica né, e aí era ali

[...] aí já no segundo foi perto, pra próximo de Sorriso, daí tipo assim, aí foi como mudar da água pro vinho né, aí (...) Então daí nesse tempo eu consegui comprar né, um né, eu não saia pra lugar nenhum consegui juntar um dinheirinho e comprei um carro né.<sup>170</sup>

O próprio carro, necessário para o lazer, precisou ser comprado a custas de economia, ou seja, de pouco lazer. No caso de Derik, é perceptível a referência à falta de tempo e a distância das cidades, além do perigo de frequentar esses lugares disponíveis e próximos espacialmente o suficiente para frequentá-los. Com Milton, tivemos um relato que se aproximou das considerações de Derik e o lembrar de sua juventude vivida no Pará foi enfático ao falar das dificuldades, respondendo em forma de negativa a pergunta sobre as formas de lazer de festas:

Não, nem existia. Não, não [...] Era região de garimpo, região de abertura, tinha muito bandido lá né. O estilo ali era boca quente. Não tinha luz, a luz entrou lá acho que em oitenta e seis que Tucuruí, abriu Tucuruí né. Não se tinha se quer a garantia do conforto da energia, muito menos lugares para festa.<sup>171</sup>

De acordo com essa leitura, para acontecer festa necessitar-se-ia antes de conquistas atreladas a urbanização.

No caso de Márcia, chama a atenção o destaque dado ao perigo e sair a noite, em relação ao qual acabara se acostumando:

---

<sup>170</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

<sup>171</sup> MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

Não, ela [sua mãe quando decidiu migrar para o Pará], não fazia, só falava “crie juízo”; ficava com medo assim, por ser um lugar diferente e daí eles falavam e lá, que lá era o “fura buxo” que matavam por conta as pessoas [por dívidas] e realmente era feio demais, e ainda eu cheguei depois, antes de eu chegar, diz que era comum você sair pra trabalhar de manha, ter um caído na esquina morto, lá, e o povo nem bola.<sup>172</sup>

Para ela, a estrutura não era empecilho para diversões, mas sim a violência atrelada à vida noturna. Nos quatro casos, para Aristides, Derik, Milton e Marcia, primeiramente, a carência de urbanização e/ou da existência de lugares propícios impediria a prática do lazer festivo; entretanto, ficou evidente, quando analisamos as entrevistas na íntegra, que “fazer festa” seria algo que ocorreria em detrimento do tempo para trabalhar e ainda, um gasto a mais, quando o momento era para economizar, guardar capital. Apenas após ser questionada, Marcia retomou o tema e destacou um pouco mais das práticas de lazer:

Assim, lazer a gente gostava, festinha né de noite, os bailinho né [...] Era gostoso, é um povo assim que sabe aproveitar a vida e se divertir, eles não são ligados as coisas materiais, sabe, só que se tua casa tem uma cortina, se tem um tapete bonito, se tem um sofá bonito, eles não estão nem aí, o deles, a casa, a mesa grande pra sentar e comer, uma pia ali, um cocho que eles falam, pra lavar a louça, comer bem, dançar e festar.  
[...] Eles não pensam assim no amanhã, sabe, agora teatro essas coisas, nada, só nas escolas ali com os alunos né, mas assim (...) não.<sup>173</sup>

E ao ser arguida se suas amizades se resumiam a migrantes do Sul do Brasil destacou: “não, ah, tinha assim, o pessoal do comércio, quando você ia na loja assim, tinha os Carraro lá, acho que eles eram do Rio Grande né?” (Marcia) ou seja, tinha pessoas, mas não estavam entre aqueles que com ela saíam para se divertir. Talvez porque as companhias mais interessantes seriam aqueles que sabiam “aproveitar a vida” e não os outros sulistas.

Já Maico, diferente de Marcia, ao lembrar-se dos “bons momentos vividos” no Pará e em Rondônia, primeiro enfatizou aspectos positivos:

A música, uma coisa, pra mulherada, pra gente que é branco, lá é mais moreno, lá os branco fazem sucesso.  
Se todo dia quiser levar uma diferente pra casa, o cara arrumava lá. Arrumava, mas questão de música lá tem umas músicas diferentes, lá o

---

<sup>172</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>173</sup> Idem.

brega né, o tecnobrega, umas músicas diferentes, tudo, eu nunca fui de dançar muito, mas de vez em quando (...).<sup>174</sup>

Fica subtendido o ato de levar alguém para casa; ou seja, de construir relacionamentos pouco duradouros, diários se levarmos a frase ao pé da letra. E isto não denota um comparativo afetivo entre nativos e migrantes, mas sim a possibilidade de “sair para festar” todo o dia. Mas, na sequência, enfatizou a preferência pela cultura de seus pais, esta sim, comprometida com o trabalho, em detrimento da dos paraenses e rondonienses. Podemos retomar a citação presente no início do capítulo, e lembrar como ele atribui ao período em que seu pai começou a “festar”, os resultados negativos da produção agrícola da sua família. Ele, seu pai, deixou os negócios de lado ao se ocupar com festas e relacionamentos fora do casamento. No momento em que foi perguntado se naquela época frequentava festas promovidas e ao estilo dos migrantes- gaúchos, destacou que elas eram mais reservadas. Do estilo da música gauchesca, disse:

Lá eu tipo, conhecia porquê às vezes o pai comprava fita na época, tudo, escutava, o pai sempre gostou de escutar. O pai, o vô daí os tios vinha pra cá, os tios lá também os tios tocavam, já tocavam sanfona, tem uns tios meus lá que tocam sanfona.<sup>175</sup>

E conclui especificando seu gosto musical:

A cultura de lá nunca me entrou na cabeça, sabe. Nunca me entrou, não, sei lá achava estranho tudo, o jeito (...) uns breguinha a gente dançava, dava uma esfregada na turma lá, mas devido, tinha muita gente daqui já lá na época daí, era um convívio muito grande né, tipo, é como se fosse tanto que nem o sotaque eu puxei.<sup>176</sup>

Quando questionado, o entrevistado fala sem censura do lazer, mas, como as perguntas referentes ao convívio cotidiano e das festividades fizeram parte do roteiro das entrevistas e, nas vezes que foram questionados trouxeram outros juízos de valor para os “festeiros”, além de um sentido pejorativo no tocante ao trabalho. “Povo gente boa”, “povo receptivo”, “humildade” foram adjetivos que não comungavam com a expressão “povo

---

<sup>174</sup> MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Ibidem.



trabalhador”, exceto na concepção de Milton<sup>177</sup>. Não podemos concluir se esta ausência se tratou, de fato, de um silenciamento ou se essas pessoas pouca importância davam a vida fora das atividades de trabalho. Afinal, supostamente, estariam lá para trabalhar, conquistar uma situação econômica ou potencializar aquilo que já detinham, e, também, pelo trabalho justificar a inserção, bem como demonstrar, aos que ficaram no Paraná, o que buscavam lá. Logo, não se preocuparam com o lazer. E deixaram explícito: a festa era coisa do outro. De certa forma, falar da migração implicou falar do trabalho e isto tem a ver com aquilo que se esperava de um migrante.

Se nas discussões anteriores demonstramos citações nas quais a palavra simplicidade resumiu o caráter do migrante, ou seja, como sinônimo de trabalho, inclusive colocando à prova em muitos momentos à tradição – do trabalhador- frente às características positivas dos outros, esse conceito determinou as características dos nortistas. Simplicidade para se dedicar ao trabalho e, assim, sobreviver. E desta mesma simplicidade aproximaram-se os migrantes, para que, de maneira “justa”, tentassem acumular e ou ampliar o seu capital, contribuindo com o desenvolvimento regional-nacional, assim acreditavam. É a respeito desta simplicidade do paraense que Jorge destacou a facilidade de sua adaptação e o gosto pela região:

É a mesma coisa daqui, mesma coisa, a única diferença é que lá chove seis meses e seis meses é seco, mas não tem, o clima aqui é quente, lá é quente é tudo igual. O povo de lá é mais simples. [...] Não tem luxo, não tem, não é querer mostrar um carro novo, mostrar uma casa nova, mostrar móveis novo.  
178

E quando foi indagando se a mesma característica poderia ser atribuída àqueles que possuíam poder econômico (terras, empresas, etc.), ou seja, “um grande”, respondeu:

Não, ele tem, mas é que digo assim, no geral eles não são (...) [arrogantes]. É, mesmo quem tem poder, são, eles se tornam mais simples, não é pensar assim vou mostrar um carro zero, uma casa mais bonita que o outro, os móveis mais, eles vivem assim meio, mais largado.<sup>179</sup>

A reflexão é paradoxal e remete ao panorama em que se encontraram os migrantes, inclusive no Paraná na atualidade da entrevista. Ao mesmo tempo em que pretende acumular

---

<sup>177</sup> Para Milton, o povo paraense é sinônimo de povo trabalhador, pois mesmo diante da dificuldade do trabalho braçal desenvolvem suas funções.

<sup>178</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

<sup>179</sup> Idem.

capital, ele não deve ser ostentado, não deve servir de parâmetro para diferenciações entre os sujeitos de um mesmo lugar.

Percebamos, a análise das fontes orais destaca o quanto os sujeitos são conscientes de seu papel no processo de migração estudado alternando o significado de se dizer portador do progresso levado e da compreensão das novas demandas ambientais. Estas interpretações nos serviram para a contextualização da Amazônia Legal a partir das memórias e do cotejamento delas entre si e com outras fontes, como reportagens, leis e sites oficiais.

A propósito da conclusão do capítulo, vale indagar: a leitura desse processo de migração, diante de todas suas controvérsias, muitas apresentadas na sequência, envolveria o entendimento de uma nova forma de trabalhar? E acrescentaríamos, seria um posicionamento daqueles que puderam, a partir da diferença entre sua forma de ser e a dos nortistas, construir, com isso, críticas na postura do paranaense que ficou no Paraná e com os quais hoje lida na sua reinserção? Das inúmeras maneiras de falar da Amazônia, seja na alteridade ou na diferença, o trabalho norteou as narrativas.

### 3. Capítulo III: Do Paraná, “o colonizador – trabalhador” e a formação das fronteiras

*Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos, mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1994, p. 226)*

Da Amazônia para o Paraná. O debate a seguir preocupa-se com a apresentação de mais exemplos de territorialidade nos quais se assumem, de maneira direta, a relação entre competência para colonizar, sintetizada na palavra trabalho - e a origem - do Sul - para assim problematizar as ressignificações dos migrantes de práticas e de memórias construídas no Estado do Paraná dos anos de 1970 a 1990. Este exercício de contextualização do Paraná, especificamente das mesorregiões Oeste e Sudoeste do Estado, possibilita a aproximação com a relação entre trabalho e etnia, e com trabalho e transformações na estrutura agrária do estado, algo significativo para o entendimento do distanciamento e/ou da aproximação dos entrevistados com a concepção dos lugares e das pessoas da Amazônia tendo-se por base a cultura levada “por eles para lá”.

Quanto ao cotejamento das fontes orais entre si e com outras fontes seguiremos com a apresentação de reportagens dos anos de 1980, as quais possibilitam o contraponto entre aquilo que se esperava do migrante com a maneira como eles compreendem o processo vivido e narrado e com a apresentação dos sites – atuais – agora além do de municípios que compunham o itinerário da migração, também o de município ou de Associações do Paraná. Complementa nossa análise a apresentação de relatórios produzidos no decorrer da década de 1980 pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), cujo conteúdo desdobra-se na análise das transformações agrárias do Estado entre as décadas de 1960 a 1980. Com essa análise retomamos por outro caminho as problemáticas discutidas no primeiro capítulo, quando apresentamos o entendimento do migrante e a tradição pautada no

trabalho, e as do segundo capítulo, referente à Amazônia planejada, colocada em xeque no cotidiano da colonização.<sup>180</sup>

Iniciamos o primeiro tópico com a apresentação de estudo do IPARDES da década de 1980; tal análise soma-se ao esforço da interpretação da noção de trabalho apresentada pelas entrevistas. A discussão apresenta como os conceitos de agricultor e de colono ganham significados de acordo com o contexto de transformação agrária do estado; estes significados são ressignificados no contexto de produção das narrativas.

Na sequência, no segundo tópico temos um debate a respeito das contribuições da posituação do conceito de colono, esforço estruturado na apresentação de parte da produção historiográfica das duas últimas décadas sobre o Oeste Estado. Este debate serve de suporte para analisarmos, o significado das ressignificações de discursos do trabalho presentes na trajetória dos migrantes e nas fontes apresentadas.

O último tópico pauta-se na análise de estudos voltados à problemática étnica, tendo-se a problematização da identidade étnica, em alguns casos ser assumida e noutros questionada. Estas posturas envolvem enfim as negociações de identidades- na perspectiva de Poutignat e Streiffenart (1998). No percurso do capítulo anterior partimos do fato apresentado de que o migrante se identifica com o discurso da valorização do trabalho, mas, conforme constatamos, as generalizações são ao mesmo tempo desconstruídas pelas próprias fontes orais. O mesmo ocorreu em relação a como a herança gaúcha marcou as experiências narradas. Vimos que, para dizer o que são, precisam antes dizer também o que não são.

### **3.1- “Daí plantava em hora errada, achava que tinha que plantar na época do Paraná”<sup>181</sup>: O Paraná pelas transformações agrárias**

Na nossa apresentação dos estudos do IPARDES sobre as transformações agrárias do Oeste e Sudoeste do Paraná entendemos que a relação trabalho e agricultura, etnia e colonização, trata de categorias positivadas, construídas historicamente, valorizadas em discursos agora apresentados e questionadas por debates contemporâneos atentos a estas construções. A questão central segue com a indagação de até que ponto poder-se-ia associar o

---

<sup>180</sup> Por exemplo, assim com destacamos no capítulo anterior, perceberemos como o posicionamento de falar de um grupo migrante representa uma preocupação entendida no conjunto das entrevistas, mas esta preocupação não encobre a diferenciação que alguns estabelecem entre eles e os patrões, no caso daqueles que migraram na condição de empregados, e entre pequenos com os grandes, no caso dos que migraram para montar seu próprio negócio.

<sup>181</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

conceito de colonização, construído no e pelo Estado décadas antes da migração dos entrevistados para Amazônia Legal e reproduzido por determinada historiografia, com as ressignificações dos entrevistados quando discutiram sobre colonização.

A nossa análise, com base em documentos oficiais - e no tópico seguinte, no debate historiográfico-, ao possibilitar uma abordagem voltada ao Oeste e Sudoeste do estado no momento anterior e do início das migrações dos entrevistados, focaliza os discursos decorrentes das transformações agrárias e da urbanização. Em algumas entrevistas prevalece a interpretação das transformações agrárias pelo progresso dela decorrente, mesmo quando elas determinaram, como ocorrerá para a maioria dos casos estudados, ou a perda da propriedade de terras ou as dificuldades de seguir com o sustento nelas, foi o caso trazido por seu Hermem quando nos respondeu a respeito da sua história familiar:

Bom é o seguinte, eu (...) a gente tem um sítio da parte da família em Catanduva né, desde muleque, criança, né, e a gente mudou para a madeireira aqui em Munhoz da Rocha, município de Corbélia, aí a gente, eu trabalhei lá, comecei a trabalhar com doze anos de idade. Aí o meu falecido pai adoeceu e tal e continuou morando lá, e a gente veio morar aqui, trabalhar na indústria, na madeireira do falecido Jacaré.<sup>182</sup>

“Eu, a gente”, portanto uma história familiar. Assim seu Hermem iniciou a sua apresentação. A realidade trazida por ele denuncia uma trajetória comum entre mais da metade dos entrevistados: a passagem de uma infância de agricultor para a busca por emprego em outro setor. Foi também o caso, entre outros, de Ivania, cujos pais migraram do Rio Grande do Sul, mas pouco de terra sobrou para os filhos, os quais também não seguiram com a agricultura. Assim especificou Ivania: “eu sou filha de agricultor, eu saí da roça com dez anos, então nós viemos para Santa Catarina, é, foi numa época de estiagem ali em Santa Catarina e eu acho que no Paraná também. Meu pai literalmente quebrou, né”<sup>183</sup>. Alguns entrevistados, como no caso de Aristides, Enso, Milton e Maico, mantiveram propriedade, mas não seguiram com o trabalho agrícola durante o período da migração. Esses exemplos, mas principalmente o dos entrevistados próximos à realidade de Herman e Ivania, exemplificam, em parte, o contexto fundiário apresentado na sequência. Mais que constatar a perda de terras, esse debate interessa por suscitar uma discussão em torno do significado atribuído ao agricultor no Paraná, décadas antes das migrações estudadas.

---

<sup>182</sup> HERMEN. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 mai 2014.

<sup>183</sup> IVANIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Francisco Beltrão-PR, 25 abril 2014.

Para que pudéssemos nos aproximar do contexto de transformação agrária examinado analisamos alguns dos relatórios de campo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) referentes à década de 1970 e do início da década de 1980.

### 5.1.2 O Oeste e Sudoeste em números e problemáticas

Nos estudos do IPARDES produzidos nos últimos anos da década de 1970 e na primeira metade da década seguinte, referentes à dinâmica populacional no Estado, constatou-se a intensificação do êxodo rural entre as décadas de 1960 e 1980. Um dos fatores que interferiram nesta dinâmica populacional pode ser buscado nos estudos alusivos às transformações na forma de produção rural, como, por exemplo, o que indica a intensificação da mecanização do campo e a concentração de propriedades, resultantes da expulsão dos trabalhadores para as cidades. Como podemos observar na tabela abaixo, os índices de crescimento do estado na década de 1970 contrastam com os de décadas anteriores, tendo por base o alto índice no cenário nacional desde a década de 1920:

Tabela 4: Taxas geométricas de crescimento anual da população total, segundo regiões e alguns Estados do Brasil, 1972 -1980

TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO REGIÕES E ALGUNS ESTADOS DO BRASIL								
Região/Estado	1872-90	1890-1900	1990-20	1920-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
<b>Norte</b>	2,0	3,9	3,7	0,1	2,3	3,4	3,5	5,0
Amazonas	5,4	5,4	3,1	0,9	2,6	3,4	3,0	4,1
Pará	1,0	3,1	4,0	0,2	0,2	3,2	3,6	4,6
<b>Nordeste</b>	1,4	1,2	2,6	1,3	2,2	2,1	2,4	2,2
Maranhão	1,0	1,5	2,8	1,7	2,5	4,6	1,9	2,9
Ceará	0,6	0,5	2,2	2,3	2,6	2,0	2,8	2,0
Pernambuco	1,1	1,4	3,1	1,1	2,4	1,9	2,3	1,8
Alagoas	2,2	2,4	2,1	0,1	1,4	1,1	2,4	2,3
Bahia	1,9	1,0	2,3	0,8	2,1	2,0	2,4	2,4
<b>Sudeste</b>	2,4	2,5	2,8	1,5	2,1	3,1	2,7	2,7
Minas Gerais	2,5	1,2	2,5	0,7	1,4	2,3	1,6	1,5
Espírito Santo	2,8	4,4	4,0	2,8	1,9	3,9	1,3	2,4
Rio de Janeiro	1,6	2,2	2,3	1,4	2,6	3,5	3,1	2,3
São Paulo	2,8	5,1	3,6	2,3	2,5	3,5	3,3	3,5
<b>Sul</b>	3,9	2,3	3,5	2,5	3,2	4,1	3,5	1,4
Paraná	3,8	2,8	3,8	3,0	5,5	7,3	5,0	1,0
Santa Catarina	3,2	1,2	3,8	2,9	2,9	3,1	3,2	2,3
Rio G. do Sul	4,1	2,5	3,3	2,1	2,3	2,6	2,2	1,6
<b>Centro-Oeste</b>	2,1	1,5	3,6	2,6	3,3	5,5	5,6	4,1
Mato Grosso	2,4	2,4	3,8	2,9	2,0	5,5	6,0	4,6
Goiás	2,0	1,2	3,5	2,4	3,9	5,4	4,4	2,8
Distrito Federal	---	---	---	---	---	---	4,4	8,1
<b>Brasil</b>	2,1	2,0	2,9	1,5	2,4	3,0	2,9	2,5

OBS: de 1872/1940 – população presente; de 1950/1980 – população residente.

Fonte: Adaptado de (IPARDES, 1983- a, p.7)

A análise pode ser entendida a partir da relação entre o crescimento urbano e rural:

Tabela 4: Taxa geométrica de crescimento anual da população urbana e rural, segundo regiões e alguns Estados do Brasil, 1940-1980.

TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, SEGUNDO REGIÕES E ALGUNS ESTADOS DO BRASIL 1940-80								
Região Estado	1940-50		1950-60		1960-70		1970-80	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>Norte</b>	3,7	1,8	5,3	2,4	5,3	2,1	6,5	3,7
Amazonas	4,1	2,2	5,6	2,4	5,5	1,4	7,7	0,4
Pará	3,5	1,4	4,8	2,2	5,1	2,3	5,0	4,3
<b>Nordeste</b>	3,5	1,8	4,8	1,0	4,5	1,1	4,1	0,6
Maranhão	4,0	2,2	4,9	4,5	5,4	1,0	5,3	2,0
Ceará	3,7	2,2	5,0	0,8	4,9	1,7	4,7	0,4
Pernambuco	4,0	1,6	4,6	0,1	4,4	4,4	3,0	0,1
Alagoas	2,3	1,1	3,9	0,3	4,1	1,4	4,5	0,6
Bahia	2,9	1,9	5,1	0,8	4,2	1,3	4,2	0,9
<b>Sudeste</b>	4,0	0,6	5,1	1,1	5,1	1,9	4,0	2,0
Minas Gerais	3,2	0,7	5,3	0,6	4,6	0,7	4,0	2,1
Espírito Santo	2,4	1,8	6,4	0,5	6,9	0,9	6,0	1,8
Rio de Janeiro	4,4	0,9	4,5	0,9	4,2	2,5	2,8	1,6
São Paulo	4,3	0,8	5,3	1,0	5,9	3,1	4,5	2,0
<b>Sul</b>	3,8	2,9	6,7	2,9	5,2	2,2	5,0	2,5
Paraná	5,7	5,5	9,5	6,4	6,7	4,1	6,0	3,3
Santa Catarina	3,6	2,6	6,6	1,9	6,1	1,4	5,6	1,1
Rio G. do Sul	3,2	1,8	5,4	0,8	4,0	0,5	4,0	2,1
<b>Centro-Oeste</b>	4,6	2,9	9,1	3,9	9,2	3,2	7,7	0,8
Mato Grosso	3,3	1,3	6,9	4,7	7,0	5,3	8,7	0,2
Goiás	5,6	3,5	10,5	3,7	7,9	2,4	6,9	1,5
Distrito Federal	--	--	--	--	19,3	8,4	8,2	5,9
<b>Brasil</b>	3,8	1,6	5,3	1,6	5,2	0,6	4,4	0,6

Fonte: Adaptado de (IPARDES, 1983- a, p.10)

O histórico de crescimento do Paraná rural indica um crescimento acima da média nacional até os anos de 1960, com maior taxa na década de 1940, quando o crescimento da população rural equiparou-se ao da urbana, tendo ocorrido o momento de conversão da situação no decorrer da década de 1970.

O relatório ainda apresentou questões a respeito das características do processo migratório diretamente relacionado com as mudanças na estrutura fundiária típica da década de 1970. “[...] Essa situação se inverte consideravelmente a partir desse período, havendo uma grande perda de população rural, que se desloca, em parte, para os centros urbanos do Estado e, no restante, para outras regiões do país” (IPARDES, 1983 –a, p. 43). Duas mudanças são citadas para explicar o processo de esvaziamento:

[...] uma constituída pela reestruturação da população agrícola a nível estadual, com a soja e o trigo assumindo papel de destaque na redução de empregos do setor, tendo em vista a alta mecanização dessas culturas. Outra,

constituída pelo movimento de reestruturação da estrutura fundiária e introdução de novas relações de trabalho [assalariado]. (Idem. p 43)

Atentemos ao significado das indicações serem produzidas ainda nos anos de 1980, ou seja, três décadas antes de nossa leitura, num momento em que se pudera sentir os primeiros reflexos dos resultados da modernização agrícola. A associação direta entre intensidade de mecanização e esvaziamento foi ponderada no estudo, ao afirmar a inexistência de uma relação direta entre mecanização e a taxa de migração, havendo sim certa correspondência. Vale especificar, a relação entre êxodo rural e transformação fundiária não é aqui assumida enquanto uma única resposta ao processo migratório <sup>184</sup>.

As consequências, mesmo que não pudessem ser estabelecidas diretamente pelos índices, não faltaram à sequência do relatório. O relatório apontou para a mudança na participação de médios e grandes agricultores no decorrer das décadas de 1970 e 1980, situação resultante da ampliação da cultura de soja e trigo, e na conseqüente modernização do campo, o que derivou na redução da categoria de parceiros e arrendatários. A industrialização e urbanização do Estado do Paraná no período não teria sido capaz de absorver a migração decorrente desse processo de êxodo rural. Podemos somar a esses fatores a modernização e industrialização de algumas regiões do estado não ter dado conta da absorção deste conjunto populacional.

A partir dos índices que indicam o fenômeno do êxodo rural e da regular taxa de crescimento urbano conclui-se o indicativo da evasão populacional, com maior número com destino a São Paulo (80%), seguido dos estados de fronteira agrícola, alguns deles integrantes da Amazônia Legal:

---

<sup>184</sup> |A propósito, ver o trabalho de Raphael Pagliarini (2009) nos serviu de referência. Nessa obra, as transformações agrárias (do campo), ocorridas no recorte das últimas cinco décadas, puderam ser melhor analisadas a partir do estudo dos viveres dos “colonos” na cidade de Marechal Cândido Rondon /PR- Oeste do Estado. Ao utilizar, dentre os documentos da pesquisa, o Código de Conduta do município da década de 1970, a pesquisa teve por base o estudo de memórias de moradores migrantes do interior para a cidade, no desenvolver do processo de urbanização regional, processo, cuja leitura, segundo o autor, extrapolou a dicotomia entre campo e cidade, para a qual os sujeitos estavam a mercê do processo de mecanização e normativas políticas, destacando-se assim as resistências rememoradas nas entrevistas produzidas pelo autor.



Tabela 5: Número de imigrantes do Paraná por tempo de residência, de acordo com a Unidade de Federação:

NÚMERO DE IMIGRANTES DO PARANÁ, POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO UNIDADE DE FEDERAÇÃO DE DESTINO 1960-70			
Unidade da Federação	Tempo de Residência		
	Menos de 1 ano até 5 anos	6 a 10 anos	Total
Rondônia	2.534	39	2.573
Acre	30	--	30
Amazonas	187	11	198
Roraima	4	--	4
Pará	695	52	747
Amapá	4	-	4
Maranhão	162	92	254
Piauí	49	84	133
Ceará	638	348	986
Rio Grande do Norte	232	41	273
Paraíba	242	110	352
Pernambuco	1.488	609	2.097
Alagoas	459	189	848
Sergipe	176	80	256
Bahia	2.026	711	2.737
Minas Gerais	4.765	1.241	6.006
Espírito Santo	581	106	687
Rio de Janeiro	6.636	2.614	9.250
São Paulo	133.011	51.458	184.469
Santa Catarina	16.864	5.260	22.124
Rio Grande do Sul	3.529	1.196	4.725
Mato Grosso	38.445	6.669	45.114
Goiás	1.451	829	2.280
Distrito Federal	2.475	1.149	3.624
Total	216.883	72.888	289.771

Fonte: Adaptado de (IPARDES, 1983- a, p.28).

A tabela constata o número de emigração de paranaenses já na década de 1960, tendo destaque naquele momento migrações para São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso, e nela se observa que o destino de mais de 184 mil pessoas entre os 289.771 migrantes paranaenses era São Paulo, dado que podem inclusive ser analisado em consonância com os mapas temáticos das migrações inter-regionais que constam no primeiro capítulo.

Outro relatório do IPARDES problematizou as transformações decorrentes das mudanças na estrutura fundiária e destacou, respectivamente, a passagem da predominância do tipo de mão de obra “familiar” para “a não familiar”, ressaltando- se no estudo o próprio número de utilização de tratores, com preponderância das regiões Oeste e Sudoeste do Estado. Em 1970, o Extremo Oeste do Estado possuía um percentual de 9% do número total de tratores no Estado, atrás apenas do Norte Velho Jacarezinho e Norte Velho Londrina. Em 1975 esse percentual chegou a 19%, mantendo-se até o início dos anos de 1980, e alçando

desde então o maior percentual do Estado, índice que comprova o alto grau de modernização do campo, processo dos qual decorre, como destacado, o êxodo rural e conseqüente migração para outras federações (IPARDES, 1983 –b p. 25). O relatório estabelece uma relação entre perda população rural e esvaziamento populacional, acentuando a contribuição do tipo de migração “de origem rural com destino urbano”<sup>185</sup>, visto que a população rural do Estado na década de 1970 correspondia a 60% da população total do Estado. De acordo com a amostra (Idem, p. 6-36) tem-se a constatação de que a região “Extremo Oeste Paranaense” alcançou o maior percentual de perda populacional rural, na casa de 21%.

As informações apresentam um cenário da migração para outras regiões do Brasil, tendo-se na agricultura supostamente as “características adequadas” para esse quadro: concentração fundiária e êxodo rural. Conforme destacamos nos capítulos anteriores, nas políticas de ocupação/colonização da Amazônia preponderou à concepção de que culturalmente, estaria o agricultor da Mesorregião Oeste e da Sudoeste apto ao trabalho de colonização, mesmo porque, nesta lógica, ele também viera desta tradição familiar, ou seja, possuía uma espécie de vocação para este tipo de trabalho. Considera-se ainda neste quadro a questão dos movimentos sociais que foram gerados em todo o Estado e ganharam corpo, inclusive, na constituição de movimentos como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná, existente desde 1970 e, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), problemáticas estas que seguem na discussão.

### **3.2: “Eu não tenho paixão por agricultura, tenho paixão por o que ela rende”<sup>186</sup>: outras disputas**

A afirmativa acima de Enso explica muito de sua atual situação, a de vendedor. Ele procura não se envolver diretamente no negócio da família, na agricultura, esta sim, continuadora de práticas de trabalho desde os anos de 1970, após migrarem do Rio Grande do Sul. Esta relação construída, reafirmada e ou negada, estrutura a sequência do capítulo no qual apresentaremos a ressignificações em torno do trabalho com a terra, a partir dos conceitos de agricultor e colono.

A reportagem a seguir do jornal Nosso Tempo retratou planos de colonização da Amazônia Legal demonstrando disputas agrárias daquele momento:

---

<sup>185</sup> Os outros dois dos três grandes grupos de migração seriam: de origem rural com destino rural; de origem urbana com destino rural.

<sup>186</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

Cinco anos depois, colonos do Oeste paranaense se preparam para colonizar Aripuanã:

CASCAVEL - Cinco anos depois, a Cotriguaçu - Cooperativa Central Regional /Iguaçu, com sede nesta cidade, está pronta para realizar o assentamento de agricultores sem terra do Oeste do Paraná e de outras regiões em imóvel de sua propriedade no Mato Grosso. A gleba soma 1 milhão de hectares, o equivalente a um estado brasileiro das dimensões territoriais de Sergipe, ou nossa micro-região, compreendida pelos 29 municípios do Oeste paranaense. Com a assistência de uma cooperativa que a Cotriguaçu pretende implantar na área, os colonos iniciarão a derrubada da mata desde já se capitalizando com a sua comercialização e cultivarão cacau, milho, arroz, café, feijão, guaraná, abandonando em definitivo o binômio do trigo e soja, que de certa forma foi a causa principal de seu empobrecimento aqui. Será uma aventura de onze anos, mas a Cotriguaçu dispõe de um sócio importante: o próprio governo federal. Três empresas foram escolhidas para atuar como consórcio no projeto carreando para lá sua experiência e solidez financeira; são a Indeco, Andrade Gutierrez, e Juruena. Em princípio de maio estas empresas já estarão na área iniciando com a Cotriguaçu a implantação definitiva do projeto. (Nosso tempo, 1983 –a).

Na notícia entramos a construção de um tipo de memória do que se espera de um colono paranaense, cujo perfil lhe conferiria historicamente o afinco e a capacidade de produzir. Dele se espera o saldo produtivo do cultivo, algo alcançado numa espécie de mistura entre as virtudes e as capacidades de mobilização e ou resistência, representada pela vocação e pela oportunidade.

Destacamos da reportagem a adoção dos conceitos de colono e de pioneiro, este último não ressaltado literalmente, mas subtendido nos substantivos colonizador e aventura, para a designação do agricultor.<sup>187</sup> No primeiro caso, a designação colono remete a uma categoria substantiva – trabalhador, e no segundo, a de pioneiro, uma categoria adjetiva- aquele que chegara primeiro e para isto reuniu na sua experiência as devidas capacidades esperadas. Ambas as categorias carregam uma qualidade a partir da qual se tenta justificar a autoridade dos sujeitos com o trabalho na terra e, portanto, o direito de recebê-las, inclusive ao “sem terra”, figura central da reportagem. A importância atribuída à iniciativa não impede na sequência da matéria, a construção da crítica às instituições e ao Estado, parceiros no projeto empreendedor (a cooperativa Cotriguaçu, as empresas Indeco e A. Gutierrez Juruena), responsáveis pela afirmação das condições de trabalho e moradia aos migrantes:

[...] Paralelamente, medidas foram tomadas no sentido de ativar o Núcleo Anel, tendo em vista preparar a Empresa para a obtenção de quatro objetivos

---

<sup>187</sup> A respeito do processo de migração gaúcha nos estados do Norte e Centro-oeste, Ver: Souza (2006); e Rocha (2006).

essenciais: 1 - Dotar o Núcleo pioneiro das condições necessárias para servir como apoio logístico a todo o empreendimento- 2 - Iniciar uma produção agrícola e pecuária visando eliminar no menor espaço de tempo possível a dependência econômica junto à Cooperativa Central. 3 - Formar um campo de demonstração e multiplicação de mudas e sementes próprias para a região. A fim de abastecer as necessidades daqueles colonos que lá se instalarão. 4 - Munir-se da tecnologia necessária às condições especiais e peculiares da Amazônia, com o objetivo de prestar serviços de qualidade a custos menores, a esses mesmos colonos. Mesmo deparando-se com dificuldades crescentes, tais como: um tempo exíguo, locomoção precária, dificuldades de acesso a informações sobre economia regional, equipe extremamente reduzida e, principalmente, operando com recursos escassos e que não tem fonte de renda própria, referidos objetivos foram perseguidos, iniciados e, sem dúvida alguma serão alcançados rapidamente. [...]. (Nosso Tempo, 1983 - a).

A intensificação de projetos de colonização privada apoiou-se na conjuntura nacional e na suposta vocação do sulista trabalhador, cujo perfil fora buscado mediante o processo de colonização em desenvolvimento. Reforçou-se então na reportagem a noção de que esse colono pouco ou nada tinha de posses, ao se referir ao da colonização ser destinada aos “sem terra” e naquele momento teriam que se adaptar ao cultivo de outras culturas, não mais apenas a do binômio milho e soja. Naqueles lugares para onde seriam levados contariam os migrantes com a grande extensão de terras e com a garantia da mecanização para o plantio. O emprego de tecnologias, experimentado no estado uma década antes, principalmente a partir do cultivo de milho e soja, uma vez instalado o projeto, seria destinado à produção de culturas típicas daqueles lugares. Reafirma-se, mesmo que diretamente, com essas informações, duas pautas de reivindicações dos pequenos proprietários e dos “sem terra” de então, sendo elas: a ausência de terra e a preocupação com o processo de concentração fundiária. A migração resolveria inclusive, e assim podemos deduzir, os próprio conflitos internos do Estado, decorrentes das transformações agrárias iniciadas décadas antes.

As dificuldades ressaltadas são seguidas da certeza de que os migrantes lograrão êxito na tentativa, algo supostamente apoiado no perfil - trabalhador- do migrante, tal qual apresentamos nas outras reportagens do capítulo anterior.

### **3.2.1 O Oeste em debate**

Pesquisas que têm como pano de fundo a colonização e usos das cidades do Oeste paranaense, produzidas nas últimas duas décadas, contribuem para o entendimento deste contexto de transformações, ao analisarem a história oficial apropria-se das categorias

trabalhador, colono e pioneiro. Tal historiografia, muitas vezes respaldada na contribuição ao desenvolvimento regional e local, a partir, por exemplo, da mecanização das terras, elege assim os representantes da história local e promove, consciente ou inconscientemente, o esquecimento de outros sujeitos ao consagrar alguns. São exemplos de desconstrução desta categoria de “pioneiro” os trabalhos de Leandro Baller (2014), Reginaldo Gonçalves (2010), Raphael Pagliarini (2009), Gilson Backes (2009), Jiani F. Langaro (2006), Robson Laverdi (2005), Antonio Miskiu (2002), Davi Schreiner (1994), entre outros. São pesquisas que historiaram as “outras frentes” e migrações que não constituíram fluxos, mas também marcadas pelas histórias de vidas de sujeitos que participaram da formação das cidades do Oeste, como é o caso de nortistas e nordestinos, paraguaios, etc., e que também foram trabalhadores. Estes estudos não apenas se tornam necessários para a contextualização proposta no capítulo como apresentam um conjunto de leituras e expectativas que acompanharam muitas de nossas indagações.

Assim analisamos as indicações dos estudos do IPARDES, não apenas pelas estatísticas levantadas, mas pela problematização dos conceitos que apresentam os autores citados, estudos estes que vão ao encontro da interpretação crítica de fluxos migratórios destacados já no primeiro capítulo pelos índices do IBGE e nos ajudam a contextualizar o próprio movimento de retorno. Além do êxodo urbano, os estudos indicam para o fenômeno de migração marcado pela saída de moradores do estado no período. Esta reestruturação fundiária atrelada à formação de fronteira agrícola possui então um sentido duplo à nossa análise: primeiramente, o significado de contextualizar o momento de migração de muitas famílias, momento representativo ao estudo das trajetórias dos entrevistados; segundo, destacar como o discurso de colono e de colonizador faz parte das tradições presentes na cultura do Estado, mais especificamente do Oeste e Sudoeste do Paraná e que constam na construção das narrativas dos entrevistados ou ainda no ideal de colono trazido nas memórias.

Uma abordagem conceitual próxima pode ser trabalhada com as contribuições de Reginaldo Santos (2010) ao tratar de narrativas do acervo fotográfico do Museu Histórico Willy Barth, neste mesmo município (Toledo/PR). As narrativas produzidas referentes à imagem da colonizador, analisadas a partir de fotografias de época, selecionadas para o acervo do museu municipal, cujo nome homenageia o diretor da colonizadora, não deixam, de acordo com o autor, de destacar a imagem do desbravador, envolvido num discurso do progresso, apropriado nas atuais políticas de patrimônio local e regional.

A positivação do colonizador envolve falar do agricultor. O conceito de colono é carregado historicamente do sentido moral e prático daquilo que se esperava no contexto de migração rumo à Amazônia. De acordo com a definição do IPARDES, no levantamento sobre a situação fundiária no Paraná, de 1979, temos a explicitação do significado de colono que corrobora o debate trazido acima:

**O grande proprietário fundiário** exerce sua atividade produtiva com o auxílio de membros da família e do trabalho fundiário permanente, podendo aumentar o número de assalariados quando cresce a necessidade de braços. Ele e sua família não podem abandonar a atividade produtiva, uma vez que não dispõe de escala suficiente.

**O proprietário-empresário** que pode ser tanto o indivíduo quanto uma sociedade de pessoas ou empresas está totalmente liberado do trabalho produtivo, limitando-se a dirigir o trabalho de empregados assalariados, ou transferindo essa função para funcionários assalariados.

**Colono**, representado pelo trabalhador que não dispõe de terras, exerce seu trabalho com auxílio de membros de sua família, em uma extensão de terras pela qual é responsável perante o proprietário, devendo entregar a esse toda a produção e receber salário e gleba para sua subsistência.

**O parceiro** é o trabalhador que, com auxílio de sua família e circunstancialmente do trabalho assalariado, cultiva terra que lhe foi concedida pelo proprietário, que lhe adianta total ou parcialmente os meios de produção e divide com ele os resultados [...]. [grifo nosso] (IparDES, 1983 –b p. 23).

Estas categorias se confundem quando se fala do paranaense, e muito dessa imagem foi ressignificada e então levada junto com as famílias que migraram, sendo defendido nas memórias. E, de fato, conforme vimos demonstrando, as pessoas que migraram o fizeram muito em conta da motivação advinda do discurso – e da prática - do comportar-se enquanto trabalhador. Chama a atenção a utilização do conceito de colono nas entrevistas: daquele que não teria terras, na definição do relatório, passa-se para aqueles que se dedicam ao trabalho com a agropecuária, nas entrevistas.

A dicotomia entre colono e proprietário presente no relatório do IPARDES citado acima e referentes à realidade rural das décadas de 1960 e 1970 deixa de constar nos meios oficiais de comunicação atuais. Serve de exemplo o conteúdo do Hino de Corbélia, cuja letra é de 1960, cidade onde produzimos parte significativa das entrevistas. O conteúdo do hino faz referência à agricultura, atividade cujos reflexos intensificariam o processo de urbanização regional e explicaria o advento da cidade:

Corbélia bênção divina  
És a lídima expressão

O milagre que germina  
A cidade do sertão

Nessa esplendida força da terra  
Em audácia e favor dessa gente  
E que o grande segredo se encerra  
No progresso que brota a fermente  
Conta o rio Piquiri toda a história  
De bravura de fé de união  
Que te mostra a feliz trajetória  
Rumo ao plano ideal da nação [...]

O “plano ideal da nação” significou então vencer o sertão com a urbanidade, num processo sintetizado pela harmonia e união, algo contraditório com as informações das reportagens discutidas anteriormente. Para os entrevistados, isto se deu primeiramente na construção de Corbélia e duas ou três décadas depois, na Amazônia Legal, estendendo a análise ao nosso recorte.<sup>188</sup>

Passados mais de quarenta anos da produção deste hino, o conteúdo do site oficial da Associação dos municípios do Oeste do Paraná (AMOP) é outro exemplo desse discurso ao apresentar o agricultor como valorizador de uma “vocação agrícola do estado”.

E o conteúdo atual do site da Associação dos municípios do Oeste do Paraná (AMOP) reforça esta leitura ao caracterizar o Estado pela sua vocação agrícola, vocação estruturada nas condições físicas. Todavia, agora não se trata mais de “um milagre”, como metaforicamente registrou-se em 1960 no hino de Corbélia, mas da integração entre a cidade e o campo, se reproduz, assim, na apresentação da Mesoregião Oeste, o exemplo maior do discurso do estado “celeiro do Brasil”. A fundamentação da apresentação resume-se nas políticas desenvolvidas em torno do agronegócio:

OESTE DO PARANÁ A natureza foi generosa ao conceber uma das regiões mais belas do planeta: o Oeste do Paraná. [...] Terra onde se colhe tudo o que se planta, berço de uma das sete maravilhas do mundo, as Cataratas do Iguaçu, e do Parque Nacional do Iguaçu, uma das últimas reservas de mata

---

<sup>188</sup> O conceito colono deve ser avaliado ainda a partir dos reflexos do processo de modernização. A pesquisa de Célia Rocha Calvo (2001), outro trabalho fundamentado no estudo de memórias, destacou os usos e imaginários da cidade de Uberlândia - MG pelos seus moradores, num recorte que recorreu ao contexto do Estado Novo e a política da “Marcha para o Oeste”, período “cristalizado” em políticas e discursos midiáticos a partir da década de 1970, com as políticas dos governos militares. Agentes políticos, agentes econômicos e intelectuais, muitas vezes se confundem em seus ofícios e posicionamentos ideológicos, numa espécie de convergência de interesses nacionais, locais e regionais. A outra Uberlândia surge do estranhamento da própria autora e de outros modos de vivê-la, de conhecê-la, buscada pelo diálogo com o material conseguido pela análise das memórias de moradores que participaram da constru o da materialidade da cidade, principalmente os sujeitos que viveram na Uberlândia dos anos de 1970, marco temporal significativo para o estudo.

atlântica do Brasil. E onde a mão do homem o suor dos trabalhadores forjaram a maior usina hidrelétrica em produção de energia limpa do mundo, a Itaipu Binacional. Uma região que surpreende pela intensa atividade de agronegócios, principalmente em Cascavel e Toledo, onde eventos como o Show Rural Coopavel e o Porco no Rolete, fazem da tecnologia e da gastronomia um forte apelo aos seus visitantes. [...] Tendo uma expressiva rede urbana, a Oeste tem demonstrado contínua capacidade de crescimento econômico. O agronegócio cooperativo serve de base para a progressiva expressão da Oeste no âmbito do setor primário estadual. A moderna base agropecuária tem sido capaz de compatibilizar a preponderância de mão-de-obra familiar com alto desempenho produtivo [...]. (AMOP, 2014)

A leitura histórica selecionada e reproduzida pela AMOP, associação com significativa representatividade política no Oeste e em todo o Estado, pode também ser compreendida diante do histórico de transformação da estrutura fundiária do Paraná trazido anteriormente e, nele, fica evidente que a mão de obra familiar não mais dá conta de sua gestão.

A pesquisa de Schreiner (1994) apresentou como se construiu em torno do agricultor no Oeste paranaense uma “ética do trabalho”. Para o autor, nesta região a construção singular do significado do trabalho no Extremo Oeste Paranaense, mais especificamente no caso do município de Toledo, implicou uma complexa relação cultural historicamente constituída nas relações de poder, ou seja, nas práticas e representações do empresariado e do poder político e suas interferências nas práticas e representações do operariado regional. Tais práticas envolviam discursos presentes desde décadas, período da colonização, momento marcado pelo papel das empresas colonizadoras e das instituições religiosas. A moral do trabalho e o espírito capitalista puderam ser percebidos e avaliados em discursos presentes nas propagandas oficiais, comerciais, e no próprio hino municipal, ou ainda nas comemorações do dia do trabalhador. Isto provocou, segundo ele, interferência na formação disciplinar do corpo, para quantificá-lo e qualificá-lo às exigências advindas da colonização, fundamentais ao desenvolvimento capitalista.<sup>189</sup>

Em estudo dissertação de mestrado (PAGLIARINI JUNIOR, 2009) também se avaliou as diferentes formas de ressignificação da categoria de colono no movimento de inserção de moradores do reassentamento São Francisco de Assis, reassentamento surgido quando da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Sudoeste do

---

<sup>189</sup> Nesse processo, que volta a colonização teuta e italiana, da região, por sua vez pautado nas considerações de EP. Thompson e R. Chartier, entre outros, o autor apresentou exemplos de como torneios e celebrações políticas e religiosas, celebrações essas ligadas as atividades econômicas, estruturaram uma cultura do trabalho. Nesses eventos, a noção de trabalho reuniu, ao mesmo tempo, a positividade do discurso do trabalho, valorizando a construção regional e a honra da tradição dos colonizadores, numa tradição bíblica.



Estado. As disputas internas no reassentamento representaram os embates em torno do reconhecimento do seu papel de luta diante daqueles que, nos últimos anos, adquiriram terras no reassentamento e disputaram desde então lugares na política local, e, assim, suas ações repercutiram em posicionamentos políticos.

Naquela ocasião apreendemos que se dizer colono fora tão significativo quanto reivindicar o passado de luta do integrante da categoria recém criada de reassentado. Mesmo porque, em Corbélia, assim como em toda a região, ser colono significou e ainda significa reivindicar um lugar de destaque no desenvolvimento regional; significou ainda diferenciar-se do proprietário/ fazendeiro que pouco trabalha na terra e vive de especulação imobiliária, ou seja, não ser um “grande”. E por fim, significou uma aproximação com o discurso do pioneirismo da construção identitária oficial, presente no cotidiano.<sup>190</sup>

Ao refletirmos sobre a ressignificação do conceito de colono fica notório que diferente dos agricultores vinculados aos movimentos sociais, com sua bandeira de luta, os agricultores entrevistados não utilizaram de uma ideologia próxima a que fundamenta tais movimentos, no entanto essas disputas por terras eram patentes.

A reportagem a seguir apresentou mais do contexto do Oeste Paranaense, momento marcado então pelas reivindicações pela reforma agrária, questões que envolvem ainda reivindicações contra as desapropriações promovidas pela Itaipu no início dos anos de 1980. Cabe lembrar que na região, especificamente de Cascavel, em 1984, seria constituído o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A reportagem nos serviu ainda ao propósito de conhecermos mais a respeito do imaginário construído em torno da Amazônia, vista como terra de doenças tropicais, como a malária. A notícia intitulada “3000 lavradores na reunião da MASTRO”, destacou:

Cerca de três mil agricultores participaram da 3a. Assembléia [sic] do MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra, realizada na semana passada em Medianeira. [...]. Na abertura da reunião o agricultor Arcel Barth, um dos líderes dos sem terra, lembrou que "a terra deve ser para quem nela trabalha e dela precisa para viver" e pediu que todos dessem as mãos no sentido de protestar contra a prisão arbitrária de Juvêncio Fviazzarolto que

---

<sup>190</sup> Ver: PAGLIARINI Junior, (2009). Esses sujeitos, após interação em um movimento social agregados na Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI) que perdurou cinco anos até o recebimento de terras com forma de indenização, apresentaram diante das narrativas construídas naquela pesquisa um jogo de identidades, na qual, ora se enfatizava o nome de reassentado, designação que servia de justificativa e reconhecimento da trajetória de luta por terras e por memórias, e ao mesmo tempo, utilizavam a designação de colono para se inserirem nas cidades da região, principalmente na cidade de Corbélia e de Cascavel, cidades onde foram realizadas nossas atuais entrevistas. Da mesma forma, as intensificações de programas voltados ao turismo rural, bem como as cobranças pelo empreendedorismo configuraram tais disputas internas.

há nove meses amarga no cárcere por ter lutado em defesa dos oprimidos e dos desapropriados de Itaipu. Houve um culto ecumênico presidido pelo bispo Dom Olívio A. Fazza, os pastores Otto Holler e Guilherme Lieven além dos padres Valdir Riboldi e Tomás Hugues. Dom Olívio disse que "se falta pão é porque tem muito egoísmo e falta de compreensão. Se falta pão, falta terra e com terra o povo produz. Com terra o povo terá condições de ter o pão não somente ao agricultor mas para todos os brasileiros e, porque não dizer, na mesa de irmãos de outros países, que necessitam da nossa produção e da produção dos nossos lavradores sem terra". O pastor Otto Holler, por sua vez, leu um trecho da bíblia lembrando Abraão e acrescentou: "Abraão são todos nós que buscamos a terra prometida, mas a ganância de alguns é que nos prejudica. [...] (Nosso tempo, 1983-b)

O teor do debate pode ser avaliado pelas autoridades presentes, bem como pela sabatina de questionamentos pelos quais passaram naquele encontro:

[...] A representante do Incra, dra. Maria Angela Somero, foi sabatinada por uma infinidade de perguntas dos agricultores e contestada em muitas de suas respostas. Disse ela: "Temos terra para quem quiser sair imediatamente do Paraná; temos terras no sul da Amazônia, lotes com 100 hectares para cada agricultor". Um dos lavradores perguntou: - E quem vai suportar as doenças que existem naquela região, especialmente a malária? A resposta da representante do Incra revoltou os colonos: A malária naquela região é como a gripe aqui. Até hoje não temos casos fatais. Um dos agricultores, que já conhece a região, respondeu: É como gripe para quem nunca pegou malária. É como gripe para quem está em Brasília vivendo em seus confortáveis escritórios assistindo a nossa desgraça e querendo mandar a gente para bem longe de nossa terra. Mais tarde usou da palavra o dr. Wagner D'Angelis, presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná. Ele teceu considerações sobre a política fundiária brasileira frisando que "querer terra é justo e tem amparo legal no Estatuto da Terra de 1.964 que possibilita desapropriações por interesses sociais, e sugeriu que o Incra apresente soluções concretas lembrando em seguida palavras do governador José Richa que disse: "Lugar de paranaense é no Paraná" e que quem deveria mudar era o governo. [...] O documento finaliza: "O MASTRO surgiu para levar o grito daqueles que não têm terra. Os agricultores presentes, mais uma vez confirmaram as reivindicações do movimento: Terra no Paraná. Terra só para quem nela trabalha e dela precisa para viver". (Idem)

A palavra colono abarca diferentes acepções a depender do contexto em que é apropriada. Neste caso, ela ganha significado apenas se inserida no contexto de disputas regionais por terras, algo representado na reportagem pelo direito sagrado da terra para o povo. Ou seja, o papel atribuído aqui ao colono vai além da busca pelo progresso.

As análises de Maria Celma Borges (2010) a respeito da questão agrária na região do Pontal do Paranapanema, fronteira entre o Paraná e São Paulo, contribuem a nossa problemática, pois abordam as disputas por terras a partir do trabalho com as memórias dos

sujeitos envolvidos nestas disputas. Para além do conceito de massa ou de vanguarda, a obra Borges, “Desejo do roçado”, apreende práticas e representações percebidas num diálogo com jornais, obras literárias, e relatos de expedições do início do século passado à produção de entrevistas.<sup>191</sup>

A análise extrapola a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ao buscar a história de luta de camponeses a partir das experiências dos seus militantes e de outros agentes sociais.

Pautados nesse tipo de análise da realidade agrária regional percebemos como nas discussões sobre o Oeste a categoria de trabalhador se confunde agora com a de colonizador, exatamente no momento quando o colono, o colono pacato, trabalhador, honesto e não aquele envolvido em movimentos sociais também passou a ser lembrado entre os pioneiros, cujo símbolo se personificou na imagem do grande proprietário rural ou dos sócios proprietários de companhias colonizadoras atuantes nas regiões. Esta imagem do pioneirismo acabou sendo ressignificada pelos migrantes, se não para justificar a sua trajetória individual, para apresentar um grupo que o representaria, e que migrara uma ou duas décadas antes. Acrescentamos, migrou o colono trabalhador e proprietário, mas não o colono envolvido em disputas fundiárias.

Outro movimento destacado nas reportagens, e que da mesma forma denuncia o posicionamento crítico do jornal em relação às políticas agrárias do Estado naquele período, pautado pelo processo de modernização, urbanização, intervencionismo militar, repercutiu no Oeste do Paraná a partir do início da década 1980 e envolveu os agricultores atingidos pela Hidrelétrica de Itaipu. O debate pode ser percebido na reportagem do Jornal Nosso Tempo:

O pastor e a pastoral da terra, Werner Fuchs

Quem se interessar pela história de Itaipu e de todo o oeste do Paraná, no período que começa em 1978, encontrará na pessoa do pastor Werner Fuchs uma figura das mais destacadas. Sua liderança junto ao movimento dos agricultores desapropriados por Itaipu, embora amaldiçoada entre os responsáveis pela obra, foi uma das poucas coisas louváveis em tudo o que envolveu a construção dessa monstruosa hidrelétrica. Mas Itaipu não é a única fonte de problemas para os agricultores da região. Existem os posseiros, os bóias-frias, os sem terras, existem as injustiças e as situações mais absurdas no setor agrícola e fundiário do oeste paranaense - como de resto em todo o Brasil. No ataque a essa problemática, na organização e na luta do povo pela superação dessas situações, o encontro com Werner Fuchs

---

<sup>191</sup> Essas práticas e representações buscadas no estudo de memórias significaram adentrar na simbologia que liga indivíduos ao movimento, tendo os significados de usos da terra como fio condutor. Memórias do acampamento, do assentamento e ainda memórias vinculadas à experiência e a economia moral de sujeitos que lidaram com dizeres e estereótipos e atos de violência produzidos na região no decorrer de um século.

é inevitável. Por isso, nosso tempo realizou esta entrevista com ele. É um trabalho que há muito este jornal queria levar aos seus leitores. Enfim, aqui está uma matéria das mais importantes entre tudo o que nosso tempo tem feito. (Nosso Tempo, 1981 - b).

O teor da entrevista com o pastor Fuchs contribui com a nossa escrita em dois direcionamentos. No primeiro, corrobora o entendimento de conflitos em torno da questão agrária no Oeste do Estado do Paraná entre as décadas de 1950 a início de 1980, posicionamento defendido anteriormente. Em segundo, a entrevista destaca o fato de o jornal abrir espaço para um religioso para tratar da temática e isto não é por acaso.

Conforme apresenta Frank Mezzomo (2009), a igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) tiveram nas figuras como a de Fuchs, papel de protagonismo nas pautas de reivindicações sociais do campo. Usando-se de carisma e capital simbólico interviram na situação, das décadas de 1970 até a primeira metade de 1980 frente ao modelo agrário.<sup>192</sup>

Mantendo-se no campo da moral que envolveria o conceito de pioneiro, mas não especificamente do campo religioso, a pesquisa histórica de Langaro<sup>193</sup> (2006) contribui ao debate pelo fato de destacar maneiras como o poder público do município de Santa Helena, Oeste do Paraná, - cidade cujos impactos da construção de Itaipu foram diretamente sentidos por parte significativa de sua população rural -, passou, em determinado momento, a investir em políticas de patrimônio. Neste processo foram revigoradas obras e homenagens aos representantes do pioneirismo que se enquadrassem nas características históricas destacadas. O estudo das “outras histórias do Oeste Paraense” extrapola o conceito de pioneiro, exigindo, nesse sentido, um esforço voltado à análise histórica sobre a afirmação desse conceito nas práticas cotidianas locais e na historiografia regional. Importante destacar a constatação da sua pesquisa no que diz respeito ao fato de que, além da produção memorialista presente na imprensa local, a construção em torno do “pioneirismo” obteve forte influência da própria produção acadêmica, isto sem que o autor deixasse de destacar debates também acadêmicos que questionassem tal caráter.

Nos dois estudos, de Langaro e de Mezzomo, o agricultor teria vivenciado momentos conturbados na luta pela terra no Paraná. O histórico da região no período abordado apontou

---

<sup>192</sup> A obra é decorrente dos estudos do mestrado e do doutorado do autor pela UFSC e tem por base a apresentação das entrevistas de três religiosos envolvidos nas questões de conflitos agrários, e além do pastor Werner, foram entrevistados o pastor Gernote Kirinus e o padre Adriano van de Ven.

<sup>193</sup> A pesquisa remete a sua dissertação, tendo como foco a produção e análise de entrevistas com trabalhadores do município de Santa Helena/PR e teve por base o diálogo com as referências sobre Memória e História Social, evidenciando memórias públicas e seu contraponto com as entrevistas produzidas.

para os movimentos ligados à luta pela terra, e apresentou um colono envolvido nas questões relativas às políticas de acesso à terra, pouco ou nada lembrado nas entrevistas.

Tendo por base a leitura das fontes trazidas e as contribuições historiográficas, cabe por fim destacar que o silenciamento das fontes orais sim, nos incomodou, no entanto, algumas leituras. Mesmo que, diferentemente de alguns dos exemplos anteriores, não estejamos lidando com um movimento social, outras formas de reivindicação estavam postas naquele momento histórico, inclusive uma defesa daqueles que saíram do Paraná dispondo de capital para investir em terras e que trouxeram, entre suas queixas, as dificuldades que afirmaram ter enfrentado diante dos movimentos sociais daquela região. Em linhas gerais, as disputas foram apresentadas pelo fato deles terem migrado, enfrentado adversidades climáticas e a própria saudade de casa, e por terem investido sua técnica, fossem eles proprietários de terras ou de empresas e ou comércio ou empregados e isto envolveu o silenciamento de momentos de conflitos no Paraná, salvo quando destacavam a falta de terra na partilha de heranças dos seus pais. Seria razoável ponderar que os conflitos demonstrados foram levados para a Amazônia, e significaram falar da dificuldade “de lá”.

A título de conclusão, podemos trazer as críticas em torno das “crises” de identidades e concordar que as “velhas identidades”, segundo Hall (2002), por exemplo, a da identidade nacional ou da identidade regional gaúcha, representantes do brasileiro disposto a transformar a nação ou daquele que justifica sua trajetória a partir disto, estão em crise; afinal, quando a análise da situação nacional é ressignificadas nas entrevistas, elas serviram para que os entrevistados se referissem ao contexto das décadas de 1970 e 1980, ou seja, referiram-se as migrações anteriores àquelas vividas por eles, mas não para exemplificarem as suas experiências. A sequência do capítulo dará continuidade ao diálogo com o estudo de memórias tendo por foco a análise das entrevistas pela relação mais pontual entre questão étnica e na sua relação com o mundo do trabalho.

### **3.3- “Gaúcho, por causa do tamanho, do porte, branquelão”<sup>194</sup>: a colonização gaúcha no Paraná**

Dentre as identidades assumidas no processo de migração está a identidade étnica. E que possa contribuir como exemplo: um das características da mudança de nossa família para o estado do Pará esteve relacionado ao fato de convivermos com uma nova maneira de sermos

---

<sup>194</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

designados: a de gaúcho. Estas lembranças intensificaram-se quando ouvimos os posicionamentos dos entrevistados quando expressaram os significados de serem também tratados por gaúchos. Estes momentos nos foram apresentados diante de negociações e ressignificações. Ou seja, eles próprios utilizam destas identificações para narrarem o processo vivido.

Entendemos que o debate da identidade étnica, na sua relação com a nossa análise histórica, insere-se no contexto da colonização do estado do Paraná e neste sentido envolve a própria problematização do conceito de colonização. O significado de colonização eventualmente construído no Paraná, décadas antes, relaciona-se processualmente a colonização levada à Amazônia.

Tendo por base tal abordagem da migração- colonização, da predagem do gaúcho na Mesorregião Oeste do Paraná, relacionamos historicamente a colonização do Paraná na primeira metade do século XX com as ressignificações dos entrevistados em torno da colonização gaúcha, ora ela sendo apropriada pelos entrevistados, ora questionada.

Um respaldo para a relação entre colonização e formação regional, isto para além da leitura étnica, pode ser buscado em Nadalin (2011). De acordo com o autor, o assunto reflete um denominador comum na formação histórica dessas comunidades, sendo elas: o Paraná meridional da criação de gado, das invernadas, do tropeirismo, do mate e da madeira; o Paraná organizado em torno da cultura do café; e, finalmente, o Paraná do Oeste e Sudoeste, da pequena propriedade, da suinocultura e cultura de cereais. A divisão histórica e geopolítica do estado, uma vez respaldada na colonização, nos interessa primeiro por demarcar numa mesma comunidade o Oeste e o Sudoeste, diante de uma obra de tamanha abordagem temporal e espacial <sup>195</sup>, mas também por permitir uma abordagem processual da ocupação dos espaços. Como observa Nadalin: “O ato de migrar também se articula, muitas vezes, ao ato político e econômico do **domínio**, da **invasão**, por vezes da **conquista**; e, de modo geral, da **predagem**. Ou à busca do risco do perigo, do inusitado, em suma, do **conhecimento**” (2011, p. 11). Ele segue destacando, em sua introdução à História do Paraná que considera “que os termos **ocupação** traduzem **povoamento**, e este implica uma forma de conquista do território.

---

<sup>195</sup> Sabendo-se que o autor apresentou uma obra que tem como recorte temporal o Paraná da época que vai das missões a colonização via empresas colonizadoras, ou seja, até a primeira metade do século XX, temos a constatação de que essas leituras nos deram suporte para contextualizar um momento anterior aquele que demarca nossa pesquisa, ou seja, o referente à segunda metade desse mesmo século, mais especificamente a partir dos governos militares até dias atuais. A compreensão do período da “Marcha para o Oeste” possibilitou a leitura processual continuada no subtítulo referente a região Amazônica e a construção dos PND1 e PND2 (trabalhados, mais especificamente pelo PND 2).

Um território que não era “virgem” e, ou, “vazio” do ponto de vista demográfico” [grifos do autor] (Ibidem).

Os significados das palavras “gaúcho” e “sulista” ganham aqui uma aproximação maior ao serem discutidos pela abordagem étnica. Foi muitas vezes dessa identidade que falaram os entrevistados do Paraná do momento de sua saída do Oeste e Sudoeste do Estado e foi dela que se aproximaram de outras identidades.<sup>196</sup>

### 3.3.1 Quem se diz gaúcho?

Essa contextualização recorre a um recorte de tempo que trabalha o período anterior ao do retorno, e é a partir dela que destacaremos a problemática étnica, a nosso ver necessária para o diálogo com as memórias. Dela discutiremos com a questão central deste tópico: o que significou apresentar-se na Amazônia como um gaúcho, mesmo não se dizendo um?

A questão se desdobra em outras e delas coube então avaliar primeiramente: até que ponto a migração se deu em nome da propagação do regionalismo sulista. Segundo: considerar as diferentes variáveis das ressignificações da origem étnica. As duas questões puderam ser tratadas com os exemplos que seguem.

Valdemar, após se casar, deixou o distrito de Dez de Maio, interior do município de Toledo/PR e partiu em fins da década de 1970 para o Paraguai, inuma região de formação de fronteiras agrícolas. Anos mais tarde decidiu vender sua propriedade e investir em terras no Estado do Mato Grosso, onde não conseguiu trabalhar com a agricultura e passou a trabalhar como soldador elétrico. Retornou recentemente devido à necessidade do tratamento de saúde de sua esposa e não descarta o retorno ao Mato Grosso. Mesmo tendo migrado para a Amazônia Legal no ano 2000, destacou famílias conterrâneas que estavam naquela região há décadas e com isso contribuíram para o desenvolvimento da região:

Lá, você chega lá e diz, de onde você é? “Ah, eu sou lá do Rio Grande, lá de Santa Catarina. De onde você é? Do Paraná, São Paulo”. Porque lá eles consideram até no Rio de Janeiro, tudo sulista né. Tudo gente que (...) que vem pra trabalhar, e sabem fazer alguma coisa.<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> Serve de exemplo a preocupação com cobranças ambientais e as fissuras entre os migrantes sulistas, tomadas pela questão do trabalho, ou melhor, de classe, discutida no capítulo anterior, entre patrões e empregados.

<sup>197</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

O posicionamento corrobora a imagem de Brasil construída pelos migrantes e serve para que percebamos que não apenas o gaúcho e ou sulista passou a ser reconhecido com alguém responsável pelo desenvolvimento nacional. O Sudeste também seria Brasil. Todavia, a comparação se dá primeiro pelo gaúcho. A analogia do entrevistado seguiu quando, uma vez questionado a respeito da realidade de empresas nas quais trabalhou no Norte e Nordeste do país e a respeito, manteve a mesma linha de argumentação: “do Sul. Não, não tem. Praticamente eu não conheço de nenhuma gente que é mato-grossense e abriu uma firma. [...]”.<sup>198</sup> A separação entre eles e nós é a mesma trazida em outros momentos do nosso texto, por exemplo, quando se falou do perfil agrícola positivado do migrante, ou da disposição para o trabalho técnico; mas, neste caso, ela é *a priori* étnica. Foi a partir da identidade étnica que o entrevistado traçou o perfil do outro, caracterizado pela suposta falta de iniciativa para os negócios.

A vontade de progredir com os resultados do trabalho caracterizou a figura do sulista, não especificamente a do gaúcho, algo que indica a generalização dos migrantes do estado do Sul- e do Sudeste de certa forma quando se fala em trabalho:

[...] Têm (...) têm um tal de (...) ele tinha terra aqui, puxavam aqui [referente ao trabalho com caminhões] e foi pra lá trabalhar na terra, eles ficaram milionários, em poucos anos, vamos supor, eles foram anos 80 (...) 82 pra lá, ganharam as terras. Ali (...) lá eles começaram a mexer com serraria, né (...), com picapauzinha [serraria], a terra é deles, eles têm 14 mil hectares aberto para plantar, tem gado, sabe, eles foram entrando, eles tinham bastante hectares pra plantar, eram em bastante irmãos, né, e o INCRA dava terra, isso daí no começo né, e daí o Incra dava terra tipo em Lucas do Rio Verde, cada um ganhava quinhentos hectares. E daí quando Lucas começou a crescer, e daí quando os sulistas começaram a entrar pra dar arrastão [derrubar a mata com o auxílio do trator para o preparo a terra para o plantio], daí eles foram pra Sinop, mais 120 quilômetros pra dentro...[...]. Eles vê um colhedeira assim, ele se assusta. Eu fui com ele levar duas máquinas pra Bahia em Lucio e Piui. De lá até em Lusenbergue dá novecentos quilômetros, e sabe, a gente fica assim (...) e as ideias para você chegar nesses mercadinhos assim que eles querem copiar os sulistas, nesses mercados pra pegar e pagar na frente, a porta era tão baixa que meu filho mais alto que eu já bateu pra entrar; eles são tudo assim. E mercado, assim, sabe (...) e daí se um sulista pega e ergue um mercado, assim, estóra, todo mundo vai, todo mundo compra porque tem mais coisas e (...).<sup>199</sup>

Expressada em tom de voz baixo, a diferença física e cultural está marcada pela capacidade de uns e na dependência de outros. Portanto, pudemos ler na afirmativa que, se o

---

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.



Brasil é composto por sulistas, eles estariam levando o Brasil consigo ao migrarem, como fizeram os seus conhecidos. A família lembrada passou do trabalho com caminhão, para uma pequena serraria e, por fim, soube potencializar as terras recebidas por iniciativas de colonização.

Ao misturar dois exemplos, um relacionado ao potencial do sulista para com o trabalho na agricultura, trabalho pioneiro, como percebemos, e as dissonâncias entre os negócios de nativos, como nos mercados, com o mercado “erguido” pelo sulista, Valdemar parte da diferença étnica para estabelecer a diferença na qualidade do serviço oferecido. Fica ainda de sua fala a constatação de que tanto no caso da família de agricultores quanto nos exemplos do ramo de mercados, todos prosperam e são reconhecidos em seu valor pelos nativos. Ou seja, a diferença étnica explica o sucesso nos negócios, algo amparado na qualidade do trabalho prestado.

A tradição e costume são novamente postos à prova e da diferenciação étnica também se promove novas aproximações, pois a alteridade aqui não afasta o entrevistado das boas lembranças do convívio naqueles lugares e não define o julgamento que faz dos moradores de lá, quando se fala de questões de adaptação cultural: “ah, eles têm outros costumes”<sup>200</sup>. Nas entrevistas de Goettert (2008, p. 39) fala-se da capacidade do ambientar-se, do acostumar-se distante de casa; ambientar-se no sentido de “pegar os costumes” (Ibidem). Seu Valdemar não teria “pegado” este costume e neste sentido demonstrou-se mais próximo da tradição dos companheiros lembrados, mas, nem por isso deixa de evidenciar o respeito e a preferência pelo convívio no Norte e Nordeste. Ao destacar seu convívio no trabalho, ambiente escolhido pelo entrevistado para organizar a sua narrativa, enfatizou: “tem que ir levando eles”<sup>201</sup>.

A analogia entre trabalho e identidade étnica recorre a uma tradição bem discutida na historiografia que tratou do tema das relações de trabalho familiar típicas da década de 1970. A obra de Tavares dos Santos, por exemplo, alertou para um suposto individualismo camponês vivido pelos sujeitos daquela época, envolvidos no trabalho familiar (SANTOS, J. 1978). O autor evitou conceituar a forma de trabalho dos colonos na produção do vinho, cuja posse da terra se deu de forma individual, mas, com a administração familiar, pautada em práticas tanto coletivas como individuais, ou como adeptos de um “individualismo camponês”<sup>202</sup>.

---

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> Em um estudo de caso, os *colonos do vinho*, descendentes dos primeiros imigrantes italianos instalados nas mesmas terras do Rio Grande do Sul desde fins do século XIX, são exemplos de como um modo de vida não

Para Enso, por exemplo, o significado da migração gaúcha no Mato Grosso fica mais evidente e permite agora sim certa diferenciação entre o gaúcho e o paranaense. Enso procurou se diferenciar “da gauchada”, a qual atribui o resultado de parte da colonização do Mato Grosso ocorrida nas décadas de 1970 e 1980. Ele, reconhecido no Mato Grosso como gaúcho, também se pautou nas relações de trabalho e destacou o seu objetivo de ganhar dinheiro pelo trabalho, e não pela renda de um alto investimento em terras, serrarias, caminhões, empresas de prestação de serviços, etc. algo alcançado anteriormente pelas famílias colonizadoras, mas principalmente com o grupo que funda as cidades mato-grossenses ao longo da década de 1970. Ele enfatizou sua opção de não ter vendido a sua “parte” nas terras de seu pai para investir no Mato Grosso e posteriormente no Pará. Ao não levar consigo capital, se diferenciou dos grandes fazendeiros, de origem gaúcha.

Ainda que tenha destacado o alcance do negócio que movimentou com sua empresa envolvida nos ramos da madeira, da extração à exportação, não se igualou aos grandes empresários “colonizadores” sulistas: “a gauchada”. Na fala de Enso, o gaúcho passa a ser reconhecido enquanto aquele responsável pelo aprimoramento da agricultura, tendo na cultura da soja e no gado seus principais expoentes e esta caracterização serve inclusive ao apresentar um mapa mental cuja demarcação regional dá-se entre a colonização gaúcha, com a soja, e região mais ao Norte, na qual predominou o primeiro “ciclo do garimpo” e, posteriormente, a do gado. A propósito, a soja já se estende rumo a essas regiões:

É que era uma cultura totalmente diferente, até Sinop a gente encontrava pessoas do Sul, é totalmente diferente de Alta Floresta, Alta Floresta tava numa transição de troca de população, chegando sulista e pessoal do sul, sudeste e indo embora, o norte, nordestino<sup>203</sup>.

A migração rumo às terras a serem cultivadas foi lembrada mediante a alusão à construção de Itaipu e ao conseqüente processo de desapropriação iniciado:

É, então, a 163 [rodovia 163] a gauchada entrou e esse braço entrou o pessoal de Mato Grosso do Sul, e que foi um pessoal aqui do Paraná também que o projeto era o projeto agrícola, muito, na época era pra ser um projeto agrícola muito forte, que tava levando pessoal da Itaipu pra lá, quando desalojou aqui, levaram o pessoal vender terra lá; só que o que aconteceu, aconteceu uma história, o seguinte, ao invés do pessoal ficar na roça, formar

---

capitalista insere-se ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Nesta análise, Tavares dos Santos destacou a subordinação do trabalho camponês ao capital. . Serve de exemplo a apresentação do trabalho familiar dos colonos desde os anos 1930 com a estruturação de uma burguesia ligada à indústria vinícola.

<sup>203</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

café, formar pasto, formar guaraná apareceu o garimpo, as pessoas que ganhavam quinze reais por dia na roça começaram a ganhar cem reais no garimpo, então abandonou as roças, então o projeto agrícola do Arilson acabou. Acabou, virou garimpo e (...).<sup>204</sup>

Na sequência demonstrou como a forma de organizar a propriedade e, por consequência, a cidade, não deixou de ser algo herdado do gaúcho e isto habilita o migrante - ele próprio, por exemplo -, a cultivar a terra no Pará e Mato Grosso, mesmo não se dizendo propriamente um gaúcho. Aqui temos outro exemplo de como a materialidade dos lugares reflete as práticas culturais e, por sua vez, disputas de poder. A “gauchada” seguiu via rodovia 163, também conhecida como rodovia Cuiabá-Santarém, a principal via de ligação rodoviária entre Mato Grosso e Sul do Pará, rota importante para a ocupação de significativa extensão da Amazônia Legal, como também lembrou Enso. Desta ocupação e ou colonização da região é interessante percebemos como o site da prefeitura de Sinop/MT destaca esse processo:

A cidade de Sinop é resultado da política de ocupação da Amazônia Legal Brasileira, desenvolvida pelo Governo Federal na década de 1970. O seu nome deriva das letras iniciais da Colonizadora que projetou a cidade, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. [...] As famílias pioneiras de Sinop vieram em sua maioria dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e começaram a chegar nos anos de 1972 e 1973. Dentre elas: Família Olímpio João Pissinati Guerra, Família Braz Claro dos Anjos, Família Mauri Weirich, Família Osvaldo Paula, Família Plínio Calegari, Família Dirceu de César, Família Stanislau Belgrovicz, Família Antônio Sechi, Família Osmar Jordan, Família Aleixo Schenatto, Família Lindolfo Trierweiler, Família Alcides Shimidel, Família Arlindo Joanucci, Família Adelço José dos Santos, Família David de Marchi.<sup>205</sup>

Neste histórico temos outro exemplo de como o discurso do pioneirismo, destacado quando tratamos da colonização do Oeste e Sudoeste do Paraná, segue sendo reproduzido nas regiões “colonizadas”, associadas a famílias as quais se fez questão de nominar. E o exemplo de Sinop constitui-se desse discurso ao marcar as contribuições advindas da qualidade técnica e da origem sulista a ela implícita. O exemplo retoma aquilo debatido nas páginas anteriores e envolve o significado da identidade étnica, atrelada ao processo de positivação do trabalho, tudo isto assumido num discurso propício ao ritmo de desenvolvimento nacional.

Dotada deste potencial, desta vocação, a comunidade gaúcha atenderia aos anseios da comunidade nacional, repleta de estereótipos regionais, de processos de identificação étnica e

---

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> PREFEITURA DE SINOP. A cidade. Histórico do município de Sinop. Disponível em: <<http://www.sinop.mt.gov.br/Datas-Comemorativas/>>. Acesso em 22 de jun 2014.

de classe, misturados nas narrativas do cotidiano do trabalho. Reconhecer dificuldades e criticar padrões não poderia implicar necessariamente numa negativa da identidade, construída nos processos de territorialidades, na identificação e ou na negação dos lugares.

Nos dois exemplos, de Valdemar e de Enso, a diferença entre eles e os gaúchos significou não possuir, no momento de migração, capital econômico, e a aproximação deu-se, mais uma vez, pelo trabalho. Concepção de trabalho positivada na forma de trabalhar/colonizar do gaúcho. Valdemar e Enso nos falam de uma migração específica, de gaúchos no Mato Grosso e alguns exemplos de estudos contribuem para a temática e deles poderemos traçar mais paralelos.

É o caso de um estudo de Haesbaert (1998), caro às nossas reflexões, pois serviu de introdução ao debate das motivações da migração ocorrida uma década antes de nossa pesquisa. Muito em conta das particularidades da pesquisa, do destino, do momento e das características culturais que marcaram sua organização, temos um exemplo bem demarcado da migração gaúcha. Nele ganha destaque o debate do binômio território-rede e a questão da identidade territorial, revalorizados na atualidade, de acordo com o autor, nas Ciências Humanas. Haesbaert demonstrou na sua pesquisa da “diáspora gaúcha” especificidades sobre os fluxos migratórios de gaúchos para o Nordeste brasileiro, apontando para como o estudo do território, quando voltado apenas ao viés econômico, não pode dar conta do estudo do fenômeno.<sup>206</sup> Assim, apresentou a imbricação complexa de redes regionais com outras redes, destacando que a horizontalidade, quando fragmentada, necessita do mapeamento de redes e vínculos com práticas culturais. Serviu de exemplo a imagem (ou representação) da construção dos gaúchos migrantes como os “novos bandeirantes”, inseridos e responsáveis pela modernização agrícola, conhecidos por levarem a tradição colonizadora europeia.

Para analisar o processo migratório, o autor discutiu a atuação da Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a presença do Tradicionalismo nativista na organização política dos imigrantes, mais especificamente com apresentação dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG's), a questão da religião católica e luterana e a dos partidos políticos. As instituições e estereótipos são problematizados e mesmo que seu trabalho se diferencie do nosso, no aspecto nos serve para rebaftermos outros tipos de análises, memorialistas, levantadas em nossa pesquisa.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> Como na obra de Simon (2009), na qual o significado da expressão “diáspora gaúcha” ganha o sentido de devir, de compromisso assumido e alcançado pelos migrantes

A força desta colonização é percebida em alguns casos pela materialidade de cidades. Estamos no campo das representações e o trabalho de doutoramento em educação de Leticia Fonseca R. Freitas evidenciou a existência da resignificação dos costumes e hábitos do “gaúcho dos pampas” ao apresentar a constituição daquilo que denomina por “pedagogia do gauchismo” (FREITAS, 2006), ou seja, de um conjunto de práticas e simbolismos fundamentados na construção da identidade gaúcha e de diásporas presentes nas práticas cotidianas e nas narrativas. Observa-se que a autora produziu entrevistas nas cidades de Tangará da Serra e Campo Novo dos Parecis, MT <sup>208</sup>. Em suas entrevistas, em linhas gerais, a maioria dos sujeitos optou em construir uma narrativa pautada no trabalho, sem deixar de enfatizar as práticas ligadas ao CTG.

Para a análise deste tipo de migração faria sentido avaliar a presença das diretrizes da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha – CBTG - Entidade Maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho Brasileiro, cuja essencialidade, segundo seus documentos, é “valorizar, organizar, defender, promover e representar as tradições e a cultura gaúcha”. Se caracterizando como uma sociedade civil, sem fins econômicos, com duração indeterminada, fundada em 24 de maio de 1987, está em consonância com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, MTG representado por sua vez na Carta de Tradição. No estatuto desta entidade, preocupada com a preservação do “folclore” e tradição gaúcha <sup>209</sup> no território nacional, consta:

**Art. 3º** A CBTG tem por finalidade:

[...] IV - promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, voltando-se, em especial, para a organização e realização de eventos em prol da valorização da cultura, das tradições e do folclore gaúcho em nível nacional.

V - cumprir e fazer cumprir a “Função Social”, em todos os níveis do sistema confederativo;

VI - difundir e incentivar, em todo o território nacional, a preservação das tradições gaúchas, bem como as expressões “Movimento Tradicionalista Gaúcho” e “Centro de Tradições Gaúchas” e as siglas MTG e CTG, evitando o uso inadequado das mesmas e sua utilização na denominação de entidades não identificadas com o tradicionalismo gaúcho;

---

<sup>208</sup> Aproximando-se de gêneros de discursos a partir da História Cultural a pesquisa de Freitas destacou as categorias de Identidade, migração e cartografia discursiva. Na sua metodologia, além da análise de um documentário que ganhou divulgação estadual (RS), observou como as práticas (pedagogia do gauchismo) se inserem no cotidiano de moradores e ditam, muitas vezes, comportamentos e decisões coletivas que abrangem o campo econômico, cultural e político no âmbito local e regional.

<sup>209</sup> A entidade regula a instituição CTG, instituições espalhadas por todas as federações do território nacional e sinônimo da presença da migração rio grandense, e, em certo sentido, também os usos e costumes dos que se identificam com essa cultura na intenção da preservação do “folclore gaúcho” e da manutenção da função social entre seus membros.

VII - incentivar as tradições gaúchas, traçando diretrizes, rumos e princípios cívico-culturais, artísticos e esportivos ao tradicionalismo gaúcho brasileiro; [...]. (CTGB, s/d.)

Notadamente, o processo de migração marcado em nossa pesquisa desde os anos de 1970, com intensificação dos moradores do Oeste e Sudoeste em fins de 1980 e examinado aqui a luz do fluxo de retorno, a partir de meados dos anos 90, não apresentou, ao menos pelas fontes orais analisadas, a organização de entidades associativas diaspóricas, mais especificamente do gaúcho migrante no que diz respeito à construção de clubes, associações, encontro entre sujeitos da mesma naturalidade, ou ainda, com o uso de marcos simbólicos, como obras públicas, estilo arquitetônico, etc. Mas ainda que a relação da institucionalização da CTGB e a “pedagogia do gauchismo” não estejam no teor das nossas fontes orais, algumas características apresentadas pelos trabalhos encontram proximidade com nossas análises, principalmente no tocante a diferenciação construída pelo migrante pelo trabalho.

Ao constatarmos a diferença entre a realidade de nossa abordagem com a realidade destes casos de colonização estudados por autores que lidam com o regionalismo gauchesco não negamos o contato dos entrevistados e a adoção de algumas práticas a eles associadas. Por exemplo, no fragmento da entrevista de seu Hugo, ele destaca práticas culturais ressignificadas no próprio processo migratório:

[...] Eu quando sai daqui, não tomava chimarrão, fui tomar chimarrão lá, pela saudade do Sul. Pelo convívio. Lá na casa dos companheiros, eles iam lá em casa tomar o chimarrão. Há uma identificação. [...] E quando tive meu nome indicado pra diretor do colégio, esse, foi esta a questão, de ter o apoio da comunidade, um ou outro lá, que tinha o sistema de trabalho diferente.<sup>210</sup>

A inserção se deu no seu caso pela aproximação e adoção de costumes, como o de tomar chimarrão, costume atribuído tanto aos gaúchos quanto aos paraenses que, diferente dele, o levaram do Paraná. Agora sim, retomamos uma das questões iniciais do tópico para pensarmos se essa construção regional se sobrepõe de fato às pretensões nacionalistas que estruturam projetos de colonização e de migração.

Este é o caso apresentado pelo trabalho do campo de Sociologia de Luvizotto (2009). Tomadas as devidas diferenciações entre os resultados de sua pesquisa e nossas interpretações, sua obra colabora com o debate por destacar o contraste entre os objetivos do movimento gauchesco por ela estudado com a proposta de nação buscada pelo governo

---

<sup>210</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

federal <sup>211</sup>. Trata-se, ressalta a autora, de tradições herdadas e delas “A idéia de pertencimento nacional se esvai em fragmentos soltos, não assumindo proporções significativas na relação com o povo brasileiro e com a ideia do Brasil-Nação” (2009, p. 86).

Se os encontros e momentos de lazer nos clubes entre paranaenses e ou demais sulistas não foram destacados como práticas cotidianas, os entrevistados reconhecem a presença simbólica do regionalismo gaúcho, principalmente para aqueles que viveram em cidades do Mato Grosso e passaram pela ocupação de sulistas de meados dos anos de 1970 em diante, com é o caso de Enso e de Valdemar. E muitas vezes falar do gaúcho significou reconhecer na figura simbólica do gaúcho, de um outro, mais próximo quando se coloca em jogo as diferenças- entre nortista e o sulista. Talvez neste sentido possamos compreender a generalização do sulista enquanto gaúcho.

Foram esses estudos que nos serviram de subsídio para entendemos, nas fontes orais, a identificação e problematização dos entrevistados com a identidade gaúcha e ou sulista. Os processos de territorialidades, assim como defendido anteriormente, abrangem mais do que políticas econômicas do Estado nação, e vão além da delimitação de fronteiras, inclusive étnicas, num movimento processual que, por sua vez, não exclui o entendimento de tais políticas.

E de fato, assumidas todas as ressalvas citadas acima, nas fontes orais percebemos o destaque atribuído à atuação gaúcha na colonização, seja isso quando o entrevistado aceitou ser generalizado quando vivia na Amazônia, seja aqueles dos quais alguns se identificam ao destacarem seus méritos no processo de colonização do Paraná nas décadas de 1940 a 1960, ou mesmo na Amazônia antes de irem para lá.

### **3.3.2 Etnia, regionalismo e nacionalismo**

Apresentadas as proximidades e distanciamentos com problemáticas de obras que tratam da migração gaúcha e, agora, a complexidade da relação entre regionalismo e nacionalismo, a sequência do texto aborda o debate sobre a identidade étnica e destaca como o migrante se diferenciava na Amazônia em relação aos nativos. Isto foi possível graças ao aporte trazido de obras como *Teorias da etnicidade* (POUTICNAT; STREIFFFENART, 1998), em que se discorre sobre o “realce étnico”. Dialogando com extremos entre fronteiras

---

<sup>211</sup> A preocupação da autora residiu na análise da relação entre identidade étnica e separatismo - e avaliou o papel atribuído no cenário nacional ao gaúcho. Na conclusão da obra ela observa que a relação entre o universo local e nacional apresentam: “um distanciamento em relação ao nacional e um apego exacerbado ao local em que o gaúcho está integrado”.

sociais e fronteiras culturais os esforços da obra nos indicaram as possibilidades de uma etnicidade voltada ao diálogo com as transformações sociais, considerando mutações de uma sociedade em seu processo histórico. Entre as “questões chaves”, no capítulo 6 lemos:

A de se convir com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função social, de sua origem suposta, que se acha validade na interação social pela ativação de signos culturais socialmente indiferenciados (...).(Idem. p. 141).<sup>212</sup>

O alcance da etnicidade estaria ligado aos processos variáveis na base da dicotomia Nós/Eles. Os lugares apresentados e reivindicados não se limitaram a grupos exclusivos, fechados num sentido estruturalista, mas explicitaram relações que se dão nas e entre as suas fronteiras, seja na Amazônia ou agora no Paraná. A abordagem étnica na linha seguida aponta para a constatação de que a diferença Nós/Eles está justamente na comunidade de origem:

A identidade étnica (a crença na vida em comum étnica) constrói-se a partir da diferença. A atração entre aqueles que se sentem como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Esta idéia implica que não é o isolamento que cria a consciência de pertença, mas, ao contrario, a comunicação das diferenças das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas (1998, p.40).

Da perspectiva de “dado fundamental”, passando pela do parentesco e pela do racial, segue-se na interpretação da etnicidade com forma de interação social. E nesta perspectiva sugerem os autores: “Em consequência, a análise se desloca do conteúdo cultural do grupo étnico para análise da emergência e da manutenção das categorias étnicas tais como elas se constroem nas relações intergrupos” (Idem, p.82). A origem étnica é mais utilizada nas fontes orais quando se diz respeito ao lugar em comum- o sul - do que de uma associação ao fenótipo, algo tratado nas entrevistas com certo incômodo, principalmente quando esta característica levava a generalização do sulista pelo termo gaúcho.

Noutro exemplo o estudo de Goettert (2009) nos impulsiona a dialogar com o significado de uma comunidade gaúcha para então tratar de uma problemática étnica, sem

---

<sup>212</sup> Neste diálogo com Barth, a fronteira nos é apresentada em processos históricos, voltados ao social. Novamente nossa abordagem segue para as implicações materiais e subjetivas, assim como já destacamos com Haesbaert e o conceito de território. E novamente antes de apresentar possíveis desavenças entre concepções materialistas e subjetivas, e entre objetivistas e subjetivistas, atentamos a importância do étnico para compreendermos as novas posições e reconstruções de vida típicas de um momento de construção de territórios das pessoas com as quais conversamos.



retirar dela a questão da centralidade do trabalho (p. 207-2470) e com isso traçar mais comparativos com a migração de gaúchos e gaúchas trabalhadores.<sup>213</sup> E aqui reside mais um cuidado epistemológico, pois, se no caso das fontes orais elas apresentam, numa primeira leitura, a constatação de dicotomias, elas também não deixam de contrastar com a leitura binária reavaliada a partir das negociações<sup>214</sup>. Esse gaúcho - migrante colono e trabalhador - ao ser estudado pela proximidade étnica é reconhecido pelo trabalho. Ao que nos parece, com esta constatação voltamos a nossos entrevistados e a capacidade e interesse resultam no progresso, mas a ganância e falta de honestidade estariam ao mesmo tempo no outro lado da balança e são cobradas mesmo dentre os que prosperam.

Buscamos uma análise nos baseando na idéia de Pouticnat e Streiffenart (1998). A identificação com o gaúcho ocorre quando se fala do trabalho, mas, muitas vezes, se nega quando cai no debate da tradição. Os interesses e as ressignificações do regionalismo, negociado pelos migrantes na Amazônia, não apagaram as pretensões nacionalistas e, se quisermos, colonialistas presentes tanto em projetos de colonização anteriores quanto de parte de suas práticas. Todos os exemplos envolvem o diálogo com o outro.

Para Derick, a colonização gaúcha serviu de referência, ao informar sobre o ritmo das fazendas onde trabalhou. Ainda jovem e recém formado em técnico agrícola, evidenciou sua capacidade de adaptação no emprego. De certa forma, seu foco no serviço o aproximou da conduta de como supostamente se comportavam outros gaúchos. Algo destacado quando narrou sua transferência para o segundo emprego no Mato Grosso, apresentada no fragmento a seguir pelo diálogo que teve com seu ex patrão:

---

<sup>213</sup> Como também defendemos, o autor parte da centralidade do trabalho no movimento migratório, desde as motivações da migração chegando ao posicionamento- ao fazer-se pela fala – daqueles quem entrevistou. Parte então da lógica que explica seu próprio objeto, destacando uma analogia que, tal qual o trabalho, atende aos anseios do capital, o capital por sua vez atende aos anseios do trabalho. (p. 208). A sua abordagem se refere a ambiguidade que constitui a lógica das narrativas dos entrevistados ao falar de uma suposta comunidade gaúcha. Os seus entrevistados viviam na expectativa dos salários, atendendo com isso ao fato de terem de ter um patrão; este patrão, “um igual”, por ser gaúcho, pode ser também entendido como um ganancioso ou um representante da honestidade.

<sup>214</sup> O entendimento desse espaço de negociações pode ser buscado em Bhabha, ao afirmar: “É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reinvenções hierárquicas de originalidade ou “pureza” das culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo. A visão de Fanon da mudança cultural e política revolucionária como um “movimento flutuante” de instabilidade oculta não pode ser articulada como prática cultural sem um reconhecimento desse espaço indeterminado do(s) sujeito(s) da enunciação.” (BHABHA, 2007. p.67). “[...] para esse fim deveríamos lembrar que é o inter – o fio cortante de tradução e da negociação, o entre-lugar – que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que comecemos a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do ‘povo’. E, ao explorar esse terceiro espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como. os outros de nós mesmos.” (Ibidem. p.69).

É por descontentamento, ele falou assim “é uma mudança radical, quem era antigo aqui, troquei tudo, cara, demiti todo mundo, paguei o acerto, mandei todo mundo embora, eu quero, eu quero começar o negócio de novo, porque isso aqui é meu, tá pago, não devo nada e não me dá lucro”. Ele falou assim: “não existe, ainda não devo, às vezes se eu devesse, mas eu não devo ela, tá tirando dinheiro de outro investimento meu pra cobrir”; e falou assim: “e olha o tamanho disso daqui, não dá, ou eu vendo ou eu faço o negócio rodar, então minha última cartada é agora né”. Aí eu falei: “ah, tranquilo”. Aí conheci o gerente, um gaúcho bem sistemático né, bem diferente do que, aonde eu trabalhei primeiro, cara, nem pegar na minha mão, que eu dei a mão pra ele assim, ele nem na minha mão não pegou, gaúcho sistemático! [...] É que assim, esse pessoal antigo que tá lá Jorge, é um pessoal muito assim, que foi do sul, um pessoal muito trabalhador, pessoal que foi pra lá pra catar raiz, aí aprendeu a trabalhar com máquina e alguns conseguiram a oportunidade de gerenciar uma fazenda, de administrar um negócio.<sup>215</sup>

Foi desta maneira que Derik destacou o gaúcho – o gerente- que não teria formado a sua fazenda, mas que por meio do seu trabalho, “sistemático”, teria ganhado reconhecimento na região. O próprio patrão reconheceu naquele momento que as coisas não estavam dando certo e que o caminho para a melhora dos negócios estaria na mão de obra técnica, da qual dispunham Derick e o gerente. Ou seja, a superação da crise dependeria do trabalho do “gaúcho”, seja ele aquele gaúcho estabelecido há décadas na região, seja como no caso de Derik, recém-migrado do Paraná.

Outros serviços, além do agrícola, também foram apresentados como formas de afirmação de identidades, de reconhecimento e de inserção respaldados em parte pela aproximação étnica. Isto foi perceptível em outro exemplo destacado por seu Hugo; uma vez não alcançado o êxito com o ramo da agropecuária, negócio que se quer chegou a abrir devido às dificuldades logísticas da região de Tucumã, Pará, apresentou seu envolvimento com a política e na direção de um colégio. Ao trazer a memória de seu trabalho no colégio, destacou:

Olha, a gente chegando (...) o costume aqui do Sul é o costume de você prosseguir um ideal, de você trabalhar, querer fazer a coisa funcionar. E quem me precedeu na direção do colégio, que tinha desde o jardim de infância, do primariozinho até o segundo grau, nós tínhamos lá é, muita gente rapaz, olha vou te falar, na sei lá, e como não tinha vagas, nós tínhamos cinco turmas estudando. A primeira turma começava das sete até as dez, dez e pouco. Aí pegavam um intervalozinho; aí ia até as duas, das duas até as cinco, das cinco, seis, e daí a turma da noite.  
[...] Todas as sériezinhas tinha tudo (...) e a [cita nome], quem me antecedeu lá, era daquele, daquele sistema do *lazer faire*, francês, deixar fazer [ironia], pessoa muito querida, muito bem quista por todo mundo, só que, professor não dava aula, faltava muito, a mão de obra era muito restrita, isto uns trinta, quarenta anos atrás (...)

---

<sup>215</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

[...] eu fui procurar foram as lideranças lá, o diretor da maçonaria. Foi pedir para eu assumir, e deu uma força, deram o apoio e conseguimos mobilizar as pessoas pra (...) e erguemos o colégio. As pessoas que não estavam participando foram lá visitar, mais gente que tava morando foi pra lá, conseguimos gente pra dar aula, nem sempre dando as disciplinas certas, mas tínhamos as aulas, e conseguimos desenvolver isto [...].<sup>216</sup>

Também seu Hugo nos apresentou as diferenças nas maneiras de trabalho e, porque não, de se comportarem os migrantes em face dele e os povos nativos da região. E foi o seu trabalho como diretor que lhe serviu de exemplo. O exemplo das práticas, segundo ele, herdadas da cultura do sulista demarcou a sua inserção.

Esta “herança” migratória, se assim podemos dizer, estiveram presente nas narrativas daqueles cujos pais ou mesmo os avós um dia migraram para o Paraná. A mesma característica familiar foi retomada por Héliide: “Desde que eu vim do Rio Grande, ou antes?”. Respondida sua pergunta, nos falou de sua família de maneira a também construir um elo entre a atitude dos pais de migrarem e a sua:

Eu saí do Rio Grande com 7 anos de idade. Indo pra Cascavel, morar com meus pais. Eu lembro, ainda muito bem da viagem, porque a gente atravessava, precisava 7 dias de caminhão do Rio Grande pra vir de mudança aqui.

[...] É perto de Tapera. Espumoso [cidade de origem].

Ai, nós ficamos em Cascavel um tempo, aí meu pai inventou de comprar uma terra na Penha [na época distrito de Corbélia]. E na Penha era muito mosquito, e nós tinha 4 menina aquele tempo e um piá. O falecido Valdir, hoje é falecido né, era vivo, o Valdir que era do Rio Grande. Aí a gente ficou na Penha um tempo e os mosquitos eram demais, não tinha como ficar morando lá. Porque fazia ferida nas pernas. Aí meu pai resolveu voltar pra Cascavel, inclusive a gente tava morando na Penha, a gente fez um, meu pai comprou um rancho lá, de costaneira, assim sabe? Porque não tinha casa de tijolo aquele tempo, só de madeira. E as onças vinham pegar os porcos. Isto na Penha. Daí a gente tinha medo né, que pegasse uma criança, uma (...) voltamos pra Cascavel por isso também. Aí ficamos em Cascavel um tempo aí foi, foi, até que meu pai comprou ali no, hoje é ali no São Cristóvão.<sup>217</sup>

Para a entrevistada, a tradição colonizadora buscada por ela nas origens dos pais e dos avós resultaria, em certa medida, da aceitação da relação entre a colonização europeia

---

<sup>216</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

<sup>217</sup> HÉLIDE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 jan 2014.

ocorrida no Rio Grande do Sul e Santa Catarina ao longo do século XIX com a ocupação realizada durante o primeiro quarto de século XX no Paraná<sup>218</sup>.

A leitura conjunta das entrevistas de Valdemar, Enso, Derick, Hugo e Helide resulta numa interpretação representativa caracterizada pela síntese do debate levantado até aqui a respeito da busca pela reconstrução de práticas de sociabilidade estruturadas em grupos étnicos- conterrâneos fora do Paraná, da identificação de gaúcho atribuído ao paranaense e a todo o sulista pelo nortista, ou seja, pelo “povo de lá”, e da ressignificação desta identidade, não necessariamente gaúcha, mas paranaense e ou sulista, agora no pós retorno. Estas abordagens mantiveram-se como uma constante nas narrativas e estruturaram a maioria das falas de uma comunidade étnica que se deu pela centralidade do trabalho. De fato a migração marcada pela figura do gaúcho com os estereótipos possíveis foram constantemente ressaltadas entre os exemplos das entrevistas, e a bibliografia citada apresenta o peso destas migrações no cenário atual.

Concluindo, do debate em torno da suposta bagagem cultural resultante da colonização gaúcha e catarinense destaca-se o fato dela ser (re)apropriada na própria apresentação das trajetórias individuais e diante das aspirações das políticas nacionalistas. Neste contexto construiu-se ressignificação dos conceitos de colonização e de colono. O primeiro conceito relacionou migrante e cultivo da terra, ou seja, uma categoria que serviu aos entrevistados para reafirmarem a qualidade dos serviços da agricultura e da pecuária, ou ainda do prestador de serviços técnicos em diferentes áreas. O segundo conceito, o de colonização, remeteu ao impacto positivo da colonização diante do desenvolvimento regional, iniciado ainda na década de 1940, momento a partir do qual se demarca o processo de migração de familiares para o Paraná, na maioria dos casos advindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Nos exemplos trazidos, a identidade étnica está relacionada – negociada – com outras identidades do migrante, sendo apropriada e ressignificada no processo migratório. Neste sentido acreditamos que a análise do “realce ético” corrobora a concepção de identidades e serve de complemento às discussões levantadas nos capítulos anteriores, seja na definição do significado de migrante, na ressignificação de fases migratórias anteriores, nos ritmos de

---

<sup>218</sup> Sujeitos estes denominados por Gregory (2002) como “euro brasileiros”, na maioria descendentes de alemães e italianos que se deslocaram a partir de meados deste século rumo ao Oeste Paranaense. Outras “frentes” complementam o fenômeno da colonização/ocupação do Estado. Por exemplo, uma frente que teria se dirigido de Guarapuava rumo ao Centro Oeste do estado, em fins do século XIX; e ainda, uma frente demarcada entre a primeira metade do século XX, advinda de Minas, de São e de Estados do Nordeste que se dirigiu para o Norte e Centro Oeste e Oeste do estado, apoiada na produção do café.

ocupação da Amazônia, na valorização do discurso do trabalho e na aproximação com questões de classe. Ou se quisermos e já como forma de introdução do capítulo seguinte, com diferentes ritmos e prática para lidarem com a natureza.

#### 4. Capítulo IV: Na Amazônia, o manejo e as ressignificações da relação entre Sociedade e natureza

*Há entre o tempo e o destino  
Um caso antigo, um elo um par  
Que pode acontecer, menino,  
Se o tempo não passar?  
Feito essas águas que subindo  
Forçaram a gente a se mudar  
Que pode acontecer, meu lindo,  
Se o tempo não passar?  
O tempo é quem me deu amigos  
E esse amor que não me sai  
Que doura nos campos de trigo  
E nos cabelos de meu pai...  
(Tempo destino. Nilson Chaves)*

Tempo e natureza, história e natureza. Uma vez apresentado o processo de retorno de paranaenses, e tendo sido relacionado esse fluxo às políticas de ocupação da Amazônia, aos grandes projetos e à colonização agrícola, cuja parcela significativa da participação foi atribuída aos sulistas; e uma vez já apresentada a Amazônia Legal e o Oeste e Sudoeste do Paraná, seguimos agora com as concepções apresentadas nas narrativas orais relativas à relação entre sociedade e natureza, rememoradas no processo migratório estudado.

Todas essas abordagens buscaram contextualizar os diferentes momentos citados, reunidos a título de síntese do texto trazido até aqui, em três períodos, sendo eles o período anterior ao da migração, às experiências da migração e a realidade do pós-retorno. Portanto, estas interpretações pautaram-se nos itinerários que compõem a trajetória construída entre o Paraná e a Amazônia Legal, debatidos ao se levar em conta o contexto da saída, do Oeste e Sudoeste nas suas características, e o espaço do hoje. Tais problemáticas podem ser entendidas pela resposta que muitos dos entrevistados deram ao dilema no qual foram descritos anteriormente, ou seja, de se situar entre as práticas do progresso pautado na derrubada da mata e posterior urbanização da Amazônia Legal e as cobranças ecológicas.

Se em todas as entrevistas se falou de negócios, da questão cultural e do planejamento de vida, estas abordagens não foram construídas sem que fosse necessário adentrar a relação com a natureza. “Posso falar uma coisa pra você? Oh, todo mundo falou e é verdade, todo mundo que foi madeireiro, que ficou rico, e quem ganhou dinheiro com ouro,

nunca saiu bem”<sup>219</sup>, disse Moises associando trabalho, colonização e natureza. Numa espécie de destino, sua postura teleológica afirma, de certa forma, o fato da natureza, no final das contas, guardar um caminho para a humanidade. Isto indica que a natureza estaria acima da migração, da construção de uma “cultura do sulista”, do desenvolvimento nacional tecnológico; algo que nos impulsiona a analisar a relação entre cultura e natureza.

Ainda a título de apresentação do capítulo, constata-se como sua fala engloba os três níveis ressaltados pelo norte-americano Donald Worster (1992) sobre a História Ambiental e os rumos que ela tomou após a década de 1980<sup>220</sup>, sendo eles: o do entendimento das transformações naturais, orgânicos e inorgânicos, inclusive do homem e das suas relações e trabalho; o das formas de produção humana; e o das construções simbólicas a respeito da interação entre a sociedade e a natureza, relacionando-se com mitos, leis e valores éticos, entre outras estruturas de significação.

Esta abordagem ordenou nossa leitura das entrevistas e dela buscamos uma aproximação com algumas posturas teóricas e metodológicas sobre a temática que envolve sociedade e natureza.

A discussão da relação entre meio ambiente e História não é nova. Podemos citar as contribuições da segunda geração dos Annales. A proeminência esteve na revista dos Annales de 1974, cuja ressalva do então editor Emmanuel Le Roy Ladurie destacava que não estava pendendo a modismos, pois “[...] ‘desde longo tempo’ a revista havia escolhido se interessar pelos problemas de uma história ecológica” (PÁDUA, 2010, p. 82). Em fins dos anos 1980, Worster publicou o artigo intitulado "Para fazer História Ambiental" (WORSTER, 1991), trabalho no qual alertou sobre a necessidade de serem incorporadas as problemáticas ambientais aos estudos históricos: “Precisamos descer, ir mais fundo, diziam eles, até atingirmos as camadas ocultas da classe, do gênero, da raça e da casta. Aí encontraríamos o que realmente deu forma às camadas superficiais da política” (Idem, p. 199). As provocações são válidas e servem de base para se pensar nosso objeto.

O diálogo com esta bibliografia da História Ambiental não esgotou os objetivos de nossa pesquisa. A propósito, não buscamos produzir deste campo, mas a partir dele. Por outro lado, sem esse primeiro reconhecimento dificilmente seguiríamos com o propósito delimitado já na introdução, ou seja, o de se construir uma pesquisa histórica de memórias de um processo de migração, cuja problemática se relaciona com a realidade histórica demarcada

---

<sup>219</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

<sup>220</sup> A partir da construção de um debate sistemático pela escola norte americana surge na Califórnia a Environmental History (História Ambiental).

pela situação do migrante face também ao meio ambiente. O lugar teórico assumido direciona o debate estruturado no entendimento da ressignificação dos entrevistados da prática do manejo, sinônimo de desenvolvimento sustentável.

Desta relação com a natureza podemos seguir com a apresentação de como os entrevistados reafirmam a cultura do trabalho, dando o devido espaço simbólico às práticas construídas fora de casa, na Amazônia, processo esse que deve em muito aos desafios da adaptação, do trabalho direto com a natureza e dos ritmos cotidianos. Logo, se em determinados momentos as narrativas enfatizaram a dificuldade do adaptar-se, em outros momentos o destaque reside na conquista, pois não mais “plantaram errado”, no ritmo do Paraná, e agora, dizem, já se adaptaram.

Se o foco do capítulo encontra-se na problematização das implicações da prática do manejo, sua tessitura está construída em três abordagens centrais. Na primeira parte do capítulo, novamente tomados pelo debate das identidades, procura-se problematizar como a identidade étnica e do trabalhador se conectam em determinado momento com questões que se voltam à interpretação da natureza. Para a construção dessa análise procuramos discutir os significados atribuídos nas fontes orais ao “clima”.

Na segunda parte apresentamos um diálogo com o campo legal, marcado pela apresentação do momento de revisão de políticas como a da Legislação Ambiental Básica, momento de aceitação da interferência da ação antrópica e da própria construção e intensificação das práticas de desenvolvimento sustentável, justamente na sua diferença entre a construção legal a suas apropriações e ressignificações.

Encerra-se o capítulo com a atenção dada pelos entrevistados as práticas do desenvolvimento sustentável; em alguns casos fala-se de atividades do manejo, em outros elas são apresentadas como norteadoras das atividades desenvolvidas, isto no caso daqueles que se dedicaram ao extrativismo, principalmente, mas também a agricultura. Um parecer técnico enfatizado aparelha-se novamente nestas situações com a ênfase na tradição étnica e ou do trabalho diante dos propósitos da colonização.

#### **4.1- “Eu acho que eu me adaptei bem assim, eu não achei tão estranho”<sup>221</sup>: natureza, cultura, trabalho e clima**

De todos os fragmentos das entrevistas citados até aqui podemos tirar uma expertise comum construída pelos próprios entrevistados: o protagonismo das atitudes e seus resultados

---

<sup>221</sup> DIZIELY; DIEGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Assis Chateaubriand-PR, 08 jan 2013.



em alguns momentos estiveram relacionados no desempenho pessoal diante das adversidades da colonização, e envolveu questões materiais e econômicas frente às condições legais cobradas pelo estado e das formas culturalmente constituídas de se lidar com elas. E em todas estas situações, a maneira como as histórias de vida foram apresentadas esteve relacionada em menor ou maior grau a ligação com “o clima”, “o clima de lá e o de cá”, a de se ressaltar; isto significou apreender não apenas as condições naturais, mas como os sujeitos, migrantes e ou nativos, lidaram com elas. É o caso destacado sobre a adaptação e a conquista dos espaços.

#### 4.1.1 A natureza e suas leituras

Serve de exemplo a maneira como seu Hugo se posicionou a respeito da questão agrária – no tocante às formas de interação com a natureza, quando demarcou a diferença entre os migrantes sulistas e nativos.<sup>222</sup> Afinal, a disputa de territorialidades, cultural e financeiramente estruturada, não é apenas agrícola, mas ganha significados quando se fala da agricultura:

[...] eles se dedicam à produção agrícola. Eu vi gente plantar soja lá que não deu certo. Mato Grosso, o clima lá, lá é pra plantar cacau, pimenta do reino, produtos lá de cima, pra explorar cupuaçu, ou essas outras frutas em geral [...]

Entrevistador: poucos se adaptaram?

Muitos que se dedicou à pecuária se adaptou. Mas essa não era uma tradição das famílias daqui. Isso já era de outras zonas que eram de Goiás, de São Paulo, de Minas (...).<sup>223</sup>

Ao ser questionado a respeito do comportamento das pessoas daquela região, mais uma vez apresentou o tipo de relação estabelecida com a natureza (com o meio):

Aqui as pessoas são mais frias, eu não sei por uma questão de segurança, elas talvez hoje, a própria sociedade moderna impõe isso, você não pode ficar (...)

Entrevistador: e quem vai pra lá adota esse estilo?

Hugo: sim, sim, porque aquilo, as dificuldades fazem você ser solidário. [...] O ser humano quem faz é o meio. Se o meio é um ambiente rico,

---

<sup>222</sup> Na sequência do capítulo retomaremos a questão fundiária quando destacarmos os conflitos típicos do campo do desenvolvimento regional tomado diante de problemáticas ambientais, como, por exemplo, o estudo das diferentes posturas de produção e de acesso a terra entre os detentores de terras tradicionais e os migrantes que compraram terras e passaram a produzir grãos na região do Baixo Amazonas no PA.

<sup>223</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

culturalmente, te faz exigência, é um tipo de coisa. Se é um meio em que tiver e não há uma demanda, uma busca cultural, convive com aquilo.<sup>224</sup>

A distância do lugar de origem serve de exemplo das dificuldades daquele meio. Diante destas dificuldades resultaria a solidariedade entre os migrantes. O meio ambiente aqui é representado pelas suas características materiais e do resultado social - da ação cultural e social, mas possivelmente o entrevistado estava se referindo principalmente às carências estruturais, inclusive as dificuldades no trabalho, como no caso das dificuldades da produção agropecuária.

As dificuldades na produção, ou, a dificuldade proporcionada pelo meio impunham aos migrantes a dedicação ao trabalho e pouca ênfase sobre o lazer. Esta observação tratada nos capítulos anteriores pode ser mais uma vez utilizada agora no intuito de avaliar os significados do lazer pela relação com o meio ambiente. Algo destacado na fala de seu Hugo ao tratar dos alunos do colégio em Tucumã, Pará:

Mas eu tinha na sala de aula, eu tinha poucos paraenses lá, porque o nativo, o paraense nativo, ele se impõe lá, a moradia depende do rio, próximo a um rio, aí ele abre um, abria ali dentro da floresta, ali uma dimensão de cinco, seis mil metros quadrados ou dez no máximo, mas não abria isso tudo não, era dois, três mil metros quadrados às vezes, aí plantava não sei quantos pés de banana, quantos pé de mandioca. E umas cana-de-açúcar e aí arrumava uma árvore do mato lá e fazia, esculpia nela uma canoa. E vivia pescando, colocava as armadilhas e aí pegava peixe, e dava peixe abundante lá numa época, depende de qual época, mas, quando não dava (...) porque tem rio que seca lá totalmente porque o verão lá é a época da cheia, E do frio daqui. [...] começa a invernar eles falam assim e aí o que que faz, pega aquele peixe, desce, cobre com folha de bananeira para o sol não incidir e vai lá na cidade e troca por café, por açúcar, por alguma coisa assim, pinga.<sup>225</sup>

Novamente, ao que nos parece, o entrevistado reafirma como o “meio” faz o sujeito e o debate nos leva a pensar as entrevistas mediante a construção de um arquétipo do povo “nortista”, marcado pela bondade, pela humildade e pela maneira feliz de viver, construção oposta ao arquétipo que vínhamos apresentando do sulista, preocupado principalmente com o trabalho e as conquistas econômicas, mas, nem por isto, feliz.

A nossa análise da temática que envolve sociedade e natureza está imbricada no estudo do social, ou seja, uma preocupação permeada pelos fenômenos migratórios e os estudos de memórias. Isto demanda uma aproximação com a historiografia referente à História

---

<sup>224</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

<sup>225</sup> Idem.

Ambiental, a partir do diálogo com a construção de “um campo historiográfico consciente de si mesmo” (PÁDUA, 2010, p. 81). Diante deste esforço, recorreremos a Enrique Leff (2006) no que tange à sua crítica às preocupações do campo da História Ambiental até os anos de 1970 e 1980. Para o autor, esse campo estava voltado apenas à interpretação dos impactos dos modos de produção sobre a natureza. A superação desse pensamento corresponderia ao constante diálogo entre preceitos teóricos, o estudo do social e o campo simbólico, bem como a construção de uma consciência sobre conflitos ambientais (Ibidem). Sua epistemologia da História Ambiental convergiria em quatro vertentes, melhor delineadas em outro artigo, sendo elas: a) A história epistemológica da complexidade ambiental; b) A hermenêutica das narrativas relativa a relações entre sociedade e natureza; c) A complexificação dos tempos na era da sustentabilidade; d) Os atores sociais, o movimento ambientalista e a abertura da história. (LEFF, 2005, p. 15). Em meio à especificação destas vertentes, Leff evidencia sua preocupação com a investigação hermenêutica, diante do significado da racionalidade ambiental:

Esta visão histórica não somente permitirá desentranhar os diferentes conceitos de natureza de diferentes culturas, mas também trazer à luz os silêncios de suas histórias ocultas. [...] Esta via hermenêutica permite, assim, lançar um olhar retrospectivo sobre a história das relações sociedade – natureza buscando atualizar as evidências empíricas das forças ideológicas e identitárias que mobilizam a construção de uma racionalidade ambiental. (Ibidem, p. 18).

Vale ressaltar que diferentemente da proposta do autor, preocupado com o estudo de povos tradicionais, estaríamos aqui direcionados por uma abordagem sobre como se deu o cotidiano de sujeitos que viram justamente nesses povos - tradicionais e detentores, segundo o autor, de um saber a ser apropriado - um “outro”.<sup>226</sup> Nossa preocupação foi a de historiar o significado atribuído e assumido pelos paranaenses neste processo. De qualquer forma, essa “via da hermenêutica” das leituras da “complexidade ambiental” dialogaria com os escopos da História Local e com as contribuições metodológicas da História Oral, a partir da produção de narrativas de histórias de vida e do cruzamento com outros tipos de documentos, pois, com a História Oral, a discussão das questões relativas a identidades passaram a ser repensadas a

---

<sup>226</sup> A proposta de racionalidade ambiental de Leff, pautada na pesquisa das tradições que ligam homem e natureza, aproxima-se em parte de nossos propósitos quando nos detemos na análise das memórias. Enquanto o autor procurou propor a reconciliação entre homem e natureza, partimos desta relação para avaliarmos um processo migratório e nele as maneiras como os entrevistados se referiram aos lugares por onde transitaram e viveram. Isto implicou o entendimento sobre a constante construção de um comparativo entre as paisagens – do Paraná e das regiões da Amazônia Legal - e como elas foram apropriadas nas memórias, ora enquanto lugares a serem transformados, ora diante de sua imponência natural.

partir do lugar social ocupado pelos sujeitos históricos. Esses vivenciam mitos, se relacionam com condições históricas e, como nos lembra Stuart Hall, negociam suas identidades (HALL, 2005). Poderíamos complementar, relacionam-se com a natureza.

E se por um lado o campo da História Ambiental oferece um rico debate para a pesquisa, por outro lado, tal qual defendemos desde o primeiro capítulo, a aproximação demandou da atenção ao risco da construção de um “novo” meta-discurso<sup>227</sup>, isso em consonância com as prerrogativas de Candäu (2011), evitando a atribuição à História Ambiental enquanto uma das “grandes memórias organizadoras”. A propósito, ressaltamos:

Todo um arsenal de argumentos, figuras retóricas e noções diversas são utilizados para dar conta dessa evolução, considerada mais como uma verdadeira mutação, inclusive, como uma fratura. A modernidade (incluindo a “pós- modernidade” ou a “sub modernidade”) seria, a partir de então, diferente aos profetas, marcada pela negação ao sagrado, pelo desencantamento do mundo, pelo desprezo ao religioso pelo ocaso dos deuses e a retomada das observâncias. Outros evocarão a perda da densidade ou o fim das memórias monopolizadoras em benefício de memórias híbridas, a desestabilização de todas as memórias autorizadas, o deslocamento pura e simplesmente de toda outra memória que não seja mediata e funcional [...] (p. 185).

Em síntese, o discurso metamemorial dominante parece admitir a idéia de desaparecimento das grandes memórias coletivas em benefício de um tipo de “balcanização memorial”, o que se pode constatar muitas vezes sob forma de lamento. [...] (p. Ibidem, 187)

Longe de destacarmos o meio ambiente enquanto um metamemorial, a nossa aproximação com os saberes dos nativos sobre a natureza, interpretados unicamente pela visão dos entrevistados, é necessário se destacar, pretendeu analisá-los indo-se além da denúncia dos estragos ambientais advindos do modo de produção, potencializado com a migração para a Amazônia, ou ainda da interpretação da cultura dos povos tradicionais, indígenas ou nativos, por este viés. Da mesma forma tomamos o cuidado de não resumirmos nossa pesquisa na apresentação de campos opostos, no tocante à concepção de natureza trazida nas entrevistas, nos corpos legais, nas políticas e nas análises bibliográficas trabalhadas.

Conforme discutido no primeiro capítulo, nas entrevistas, os anos de 1980 e 1990 representaram o tempo vivido, experimentado pelos migrantes e ou pelos seus filhos, e por isso fundamento do capítulo voltado ao processo de retorno; cabendo aos anos de 1950 e 1960

---

<sup>227</sup> A mesma preocupação pode ser percebido quando discutimos nos capítulos anteriores, a partir de memórias, a problemática da identidade

e na maioria dos casos também aos anos de 1970, remeterem ao tempo ouvido, trazido na memória pelas experiências dos pais, avós, outros migrantes, etc.. Essas situações pesam nas memórias pelo próprio conceito que se constrói de homem e natureza. E a ressignificação desses momentos implica, por sua vez, na ressignificação da relação histórica frente à natureza, ou, para ficarmos mais próximos da temática por ora apresentada, das concepções de natureza.

Fica então o desafio: afinal, essas ressalvas estão perceptíveis nas fontes orais? Caso existam estariam construídas de certo ressentimento, ou são consideradas práticas normais para um determinado tempo? De fato teria o manejo pagado a conta com o passado?

Então, se de fato, e aqui concordaríamos com a bibliografia apresentada, a natureza sempre exerceu influência nos migrantes, como ela foi lembrada nas memórias? A priori poderia se supor que a adaptação ao clima seria evidenciada pela dificuldade, assim como foi evidenciada a dificuldade de lidar com o meio ambiente inóspito diante da implantação de planos agropecuários, da construção de empresas prestadoras de serviço e principalmente no trabalho desenvolvido individualmente nas regiões para aonde migraram, diante da poeira, da falta de pavimentação de estradas, do calor, etc. E quiçá com essas adversidades explicássemos, inclusive, um dos motivos do retorno, principalmente para justificar a trajetórias de todos que admitiram não terem acumulado o capital esperado. Mas tal leitura não foi constatada nas fontes orais, muito pelo contrário, da natureza e de suas adversidades ficou em todo o conjunto das fontes orais a ressalva na sua qualidade, mesmo quando associada às condições estruturais e deficitárias daquelas regiões.

Mesmo que alguns dos entrevistados respeitem e demonstrem conhecimento da questão do Desenvolvimento Sustentável, e deixem evidências de que seguiram “na lida” as suas diretrizes legais e filosóficas, em plena intensificação no período em que migraram, no entanto, diferente de outros entrevistados, não consta, nas suas falas, um engajamento, ou certa preocupação com a conscientização ecológica. É possível que isso se deva pelo fato de que estivessem preocupados com o objetivo de destacar as adversidades por eles vividas e não um parecer sobre o desenvolvimento sustentável. E, suas preocupações estiveram muito mais envoltas no destaque à maneira como se lidou com o sertão num momento de transformação, sem que negassem com isso a importância do manejo, do que na explanação sobre o desenvolvimento sustentável, resultado do contexto mais próximo do retorno (ocorrido a partir da década de 1990) que da conquista, ocorrido cerca de uma década antes.

No caso da incorporação desse debate pelo campo da História as construções também foram processuais. De acordo com Hogan, as décadas de 1950-1960 podem ser

denominadas como um período pré-ecológico e as de 1970 a 1980, uma época em que o assunto já havia emergido<sup>228</sup> (HOGAN, 2007, p. 16). Para o autor, naquele momento, a análise histórica de questões ambientais estava fundamentada em recortes locais, e apenas a partir dos anos de 1980 se passa a ter noção de que se tratava especificamente de uma visão global do próprio processo de desenvolvimento capitalista. E nisso o aporte bibliográfico serve para ressaltarmos o fato de terem os entrevistados voltado ao Paraná, em média, no decorrer dos anos de 1990, ou seja, num momento em que as discussões acadêmicas iniciavam a construção de um campo de produção sobre a relação entre sociedade e natureza, portanto, num momento em que as respostas acadêmicas, repassadas nos conteúdos escolares e na grande mídia, recém passaram a abordar o tema de maneira enfática.

Entre a década de 1980 e a de 1990 temos a mudança tanto da postura das cobranças legais quanto do posicionamento dos sujeitos na sua relação com a natureza. Assumir a década de 1980 como momento de construção de um campo de debate significa ainda mais que isto entender que o tema natureza é muito anterior a esta “democratização” do assunto, sendo analisado a partir das construções teóricas e epistemológicas desta área da História Ambiental. E por mais que os entrevistados se remeteram ao recorte que se estende até no máximo a década de 1970 destacando-se o período de ocupação Amazônica, todavia, culturalmente lidamos com uma memória histórica e ao compreendê-la não seria exagero recuar ainda mais e perceber como as políticas ambientais fizeram parte de todo o contexto político desde a América portuguesa e do Império.

Os trabalhos de Zélia Lopes da Silva (2013) abordaram uma linha investigativa e epistemológica da problemática ambiental pautada no discurso da identidade nacional e nas cobranças sobre o meio ambiente, tendo por base os debates de políticos e de intelectuais de época em publicações em jornais, fontes que atestam o intercâmbio do debate nacional com problemáticas europeias, e abarca o processo de mudanças na lei entre os anos de 1932-1937. Diante de tamanha empreita, a autora destaca como na lei de 1891 pertencia à União apenas as terras voltadas à soberania, diga-se, as minas, não exercendo uma política voltada ao meio ambiente e cabendo o direito de pertença de terras devolutas aos estados. As vozes de contestação se organizaram e contaram com a intelectualidade dos anos de 1930, com o acesso à mídia e a construção “de eventos científicos educativos” (SILVA, Z. 2013, p. 179) voltados à construção de uma visão ecológica, efetivada pela primeira vez no campo legal do país com a Carta Magna em 1934, cuja incorporação crítica do debate vai de encontro a visão

---

<sup>228</sup> O autor destaca o caso das catástrofes de Donora, Pennsylvania, outubro de 1948; da névoa matadora em Londres, 1952, a doença dos gatos dançantes em Minamata, 1955, etc., destacando as repercussões das cobranças dos moradores das cidades e regiões afetadas pelas respostas da ciência.

romântica da noção de natureza adotada até então pela União<sup>229</sup>. Ao escaparmos do período de 1980, ou quiçá de 1970, poder-se-ia, se assim quiséssemos, tomar por base as transformações advindas da Lei de Terras de 1850, mas as transformações típicas do governo Vargas nos servem de referência. Não foi este nosso objetivo, mas ele convém de alerta para não incorremos em uma abordagem do campo e ignorarmos outras.

Além da questão da delimitação do recorte, a noção trazida nas fontes orais a respeito da concepção de natureza nos interessa. A propósito da tradição romanceada, a crítica que ela recebera complementa nossas reflexões, ainda que nossa preocupação seja outra no tocante a pesquisa - migração, desenvolvimento sustentável. Numa leitura, teríamos uma visão contrária àquela visão romanceada e dela evitaríamos certa leitura da Amazônia, para a qual a Amazônia, virgem antes do mercantilismo, sofrera com a atuação do homem branco; leitura esta não sustentada pela ótica ecológica e antropológica (DUARTE, 2002. p. 38), da qual se interpreta as transformações legais- pelas exigências típicas do dia a dia de trabalho<sup>230</sup>; em outra leitura da mesma forma insustentável, tem-se uma relação marcada pelo olhar eurocêntrico - e pelo mito do bom selvagem (p. 85). Diante destes enquadramentos sobressaem diferentes concepções de natureza sintetizadas pela autora da seguinte maneira (natureza-naturezas): natureza enquanto essência- medida das coisas, numa tradição iluminista em que pode atribuir e compreender inclusive a natureza de tudo; natureza como Éden; (aqui próximo às visões Edênicas de Buarque de Holanda), e nesta segunda categoria, trata-se de uma natureza comerciável. (Ibidem, 87), ou seja, do homem com centro das coisas.

Acima destacamos a reverência nas fontes orais dos aspectos naturais da Amazônia, sintetizados nas entrevistas pela palavra clima, mas, isto não se deu em nome da abordagem romanceada, questionada na bibliografia citada. Do contrário, as entrevistas deixam exemplos diretos de como viveram o cotidiano da Amazônia. Para além desta visão as fontes orais nos

---

<sup>229</sup> Ao ser tomada enquanto monumento, pelo campo legal, a natureza passou também a ser atrelada a todo um processo de validade de lugares da memória e as referentes implicações sociais dessa abordagem histórica, aqui avaliada pela incorporação no campo constitucional (SILVA, 2014, p. 183). Portanto, de debate isolado a temática ambiental passa-se a ponto nevrálgico diante do processo de inserção nacional na modernidade. Destaca-se neste debate o momento representativo da Marcha para o Oeste e de redefinição de posturas como da política de incorporação dos indígenas propagada pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Resultam destas transformações a criação do Código florestal de 1934 e a criação de Parques Nacionais. Ao ir-se além de uma visão utilitarista de se legislar sobre a natureza atribuiu-se a União o solo, subsolo e a própria preocupação com o patrimônio natural, o que significou uma ruptura do momento romântico para o técnico, e a partir de então passou-se a tratar da noção de patrimônio natural.

<sup>230</sup> Aulas ocorridas nos colégios estaduais do município de Tucumã-PA, entre os sexto e oitavo anos em 1992-1994. Situação ainda vivenciada posteriormente em inúmeras vezes no cotidiano de trabalho quando já professor de colégios da rede pública do município de Novo Repartimento- PA, entre os anos de 2004 a 2006. Recordo-me enquanto aluno no estado do Pará a respeito da preocupação dos professores da disciplina Estudo Amazônicos sobre os mitos da Amazônia, sendo este um deles, assim com a Amazônia como o pulmão do mundo, cientificamente falando e, portanto não na questão semântica que levanta o lugar das árvores gigantes, etc.

apresentam uma abordagem voltada aos usos da natureza, do “clima”. Compreender suas ressignificações e as pistas da relação com a natureza, na maneira como ela organiza parte das narrativas, serve quando seguimos a relação clima-natureza e sociedade numa abordagem cultural. Algo que vai da dificuldade de adaptação e da reafirmação de que aqueles que se adaptaram seriam merecedores das memórias positivadas do processo migratório, até a dose de saudosismo quando se falou das lembranças dos lugares, naquilo que eles demarcam da diferença com o clima do Sul. Condição natural e tipos de culturas agrícolas, eis a analogia que interessa aos participantes da pesquisa.

A leitura processual necessária para acompanharmos estas diferentes concepções da relação cultura e natureza, e porque não, do entendimento sobre o “clima” foi apresentada por Maico que ao destacar a forma de trabalho típica do pecuarista acabou estabelecendo um comparativo com a forma de se trabalhar típica de décadas anteriores tratando exatamente do campo das transformações na forma de produzir historicamente interpretadas:

Olha, é, tipo devido que mexer com gado não é que nem mexer com lavoura que era antigamente, mexer com o gado uma pessoa cuida de quinhentas cabeças, de repente vai se precisar um ou mais um pra ajudar a reunir ou as vezes quando levava pra vacinar, pra olhar o gado, uma pessoa da conta de tudo isso. Quando o pai morava no sítio eles faziam assim, o pai conseguia cuidar do gado; daí quando iam vacinar um irmão vinha ajudar o outro, trocava serviço, a questão de trocar o pessoal usa muito isso né. Trocar serviço: “áh vamos vacinar hoje o teu gado, vamos vacinar contra a aftosa ou contra carbúnculo o que seja, vamos reunir pega dois três pra ajudar, vamos lá e vacinamos tudo em um dia, daí tal final de semana vamos ver na do, do fulano.”<sup>231</sup>

A troca de serviço representou uma das formas de trabalho no campo. A prática lembrada representava uma forma de resistência ao trabalho assalariado. Ela serve para exemplificar as práticas adotadas pela família de Maico ainda no Paraná, e não significa nem uma aproximação pontual com a maneira dos paraenses e amazonenses produzirem, nem a prática de *commodities*. A diferença está no fato de que com o gado, diferente do trabalho praticado na lavoura ainda no Paraná, não se requeria maior mão de obra. Essa fala se torna marcante, pois estabelece um comparativo entre as formas de se trabalhar na década de 1970 com as atuais. A manutenção e ou inovação nas formas de produzir direcionam a análise para o significado de não se perder neste processo a simplicidade, independente dos resultados alcançados economicamente com e na produção. Noutro exemplo, a tensão entre ter de

---

<sup>231</sup> MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.



desenvolver, trazer o progresso, contudo não abandonar as exigências legais, correspondeu, nas expectativas de Maico, ao resultado de se ter na cultura um “jeito simples”. Curiosamente, a simplicidade foi destacada na atitude de uma pessoa “podre de rico”; foi o caso lembrado ao destacar desvios de investimentos federais, pois de um jeito “torto” as ilicitudes contribuíam na sua ótica ao desenvolvimento da região, na relação direta com a transformação da natureza:

[...] Ele foi e daí ele fez três Sudam. Mas antes de fazer o Sudam, ele é um cara estudado, ele já tinha os projetos das coisas, ele fez pra pupunha, pimenta do reino e gado. O projeto que ele fez agregava os três e era chamado “Projeto Pinguim”, existe até hoje, se procurar no Google. [...] boa parte do Pará é dele. Macapá é dele, tudo dele e daí ele pegou esse dinheiro e investiu em outra coisa e chegou a fiscalização dele pra vistoriar e foram primeiro na fazenda de gado, um projeto que ele fez lá, foram na fazenda de gado dele, daí chegou o fiscal lá, chegaram de terno, ele não tava, tava em Belém, daí veio de avião, veio de avião, chegou, desceu na fazenda nas pistas de pouso lá; daí chegou três fiscalzinho lá, mais dois policial federal pra fazer a vistoria, contar o gado, [pra ver se] ao menos se o que tem dá pra pagar. Daí diz que ele deu uma olhada, sempre andou de shortão, bem jeitão (...)daí ele falou: “dessa fazenda ou de outra?” Ele falou: “mas tem mais?” Ele falou “não, essa aqui é uma delas”. Ele falou “mas eu garanto pra você, o gado que tem aqui nessa fazenda paga a minha dívida”, daí ele falou “então vamos reunir pra nós contar amanhã”, e ele falou: “não, não é assim, nós vamos reunir por piquete, esse piquete aqui tem oito mil cabeças, lá tem mais cinco daí vamos começar a reunir, vamos colocar nas mangas” [...].<sup>232</sup>

A simplicidade identifica o empresário, também citado por sua competência, outro migrante da Mesoregião Oeste do Paraná. E além de saber investir – mesmo que com dinheiro advindo de maneira ilícita, o empresário demonstrou saber compreender a produção local, investiu em gado e em culturas locais, como a da pimenta e o cacau. E além de tudo, demonstrou herdar a simplicidade do migrante, mesmo sendo “podre de rico”. São todas formas de se comportar diante da natureza. Ou seja, de um lado levar o conhecimento adquirido e por outro, adaptar-se, aprender com a natureza. Isto tudo, conforme destacou o entrevistado, num período de cerca de três décadas, justamente durante o período que corresponde ao recorte proposto pela bibliografia trazida no início do capítulo.

Diferente da interpretação de Maico a leitura de Milton não se dá pela ruptura na forma de produzir e destaca a continuidade de uma política que vinha desde décadas, ou seja, desde quando ele tem na lembrança o trabalho com o extrativismo da madeira:

---

<sup>232</sup> MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.

Não, é, é desde a Transamazônica (...) [refere-se ao incentivo do Governo Federal a “colonização” da Amazônia]

Entrevistador: Desde 70 já incentivava?

Milton: É, já é incentivada a abertura da, da Amazônia né. O mogno, a liberação do mogno sempre existiu com projeto de manejo.

[...] Sempre teve, sempre e nós tinha projeto de manejo, não é que nós tirava madeira ilegal não. Não, tinha que ter guia florestal. Tinha que ter, não é assim (...)

[...] nós pagava reflorestadora pra reflorestar, nós não tinha reflorestamento porque na época não tinha como, aí a gente pagava a firma, tinha uma, até Santa Izabel, até hoje eu lembro lá do nome da empresa que reflorestava. Não é que você ia lá e tirava a madeira e (...) só depois, que nem eu fui mexer pra mim daí já eu fazia os projetos, aí eu tinha um engenheiro florestal, por exemplo, eu pegava lá mil hectare, fazia projeto de quinhentos hectares, sei lá, de quantos hectares dá pra fazer a área lá. Eu fazia sustentável daí. Projeto sustentável você tira só as, as matrizes né, as mais e deixa e vai e deixa sempre as reservas, não tira tudo, não baixa [derruba] tudo. [...].<sup>233</sup>

A técnica do reflorestamento é comparada a do manejo; todavia, o próprio entrevistado demonstra os novos cuidados e medidas cobrados no trabalho na Amazônia quando comparados com os realizados no Paraná desde a década de 1970.

O comparativo entre as décadas de 1970 e 2000 e as formas de produzir apresentado tanto por Milton quanto por Maico demonstra como o tema natureza extrapola a construção de um campo de debates acadêmicos quando entendido pelas relações de trabalho apresentadas nas fontes orais. As entrevistas demarcaram proximidades e distanciamentos entre as cobranças ambientais vividas no Paraná, antes da migração, como a do reflorestamento<sup>234</sup>, num período anterior ao da migração para a Amazônia Legal, com o projeto de manejo sustentável, conhecido na Amazônia.

Estes são exemplos diretos de como a visão romanceada da natureza não daria conta de narrar as trajetórias estudadas, afinal esta relação envolveria relações de trabalho, levadas e ou ressignificadas na Amazônia ou numa última análise, envolveria tudo que se refira a territorialidades.

---

<sup>233</sup> MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>234</sup> Uma contribuição para avaliarmos a temática que envolve sociedade e natureza, mais especificamente, da inter-relação sociedade e florestas no Estado do Paraná, trata-se do trabalho de Ely B. de Carvalho (2008) com o estudo da colonização dirigida na região de Campo Mourão, entre os anos de 1939-64. A partir da análise do projeto de “colonização racional” e o de “modernização do campo” e os respectivos impactos ambientais deles decorrentes, o autor problematiza o discurso de “racionalização do espaço”, tendo por fonte principal processos judiciais e relatórios oficiais do Estado e de Institutos envolvidos no processo de colonização. De acordo com o autor, a crença no progresso advindo da ciência, direcionada pelo Estado, estaria permeada naquele contexto pelo reflorestamento, prática estrutural de um processo que determinou políticas voltadas ao controle da relação natureza e sujeitos, diante do esforço de transformação do cidadão em um “homem novo”.

#### 4.1.2 O clima

Noutras entrevistas a pesquisa destacou as marcas trazidas na memória da relação com o clima. O clima, forma generalizante nas entrevistas das condições naturais, passou a ser um problema para os estudos migratórios. Se o clima teria influenciado, por exemplo, na opção dos imigrantes europeus, isso em fins do século XIX, pelo Sul do país (SALOMÃO, 2013) <sup>235</sup>, este fator não deixaria de estruturar os significados da migração dos entrevistados para o Norte, e no posterior retorno, para o Paraná. A relação entre cultura, clima, trabalho compunham a leitura dos processos migratórios.

No caso da nossa temática o clima também dita escolhas e lugares. A fala de Valdemar exemplifica bem esta relação entre lugar e clima quando destacou porquê gostava de viver no Mato Grosso e no Pará:

É eu gostava de lá, e o calor... não chove que nem aqui, não te atrapalha... Quando chove e se molha, que nem quando tava entregando máquina, nunca paremos, porque se se molha um pouco vai ficar doente...você as vezes chegava fumacear as costas, era chuva de dois, três milímetros e o sol em seguida, daí o calor (...).<sup>236</sup>

A análise envolve ainda a constatação das chuvas e as ocorrências, seu ritmo natural, a demarcar o calendário. Nas queixas de Milton, a burocracia na concessão da guia para retirada da madeira, a qual deveria ocorrer antes “do período da chuvarada”, determinou a perda de uma temporada de atividades na área selecionada:

Depois que choveu, bom, agora que choveu decerto agora eu vou assinar pra eles trabalhar, pra eles trabalhar nada, porque daí não trabalha mais. Então eles forçam você a trabalhar errado. Não é que eles fazem questão, porque se quisessem que trabalhasse certo, bom, o mês de julho é o verão.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> Os exemplos novamente podem ser buscada em práticas culturais de um recorte ainda mais recuado, servindo de exemplo o estudo de Salomon (2013) no qual destaca que em meados do século XIX teve-se um período de construção de um imaginário da região Sul, pautado no significado da apresentação dos lugares pela sua proximidade com o clima europeu. Naquele período as regiões meridionais, conforme destacou o autor, deixam de ser pensadas a partir das capitâneas. Na sua pesquisa a salubridade do clima da região, muitas vezes foi apresentada mediante a generalização das interpretações dos viajantes. E, assim, se apresentou o Sul enquanto o único lugar do Brasil de clima europeu. A própria mudança de designação do Brasil Meridional para o Sul do Brasil está relacionada a análise do clima, ou seja, de uma delimitação militar para uma delimitação de identidade, construída também pelo seu clima, numa forma de contra argumento às teorias eurocêntricas sobre os trópicos.

<sup>236</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

<sup>237</sup> MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

Na cultura paraense, e não apenas nela, a chuva é base para o entendimento dos ritmos ditados pelas condições climáticas ao trabalho de extrativo <sup>238</sup>. Na fala de Enso, o período da chuva caracteriza uma situação na qual ficar à mercê de intempérie poderia significar a privação, em muitos momentos, de artigos adquiridos em qualquer supermercado, como alimentos:

Você andava no tempo da chuvarada, muito atoleiro, cansei de dormir em atoleiro, cansei de arrastar gente em atoleiro, mas você não via ninguém preocupado, ninguém triste e ninguém com problema, tava todo mundo feliz, se não tivesse uma garrafa d'água, você bebia um gole d'água ou se tivesse um pacote de bolacha, você comia uma bolacha, se tinha você oferecia também e todo mundo se dava bem. <sup>239</sup>

A privação determinaria a intensificação de um comportamento solidário e humilde de todos; e independentemente da sua situação econômica, compartilhavam a bolacha, a água, etc. Este comportamento- humilde, solidário, relacionado às condições climáticas e estruturais, tornava as pessoas felizes, despreocupadas com os problemas relacionados ao emprego, aos negócios, etc.. E o clima lembrado pelo entrevistado pela identificação com ele também remeteu ao desafio da adaptação. Conhecer o clima, trabalhar a partir das suas possibilidades, esse foi o desafio.

Um último exemplo pode ser entendido entre o início da entrevista de Márcio e sua conclusão, e entre as duas citações seguintes, o clima foi sendo ressignificado e representou o desafio da adaptação; e vencê-lo, ou adaptar-se a ele, significou, enfim, adaptar-se aos lugares: “E aí, assim, quando eu cheguei lá, eu realmente pensava em voltar pra cá, eu achava que não ia me adaptar lá. [...]. Mas o que eu sentia mesmo, saudade do Paraná, era dos bons invernos, mas aí na questão também de se adaptar também ao meio né” <sup>240</sup>. Na fase final de sua narrativa, procurou destacar:

---

<sup>238</sup> Aqui neste exemplo têm-se duas estações demarcadas, o verão, determinado entre os meses de junho a novembro e o inverno, correspondente ao restante do ano. O que caracterizaria nesta visão o inverno deve-se pela ocorrência de precipitações- chuvas- algo relacionado ao alto índice de evaporação, época em que o extrativismo fica impedido devido a atoleiros nas estadas pelas quais escoam a madeira cortada das matas; cabe enfatizar que a região na qual o entrevistado se refere localiza-se ao Sul da linha do Equador, logo, estas estações corresponderiam ao verão e a primavera e não ao inverno, culturalmente “confundido” devido à sensação térmica menor decorrente das chuvas.

<sup>239</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

<sup>240</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

Bom, mas como nós estávamos lá, nós fomos tentar a vida lá. Bom, daí foi se passando o tempo. A gente foi se achando, eu fui conseguindo meu emprego, eu fui começando a gostar do lugar. Eu só sentia falta, a única coisa que, eu sempre gostei do inverno então eu sentia muita falta do inverno.<sup>241</sup>

Uma das maneiras de se adaptar ao clima representou conhecer os lugares e o ritmo de vida dos seus moradores: “Se adaptando, então o clima pra mim já não era mais problema, comecei a conhecer a região, a região amazônica mesmo, eu passei um ano praticamente viajando de barco. O rio Negro, rio Solimões, o Baixo Amazonas”.<sup>242</sup>

Além da importância de acompanharmos as possíveis leituras da relação entre sociedade e natureza, buscada neste tópico pelo breve diálogo com a historiografia específica, bem como na delimitação da questão de recortes de tempo e espaço da nossa abordagem, algumas considerações concluem a discussão. O clima que era um problema se tornou desafio e chegou certo momento da migração já não incomodava; hoje ele é lembrado não mais pelas suas adversidades, mas por certa dose de nostalgia daqueles que a ele se adaptaram. O clima que tanto para Enso quanto para Márcio determinou o ritmo da adaptação. Já em relação ao clima enquanto sinônimo de trabalho, para ambos, assim também como para Milton e para Hugo ele determinou a adaptação e o próprio tempo da migração. Num extremo, clima e natureza, cultura e trabalho acabaram em um ou outro momento sendo tratados como sinônimos.

#### **4.2 - “Andei em muitas áreas que nunca ninguém tinha entrado dentro”: as práticas dos migrantes diante da Legislação ambiental**

Se o clima também determina as formas e ritmos de trabalho, a sua alteração não está presente dentre as preocupações das entrevistas; mas nelas não foram negadas as questões ambientais, representadas como veremos a seguir na prática do extrativismo estruturado no desenvolvimento sustentável, ou simplesmente na prática do manejo. Lidar com o clima e a forma de produzir, com as práticas naturais de lazer, lidar com o trato com a natureza; mais que se adaptar e ou colocar em prática o conhecimento trazido do Sul, os sujeitos tiveram que lidar ainda com toda uma carga de transformação no campo das leis.

Para alguns dos entrevistados uma das estratégias para se posicionar diante da problemática do progresso e da preservação voltou-se à apresentação das técnicas do manejo;

---

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Ibidem.

assim fez Derik ao especificar sua contribuição técnica ao trabalho na pecuária. Ele precisou aliar o desejo de se afirmar na nova profissão com a demonstração do conhecimento técnico adquirido com a formação na área de técnico agrícola; na prática, ou seja, teve de apresentar possibilidades para efetivar o aumento da produção sem se desviar das cobranças ambientais. As atividades, a mais lembrada em referência ao manejo foi a madeira (extrativismo).

Evidentemente, falar de desenvolvimento sustentável não remete unicamente a ter domínio da aplicação do manejo, antes disso indica uma preocupação vivida na Amazônia Legal e por isto indica mais caminhos de análise do processo estudado. Nestas leituras novas classificações da relação entre sociedade e natureza surgem pelas interpretações dos próprios sujeitos. Por exemplo, Hugo apresentou um interessante quadro a respeito do papel exercido pelos migrantes que ocuparam a Amazônia pela distância entre a prática do extrativismo e a da agropecuária, como iremos discutir abaixo.

#### **4.2.1 Cultivar e extrair, diferenças e similitudes**

Hugo procurou demonstrar conhecimento sobre o extrativismo da madeira. Sua sistematização nos exigiu novamente a atenção à maneira como a identificação com certa concepção de cultura determinava as formas de extrativismo e de produção agrícola, numa lógica que extrapola as fronteiras nacionais e, não por acaso, tal qual apresentaremos na sequência, o manejo faz sentido se pensado numa lógica de mercado internacional:

Só que quem morava lá, quem tinha que morar lá e que se dedicava, tem que decidir entre dois grupos, aquele grupo dos poderosos, de madeireiros, que pegava aquela madeira e levava para o Porto de Belém e exportava pra onde: Itália, França, Inglaterra (...) agora, o detalhe é o seguinte, lá era comprado o mogno, se eles não comprassem, não teria o mogno, na sua origem, condenavam, o mundo inteiro condena isso, a derrubada da madeira, mas eram eles próprio que motivavam isso.<sup>243</sup>

Antes de exemplificar o segundo grupo, relacionado aos produtores ligados ao setor agropecuário, complementou seu raciocínio a partir da reconstrução de um histórico do extrativismo pautado no mogno:

Hugo: não, não, madeira de lei, só coisa boa, bonita mesmo, se tivesse algum nó no meio, não ficava não. Aquilo era tudo exportado, eu fui ver em Belém, no Porto, madeira tudo marcadinha, isso saía lá da origem, e dali era

---

<sup>243</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

exportado. Então, pro mundo, para os “civilizados” [ironia], eles compravam e colocavam lá, e era eles mesmos, alguém daquela sociedade lá que condenava a derrubada de árvores. [...] Esse é um grupo que vai só pra explorar a madeira, o garimpo, e o outro são aquelas pessoas que se dedicam à atividade mesmo, lá [região Sul e Centro-oeste] tem muito produtor de gado que produz gado, cria gado, porque que não pode criar aqui no Mato Grosso, aqui na região do Paraná, do Rio Grande do Sul? Então eles levaram a tradição, o reconhecimento da cultura da pecuária e começaram trabalhar nisso lá.<sup>244</sup>

Então, teríamos duas grandes divisões, entre os que exploram (extrativismo) e os que produzem. Dentre os que exploram ele defende o corte da madeira, atividade que poderia ser regulada pelo manejo, em detrimento da prática do garimpo, esta condenada pela sua análise. Dentre os que produzem, ainda teríamos outra divisão, entre os que plantam e os que criam o gado, ambas vinculadas à construção cultural do migrante e a maneira como ele se apropria das causas ecológicas:

Entrevistador: Esses do sul que foram pra lá trabalhavam com o que?

Hugo: exatamente, eles se dedicavam a produção agrícola. Eu vi gente plantar soja lá que não deu certo. Mas o clima lá, lá é pra plantar cacau, pimenta do reino, produtos lá de cima, pra explorar cupuaçu, ou essas outras frutas em geral. E não tinha, não tinham o conhecimento, a técnica da coisa, se dedicavam a uma coisa que não era, não tinha apoio de órgãos oficiais e de instituições como tem aqui, não tinha lá, também técnico também não tinha, daí dava com (...) que resultado poderia sair daquilo? O fracasso mesmo! Voltavam e daí muita gente não conseguia voltar, porque o recurso tava investido tudo lá, aqui vendia, vamos supor, quinze alqueires e comprava cento e cinquenta lá...

Entrevistador: poucos se adaptaram?

Hugo: muitos, quem se dedicou a pecuária se adaptou. Mas essa não era uma tradição das famílias daqui. Isso já era de outras zonas que eram de Goiás, de São Paulo, de Minas.<sup>245</sup>

Poderíamos aqui apresentar uma síntese da crítica de Hugo: na falta de apoio técnico do Governo e de incentivos os sulistas não tiveram condições para aprender a lidar com o gado, ou com as culturas típicas da região e muitos fracassaram economicamente.

Numa leitura próxima, Milton destacou uma avaliação da sua profissão, a de madeireiro, diante das cobranças ecológicas: “Milton: A madeira, a única coisa que o madeireiro faz, abre estrada, por exemplo, tá vinte, quilômetros, trinta quilômetros pra dentro

---

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

da mata e não tem estrada, o colono é mais difícil ir lá dentro derrubar, porque ele não tem apoio, né?”<sup>246</sup>

A divisão proposta chama a atenção, assim como a diferença que Márcio elabora ao enfatizar as demandas da preservação na Amazônia. Para ele, o Amazonas, diferente dos estados onde conheceu, e principalmente em relação ao estado de Rondônia, receberia maior atenção internacional:

Para o Amazonas porque quando a gente olha o norte do país, pra quem estuda geografia vai entender, que a Amazônia é a união de vários estados. Só que no estado, a administração do estado do Amazonas (...). Ela é mais rigorosa em termos de cuidar desmatamento, essas coisas. A fiscalização é mais intensiva do que no estado do Pará.<sup>247</sup>

Muito embora a sua leitura não seja passiva de confirmação estatística, interessa aqui o raciocínio representado pelo entrevistado, no qual associa o impacto da palavra Amazonas aos olhos de governantes e de ONGS preocupadas com o “pulmão do mundo”. Ali as cobranças sobre o extrativismo seriam maiores.

Os exemplos de Hugo e de Márcio apresentam duas formas de expertises dos migrantes das quais tentam classificar o processo vivido pautados no desafio de pensarem na relação entre produção e preservação ambiental. Diante do estudo destes posicionamentos cabe destacar que algumas leituras foram construídas individualmente, mas no todo formam um conjunto próximo. A esse conjunto, no que tange aos posicionamentos quanto à produção agropecuária e extrativista, a leitura foi mais elaborada quando se falou da possibilidade da efetivação do extrativismo, com a prática do manejo.

Tal qual enfatizou Hugo, existem políticas que regulam o extrativismo sustentável. O manejo justificaria para os entrevistados a atitude do extrativismo. A propósito, conforme já destacamos em uma fala anterior de Enso, o manejo se tornou prática comum diante das novas cobranças, “Em 2005 começa o manejo, a partir de 2006, 2007, 2008 pra cá que agora só tira árvore certificada. Isso fechou a maioria (...)”<sup>248</sup>. Em determinado momento da entrevista, Enso repensa a afirmativa que fizera minutos antes a respeito de uma sociedade condicionada pelo meio e agora, de um olhar diferente, apresenta a interferência dos sujeitos, inclusive numa ótica social e científica que não nega sua preocupação com a

---

<sup>246</sup> MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>247</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubiratã-PR, 19 de dez 2014.

<sup>248</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.



“sustentabilidade” relacionada à crítica ao desenvolvimento do Mato Grosso, levantada anteriormente. Mais uma vez sua fala se torna emblemática:

[...] porque na verdade assim, a Amazônia, a Amazônia abriu a média de 20% até hoje, então tem 80% de floresta, então tá, tá dentro do pacote, eles fazem mais ou menos essa conta, então o que tá acontecendo, as áreas de pasto degradadas que foram abertas há trinta, trinta e cinco, quarenta, vinte anos, tá virando soja. E o boi sai dali e vai pro confinamento, vai pro coxo<sup>249</sup>.

O impacto responsável pelos 20% a partir de agora, com os novos conhecimentos técnicos, deverá ser evitado, sem que se condene sua causa. Ou seja, a proposta de desenvolvimento sustentável, ao integrar boi e soja, pecuária e agricultura, se diferencia da forma com fora aplicada a agricultura décadas antes, mas isto não condena aquelas práticas, antes, correspondem ao avanço científico e a conscientização ecológica típica da última década, segundo ele.

#### **4.2.2 A Legislação Ambiental Básica e o conhecimento da lei**

A prática da agropecuária e a do extrativismo para além de diferenciações recebe, de acordo com nosso levantamento, a intensificação de políticas específicas. Estas políticas foram constantemente evidenciadas nas entrevistas. Em algumas delas destacou-se o aumento da fiscalização ambiental, fazendo-se uma associação com as cobranças existentes no Paraná, desde a década de 1970, e em outras, ressaltou-se as novas preocupações e cobranças por parte do Estado, evidenciando-se a necessidade da adaptação do migrante frente às demandas legais.

No intuito de averiguarmos o histórico de construção de políticas ambientais realizado durante o recorte de nossa pesquisa, entre as décadas de 1970 a 2014, e com isso avaliarmos a intensidade do aumento de discursos e políticas ambientais a partir dos anos de 1990, correspondente ao início do fluxo de retorno, e conseqüentemente das práticas de fiscalização, podemos observar a Legislação Ambiental Básica em vigor (Ministério do Meio Ambiente, 2008). E o índice temático da Legislação, se organizado a partir do ano do decreto/lei/resolução aponta para o fato de este documento ter sido reformulado nas últimas três décadas.<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

<sup>250</sup> Conforme o seu índice temático a legislação está estruturada da seguinte maneira: Constituição Federal; Política Nacional do Meio Ambiente; Flora; Educação Ambiental Águas; Fauna; Unidades de Conservação;

A Legislação Ambiental Básica fundamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, estruturada a partir do artigo 225 da CF; neste caminho, temos a própria Política Nacional do Meio Ambiente, no início da década de 1980. Ela está dividida em Flora: processo de regulamentação das políticas e leis construídas nos anos de 2000. Águas: debate fundamentado no decorrer dos anos 2000, iniciado em fins dos anos 1990. Fauna: Lei de 1988 alterou alguns artigos do decreto 5197, de 1967. Educação Ambiental: debate de fins dos anos de 1990. Unidades de Conservação: debate ocorrido nos anos 2000. Crimes e Infrações Administrativas Ambientais e Crimes e Infrações Administrativas ao Patrimônio Genético, destacando-se a Proteção e o Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, e a Repartição de Benefícios. Da mesma forma, foi um debate dos anos 2000. Povos e Comunidades Tradicionais tornaram-se debate comum aos anos 2000.

Para exemplificar a discussão destaca-se o fato desta política ter atualizado o Código Florestal em vigor, de meados de 1960.<sup>251</sup> Dentre esta reformulação temos, a partir de então, a regulamentação de práticas que interessam aos migrantes sulistas, pois, tinham por discurso e base legal do Estado, as políticas do PND. Um marco neste campo deve-se a regulamentação de uma política Nacional a qual ganhara força com a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Nesse momento, a questão materializada nesse conjunto de leis incorpora uma nova demanda da sociedade e o próprio conceito de “Nacional” no que se refere às cobranças ambientais passa a ser aplicado na Amazônia. Ou seja, como disse Milton, aquilo que “já existia no Paraná”, passaria a ser intensificado na Amazônia.

Os debates de 1980 pouco foram destacados quando se falou desta época nas nossas fontes orais. Portanto, se a década de 1980 pode ser trazida enquanto um marco de transformação legal, nas memórias há certo descompasso em relação a sua percepção. Na verdade, as mudanças passam a ser enfatizadas quando se fala nas entrevistas dos anos de 1990 e 2000, não por acaso momento no qual se constata o fluxo de retorno, o período que delimita a migração dos entrevistados. E de fato, novamente, a aceitação deste marco temporal faz sentido, agora, considerando-se a sequência de reformulação da Legislação Ambiental desta década. Neste momento foram criados, por exemplo, a Lei nº 11.284, de 2 de

---

Crimes e Infrações Administrativas, Ambientais e Patrimônio Genético, a Proteção e o Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, a Repartição de Benefícios; Organismos Geneticamente Modificados; Povos e Comunidades Tradicionais. A título de análise, podemos reorganizar esse índice temático a partir de uma análise cronológica. Salvo algumas exceções, como a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Institui o Novo Código Florestal), e o artigo 225 da Constituição Federal, constata-se que a legislação ambiental é decorrência positiva de um debate construído principalmente em fins dos anos 1990 e ao longo da década seguinte.

<sup>251</sup> Conforme ditames da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 instituiu-se o Novo Código Florestal que passa em fins de 1980 a ser repensado.

março de 2006 que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro-SFB (cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal-FNDF); etc.. (Idem p.68).

Neste conjunto, mais específico sobre o conceito – e regulamentação do desenvolvimento sustentável - tem-se o Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007 que regulamente, no âmbito federal, a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências. (Idem, p. 99). Quanto à padronização dos usos das florestas de maneira sustentável, intensificam-se processos conquistados a partir da CF de 88, tendo destaque as Resoluções do CONAMA sobre parâmetros das atividades extrativistas<sup>252</sup>.

Acompanhando as definições específicas das reservas e das implicações da prática de extrativismo, pautadas no desenvolvimento sustentável, estariam de agora em diante definidas as sanções aos infratores, e o estabelecimento de atividades de cunho educativo<sup>253</sup>. Isto para ficarmos na questão das práticas do extrativismo, pois elas também foram reguladas pelos debates sobre recursos hídricos, como com os crimes a recursos hídricos e aos danos ao patrimônio tradicional e genético<sup>254</sup>. E pouco se falou, e já dissemos, dos Organismos Geneticamente Modificados (Debate dos anos 2000), problemáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e raramente abordadas e apenas evidenciadas em algumas entrevistas de maneira indireta<sup>255</sup>. Parte disto se explica pelo fato de se deterem na polêmica em torno da regulamentação de reservas e, principalmente, na relação entre a regulamentação do extrativismo e a preservação destas áreas.

A própria garantia do domínio de práticas de desenvolvimento sustentável acalora o debate, uma vez que alguns ramos não mais seriam taxados unicamente pela predação

---

<sup>252</sup> A Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, (Idem, p.45); A Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002 dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; a Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002 dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. (Idem, p.113). Na Resolução do CONAMA nº 378, de 19 de outubro de 2006 define-se os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional (Idem, p.124).

<sup>253</sup> É o que se percebe na leitura do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. (Idem, p. 250).

<sup>254</sup> É o exemplo da regulamentação proposta sobre esses crimes e Infrações Administrativas Ambientais. (Debate de fins dos anos de 1990 com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. (Idem, p. 237). A Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. (p. 263).

<sup>255</sup> A respeito das comunidades tradicionais, ver o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. (Idem, p. 323)

ambiental. Mas, no entanto, pouco se referiu nas fontes orais à demarcação de diferenças entre a produção sulista com a produção de povos tradicionais, grupos ainda pouco amparados nas reformulações constitucionais que se organizam enquanto movimentos sociais, sobretudo após 1988. Entre os agentes sociais que buscam recentemente acesso a terra destacam-se os ribeirinhos, lembrados nas falas de Hugo e Moises, situados no debate de Almeida (1994) sobre terras tradicionais justamente pelo seu fator organizativo, caracterizado a partir das: “raízes locais profundas; fatores político-organizativos; autodefinições coletivas; consciência ambiental; e elementos distintivos de identidade coletiva (Idem, p. 21)”.

Nas entrevistas fica manifesta a preocupação maior com a regulamentação em torno do extrativismo e com os direitos de povos indígenas, isto sem falar nas principais causas destacadas: os projetos de manejo - impacto reduzido - e os crimes administrativos contra patrimônio ambiental. Por outro lado, temas referentes à biopirataria, ao patrimônio genético e a educação ambiental raras vezes foram destacados nas entrevistas, salvo as de Enso e Ivania. Temos nesta constatação o entendimento de que aquilo que interessava diretamente aos entrevistados se remetia as práticas de fiscalização, principalmente a do extrativismo da madeira, estas sim, frequentemente vivenciadas.

Todo o debate exposto se encaminha para outra questão central: afinal, quem conhecia a lei e como ela fora apresentada nas entrevistas? Em linhas gerais os embates - entre os imigrantes e os nativos - não caracterizam a trajetória apresentada pelos entrevistados, mesmo quando as questões foram direcionadas para esse sentido, e por isso não podemos avaliar até que ponto essa postura se remete a um silenciamento, ou se, de fato, não caracterizara a vivência apresentada nas memórias. E quando se falou de conflitos pelas terras, e, entenda-se nisso, conflitos de interesses ideológicos diversos daquilo que a terra significaria em termos de produção e de preservação, não houve explicitação de disputas vividas pelos entrevistados, por exemplo, com ou contra algum movimento social. Na verdade, foram lembradas situações que envolveram apenas os conhecidos, por exemplo, com Valdemar:

E que nem agora (...) que nem ali onde agora foram despejados os fazendeiros daquela terra dos índios lá, lá naquelas fazendas eu fui também [trabalhou no lugar]. Um tal de [cita nome] (...) No Mato Grosso. Mato Grosso, pro lado de cá do Xingu assim, indo pra Tocantins; Vila Rica, Mato Grosso é a fronteira com o Pará né, a divisa com o Pará. E estas fazendas aí dos índios que pertenciam com o Xingu né. E daí ali tinha um tal de [reafirma o nome citado acima] que comprou dois minerador da firma, do [cita nome do membro da família] e eu fui montar com ele, comemos a carne de carneiro lá com eles de noite, o cara têm usina própria, têm silo próprio,

tudo sabe, e isso já fez sete, oito anos atrás, agora a gente soube né, quando eu vi na televisão assim, eu conheço as fazendas. Eu falei coitado dele com isso aí, mas ele sabia que tava dentro das terras dos índios.<sup>256</sup>

As questões ambientais aqui se associam à legislação da demarcação das terras indígenas. Já destacamos no capítulo anterior desta ênfase dada por Valdemar sobre a simplicidade do paranaense e ou o sulista em geral. Aqui nos interessa entender como os conflitos não se resumiram a uma disputa com os sulistas ou com outros imigrantes. Ele se deu inclusive entre os indígenas e fazendeiros, nativos da região e, portanto, não foram relacionados neste momento como uma questão étnica, ou seja, de um movimento contra o sulista. A preocupação, nesse caso, estava mais direcionada às políticas de terras do que a relação entre sulista e nativos. Esta polêmica envolveu o debate em torno do reconhecimento legal quando se fala das condições de trabalho e moral e quando se afirma a conduta correta no lidar com a madeira. A propósito, lembrou Valdemar, “ele sabia que era terra de índio”; ou, ambos tiveram acesso ao conteúdo das revisões do setor lembradas acima.

Esta análise legal, assim como destacamos no estudo a respeito da suposta redução do desmatamento a partir de fins da década de 1990, não comprovou necessariamente a interferência direta entre resultados dessas políticas e o retorno da Amazônia Legal para a região Sul. Todavia, temos a evidência de que no recorte delimitado pelo IBGE como referente ao período marcado pelo fluxo de retorno, dos anos de 1990 a 2014, as atividades extrativistas passaram, ao menos no campo constitucional, por uma reforma que acompanhou tanto debates de sustentabilidade e da fiscalização mais e precisas quanto uma busca pelo desenvolvimento de novas tecnologias genéticas e educação ambiental.

Essa constatação corrobora a construção de nosso estudo, e ela é alertada nas fontes orais, todavia mais significativo foi o fato das entrevistas apontarem para a ressignificação do desenvolvimento sustentável, temática central em todas as entrevistas e a partir da qual os entrevistados se posicionaram frente ao momento de reformulação de políticas de extrativismo na Amazônia.

Quando nas entrevistas os sujeitos se apropriaram direta ou indiretamente de diferentes discursos referentes ao meio ambiente, o faziam de maneira a demonstrar como esses discursos foram providos, em parte a partir das relações com políticas e com as leis que

---

<sup>256</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

regulamentam muitas vezes suas atividades econômicas e seu cotidiano. Alguns entrevistados foram assessorados, outros compreenderam as exigências a sua maneira.

Além das transformações legais específicas, a própria logística de proteção do território nacional<sup>257</sup>, que passou por reformulação em 2005, nos oferece mais evidências das transformações conceituais-legais e, conseqüentemente, das possíveis apropriações dos sujeitos, sobretudo quando elas podem ser comparadas aos documentos apresentados anteriormente, quando destacamos o contexto de ocupação da Amazônia quatro décadas antes do momento agora discutido. Novamente, o debate sobre a defesa nacional pontuou:

1.2 Nos primórdios, a segurança era vista somente pelo ângulo da confrontação entre Estados, ou seja, da necessidade básica de defesa externa. À medida que as sociedades se desenvolveram, novas exigências foram agregadas, além da ameaça de ataques externos.[...]

1.3 Gradualmente, o conceito de segurança foi ampliado, abrangendo os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros. Entretanto, a defesa externa permanece como papel primordial das Forças Armadas no âmbito interestatal. [...]

2.4 A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional (BRASIL, 2005, p. 1).

Fica evidente a preocupação dos legisladores com outras riquezas naturais e elas não indicam apenas as tradicionais, como o ouro, a prata e a própria ocupação do território na ótica do Estado. Sem se desconsiderar aqui o descompasso entre a construção da lei e efetivação das práticas de fiscalização, a revisão do conceito de segurança, trazido já no capítulo segundo, abre a possibilidade para incluirmos entre as novas riquezas, a água, o patrimônio genético, a diversidade biológica em si, sendo a Amazônia citada diretamente no documento.

Enfim, a maioria dos entrevistados apresentou como agente na transformação da região Amazônica, o Estado, atribuindo a ele uma atuação mais combativa ao desmatamento, principalmente a partir da década de 1990. Mesmo comentando-se apenas sobre o domínio da lei voltada ao desenvolvimento sustentável e as reservas indígenas, sobretudo naquilo que importava ao extrativismo da madeira e de minérios, demonstrando-se com isso o

---

<sup>257</sup>Até então temos evidenciado as contribuições de Haesbaert (2011 a) e seu questionamento de uma definição clássica e não por isso desnecessária de território, ou seja, mesmo limitada, reconhecemos a existência e impacto da leitura de território enquanto resultado das conquistas do Estado Nação.

desconhecimento de grande parte do aparato legal citado anteriormente, tal postura condiz com um contexto de transformações legais no qual temos demarcada a nova compreensão do governo no tocante a mudança de concepção territorial, e de sua ressignificação no processo de territorialidades dos entrevistados.

Em maior ou menor grau essas cobranças influenciaram no retorno ao Paraná, mas não significaram a principal e muito menos a única explicação, somando-se a ela as expectativas pessoais e os problemas de saúde, familiar, etc. Na sequência, a especificação da prática do manejo encerra o capítulo.

#### **4.3- “Parece que quem mexe com a natureza não dá sorte”: o manejo**

A adoção por uns e o ouvir falar por outros sobre o manejo cumpre aqui um objetivo importante para o estudo de memórias da migração, afinal, os entrevistado voltam a estar em compasso com as cobranças do estado, agora, não mais distantes das cobranças ecológicas que se intensificaram nas três últimas décadas. A este peso de novas posturas diante dos “planos da nação” e a incorporação de práticas e discurso tais, ressignificados pelas memórias, dá-se destaque neste debate que encerra o capítulo.

Numa primeira abordagem cabe avaliar a construção desses direcionamentos de como utilizar a natureza. A questão foi apresentada por Arruda (2006) e envolve a atenção ao conceito de consciência histórica diante do processo de definição do Patrimônio Ambiental. Também no nosso caso lidamos com os significados práticos da delimitação do território da Amazônia estabelecida a partir da delimitação de um ecossistema. Isto estrutura a delimitação de reservas, a proibição do corte de determinadas árvores, etc. Mediante a “inflação” de políticas de construção de patrimônios ambientais apresenta-se o valor de maior atribuição de as subjetividades presentes nos processos até então definidas pelo aval técnico – bio deterministas- que envolvem processo de demarcação de reservas <sup>258</sup>. O mesmo peso da historicidade frente às determinações científicas direcionam nosso estudo. O manejo será, nas palavras da maioria apresentada a seguir, uma saída, uma forma de se colocarem diante das diferenças culturais e sociais dos outros sem necessariamente negá-las por completo quanto falam de outras virtudes.

---

<sup>258</sup> A propósito, dialogando com Hüsen (2001), Arruda destacou a contribuição tanto dos significados do pensamento histórico científico quanto da consciência histórica dos sujeitos envolvidos, enfatizando os limites da construção do “chão de nossa história” pautado exclusivamente nas diretrizes do Estado Nação e em seus critérios científicos.

### 4.3.1 Até quando “heróis”?

A apresentação da intensificação das políticas de desenvolvimento sustentável, seja num movimento de busca por sua prática, seja pela obrigatoriedade imposta pelo “governo”, significou aos entrevistados, ou pelo menos àqueles que se posicionaram a respeito, falar de momentos de crise. Esses momentos foram lembrados e organizados nas narrativas pela apresentação de acontecimentos que ganharam repercussão regional e mesmo nacional, conforme já apresentado com os marcos da memória em torno de operações como a Curupira, e da morte da Irmão Dorothy, ou antes disto com a proibição do mogno e a Crise Argentina. Quanto à proibição do mogno, por exemplo, foi emblemática a fala de Enso, ao dizer ter significado uma ruptura com o ritmo e prática do extrativismo e, conseqüentemente, com o destino de muitos paranaenses e demais migrantes que estavam no Pará e em toda a Amazônia Legal como um todo em busca das atividades extrativistas. Ocorre que, para ele, mais que uma crise, a “crise do mogno” significou o aceleração de um modelo já conhecido na teoria, mas não na prática: a do Manejo. Nas palavras do entrevistado: “foi aonde que a madeira e a região tomou um novo, um novo rumo. Ou seja, ela tomou o rumo de, do manejo sustentável”<sup>259</sup>.

O novo rumo pode ser lido então por dois caminhos interpretativos: num deles, otimista quanto ao futuro da relação que se coloca entre sociedade e natureza, certeza afirmada nas descobertas técnico-científicas que garantem ao ser humano servir-se das riquezas naturais, e este nos parece o posicionamento de Enso; e noutra, como decorrente de uma crise sem precedentes para a economia e expectativa de futuro dos moradores, migrantes e ou nativos. Em ambos os posicionamentos ficou evidenciada a necessidade de seguir com o domínio técnico da natureza e, de certa forma, de se colocar mais uma vez acima dela, assim como fizeram décadas antes quando imbuídos da crença no progresso humano os migrante transformaram a natureza e o estilo de muitos povos que ali vivem. Entretanto agora o domínio se dá supostamente de maneira racional, sustentável, e nos dois casos encontra-se relacionado o significado de progresso advindo da ocupação e mecanização da Amazônia Legal, e das novas demandas ecológicas que interferem direta ou indiretamente no cotidiano daqueles migrantes. Ou seja, se colocam entre o progresso e a ecologia, e resulta a priori da superioridade racional- técnica do homem ao seguir transformando a natureza em produto. Antes de prosseguirmos, um adendo: nesta proposta de análise poderíamos incorrer no erro de

---

<sup>259</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.



um interpretação na sua essência binária, mas, é justamente o significado das memórias ou da historicidade como citamos acima que nos permite ir além da dicotomia.

O manejo possibilita a análise entre a ressignificação do progresso e as cobranças ecológicas; ou melhor, algo que demonstra a processualidade histórica ao lidarmos com um termo, se não novo, que ao menos passa a ser utilizado no cotidiano de trabalho nos últimos vinte anos; dele se fala com propriedade, dele se posiciona e evidencia-se a contribuição diante do sertão ainda a ser transformado e, sobretudo, dele se faz “as pazes com a sociedade” que ainda não é, mas que futuramente se pretende ecológica. Dele se fala a partir da problemática cultural, mas também pelo respaldo da própria ciência. A mesma que, em outros tempos, incentivou a “derrubada”, a mesma que agora cobra sustentabilidade e que ressalvara a melhor maneira de transformar o meio ambiente frente aos “novos” ditames do estado.

Retomemos o momento em que Enso apresenta detalhadamente sua explicação e, em certa medida, a defesa da prática de manejo:

É, porque o manejo o que que acontece, você nunca mais pode abrir aquela área. Automaticamente ela vira uma reserva legal então você faz um manejo lá em mil alqueires de terra, nunca mais vai poder abrir, se abrir você vai pra cadeia e o que que vai acontecer, você tira esse mil alqueire de mata, daqui cinco anos você volta a tirar de novo então a floresta sempre tá produzindo, ela sempre tá dando dinheiro.  
Você não pode tirar a madeira e abrir.  
Não, não pode virar pasto nem soja.  
Não pode, se você compra mil alqueires fechados, você pode abrir duzentos e oitocentos tem que ser, tem que ser mata de manejo e aí você vai ver o que vai fazer da tua mata.<sup>260</sup>

Assim, por estar devido a seu trabalho informando mais sobre a questão legal, o entrevistado apresentou uma reflexão de sua mudança de entendimento em relação à Legislação Ambiental. Segundo ele, agora, passado mais de uma década, se diz enfim capaz de ler todo o processo, algo que não teve condições de fazer quando ainda estava no Mato Grosso:

O que que aconteceu nessa área ambiental que você me perguntou, então o que que aconteceu com o fazendeiro, ele tem uma área de mil alqueire aberta, ele consegue lá mecanizar quinhentos alqueires, quinhentos alqueires fica pasto porque não pode mecanizar, mas o que que acontece, com aqueles

---

<sup>260</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

bois dos quinhentos alqueires, ele botou no coxo, ele tá confinando então dentro da propriedade, virou uma propriedade realmente sustentável. O que que acontece é a cria, é cria e engorda, ele consegue produzir alimento pra engordar o boi dele, ele vai plantar soja, vai plantar sorgo, vai plantar milho e vai pegar o, os restos disso aí, a palhada de soja, coisa parecida e vai engordar boi; na mesma área que ele só engordava boi, então ele vai fazer soja, vai fazer milho e vai fazer boi na mesma área. Então isso aí pro planeta foi sensacional, isso nem é um discurso de ecologista não é nada, isso aí eu sei que funciona. [...] Chegar até aqui, então agora chegou no limite, não abre mais, deve ter sido feito alguma pesquisa do tanto que tem de áreas abertas e as áreas que tinham pra abrir, de repente é improdutiva ou coisa parecida que sobrou então o que que acontece agora, nas áreas abertas vai ter que aumentar a produção. No entanto se você não produzir, se não me engano quarenta e cinco sacas de soja por hectare, você corre o risco de ser desapropriado. Então o que que acontece, então virou integração lavoura, pecuária, floresta.<sup>261</sup>

Na sua leitura o entrevistado demonstra um exemplo de como a relação entre sociedade e natureza, uma interpretação que envolveu no seu caso a soma de questões culturais, trabalhistas, etc., pode ser pensada pela tensa relação entre o produzir e o preservar; e que de certa forma, os “erros” do passado deveriam ser perdoados tendo em vista o aprendizado em que se chegou a partir deles. Não apenas devido ao tempo passado, mas também devido sua situação após o retorno, ou seja, afastado do trabalho com o extrativismo da madeira, fatores o quis permitem que ele fundamente sua nova acepção sobre as condições ambientais.

Numa experiência de trabalho próxima daquela vivida por Enso, Jorge lidou na Amazônia diretamente com a prática do extrativismo da madeira e também retornou em fins dos anos de 1990. As diferenças entre a sua leitura e a de Enso não se explicam pelas diferenças conjunturais vividas, e ficam mais no campo da memória do que numa suposta diferença de consciência ecológica ou de grau de conhecimento técnico e ou da viabilidade de atividades de impacto reduzido, como a do manejo da madeira.

Jorge esteve próximo das preocupações em torno do significado do extrativismo, mas duvida sobre o saldo positivo do manejo para a economia da região Norte: “[...] É pouco emprego numa fazenda, numa lavoura tem muitos, é mais emprego que uma fazenda. A fazenda tem o vaqueiro, ele cuida lá, tal e pronto, acabou<sup>262</sup>”. Nesta lógica, ao retomar a explicação sobre o manejo o faz de duas maneiras: primeiro, destacando a sua parte prática e de seus resultados enquanto benéficos para o meio ambiente, algo positivado pelos resultados

---

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

e, segundo, pelo seu impacto negativo na economia da região. Afirmou, como um balanço dos resultados, que tudo “virava” novamente mata:

Virava. Nasce o mato no meio das estradas porque as estradas não pode o trator afunda a lâmina, tem que só tirar por cima entendeu? Não pode derrubar árvore na beira do rio, se dentro de 100 m<sup>2</sup>, 100 por 100, um quadrado de 100 por 100 tiver cinco espécies de árvore, de madeira, uma tem que ficar. Só derruba quatro. Se tiver só uma, não derruba nenhuma. [...] Aonde foi tirado a cinco anos atrás é a mesma coisa que não tivesse desmatado, você não vê estrada, tu não vê desmatamento. [...] Aonde tu derruba uma árvore grande, aquelas que tão embaixo vem. Enquanto elas tão na sombra da grande elas não vem. A fazenda fez o projeto e vendeu a madeira pra essa serraria.  
[...] Diz que com, com quinze anos pode voltar tirar aquela madeira de novo, no mesmo projeto.<sup>263</sup>

A dificuldade se dá pelo preço do material processado: “O Brasil não compra. É muito caro. O comércio aqui do Brasil é pouco, mais o exportado [...] é muitos que serram, que vendem aqui no país, o preço é menos”.<sup>264</sup> Mas a dificuldade é mais complexa e insere-se na própria lógica da migração e de sua contribuição ao desenvolvimento regional e nacional:

Só que do projeto de manejo, eu quero dizer, que daí vai faltar terras pra plantação. Entendeu? O emprego tem, mas vamos dizer, se no Rio Grande do Sul há cinquenta anos fosse essa lei de hoje, tudo era mata. Não que não derrubasse. Derrubava no projeto de manejo, derruba essa. Mas só que não ia sobrar lugar. Não tinha mata, mata virgem. Então o desmatamento, não sei se felizmente ou infelizmente é necessário, tem que ter<sup>265</sup>.

Seu parecer distancia-se aqui do de Enso, ainda que concorde com os resultados ambientais do manejo. Diante do panorama de transformações apresentado por ele no que tange às formas de produzir, Jorge destaca algumas possibilidades, mas elas estariam a disposição e no domínio apenas dos nativos daquela região e não interessaria aos migrantes: “outra saída vai ser as frutas, aproveitar a castanha, aproveitar o açaí, aproveitar o cupuaçu, naquela região e vende, vender”<sup>266</sup>. Mas isto não atrairia e nem poderia contar com a contribuição do migrante gaúcho (sulista) “não, o gaúcho não vai pra lá”.<sup>267</sup> O próprio fluxo de migração já seria outro:

---

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Ibidem.

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> Ibidem.

Não, em massa nunca mais, só pra plantação, lavoura, formar alguma coisa. Agora, cultivar aquelas terras. Agora, pra madeira não. Hoje não compensa mais tirar madeira, o preço da extração da madeira, de um projeto, custo, antes derrubava madeira, ia parelho aqui óh, essa árvore, aquela árvore. Hoje é uma aqui, outra lá, outra lá, então se, isso se transforma muito caro que não compensa. [...] Não! É claro que vai ter. Vai ter assim, vamos dizer dez por cento do (...) subia 100 por cento das pessoas que subiam, só de dez. no comparativo com a da qual fez parte, dali em diante o pequeno estaria diante de uma dura realidade com: “menos sonho, menos um restaurante, um (...) outro projeto pequeno”.<sup>268</sup>

Talvez daí o porquê de o entrevistado concluir ressaltando a necessidade de mais empregos, da aplicação da lógica de produção do gaúcho como se justificasse alguns casos de resistências de madeireiros que optam pela ilegalidade, mesmo tendo afirmado que nunca trabalhou para esse tipo de empresário:

Antes (da década de 1990) o IBAMA, então eles esperavam o IBAMA chegar numa cidade, cinco, seis fiscal, ia pra outra enquanto aquele saía. Então eles (...) Então depois passou a polícia militar. Aí trancou tudo. Aí a Polícia Militar ia lá no pátio da serraria e falava “você comprou de quem essa madeira aí?”, “do fulano”, multa, porque não era do projeto. Por isso que muitos tiram, aproveitam o documento do projeto, e tiram madeira ao lado do projeto. Faz um projeto de cinquenta alqueires, que seja de duzentos. Ainda tá esse problema.

Entrevistador: Você acha que quem estava contigo, quem tinha serraria, quem é (...) este pessoal concorda que a fiscalização aumentou?

Jorge: A fiscalização aumentou e concordo que o projeto, que o projeto de manejo é a melhor coisa para não haver desmatamento.<sup>269</sup>

Na sua leitura teleológica, e com a qual agora sim se aproximou de Enso, defende a importância da continuidade das práticas dos sulistas na região. E quando estabelece a generalização diante da já efetiva cobrança do manejo destaca que as mudanças atingiram e atingem tanto os “grandes” detentores de terras e de maquinários - leia-se, industriais, como também aos pequenos que como ele estavam diretamente ligados ao trabalho com a madeira, ou seja, a mercê das decisões políticas e legais que vivenciara.

A cultura da pecuária e o extrativismo da madeira foram, por um lado, destacadas a partir da crítica à degradação do meio ambiente e, por outro, pelo discurso de enaltecimento pelos trabalhos prestados. Mas, também a agricultura interferiu na reorganização espacial-territorial da região onde viveram os entrevistados, mesmo que elas pouco foram

---

<sup>268</sup> Ibidem.

<sup>269</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

evidenciadas, salvo no caso de Helide quando destacou a respeito dos primeiros anos em que adquiriu suas terras, a respeito das quais explicou que devido à falta de êxito abandonou o plantio.

A prática da agricultura, trazidas no capítulo primeiro com as notícias produzidas pelo *Jornal Nosso Tempo* a respeito das dificuldades advindas de condições naturais e estratégicas da adaptação da cultura da soja na Amazônia Legal e pela situação apresentada por Enso sobre as cidades do Mato Grosso, diferente do que se possa inferir, interferiram de maneira impactante na Amazônia Legal.

Serve de exemplo a produção da soja no estado do Pará, especificamente, na região do Baixo Amazonas (COSTA, 2012). A pesquisa de Costa se posicionou de maneira crítica diante do panorama a respeito do mercado de terras no baixo Amazonas, tendo por fator propulsor a sojicultura e a implementação de recursos públicos de infra-estrutura com intuito de favorecer o desenvolvimento econômico particular.<sup>270</sup> A autora ressaltou, entre outras afirmativas, a participação de sulistas dentre os principais responsáveis pela consolidação de um modelo de desenvolvimento regional pautado nas “agroestratégias”:

A dinâmica do mercado de terras na Amazônia tem como base uma estrutura fundiária que, segundo Costa (2011, p. 333) apresenta quatro características: alto grau de assimetria distributiva, permite a formação estratégica de estoque de ativos de existência finita, admite tratamento indistinto de ativos distintos e suporta o uso dos recursos públicos por critérios privados, ou seja, permite a grilagem de terras. Combinadas essas características da estrutura fundiária fundamentam o mercado de terras, que segundo o referido autor, se expressam nos preços e na natureza do que movimentam. Pesquisa apresentada por Costa (2011), realizada pelo Instituto FNP nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará, aponta três grandes categorias da terra mercadoria: “Terras com Mata”, “Terras de Pastagem” e “Terras de Lavoura”. Dentre essas os preços das “Terras com Matas” são parcelas das demais. Isso que dizer, que para o mercado as “Terras com Matas” são consideradas como componentes de formação de preços das pastagens” e das terras agrícolas (COSTA, 2012, p. 3).

No tocante à valorização das terras a autora apresentou da seguinte maneira a participação de agricultores do Sul e Sudeste envolvidos na grilagem de terras na região do Baixo Amazonas:

---

<sup>270</sup> A dinâmica de ocupação das terras desta região ganhou contornos e foi por ela estudada a partir de estatísticas de registros de imóveis em cartórios da Região e na produção de entrevistas com lideranças sindicais. A sua pesquisa teve base no levantamento de dados a respeito de registros de imóveis da região, levantamento realizado junto ao Cartório do 1º Ofício de Santarém, no período de 1997 a 2009, o qual contou ainda com estatísticas de órgãos oficiais.

A pesquisa realizada possibilitou destacar os seguintes procedimentos para a aquisição de terras dos assentados na região, pelos produtores de soja.

1. O produtor de soja, já instalado há mais tempo na região, negocia a compra da terra, para um novo produtor;
2. Uma vez fechado as primeiras negociações dirige-se ao cartório para emissão da procuração de caráter irrevogável e irretroatável dando plenos poderes para alienar, vender, transmitir e proceder aos encaminhamentos junto aos órgãos oficiais para quitação do imóvel;
3. De posse da procuração o comprador vai até o INCRA, (quita a dívida com a UNIÃO) e solicita a certidão de quitação do imóvel;
4. De posse da certidão de quitação, vai até o cartório e faz-se o registro da certidão de quitação. A certidão de quitação cessa a condição anterior do imóvel rural financiado pelo INCRA. No levantamento realizado no cartório das 257 operações de compra e venda de imóveis rurais foram identificados 172 registros de certidões de quitação emitidas pelo INCRA11; [...] (Idem, p. 10).

A leitura evidencia um processo marcado por disputas amplamente divulgado na mídia e em trabalhos de diversos campos do conhecimento, como o da História, da Geografia, da Sociologia, do Desenvolvimento Regional, etc. E com isso percebemos como a maneira de se trabalhar com a terra e com a natureza implicou sim uma forma de reivindicação dos migrantes por inserção. Afinal, muitos procuram se distanciar das críticas referentes ao processo de formação de fronteiras agrícolas justamente pela preocupação com a produção agrícola construída no desenvolvimento.

Estas concepções sobre manejo, e mesmo sobre a mecanização de terras, seus prós e contras apresentados nas fontes orais, remetem ao próprio momento em que os valores passam a ser interrogados.

O debate ganha complexidade quando pensarmos na maneira como o resultado da interação foi trazido à tona. Numa delas o contexto de migração para a Amazônia é destacado para reforçar a dificuldade, mas também a astúcia e esforço de quem soube se adaptar e desde então compreendeu e passou a praticá-la. Noutros casos as cobranças podem ganhar destaque, como é o caso dos resultados do estudo apresentado no artigo de Coy e Klingler (2014) o qual esteve atento à problematização do “eixo de ocupação” correspondente ao trajeto da rodovia 163:

Consequentemente, pode-se notar uma rejeição dramática das decisões políticas e leis ambientais, que se manifesta na antipatia em relação às ONGs e órgãos governamentais de fiscalização e controle, que têm contribuído muito para a estigmatização dos moradores de Novo Progresso, antes considerados heróis da frente pioneira, mas agora, desprezados como criminosos ambientais. (Idem, p. 26).

O recorte da pesquisa vai de início dos anos de 1960 até os últimos anos da década de 1980 e a abordagem esteve estruturada no estudo das taxas de desmatamento e na transformação da fisionomia de cidades do Mato Grosso. Nesse eixo conceitual preponderou a constante avaliação dos resultados da colonização empreendida por colonizadoras de duas décadas antes em cidades do Norte e Oeste do Paraná. No caso do município de Sinop, (de acordo com Enso, o lugar “da gauchada” que rumou pela rodovia 163), o mapeamento de discursos possibilitou aos autores apresentarem um parecer a respeito do papel recentemente atribuído aos “pioneiros” daquele município. A pesquisa aponta para as cobranças ambientais que contrastam com a positivação do sulista.

O desafio reside em pensarmos na constatação desta inversão da positivação aos questionamentos dos “pioneiros”. O julgamento pode ser evitado nas entrevistas, como no caso de Jorge, Enso e Milton, pois, ainda que se atribua ao extrativismo ilegal da madeira, e de certa forma à mecanização das terras, o título de responsável pela “destruição da natureza”, a atual prática do manejo justificaria para os entrevistados a atitude do extrativismo. Dentre as práticas mais lembradas nas entrevistas está o extrativismo sustentável, representado pelo sistema de manejo.

Noutro exemplo, se dizer alguém que conhece ou domina a aplicação da produção sustentável importa ao entendimento do contexto e da temática analisada. O período entre as décadas de 1990 e de 2000 foi lembrado ainda pela preocupação e dificuldades de se conseguir o “selo verde” emitido por uma ONG, a Forest Stewardship Council (FSC). Mesmo que esta entidade não resuma o debate, a preocupação com suas exigências foram tão presentes quanto as referente às cobranças do IBAMA. Nas suas exigências os entrevistados demonstraram um conhecimento técnico muito além do conhecimento que tiveram em relação as mudança de ordem legal. Maico, Enso, Jorge, Milton, Hermen, Moises, Helide, Iris e Ivania especificaram a atividade com o exemplo do Selo Verde.

### **3.3.2 Dominar o manejo**

Uma das formas de exigência do manejo se dá pela metodologia e filosofia que constitui o Selo Verde. Apesar da necessidade de lidarem com as demandas legais nas entrevistas alguns dos empresários, e seus funcionários em menor grau, preocuparam-se em demonstrar o significado atribuído ao Sistema de Certificação Ambiental da (FSC), atribuído a uma ONG, a FSC (BRASIL, FSC, 2015, a.). A expedição desse selo exige um alto grau de

investimentos em estrutura da extração e segue rigoroso conjunto de medidas e especificações. Assim, aquilo atribuído à fiscalização do IBAMA, lembrado por todos que mencionaram as consequências do extrativismo da madeira, foi complementado pela certificação e em algumas entrevistas foram tomados como sinônimo.

Uma consulta na página desta ONG confirma o entendimento desses que citaram o selo verde, tanto nas suas especificações e custos para implantar como nas relações do extrativismo com o desenvolvimento da região onde eventualmente estivesse ocorrido.<sup>271</sup>

De acordo com estudos da área de Ciências Ambientais, a FSC articula um debate entre ambientalistas e empresas madeireiras diante da tensão que envolve o processo de aceitação das diretrizes de uma entidade civil para agregar valor ao produto - de empresas privadas, e o apoio a instituições financeiras financiadoras de programas e decisões políticas e de movimentos sociais (VOIVODIC, 2010).<sup>272</sup> Numa primeira apresentação do segmento segue-se o tripé citado nos capítulos anteriores, formado pela preocupação com questões ambientais, econômicas e sociais.<sup>273</sup> A certificação divide-se em três modalidades, generalizadas pelos entrevistados, sendo elas, a de manejo florestal (garante que a floresta seja manejada de maneira responsável, de acordo com as especificações da FSC), a de custódia (garante a rastreabilidade do produto desde a matéria prima que sai da floresta até o seu consumidor final) e a de madeira controlada (evita uso de madeira inaceitável) (BRASIL, FSC, 2015, c).

De acordo com o seu próprio *site*<sup>274</sup> a FSC foi criada em 1993 (BRASIL, FSC, 2015 d.) em resposta às preocupações globais quanto ao desmatamento. Seu trabalho engloba o

---

<sup>271</sup> Custos indiretos: “No manejo florestal, por exemplo, pode ser necessário aumentar os gastos com pessoal, treinamento, inventários, monitoramento da floresta, planejamento, ou mudanças no método do cultivo. Na cadeia de custódia, pode haver gastos com a separação dos produtos certificados e dos não-certificados, além de capacitação do pessoal da unidade de processamento para se adequar às normas de cadeia de custódia”. (BRASIL, FSC, 2015 b.)

<sup>272</sup> O trabalho dissertativo de Mauricio de Almeida Voivodic (2010) apresenta para o campo de Ciência Ambiental um estudo das assembleias que serviriam de acordo com o autor pelo autor como forma de mecanismos de legitimação das decisões e êxito da FSC diante do democrático funcionamento de seu desenho institucional e diante das assimetrias dos setores envolvidos na sua constituição.

<sup>273</sup> Ao adentrarmos na problematização do manejo retomamos o debate que aponta para as transformações especificadas em capítulos anteriores, quando apresentamos a relação do setor com o estudo do desenvolvimento regional, da geração de emprego e renda, assunto constante na maioria das entrevistas, no entanto, aqui com a lógica do desenvolvimento sustentável. Quanto a valorização do produto no mercado, ele corresponde aquilo que nas fontes orais correspondeu a ênfase no aumento dos custos da produção, por exemplo, com a fala de Jorge, de Milton, Herman, Enso, Maico entre outros, inclusive com entendimento dos entrevistados em relação a negociação desta maneira com preço elevado ao mercado externo.

<sup>274</sup> O *site* é importante, pois: está estruturado com um canal de notícias cuja fonte de dados interage com órgãos envolvidos com o controle e estudos sobre a produção florestal no Brasil, como no caso da divulgação e estudos do IBAMA, do Instituto Imazon, de revistas especializadas na área florestal, etc, voltados assim ao público especializado; outra contribuição se dá na especificação de critérios e custos da especificação do certificado, agregando uma série de estudos e informações cientificamente embasadas com documentos, guias, cartilhas e



controle da produção florestal, tanto da advinda da mata nativa quanto da replantada, posicionamento este pautado na valorização do produto certificado:

[...] Um manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável, e identificar ferramentas e recursos que promovam uma mudança positiva e duradoura nas florestas e nos povos que nela habitam (BRASIL, FSC 2015, e).

A mesma definição é apresentada quanto a sua atuação no Brasil: “Desde então, o FSC se tornou o sistema de certificação florestal de maior credibilidade internacional e o único que incorpora de forma igualitária os interesses de grupos sociais, ambientais e econômicos” (BRASIL, FCS, 2015, f.). Ainda de acordo com o *site*, o Brasil ocupa o sexto lugar no ranking mundial de manejo da FSC com uma área de 6,411 milhões de hectares certificados, cerca de aproximadamente 20% das áreas de florestas exploradas do planeta, com 103 operações de manejo entre florestas nativas e plantadas (Idem).

Os dez princípios- leiam-se regras- para o manejo florestal responsável são os seguintes: “Princípio 1: Conformidade com as Leis e Princípios do FSC; princípio 2: Posse e Direitos e Responsabilidades de Uso; princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas; princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores; princípio 5: Benefícios da Floresta; princípio 6: Impacto Ambiental; princípio 7: Plano de Manejo; princípio 8: Monitoramento e Avaliação; princípio 9: Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação; princípio 10: Plantações” (Adaptado de: BRASIL, 2015. f).

Mesmo que com uma rápida interpretação, percebemos destes princípios o indicativo da aproximação com a reformulação da Legislação Ambiental atual, exceção é claro para o primeiro princípio que amarra o planejamento às diretrizes e certificações da ONG. Essa sistematização facilita para acompanharmos como as demandas envolvidas não mais se limitam, como muito se pensou em meados dos anos de 1980, a questão da preservação das matas - no sentido de entendê-las como espaço intocável. Interessa a continuidade do estudo aqui não apresentado a respeito do item que diz respeito aos Povos indígenas e ao critério de escolha e liberação para empresas privadas atuarem no segmento no sentido do Estado promover a prática do manejo em “terras devolutas” (no sentido legal do termo). Numa outra questão, que não será contemplada neste momento, caberia avaliar o peso negativo do não

---

*folders* servindo neste caso não apenas aos técnicos da área, mas a população em geral. Ver: <http://br.fsc.org/index.htm>.

acesso das pessoas ligadas, direta e indiretamente, ao trabalho nessas áreas de manejo devido ao alto custo do produto final.

A iniciativa vai ao encontro das demandas ambientais e estabelece justificativas ambientais, econômicas e sociais para a defesa do manejo e elas foram significativamente apropriadas pelos entrevistados, mesmo por aqueles que não se dedicaram ao trabalho direto com o extrativismo da madeira. Isto significa que o debate estava corrente entre os moradores das cidades para onde migraram os entrevistados.

No caso da sua relação com os indígenas, algumas falas resumem, em parte, o panorama que encontramos nas entrevistas. Por último, no que se trata do preço do produto resultante do manejo também já destacamos exemplos da preocupação dos entrevistados, mas elas se referiam mais ao custo do processo de produção para a empresa do que aos seus custos sociais (numa matemática que considera ganhos sociais advindos da geração de renda com empregos). Portanto, as três questões foram contempladas e seus apontamentos não serve no sentido de inviabilizar e ou criticar o manejo, antes servem para a somatória de problemáticas apresentadas nos documentos, mas principalmente nas fontes orais produzidas e aqui citadas.

Se nas entrevistas, falar do manejo significou falar do manejo madeireiro, salvo quando Maico e Jorge mencionaram a prática das culturas “deles”, como a do cacau, da pimenta, do cupuaçu, do açaí, etc., o universo de práticas que envolvem o “desenvolvimento sustentável, suas estratégias de funcionamento e discursos estruturantes, evidentemente, não se limita a este setor. A título de fundamentação do debate, podemos dialogar com autores que se voltaram ao estudo do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Presler (2010), ao debater a relação entre “econegócios” e cooperação internacional na Amazônia, a partir da década de 1990, tem por base o estudo da produção de discursos e assim avalia as hierarquias existentes entre órgãos interacionais de regulação e as agências de cooperação internacional que estabelecem na Amazônia, putadas no discurso da sustentabilidade, da preservação, da biodiversidade, do combate a pobreza e geração de renda. A autora apresenta resultados de projetos desenvolvidos no nordeste do Pará, e os analisa diante das características da economia globalizada, ressaltando a força da palavra Amazônia para os produtos resultantes da prática do desenvolvimento sustentável não madeireiro. Na conclusão do capítulo a autora acena com uma visão positiva diante da crescente implantação dos projetos, sem com isto desconsiderar a necessidade de participação dos moradores locais, diante por exemplo, do conhecimento de seus direitos frente a tais políticas e discursos.

Já para Almeida e Marin (2010), o entendimento do desenvolvimento sustentável fora trazido diante do debate sobre o “mercado de terras” na Amazônia, com a apresentação

das tentativas sistematizadas a partir do ano de 2005, de setores empresariais de reverterem dispositivos constitucionais, num nível jurídico e político administrativo, para assim garantirem e expandirem seu acesso territorial e intelectual aos produtos das florestas. Neste movimento as “agroestratégias”, pautadas no aumento do preço de *commodities* agrícolas e mineiras, estruturadas no apoio de ONGs internacionais e de parte da grande mídia brasileira alcançou, sobretudo na segunda metade da década passada, êxitos na flexibilização do acesso legal das terras<sup>275</sup>. Neste processo, destacam, os autores, os sujeitos pertencentes a comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, passam a ser tratados enquanto sujeitos “biologizados” desprovidos de direitos sociais e vistos como “mera extensão dos recursos naturais” (p. 149).<sup>276</sup>

Retomando nossas fontes, percebemos uma preocupação política também por parte dos entrevistados, e a propósito, vale retomar, se para Enso o manejo resulta de um aprendizado histórico que passou por um difícil, mas necessário, período de conquista do meio ambiente, para Jorge ele se demonstra importante pelo seu potencial ecológico, mas, insuficiente para o crescimento econômico amazônico, principalmente quando ele comparou os resultados de um modelo pautado no manejo com o resultado das políticas atreladas ao fluxo migratório das últimas quatro décadas.

### 3.3.3 Fazer as pazes com a natureza?

O exemplo do manejo, da maneira como está direcionado pela FSC, - uma entidade idealizada e distante da maioria dos produtores do setor - introduz outra apresentação da relação de produção da sociedade frente aos recursos naturais. A esse propósito, Quintslr (2009, p. 56) destaca uma interessante síntese do campo abordado; de acordo com ela a racionalidade ambiental defendida por Leff ataca a racionalidade econômica e diferencia-se

---

<sup>275</sup> O texto apresenta exemplo de ações que tramitavam e/ou haviam sido aprovadas no legislativo e no judiciário que visavam, entre outras estratégias de flexibilização do uso das florestas: diminuir a faixa de fronteira de 150 para 50km; retirar da abrangência da Amazônia Legal os estados do MA, MT e TO, diminuindo com isso a necessidade de garantia de 80% de reserva natural das propriedades, ou mesmo, diminuir o percentual de reserva de 80% para 50 % do total das propriedades; a privatização de florestas públicas, com aprovação em 2008 de Medida Provisória que aumentou de 500 hectares para 1500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas “que podem ser privatizadas sem licitação” (p. 144); e ainda, projetos que tramitavam no momento da pesquisa sobre a liberação créditos para infratores ambientais.

<sup>276</sup> De acordo com os autores, entre 2005 e 2006, mesmo diante de um contexto de crise econômica, tem-se o aumento da especulação do mercado de terras na Amazônia, principalmente no sul e sudoeste do PA, na Pré-Amazônia maranhense e no sul do Amazonas. O aumento dos *commodities* agrícolas teria interferido na elevação do preço das terras, utilizadas com a agropecuária (“carne verde”) e do financiamento e empreendimentos bancários, de concessão de créditos para projetos de reflorestamento, tendo destaque neste setor de biotecnologias, a participação da indústria farmacêutica (“colonialismo verde”)

ainda da racionalidade ecológica ao propor a reconciliação entre homem e meio ambiente, mediante a consideração da diversidade cultural e étnica. E isto nos parece aproximar-se do lugar ocupado pelos entrevistados, destacado anteriormente, entre a racionalidade dos planejamentos do governo e as demandas ambientais com as quais “sempre se lidou”, mas que se intensificam nas três últimas décadas. O debate nos direciona para o questionamento que abre o capítulo: diante de todas as transformações estariam os sulistas, ou a sua imagem, sendo ressignificada no que diz respeito a sua interferência no meio ambiente? Polêmicas à parte, se como vimos o conteúdo reproduzido nos *sites* apresentados prepondera o enaltecimento e positividade das suas contribuições, por outro lado, alguns estudos recentes apontam para as tensões a respeito e acenam para outras possíveis interpretações.

Negar a importância do migrante seria tão absurdo quanto concordar com determinadas concepções evolucionistas do devir e do progresso histórico, tal qual demonstra Leonardi (1996) ao tratar da Modernidade, não restrita, segundo ele, a visão de mundo que faz do progresso técnico e dos fatores econômicos a única medida.<sup>277</sup> Uma crítica próxima a esta discussão temos com a análise da relação entre uma possível herança romântica no ecologismo moderno, cuja análise remete a exemplos de como o nacionalismo romântico associou natureza e modernidade (PÁDUA, 2005).<sup>278</sup>

Conforme apresentado, as entrevistas acompanharam em parte as cobranças por uma postura ecológica ao enaltecerem a conduta adequada do manejo, e ao apresentarem o resultado da extração da madeira, a cultura da soja e da pecuária. A denúncia esteve atrelada ao desmatamento, mas não houve associação entre desmatamento com alterações climáticas, mesmo que o clima tivesse sido um dos pontos a se falar sobre o tempo vivido fora do Paraná. Estas narrativas dos ressignificaram em certa medida as transformações no campo legal e nos direcionaram para análise dos discursos em torno da relação entre sociedade e natureza (algo muito próximo daquilo proposto nos primeiros capítulos). Elas enfatizam o resultado da transformação da natureza a partir do progresso, e aí entra exatamente aí a valorização do

---

<sup>277</sup> Crítica do autor em “Com as Asas presas na tempestade”, baseado na crítica benjaminiana, analisada pelo autor, a partir dos textos de Michel Löwy. (p. 333).

<sup>278</sup> Sua leitura, no entanto, pautou-se no cuidado da negação das críticas daqueles que construíram tal interação e se colocam contrários ao movimento ecologista, ao atribuírem a este movimento a herança Iluminista e progressista do século XIX, além da característica evolucionista e elitista dos nacionalismos ao movimento. Desta maneira apresenta limites desta relação com a confirmação da própria pluralidade do movimento romântico europeu e estadunidense daquele período, o qual oscilou da busca por um ideal bucólico de sociedade aos modelos de campo arados; do modelo de grande latifúndio à busca pela sociedade selvagem. Outra negativa se deu pela ênfase atribuída na ligação de movimentos ecologistas as políticas partidárias de esquerda e a crítica do movimento à sociedade tecnocrata. No caso brasileiro, conforme o autor presenciou-se na obra de literatos românticos uma ênfase política menor ao tratarem da natureza, numa espécie de conformismo do progresso, mesmo aceitando a herança desse movimento ecológico.

papel do “gaúcho”. Todos eles não deixaram de evidenciar as belezas naturais, as características positivas da flora, dos rios e em geral, do clima daquelas regiões, etc., ao observarem que o clima humaniza, torna as pessoas humildes, proporciona um bem estar que facilita o trabalho e o próprio desenvolvimento regional, etc.. De certo modo, conforme as entrevistas, o próprio ritmo de trabalho fica mais exposto às intempéries naturais, por exemplo, ao delimitarem a época da chuva e a época do trabalho.

Muito em função das atividades desenvolvidas pelos entrevistados, pudemos dividir, de certa forma, a maneira como os sujeitos destacaram suas práticas com a natureza, em pelo menos duas direções. Numa delas as memórias se remeteram a um ambiente inóspito, sendo transformado pelo trabalho dos migrantes. Foi o caso aqui evidenciado nas memórias de Maico, Hugo, Moisés, entre outros. Nesses momentos em que retomaram o assunto desmatamento, aproximaram-se de uma abordagem romanceada da relação entre sociedade e natureza, na qual as ressignificações do clima não significaram adversidades e ficaram muito mais no campo do saudosismo.

Para eles, a natureza serviu aos propósitos da política do progresso e da urbanização, estando ali para servir aos interesses econômicos e sociais, mesmo que se admita o cuidado e respeito com a natureza, algo existente desde os tempos dos pais e avós. E ainda que nenhum dos entrevistados tenha se colocado num lugar que os aproximasse das cobranças pela preservação do meio ambiente, elas não deixaram de ser ressaltadas.

A esse propósito, conforme destacou Gonçalves (1990), entendemos como constituinte do movimento ecológico nacional na sua pluralidade, o conjunto de conflitos que muitas vezes representam as disputas de classe e interesses econômicos, servindo de exemplo o contexto de cobranças ambientais impostas pelos empréstimos internacionais ocorridos a partir dos anos de 1990. Nesta leitura, o outro grupo, constituído e percebido nas falas de Milton, Enso, Ivania e Derik - muito devido ao cotidiano do trabalho, voltado ao desenvolvimento de práticas de manejo - destacou já ter se apropriado das prerrogativas da sustentabilidade, agora no Paraná, após o retorno.

Em síntese, acompanhar a discussão em torno de memória e identidade nos serviu para que pudéssemos compreender melhor o diálogo com a História Ambiental. Tal aproximação permitiu estabelecer, a partir da relação com o meio, as implicações sociais do campo do trabalho, por exemplo, quando se falou sobre o progresso econômico e as adversidades estruturais presentes, não apenas as vivências, mas também as existentes nas memórias desde tempos das políticas colonizadoras anteriores. Esse lidar com a natureza implicou diretamente no sucesso ou no insucesso econômico pessoal, etc.

Diante das afirmativas levantadas acima pudemos atrelar mais uma vez essas interpretações à crítica de Candáu (2011, p. 181-198) sobre o processo de perda de “grandes identidades” representadas por memórias fortes, marcado, por exemplo, pela pouca referência ao discurso nacionalista, pois ele serviu para explicar a trajetória das migrações anteriores, não para a atual e muito menos para o retorno. E ainda pela proporcional eclosão de “memórias fracas”, representadas, no nosso caso, por exemplo, pela identificação com causas ambientais, como por exemplo, àquela atribuída a adoção da prática do manejo, ou seja, do sulista que soube repensar suas atitudes mediante as cobranças do Estado.

Concluindo, uma vez assumida a subjetividade presentes nas fontes orais diante do debate pautado na temática que envolve sociedade e natureza, podemos avaliar até que ponto o manejo desautorizaria de alguma maneira a identificação do migrante com uma cultura de formação de fronteiras agrícolas. E mais, avaliar aspectos de como a transitoriedade migrante envolveu o domínio de mudanças no campo científico, legal e cultural e as interferências disto no mundo do trabalho. As respostas aqui são menos significativas do que as provocações e o próprio retorno envolve tudo isto. O capítulo seguinte procura “amarrar” as problemáticas pertencentes ao campo da historiografia e as subjetividades, entendidas pelo debate entre memória e História com mais narrativas dos entrevistados ao destacar a apresentação do processo de retorno. Assim, mesmo que em muitos casos as entrevistas tenham sido iniciadas com os entrevistados apresentando uma justificativa para o retorno, elas servem metodologicamente e estruturalmente para o fechamento do texto, afinal, completam o processo migratório e as disputas territoriais envolvidas, ou seja, aquelas lembradas há décadas e que motivaram a saída, aquelas enfrentadas pelas diferentes formas de se lidar com a natureza Amazônica, e por fim, as disputas atuais enfrentadas com e no retorno.

## 5. Capítulo V: Em casa, o significado e as memórias do retorno

*A cidade de Sofrônia é composta de duas meias cidades. Na primeira, encontra-se a grande montanha-russa de ladeiras vertiginosas, o carrossel de raios formados por correntes, a roda-gigante com cabinas giratórias, o globo da morte com motociclistas de cabeça para baixo, a cúpula do circo com os trapézios amarrados no meio. A segunda meia cidade é de pedra e mármore e cimento, com o banco, as fábricas, os palácios, o matadouro, a escola e todo o resto. Uma das meias cidades é fixa, a outra é provisória e, quando termina a sua temporada, é desparafusada, desmontada e levada embora, transferida para os terrenos baldios de outra meia cidade. Assim, todos os anos chega o dia em que os pedreiros destacam os frontões de mármore, desmoronam os muros de pedra, os pilares de cimento, desmontam o ministério, o monumento, as docas, a refinaria de petróleo, o hospital, carregam os guinchos para seguir de praça em praça o itinerário de todos os anos. Permanece a meia Sofrônia dos tiros-ao-alvo e dos carrosséis, com o grito suspenso do trenzinho da montanha-russa e ponta-cabeça, e começa-se a contar quantos meses, quantos dias se deverão esperar até que a caravana retorne e a vida inteira recomece. (As cidades invisíveis, Ítalo Calvino).*

A cidade de Calvino incomoda, pois ali ficam os prazeres e se mudam os desafios. Talvez a provocação nos leve a pensar em como, muitas vezes, o retorno traz consigo uma experiência que, mesmo enquanto sinônimo do desafio e do sofrimento, carrega o sentimento da conquista daquilo vivenciado, o desafio da mudança espacial e cultural.

O debate do capítulo primeiro a respeito da situação do migrante ganha aqui novamente atenção. O envelhecimento, a conquista econômica, mesmo que não correspondente à projeção realizada nos planos iniciais, a ligação com o lugar de origem, familiares, problemas de saúde, são questões que pesam ao falar do retorno. É sinônimo disto a oportunidade de progresso material para os filhos, algo não alcançado pelos pais, e a vontade de conhecer o “Nortão”. Numa das principais sínteses apresentadas nas entrevistas esteve a melhora de vida, principalmente pela conquista econômica. Elenir destacou: “Porque lá eu sempre falei, nossa, uma época eu até pensei em voltar morar pra lá de novo com as crianças, que agora já tão maior, e trabalhar, porque lá pra ganhar dinheiro, qualquer coisa dá! [...]”.<sup>279</sup> Já Moisés<sup>280</sup> ressaltou de maneira simples e direta um dos significados do retorno: “Bom, você sabe, vem com dinheiro pra cá, come tudo”. Naquele momento em que focou o aspecto financeira da migração, o “lá e o cá” se resumiram no resultado da relação entre o

<sup>279</sup> ELENIR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 jan 2014.

<sup>280</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

lugar onde se acumula capital e o lugar onde se gasta o capital. Esta preocupação primeira com a conquista econômica se desdobra em outras leituras e as frases de Moises, assim como a de Elenir, direcionam a discussão levantada entrelaçando questões econômicas, os ressentimentos do não alcance dos primeiros planos econômicos, o orgulho frente ao desafio encarado, as conquistas culturais e a possibilidade de repensar a própria trajetória e o “seu lugar” diante da alteridade experimentada. Aponta ainda para a mudança de planos forçada e para a expectativa de seguir com novas migrações.

Afinal, o que significaria retornar ao Paraná? Imbuído deste questionamento o capítulo fecha a escrita ao apresentar de maneira mais direta as problemáticas que envolveram o retorno. Para esse debate seguimos com a proposta de que os espaços precisaram ser conquistados, e reconquistados no caso do retorno. Os acontecimentos narrados e discutidos nos capítulos anteriores, separados de acordo com a temática de cada capítulo, servem agora para outra interpretação.

A interpretação dos processos migratórios aborda enfim, de forma mais pontuada, o retorno, ou as memórias dele. Para falarem dos itinerários foi preciso demarcar de onde se falou das etapas anteriores. De certa forma, fecha-se, com este último capítulo, um ciclo, iniciado na apresentação dos anos imediatos à migração para fora do Paraná, ou anterior, em alguns casos, com a rememoração da trajetória vivenciada pelos pais e as influências e interpretações de outros processos migratórios. Percebamos, este tópico poderia inclusive ter iniciado a escrita. Temos no início do capítulo a apresentação de um quadro demonstrativo dos itinerários e momentos das chegadas ao Paraná compreendido diante da relação entre falar do desafio individual e das conjunturas; na sequência, a apresentação da multiplicidade de escolhas e situações que envolvem o retorno, tanto o planejado quanto o imposto, abordagem esta desafiadora da leitura linear e friamente interpretada pelos mapeamentos demográficos; e por fim, um panorama apresentado pelos entrevistados diante de certa avaliação que fazem, na maioria dos casos, de maneira espontânea e sem que fossem perguntados, a respeito de todo o processo que resultou no retorno.

As “micro biografias” apresentadas no início do texto e o debate dos capítulos anteriores corroboram para a sequência da leitura das fontes orais, principalmente na sua relação entre o estudo das fontes numa perspectiva individual e delas como *corpus* que estrutura a pesquisa, de forma coletiva, avaliando-se, com isso, por exemplo, aproximações e distanciamentos entre as trajetórias narradas.

A investigação histórica do retorno ainda é pouco trabalhada no campo da História, principalmente se tratarmos dos acontecimentos da última década e tendo como base um



estudo de memórias, como realizamos aqui. Mas os diálogos foram muitos e no intuito de fundamentar a abordagem conceitual do capítulo pode-se retomar o estudo de Goettert (2008); Martins (1986); acrescentar o de Danusa Guimarães da Silva (2010) e de Maria Aparecida de Moraes Silva, (2001).

No estudo de Goettert sobre a migração gaúcha para o Mato Grosso, o autor enfatiza a existência de uma dialética do retorno – e dela tem-se a constatação de que a procura por novos lugares fala muito da “condição do migrante” e do seu envolvimento com a migração. As apropriações de outros tempos e de imaginários também foi, como no nosso caso, explorada pelo autor quando tratou da maneira como questões novas e questões velhas se interpõem num movimento dialético no qual a estranheza da mudança cede progressivamente lugar aos desafios cotidianos (2008, p. 267). A saudade do lugar de origem e ou o descontentamento com o lugar de destino, as desavenças e novos arranjos afetivos, a saudade dos filhos que ficaram; o gosto pelo frio ou pelo calor são exemplos de situações nas quais o autor avalia a mobilidade tendo por “pano de fundo” o mundo do trabalho. Conforme também defende o autor a possibilidade de migrar para mais longe corresponde muitas vezes à negação do retorno; escolhas que seguem “dentro” de um universo de expectativa das memórias, motivadas pela imaginação do que lhes espera no lugar desconhecido materialmente e espacialmente, atitude que não desprestigia o lugar de origem, mas apenas reforça o não desejo pelo não retorno (Idem p. 304). Na dialética que estipula a possibilidade de ficar no lugar para onde se migrou e a intenção de voltar, o objetivo de que ainda reste tempo para conhecer novos lugares não pode ser entendido apenas pela ótica econômica.

Do debate com Martins (1986), aqui nos interessa, em específico, os retornos efêmeros. A dialética dos lugares trazida também por Martins envolve a dificuldade de se pontuar o tempo necessário para que uma migração seja considerada definitiva ou temporária, com no caso por ele estudado em “Vôo das andorinhas” (1986, p.43-62)<sup>281</sup>. Tal dificuldade em estabelecer o que seria uma migração temporária corresponde ao objetivo assumido por ele em responder isto, informando como as diferentes categorias sociologicamente mapeadas no seu trabalho, sete no total, - sendo uma delas tendente à migração definitiva -, servem de base para análise de processos migratórios ao tempo que especificam a complexidade da

---

<sup>281</sup> É interessante a crítica do autor ao destacar como a empresa capitalista força o camponês a buscar no salário um complemento sem que esta renda se transformasse em trabalho e viesse a destruir a prática camponesa de subsistência. Nestes tipos de migrações ocorria a manutenção do cultivo em terras próprias; Já no caso de migrações para grandes obras, marcantes nas políticas de então, a migração tende a demorar-se por anos e isto desestrutura a manutenção da cultura cíclica- é o que o autor apresenta no exemplo da migração temporária para frentes pioneiras. Cabe no debate mais uma aproximação com Martins, mesmo reconhecendo as diferenças de abordagem temporal, temática e a próprio momento de escrita da sua obra-1986.

abordagem destes processos. Toda esta tipologia<sup>282</sup>, foco de sua análise no capítulo citado, pode ser entendida também na trajetória dos nossos entrevistados, afinal, também eles realizaram, durante o período que perdurou o processo de migração para a Amazônia, migrações efêmeras.<sup>283</sup>

Outros trabalhos evidenciam as relações presentes no entendimento da migração de retorno enquanto causa econômica e nas suas implicações culturais - materiais. Dessa base historiográfica buscamos problematizar conceitos como o de retorno. É o caso do trabalho dissertativo de Silva (2010), no qual o estudo de memórias, a partir da metodologia da História Oral, indicou o significado em torno da utilização do termo *brasiguai*, citado no seu texto entre aspas, pelas classificações acadêmicas.<sup>284</sup> Sua pesquisa mapeou a construção do termo *brasiguai* desde sua construção pela mídia regional e nacional brasileira e pela paraguaia, principalmente diante de conflitos de terra e étnicos, intensificados na década de 1990, até suas apropriações nos discursos jornalísticos, de circulação no município de Marechal Cândido Rondon-PR sobre a inserção dos “*brasiguaios*”, principalmente quando os migrantes recorriam à saúde e educação pública.

A fronteira, de acordo com Silva (Idem), se dá numa leitura muito mais ampla do que aquela construída apenas com base na geopolítica. Por conta dessa mesma concepção espacial de fronteira, nega-se benefícios e reconhecimento aos migrantes que desde décadas a ultrapassam cotidianamente. Contribuiu para nosso estudo a demonstração a respeito de como os sujeitos lidam com a fronteira<sup>285</sup>, nesse caso, muito mais presente politicamente falando, do

---

<sup>282</sup> Os tipos de migração foram: a- trabalhadores rurais que migram para as cidades; b- indígenas que migram temporariamente para as cidades; c- trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais; d- trabalhadores assalariados (*bóias-frias*) que se afastam de seus lugares de residência para vários dias; e- camponeses –sobretudo filhos levados para trabalhar em derrubadas; f- trabalhadores rurais e urbanos levados para trabalhar como pedões assalariados em grandes obras; g- camponeses trabalhadores de garimpos na entressafra (1986, p.48). Na migração cíclica representada em todas as categorias, a exceção da migração para trabalho assalariado em grandes obras, ora coincide-se o tempo de cultivo entre o trabalho temporário voltado ao tempo cíclico com o trabalho do tempo linear, motivado pelo dinheiro, neste caso o cultivo é assumido por mulheres e crianças; ora, do contrário, eram os ritmos diferentes, fato que impossibilita a ordem de plantio cobrando de adolescentes que migrem eles para trabalhar (Idem, p.59).

<sup>283</sup> Mesmo que, reconheçamos, pouco avaliamos das particularidades destas migrações, isso em conta do recorte temático do nosso estudo, sendo enfim consideradas principalmente as particularidades do último retorno apresentado nas narrativas.

<sup>284</sup> A presença desses sujeitos foi destacada historicamente pelas transformações da agricultura da Mesoregião Oeste do Paraná, e não apenas por meio dela, entre as décadas de 1970 e 1980, mas também pelos impactos da construção de Itaipu.

<sup>285</sup> Apresentada pelas formas de resistências dos migrantes, e entendidas pela autora a partir de obras como as de Homi Bhabha (1998; 2007); Hall (2003); e Sayad (1998), reafirma-se nesta pesquisa o significado de fronteiras transfronteiriças, uma noção que se projeta além da preocupação espacial e indica para o estudo de entre lugares e ao movimento diaspórico. Mais do que buscar uma essencialidade generalizante para o conceito de retorno a autora tem na particularidade das entrevistas sua principal contribuição. Da mesma forma que trouxemos Sayad, sua pesquisa também contribui a respeito da relação entre tempo em que se viveu fora do lugar e a expectativa do retorno. As relações da e na fronteira destacadas pela aplicabilidade do conceito transfronteiriço vai além da divisão cronológica capaz de estabelecer padrões para a migração.

que aquela entre paranaenses e “nortistas”. A preocupação da autora com a fronteira corresponde, em parte, a nossa própria preocupação com a construção e reafirmação de territórios. Também em nossa pesquisa, a atribuição e usos de categorias, a de “brasiguai”, no caso de seu estudo, e a de “retornados”, no nosso caso, correspondeu a uma preocupação histórica e processual. As estratégias de inserção citadas em todo nosso texto servem à lógica do retorno. E a atribuição do conceito de transfronteiriço implica, tal qual no nosso estudo, nas leituras dos sujeitos que estão ao mesmo tempo entre os lugares, numa constante busca por práticas de inserção e reconhecimento e, assim, desafiam os limites geográficos e suas respectivas políticas de usos.

Por fim, temos um exemplo da relação entre as expectativas e alcances da migração e as resistências vivenciadas no retorno no artigo de Silva (2001), mesmo que sua abordagem trate de migrações temporárias numa alusão mais direta sobre a manutenção da posse das terras e delas retirarem a sobrevivência na terra natal. Mais especificamente, a autora aborda as representações dos migrantes a respeito do processo migratório vivenciado por eles, sendo também no seu caso a imagem do retorno gerada pelo desejo, pela vontade, portanto é ela também um elemento constitutivo desta identidade. Na abordagem, a migração é temporária, mas estende suas práticas por décadas, e dela a autora destaca exemplo de representações sobre a terra de camponeses migrantes temporários do Vale de Jequitinhonha/MG para a região agrícola de Ribeirão Preto/SP, entre os anos de 1970 a 2000 e estudada nos últimos anos ao acompanhar trajetórias de algumas famílias. A autora discute as formas individuais e coletivas de resistências de camponeses que buscam no próprio ritmo do capitalismo, que coloca em risco a subsistência, uma possibilidade de permanecer na terra. Seu trabalho problematiza do significado do “narrar” e do “imaginar” nas cartas e nas fontes orais estudadas por ela <sup>286</sup>. Das análises de suas fontes recorre ao significado das representações e do imaginário<sup>287</sup>. Numa de suas aproximações deste processo, o desempenho dos maridos que migram corresponde para a autora, assim como asseveramos, “os elos da realidade vivida e imaginada” (2001, p. 9).

A partir do conjunto apresentado de nossas entrevistas podemos retomar a problemática do retorno com uma primeira constatação, e afirmar que, diferente de outros

---

<sup>286</sup> A posituação do lugar distante - São Paulo, a difícil separação estipulação do tempo exato de duração da migração de maneira alguma encobre o significado da migração, sazonal, temporária e, assim, distingue o lugar “que é” e o “que não é” da gente. As representações sobre a terra buscam na sua acepção de lugar, principalmente, o imaginário necessário para a compreensão das narrativas nas quais se misturam real e imaginário.

<sup>287</sup> A autora utiliza-se das explicações de Bertrand, (1989) para tratar de Imaginário; e de Moscovici (1978) para definir representações.

estudos, na nossa pesquisa o retorno já havia sido concretizado para a maioria dos entrevistados, salvo àqueles que avaliam possibilidade de voltar para a Amazônia em curto prazo.

### **5.1- “Então, hoje em dia não é fácil, né?”: a ação individual e as conjunturas**

Na continuidade da análise avalia-se a relação construída no significado de justificar àqueles que ficaram o porquê do retorno e, com isto, apresentarem uma “contabilidade” - econômica, mas que é também cultural dos ganhos e perdas que envolvem voltar para casa, uma espécie de balanço.

Estes debates já dizem muito da situação de retornado e destacam que antes de escolhas individuais e pragmáticas e dos respectivos mapeamentos quantitativos, lidamos com uma diversidade de situações vividas. É um exercício de interpretação pautado num diálogo com a bibliografia condizente com a temática para assim lermos as explicações, expectativas e decepções que culminaram no retorno, isso em acordo com a atenção ao lugar social adotado e reafirmado nesse momento. Em uma última análise, é a própria relação entre o desempenho individual e as condições conjunturais encontradas/lembradas que estão em jogo.

O desempenho e/ou as condições conjunturais são testadas no retorno. Agora no Paraná, os entrevistados se constituem diante das memórias do processo migratório, seja pela leitura cultural que fazem, seja pela situação econômica diferente ou próxima daquela que se encontravam antes da saída e pela qual passam agora a serem julgados pelos que ficaram; seja ainda pelo lugar que já não é mais o mesmo<sup>288</sup>, e poderíamos complementar, pautados nos diálogos que estruturam nosso trabalho. O próprio espaço não é mais o mesmo.

A fala de Hermem situa o debate e serve de introdução para a análise sugerida acima. Para ele, a sua vitória fora do Paraná contrasta com as dificuldades após seu retorno. No Pará, o mérito na profissão foi relacionado primeiramente à maneira como ele evidencia seu sucesso na gerência da serraria, sucesso conquistado pelo esforço e capacidade pessoal, e posteriormente do sucesso para lidar com adversidades naturais quando teve de aprender a trabalhar com o gado. A mudança de ofício lhe rendeu boas lembranças e certo arrependimento de ter abandonado esse trabalho - e o próprio estilo de vida propiciado - ao retornar para o Paraná:

---

<sup>288</sup>Conforme constatou Martins (1986, 45).

Aí em (...) oitenta eu comprei um gadinho, uma terra e daí continuei. Aí em oitenta, não, noventa, perdão, daí em noventa e cinco eu tomei conta de minhas próprias contas.

Entrevistador: e no começo dava trabalho lidar com esse negócio a parte, o gado?

Hermen: no começo, de dar trabalho por lidar com o gado não, mas a situação financeira era meia curta, foi meio trabalhoso conseguir, mas quando era em noventa e cinco, eu já pude tomar conta das minhas coisas, eu já tinha umas trezentas cabeças de gado, entendeu. E daí fiquei dez anos, praticamente, nove anos trabalhando como dono, entendeu, administrando, e daí por acaso, de dar a praga no capim, eu desgostei e vendi tudo e vim embora em 2004. [...] é a tal da cigarrinha. Ela matou os capim todinho e daí eu não tinha como (...) não quis começar a vender meu gado pra reformar (...) e aí achei por bem vender tudo e vim.<sup>289</sup>

Foi notória, na sequência da entrevista, a expressão de sua “paixão” pela pecuária. Cita com orgulho e voz trêmula o fato de ter ele começado muito pequeno e em poucos anos ter logrado lucro, ocupação sobre a qual afirmou:

[...] gostava e ainda gosto! [...] Olha, foi a vez que eu mais passei sossegado na época, nunca tive aperto! Tinha funcionário (...) a renda é muito boa né. Só existe duas coisas que você esgota de manhã e a tarde tá cheia. É o ubre de uma vaca. [risos].<sup>290</sup>

A escolha pelo trabalho com o gado correspondeu a “um sonho de criança” e veio num momento em que se saiu bem nos negócios, afinal, já havia chegado a gerência da empresa de corte e exportação de madeira. Não seria difícil compreender o porquê da sua mudança de ramo, ou seja, de empregado para produtor agropecuário; esta decisão supriu em primeiro lugar a própria realização do “sonho”, mas também pôde ser explicada pela sua leitura das futuras condições do extrativismo: “Não (...) é porque já não tava mais (...) é porque com já tava acabando as oportunidades nas empresas né, eu, como já tinha minha renda própria opinei de tomar conta das minhas próprias coisas né”.<sup>291</sup> As oportunidades no ramo madeireiro agora não dependeriam unicamente do esforço e qualidade do trabalho, mas da matéria prima, em escassez e sob maior controle do Estado naquele período de meados de 1990, afirma. Com a venda da fazenda, os novos negócios no Paraná foram sinônimo de dificuldades: “[...] comprei um sítio com aviário. Mas não, não consegui, ficar preso. Se eu compro e coloco funcionário tinha dado certo. O meu negócio é administrar, e não trabalhar

---

<sup>289</sup> HERMEN. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 maio 2014.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Ibidem.

[riso] toda a vida foi”.<sup>292</sup> Enfim, temos aqui mais um exemplo de como a relação com o meio tende a abarcar as mudanças e as previsões.

É perceptível a sua maneira diferenciada dos demais entrevistados de lidar com o conceito de trabalho. Ele se diz apto para administrar e não para o trabalho braçal. Teria alçado este êxito apenas no Pará, e o perdera após o retorno. A sua fala encaminha a discussão da relação entre migração, desempenho individual e condições conjunturais políticas e econômicas, avaliadas na situação do retorno. E de fato entende que a possibilidade de se tornar fazendeiro, e, assim, “administrar o gado”, não se repetiria no Paraná, sendo o negócio do aviário uma tentativa frustrada. Numa constante nas fontes orais estudadas, na explicação, o mérito individual e a vocação rivalizam com as circunstâncias econômicas.

Enso, ao falar respeito do já tratado marco de memória em torno da proibição do corte do mogno, destaca como ele abordou de maneira interessante o acontecimento, relacionando o mérito individual e a conjuntura política e econômica. Diferente dos demais, ele não entendeu esta mudança enquanto sinônimo de crise: “Pelo contrário, as pessoas aprenderam a trabalhar com outro tipo de madeira, ficou até melhor, agora a quebra da Argentina interferiu no meu caso e interferiu 100%”.<sup>293</sup>

Podemos avaliar os riscos de se pensar a migração apenas pelo viés econômico, sem considerar o impacto do Estado, algo que remeteria a pesquisa à despolitização dos sujeitos, ou ainda ao risco de se “tecnicizar” o social, conforme problematizou Sayad (2000). Na sua discussão a respeito do panorama das migrações contemporâneas, o autor destaca como a história dos fenômenos migratórios se confunde com a história de nossa economia ocidental, sem que, para tanto, deixassem de enfatizar as particularidades políticas, sociais e culturais dos lugares no tempo e no espaço. Esses estudos não se limitaram ao estrutural, e consideraram as categorias dos entendimentos políticos dos sujeitos divididas em entendimento social, econômico, cultural, moral, político e mental. E estas categorias envolveram, acima de tudo, o desafio dos migrantes retornados de conviverem com aqueles que ficaram.

A nostalgia do retorno à terra natal, lugar sacralizado na e pela memória, decorre da impossibilidade da volta no tempo, pois se alcança a volta ao espaço natal, mas não ao tempo, e o espaço já é outro. Logo, a vida do migrante está marcada pela possibilidade, ou melhor, pela angústia do retorno:

---

<sup>292</sup> Ibidem.

<sup>293</sup> Idem..

O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe com tal. E a extinção desta denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição de imigrante. Na verdade não se trata sob o pretexto do retorno, da questão mais fundamental da legitimidade intrínseca da presença daquele que é visto e designado como imigrante? (SAYAD, 2000, p. 11).<sup>294</sup>

Ainda de acordo com o autor, o paradoxo da busca por uma leitura universal do ato de migrar foi da seguinte maneira destacada:

Estas breves referências *ex abrupto* das condições mais gerais, criadoras dos deslocamentos de populações no contexto atual das relações de dominação, seja de uma região para outra, no interior de um mesmo país, seja mais frequentemente, no cenário internacional de países de força desigual, não foram aqui examinadas, e têm outro sentido de sê-lo, se não para ajudar a compreender o que há de quase universal no fato de migrar (que é ele mesmo um fato universal) e que há de específico a cada uma das migrações históricas e sociologicamente caracterizadas- nenhuma migração assemelha-se à outra. Essas referências não têm outro sentido aqui senão ajudar a refletir sobre as reações comuns, constantes da condição de emigrante e de imigrantes e as reações diferenciadas, variações ligadas a conjuntura (do momento e do lugar); reações tais que se pode apresentá-las mesmo da parte das populações envolvidas, em primeira instância, os próprios interessados, emigrantes de um lugar (região, província, país, estado, continente, etc.) e imigrantes em outro lugar. Dentre essas inúmeras reações semelhantes aparece a noção de retorno (SAYAD, 2000, p. 10).

A universalidade requerida e ao mesmo tempo ressalvada pelo autor adentra numa seara de debates sobre o conhecimento; todavia, mais que universalidade a sua análise nos é cara, pois sugere caminhos para o período pós retorno. Trouxemos até aqui, como nas entrevistas, a percepção de que as narrativas não se limitaram a narrar o período referente ao tempo vivido fora de casa, mas também destacaram as maneiras como foram recebidos de volta. Retomando Sayad (2000), chegamos a um paradoxo vivido no pós retorno, quando a ausência deveria ser recompensa pela conquista espacial e financeira, sem que isto, por um lado, encobrisse a ausência “traição” relacionada à saída (emigração) e, por outro, fosse sinônimo de uma conquista que os separaria dos seus pares, humildes, e que mesmo nessa condição optaram em permanecer nos lugares de origem.

---

<sup>294</sup> Importante destacarmos que o referido estudo (SAYAD, 2000), além de um panorama introdutório a respeito do contexto de migrações, ou das características genéricas do fenômeno migratório - entre Europa e países da África e América, abordou de maneira mais específica o exemplo da migração (migração e imigração) de Argelinos durante e logo após o contexto de guerras pelas independências nos anos de 1950 e 1960, visando com isto compreender a noção do retorno na perspectiva de “uma antropologia total do ato de migrar” (idem). Assim sendo, a questão do retorno faz parte ali de uma política de migração (dos países da França e Argélia).

Também procuramos com o trabalho de análise das fontes orais destacar, dentre as particularidades, algumas generalizações e do diálogo com Sayad, além do conceito e da situação dos migrantes, lidamos com outras peculiaridades intrinsecamente ligadas ao retorno, e delas ressaltamos: primeiramente, o processo é narrado por um parecer relacionado às conquistas econômicas e ou culturais e na própria coragem em se aventurar, em se arriscar, ou então pelo fracasso-econômico, atribuído, via de regra, à interferência do estado ou da economia regional-global.

O mérito a ser alcançado pelo migrante corresponde, conforme defendemos, a uma carga de expectativas das quais necessita apresentar resultados àqueles que ficaram. Já alertamos que diferente de outros trabalhos, não entrevistamos aqueles que ficaram, mas apenas compreendemos a trajetória migrante nas memórias construídas no momento do retorno, abordagem que estrutura toda a escrita da tese, mas, sobretudo neste momento do texto. Se pensarmos na migração entre Paraná e Amazônia Legal sendo apresentada pela contribuição da relação entre se dizer um vencedor, inclusive por se adaptar as diferenças regionais e mesmo climáticas, e em meio a tudo isso contribuindo para a produção agrícola, nossas interpretações das fontes orais não contrariariam um ideal de simplicidade assumido na e pela “comunidade” de origem. Inclusive no caso daqueles que, assim como Herman, destacam o fato de que prosperaram, mas que hoje não puderam manter no Paraná os méritos econômicos. Novamente, o significado de enfatizar o ganho material, ou a sua falta em muitos casos, não sugere à perda de valores como aqueles realçados com o ideal de colono construído desde os anos de 1970. Quando esses ideais foram percebidos pelo papel político assumido justificaram outra análise.

Ainda a respeito desta relação entre o individual e conjuntural, conforme também apresentado, foram poucas as situações nas quais a inserção dos migrantes paranaenses nos foi exposta mediante a disputa via inserção política, pois na maioria dos casos fora lembrada diante da ênfase sobre o econômico - pela análise conjuntural e ou pessoal. Afinal, encontramos nessa constatação, antes de certa anomia atribuída aos *outsiders*, (ELIAS; SCOTSON, 2000) um silenciamento. E para refutar a possível anomia, bastou lembrarmos-nos de uma das principais argumentações das entrevistas, ou seja, a afirmação da contribuição ao desenvolvimento dos lugares onde residiram, uma atitude concebida enquanto um ato político. Foi o caso percebido com a generalização determinações com a migração “gaúcha” chega pelo contrário a ser reproduzida em veículos oficiais de imprensa, como, por exemplo, em *sites* dos municípios citados no capítulo 2 e 3.



### 5.1.2 Mais exemplos de superação diante das conjunturas

Numa analogia mais geral, a expectativa individual soma-se as realidades experimentadas e ganham diferentes pesos nas narrativas. Por exemplo, para Derik foi significativo enfatizar como ele enfrentou dificuldades, as quais muitos amigos, diferente dele, não suportaram:

Então, era bem pouco, bem pouco, a maioria já era um pessoal já mais (...) até o pessoal brincava assim “Derik, mas como é que você consegue ficar aqui cara, um cara novo igual você”, tanto que foram é (...) quatro amigos meus daqui pra lá, que fizeram escola agrícola comigo que eu arrumei emprego pra eles, com os amigos desse primeiro patrão meu. Que ficaram três meses, o que ficou mais foi quatro meses que eu até por coincidência um é primo da minha esposa, quatro meses.<sup>295</sup>

E quanto à repercussão deste “tal comportamento” dos sulistas, que não ficavam, e se isso não prejudicou a sua própria imagem, respondeu de maneira enfática: “[...] só que o pessoal sabia que era difícil ficar lá mesmo. O pessoal (...) queimar o filme queima, mas sabe que (...) eles já contratam esperando que dali quatro meses você vai embora, porque eles sabem que não é fácil”<sup>296</sup>. A alegação principal dos seus amigos e de outros que ouvira falar da situação de retorno deu-se pela afirmativa da: “‘saúde de casa’; que ‘aquilo não era vida longe da cidade’; ‘porque não sei o que’, ‘porque isso’, ‘porque não tem mulher bonita’” (...).<sup>297</sup>

A iniciativa e coragem para ficar significam tanto quanto a demonstração da conquista financeira e da necessidade de convivências com a cultura da qual se faz parte.

A aptidão para vencer é agora cobrada na volta. Marcia, para falar daquilo que deixou no Pará, quando perguntada se a inserção aqui teria sido mais tranquila, uma vez comparado com as condições do momento em que migrou, precisou falar da realidade que vive após o retorno:

[...] Não, eu acho que não, porque aqui é muito apadrinhamento e daí por a gente ser de uma família né [humilde] (...) que ali você sabe é, tem que ter padrinho, tem que ser puxa saca né, se você não tiver um granfão ali no meio ali, você não entra.<sup>298</sup>

<sup>295</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

<sup>296</sup> Idem.

<sup>297</sup> Ibidem.

<sup>298</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

E mais uma vez a simplicidade do paraense serve de contraponto às relações de apadrinhamento profissional. No Sul, caberia a ela, desprovida da intenção de e/ou da possibilidade de ser apadrinhada, vencer por seu mérito, tendo de compreender inclusive a ocorrência destas supostas políticas de privilégios, presentes na sociedade paranaense. Algo que a própria migração atesta e tal qual apresentaremos abaixo.

Ao prosseguir-se com a mesma entrevistada percebe-se o fato da situação de retornado possibilitar novas leituras do “povo de lá”. Agora, pode-se também ressaltar atributos justamente quando se atribui valores aos conterrâneos.

Ah, no começo a gente sente [quanto a emigração do Pará], as amizades, até o teu trabalho, porque assim, você é acostumado naquele trabalho e lá em Santa Catarina eu sentia assim, é, eu ia nas fábricas fazer entrevistas, e daí o povo de lá é um povo mais simples, mais humilde, por mais que tenha estudo, é um pouco mais dado [paraense]

Entrevistador: o paraense?

Marcia: é, ali [em Santa Catarina] já é um povo mais na gravatinha, sabe, eles não olham o lado humano da coisa, não é pelo coração, é aquela coisa ali, precisou, precisou, se dá conta, dá, se não dá, né (...) desde uma entrevista, as pessoas são grossas com você, sabe.<sup>299</sup>

O sulista, até então enfatizado pelas suas virtudes, positivado pelo trabalhado, ou pela origem étnica, um sujeito esforçado, passa a receber outros adjetivos, pois, agora os percebe como esnobe ou “gravatinhas”. Destaca-se a própria diferença entre o “grande” e o “pequeno”. Ela, a entrevistada, permanece “pequena” e diante das oportunidades de emprego - precisaria de um apadrinhamento -, necessita se aproximar dos “grandes” e arrogantes. Agora ela precisou se “adaptar” a esta diferença e buscar espaço no emprego, preocupações que enquanto vivia no Norte não tivera; e vale lembrar que na sua leitura estava imbuída de que era vista pelos empregadores, como alguém mais afeita ao trabalho. Quiçá lá no Pará, onde era conhecida por Dona Marcia, ela seria um das “pessoas de gravata”, sem que isto pese nesta situação específica a conotação da arrogância, mas apenas do respeito profissional e social. A situação exemplifica o significado do mérito pessoal de se adaptar, sentir, mas não deixar por isto de “correr atrás” está entre o desempenho dela e as condições - inclusive de personalidade - na cultura dos sujeitos.

Para Elenir, sua trajetória foi vitoriosa. Fica explícito no fragmento o sucesso atingido rapidamente pela qualidade de seu trabalho com comércio naquela região:

---

<sup>299</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

Em julho é um mês inteiro então aí teve o último ano que nós trabalhamos, nós trabalhamos, trabalhamos, aquela época, acho, nós tinha ganhado uns seis mil reais e daí foi tudo pro agiota. Aí eu falei “eu não vou”, porque eu que fazia o serviço, porque aquele povo igual, eu falei (...). O problema é que lá você não encontrava gente pra trabalhar...

E daí e o pessoal, queria eu, não o funcionário, e eles nunca faziam direito. Então o que eu que fazia, daí ficava lá se matando, se matando pra daí entregar tipo o dinheiro tudo pro agiota, aí eu desanimei, eu falei pra ele [ao seu ex esposo], falei: “ah, eu não vou mais ficar aqui me matando de trabalhar”.<sup>300</sup>

A qualidade de seu trabalho aqui não foi associada, como no caso de algumas outras entrevistas, uma questão étnica, mas a sua força de vontade de ganhar dinheiro por meio de um trabalho de qualidade. O seu problema maior teria sido o dos juros.

Já o exemplo de Hugo apresenta mais o olhar a respeito do limite entre sua capacidade para o trabalho e as condições dos lugares. Ao falar sobre sua passagem por Tucumã, isto no início dos anos de 1980, município, marcado pelos resultados de um projeto de colonização do governo federal, opta em enfatizar os seus méritos alçados na administração municipal e no seu serviço como diretor do colégio estadual local. Primeiramente destaca a facilidades com as quais contava e a boa passagem na política, mesmo que inesperada. Em se tratando dos motivos do retorno, indicou tanto os méritos quanto os ressentimentos que marcam o desestímulo e/ou a vergonha de muitos pelo retorno:

Se você quiser anotar, aqui tem uma imobiliária chamada Van de Bom, aqui da cidade. Ele vendeu terras por pessoal aqui da cidade. Ele sempre fala: “pô, você deveria ter ficado, você seria o prefeito da cidade”. Eu fiz uma campanha pro prefeito, fui secretário de administração da prefeitura lá; Meu irmão já estava lá, depois seu cunhado e sua irmã e ele de São Paulo, era dentista e pecuarista, e viu naquela região um lugar bom para o negócio. Quando chegou já haviam muitas pessoas do Sul na cidade. Porque pra agente se acostumar lá, é o futuro, tem que ter a sensibilidade de renunciar a asfalto, luz que nem lá nem tinha na época.

Olha, muita gente, eu na minha avaliação tem duas coisas que pesa bastante, [para o retorno] a situação de dinheiro às vezes, e depois a vergonha do cara não aceitar de voltar! Porque o cara não da o braço a torcer, ele foi deu bola fora, foi lá, prefere morrer lá, morre, e, aí o capital que investiu pra lá na compra de terra, a terra não se tornou produtiva, não rendeu da forma que pensou e as vezes ficou. Mas foram e [eles] têm filhos, eu tive dois primos que faleceram, e os filhos deles tão lá hoje bem, estão ocupando cargos que muitas vezes não tinha condições aqui. [...]

Entrevistador: se no Pará o senhor tivesse dado certo com a agropecuária, talvez o senhor tivesse ficado mesmo com a dificuldades destacadas?

---

<sup>300</sup> ELENIR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 jan 2014.

Hugo: teria ficado. Sim (...) tinha as dificuldades lá, mas tinha o outro lado, a camaradagem de lá, a amizade que você tinha (...).<sup>301</sup>

Mais à frente enfatizou: “por ironia, eu quando eu fui, eu tinha uma casa, uma casa bonita. Vendi, me desfiz dela. Quando eu voltei, fui morar de favor na casa da minha mãe e em frente!”<sup>302</sup>. Não bastaria a capacidade e o esforço, pois a questão estrutural preponderou no seu caso e de muitos outros que, segundo ele, não retornaram devido ao constrangimento de não poderem demonstrar aos seus pares o sucesso econômico. Todavia, numa leitura de todo o seu processo migratório, o saldo não teria sido negativo, sendo o fator econômico um entre outros fatores que motivaram a migração, e quanto a isso ele destaca, por exemplo, o ganho cultural e o sucesso atestado com a política durante o tempo em que estivera fora do Paraná.

Encerraremos o tópico com outra fala de Enso, emblemática por representar uma síntese do retorno, e com a qual ele representa os extremos da inserção e retorno, ou seja, a contribuição do desempenho individual e a leitura conjuntural. No exemplo, isto se deu com o esforço que teve em passar da condição de um desconhecido para um conhecido:

Eu casei e mudei pra lá e aí eu fiquei lá esse tempo todo, aí fui conhecendo muita gente, fui conhecendo muita gente, fui conhecendo muita gente, eu tinha que ficar conhecido e em Alta Floresta eu não tinha parente, tinha parente duzentos quilômetros pra frente de Alta Floresta e eu tinha que ficar conhecido, então, o que eu fiz. Eu um dia eu cheguei no seu Antônio do Posto Lucateli: “olá seu Antônio eu, eu preciso ficar conhecido aqui, como é que eu vou fazer?” Aí ele falou: “como é que você quer fazer? Eu posso fazer um churrasco de baixo desse pé de manga?” Aí fui ali comprei uma costela inteira, assei (...) E, e onde que eu assei uma carne foi chegando gente, foi chegando gente sei que juntou mais de cinquenta, sessenta pessoas e, assim, que eu fui ficando conhecido.<sup>303</sup>

Este talvez seja o exemplo mais completo para se avaliar a relação vivida e lembrada, entre o desempenho individual e a dependência de condições econômicas e legais. O entrevistado conta tanto com suas estratégias de inserção quanto com a realidade do lugar sem se desfazer de nenhuma das abordagens. A relação dialética entre o desempenho individual e condições várias – econômica, política e cultural - direciona a sequência do debate para a próxima discussão do capítulo, quer seja, a relacionada suposta escolha e motivações do retorno. No caso de Enso, o retorno não esteve relacionado ao desempenho pessoal, ele se

---

<sup>301</sup> HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

torou conhecido e devido a sua ênfase nesta tentativa de inserção viveu tempos no norte. Neste caso, firmam as situações conjunturais as responsáveis pelo retorno.

## 5.2 “Quem sabe!”<sup>304</sup>: os motivos do retorno

Para falarmos mais diretamente de como o retorno estruturou as entrevistas, não podemos perder de vista duas abordagens: primeiro, daquilo destacado nas páginas anteriores, dos possíveis motivos da saída do Paraná, e em segundo, destacar como os entrevistados ressaltaram os primeiros momentos pós retorno e, com isto, de certa forma, a sua própria situação atual.

Esta apresentação pautada em três modelos explicativos sobre as motivações do retorno vai de encontro à proposta de uma interpretação binária e ou simplista, por exemplo, entre moradores que delimitaram já na sua saída o momento exato do seu retorno em oposição àqueles que foram forçados a retornar; ou ainda, entre os sujeitos que avaliaram que a experiência foi compensatória e aqueles que se arrependiam do processo que vivenciaram. Ou ainda, por fim, de uma leitura que viesse a resumir matematicamente a migração pelo ganho ou pela perda material. Estas afirmativas são construídas apenas após a releitura do processo e mesmo ao ser adotada uma ou outra postura, muitas reticências e questionamentos marcam as respectivas afirmativas nas fontes orais. Para contrapor essas interpretações recorreremos novamente a obra de Portelli (1998).

De certa forma, a questão discutida por Portelli quando estudou as memórias dos moradores da cidade de Civitella Val de Chiana, sobre o massacre da resistência no qual cento e quinze civis italianos foram mortos em um único dia pelos soldados alemães, em junho de 1944, em retaliação à morte de dois soldados alemães, pela Resistência italiana, abordou a proposta de memórias divididas formuladas por intelectuais. Portelli questionou essa a principal construção teórica e metodológica sobre o estudo do massacre, construção que se pautava exatamente numa divisão entre as memórias do massacre, em que, de um lado, havia uma memória “oficial” que comemora o massacre como um episódio da Resistência italiana, ou seja, como exemplo do nacionalismo italiano e, por outro, uma memória local, comunitária, preservada pelos sobreviventes – do luto e das revoltas contra o posicionamento do Estado e, ainda, crítica à resistência que se deu naquela época da guerra, em que se cometeu o erro de “provocar, ou cutucar” a ira dos alemães. Ou seja, uma memória *a priori*

---

<sup>304</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

ideológica – nacionalista, contra uma memória subjetiva e do luto – local. Os limites desta leitura, segundo o autor, estão na sua conotação binária, simplista, e eles foram apresentados frente aos resultados de sua pesquisa, com a qual aponta para a multiplicidade de memórias e de construções entendidas a partir de um estudo processual – todas ideológicas e subjetivas, ressaltando a pluralidade.

Deste lugar teórico e epistemológico, embasados pela problemática de memória, retomemos então o objetivo da atual análise, conforme o título do capítulo denuncia a análise e reflexão do retorno, tendo por base as trajetórias narradas. Separamos a seguir três direcionamentos que resumem a opção pelo retorno. No primeiro caso, o retorno foi em parte planejado já na partida, e os sujeitos destacaram que esse planejamento fora repensado durante o tempo que estiveram distantes do Paraná e neste interim considerou-se o tempo necessário para se alcançar, entre outros objetivos, a estabilidade econômica. No segundo caso, destacamos os entrevistados que não tinham o desejo do retorno e só o fizeram devido a questões como a de doenças. Por fim, o caso daqueles que não tinham o objetivo definido de voltar, e que chegaram a cogitar viver em definitivo fora do Paraná e por diferentes situações acabaram retornando. Perceberemos como há uma diferença entre aquilo planejado, isto quando fora de fato planejado, para o vivenciado e o narrado. Diferentemente do que se possa projetar a priori, não apenas na terceira situação, mas sim nas três se negou o pragmatismo da migração.

### **5.2.1 Do retorno “planejado”**

A história da família de Ivania retrata o primeiro caso. E antes de informarmos do retorno cabe a apresentação de como ela resumiu seu processo de migração, ao partir junto com seus familiares para a cidade de Altamira, PA:

Então, a gente foi pra lá com, assim, “vamos pro Pará, a gente não tá fazendo nada aqui, mais que dar errado e ter que voltar (...)”. A gente tinha um pouquinho de dinheiro, mas daí se você senta e faz né um [planejamento], a gente pensava assim que o restaurante, a lanchonete ia dar pra gente sobreviver, comer né? [...] porque eu acho que hoje, eu até hoje eu penso assim, falo pros meus filhos e pra quem quer que seja, você não pensa alto, você pensa na tua sobrevivência, se você tiver estruturado e você não te faltar, é, pra você pagar as contas do teu dia-a-dia, o resto vem, né, então a nossa ideia, quando foi pra lá, era a gente, vamos pra lá começar a trabalhar pra sobreviver, dá pra viver e depois vai indo, né, e vamos ver o que que vai,

aparecendo porque assim, se observava que lá tinha muita oportunidade e tem ainda muita oportunidade <sup>305</sup>.

A simplicidade não poderia faltar e Ivania apresentou o seu planejamento familiar. E, assim, se caso buscassem a sobrevivência, e uma vez ela alcançada, bastaria ver “no que ia dar”. Ela também destacou como, alguns anos depois, passaram o primeiro negócio, da administração de uma pizzaria, para o cunhado e sócio, que “subiu” junto, e passaram a trabalhar com pecuária. Anos mais tarde ficaram sócios de uma madeireira. O retorno já estaria planejado, mas o momento adequado não. Diante desse objetivo, depois de apresentar sua história, marcada pela realização econômica, apresentou alguns motivos para justificar o retorno:

[...] nós ficamos oito anos lá, nós fomos em 92.

E voltamos, ficamos oito anos.

É 2000, mais ou menos, até porque quando eu fui, eu tinha um propósito meu assim, e eu até hoje trabalho com um propósito. Eu falei que até os meus trinta, eu dizia assim que até os meus trinta eu ficava lá.

Entrevistador: Então você já tinha o objetivo de voltar ao Paraná um dia?

Ivania: É, não sei, não era coisa assim, eu tinha uma família toda junta né? Eu acho que você vai em qualquer lugar que tá vivendo bem, que tá produzindo, você se adapta e você fica né. Você pode ir pra um lugar e dizer eu não vou nunca pra lá, não, eu acho que pra onde você vai e você tiver produzindo e você se sentir bem você fica né. É, mas então assim (...). Daí, e daí a água lá era, nossa, no início, eu sofri bastante assim, porque as crianças ficavam doentes e tal, mas daí você vai aprendendo né, você vai aprendendo e vivendo a situação. <sup>306</sup>

Se o planejamento “não era coisa assim”, ou seja, não foi seguido a risca, a doença do seu marido, o Polaco, concretizou o objetivo da partida e deu início aos preparativos para o retorno:

E antibiótico e febre e aí ele tinha um sócio de Juiz de Fora que era médico, que era médico alergista, alergista né e, assim, por sorte nossa ele vinha periodicamente pra lá e ele veio e ele sempre ficava hospedado em nossa casa. E aí o Polaco, ruim, ruim, e ele examinou o Polaco e ele falou “não, não tá certo isso”, isso era na quarta-feira, tinha vôo na quinta né, porque era na terça e na quinta que tinha vôo, ele falou “a gente vai pra Juiz de Fora” porque ele viu que a situação do Polaco era grave né.[...] Mas, enfim, não se cogitava sair de carro de lá, até porque ia demorar muitos dias, então eu esperaria terça; aí tentaram assim, carona com, é, tinha aviões de correios e tal, mas daí não permitiram, enfim, aí tinha gente lá que era influente né

---

<sup>305</sup> IVANIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Francisco Beltrão-PR, 25 abril 2014.

<sup>306</sup> Idem.

assim que era do nosso convívio aí arrumaram um avião, eu sai num avião que, que só por deus acho que a gente, esses aviões que espalham semente né, nem sinto de segurança não tinha no avião. Fui eu, o piloto e meus dois filhos dentro desse avião até Belém. [...] Triste! Então daí você fica avaliando até que ponto vale a pena né, até que ponto isso (...).<sup>307</sup>

Mais certo do que seguir o planejamento de ficar até os seus trinta anos estive a certeza de ter de “viver a situação”. E somente assim se saberia, não mais num viés teleológico, o momento do retorno. Mas, de qualquer forma, não seria simplesmente, “ir embora e pronto”.

Daí nós começamos a direcionar, não exatamente, não agora, a gente vai embora e pronto, não. Aí você começa a direcionar né, porque eu acho que você não tem que fazer as coisas por impulso, a gente tava indo bem lá, é, o que a gente tem da parte financeira a gente conseguiu com o trabalho lá.<sup>308</sup>

No caso de Márcia, deixar Novo Repartimento, PA, significou cumprir um planejamento, mas ao falar dessa situação necessitou destacar aquilo que deixou para trás:

Eu só não fiquei assim por questão, não só de família e deu aquela vontade de voltar, que se você (...) que nem, se você tava lá, você tava lá dentro, você tá centralizado ali, eu gosto daqui, só que a partir do momento que você vinha passear pro Paraná, daí você já ficava com aquele remorso, sabe, na hora de voltar: “se eu voltar pra aquele lugar de novo?” Essas estradas (...)  
Entrevistador: e você sempre vinha passear nos finais de ano?  
Marcia: é, e daí tô com essa base mais forte pra cá né, daí depois que chegava lá, começava a trabalhar de novo já caia na rotina.<sup>309</sup>

A primeira vista a “base mais forte” nunca fora abandonada e, assim, interferiu no momento de repensar sua situação longe de casa, longe da base. Mas esta base não se limitou aos familiares; o próprio lugar era a base, afinal o pai e o irmão migraram juntos para o Pará e lá viviam próximos. O seu planejamento estaria atrelado ao retorno do seu pai e do seu irmão,

Entrevistador: se o Moisés [irmão] tivesse continuado por lá, você ficaria?  
Marcia: acho que sim, quem sabe? Porque daí eu ficava muito sozinha lá, daí todo mundo embora, falei: “ah eu não vou ficar sozinha aqui não, vou terminar vou fazer meu acerto” e fui tanto que daí meu acerto eu dei entrada num lote em Santa Catarina, daí lá nós começamos, eu e meu marido, trabalhando os dois e... fomos fazendo nossa casa.  
Entrevistador: naquela época você não era casada né?

---

<sup>307</sup> IVANIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Francisco Beltrão-PR, 25 abril 2014.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.



Marcia: não.

Entrevistador: você conheceu seu marido aqui?

Marcia: conheci aqui daí eu fui embora por causa dele, a gente tinha terminado, daí eu fui pra lá, aí mudou os motivos né, e ele foi pra Santa Catarina, daí 6 meses depois nós nos achamos de novo, 6 anos depois. [...] daí ficamos por cartas, até eu terminar meu serviço e poder vim, eu também não ia abandonar, assim, eles na mão também, daí final de mandado não contrata ninguém, fica chato né, aí resolvi vir e vim, daí fui pra Santa Catarina e recomecei de novo.<sup>310</sup>

“Quem sabe”... E quem sabe o futuro marido, ex namorado do Paraná, não a tenha influenciado na decisão; quem sabe o ganho suficiente para comprar o almejado terreno, uma vez surgido com o valor do acerto, também o tenha. Sem que fosse feita a pergunta sobre se teria válido a pena, enfatizou esta questão ao encerrar a entrevista. Seu irmão, Moisés destacou, de maneira mais direta, que sempre tivera o intuito de guardar dinheiro para retornar:

[...] Não, eu pensava eu (...) eu olha, meu futuro nunca foi lá, eu sempre pensava fazer um futuro aqui e ir embora, ah, o Paraná nosso aqui não tem né? Que nem, como é que teu pai falava? Ele falava, o pai falava (...) quando ficava nervoso, já fui comprar passagem, mandei a Maria comprar passagem... [Risos].<sup>311</sup>

Esta afirmativa correspondeu àquilo que apresentou sobre a sua situação atual:

Posso falar a verdade pra você? Tem gente que vai trabalhando e guardando dinheiro, eu não tô guardando dinheiro, eu tô trabalhando é curtindo minha vida, eu e minha mulher ó (...) da vontade de ir lá em Cascavel? Nós vamos; vamos na pizzaria lá? Vamos, por que esse negócio de falar: “ah, não, eu vou guarda dinheiro que mais tarde ...” não, ...eu não sei meu dia de amanhã, então hoje você tem que trabalhar e aproveitar a vida! O filho do [cita nome de conhecido agricultor de Corbélia, conhecido com um dos maiores produtores locais] me falou pra mim, né: É (...) o pai, falava, não, na hora que ficar mais velho, eu largo pra vocês e vou curti minha vida. Curtiu o que, agora?<sup>312</sup>

Ao que nos parece a indicação de “lá”, mesmo sendo lembrado pelo trabalho, onde quase “se matou de trabalhar”, mas onde “era bom”, pela natureza, pelas muitas amizades, não era o lugar de curtir; mas talvez, novamente não fosse apenas uma questão de lugar, mas

<sup>310</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>311</sup> MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

<sup>312</sup> Idem.

de momento, e nesta lógica, agora, mais velho, com certo capital conquistado, conjecture que seja enfim o momento de curtir.

Se a dificuldade e a nostalgia fazem parte da leitura apresentada da migração, elas servem ainda, de certa forma, de pistas para entendermos os motivos da opção pelo retorno. Na sequência, ao falar da segunda cidade onde trabalhou, Moises se lembrou de um episódio com o qual resumiu essa representação:

Ah o povo de lá é bem melhor que daqui né! Muito melhor! O povo de lá... ó Jorge eu fui ... eu fui lá em Marabá, fui fazer um socorro, tirar um motor de uma skid [máquina utilizada na retirada da madeira da mata] lá em Marabá e... é nós ficamos no mato lá, cara, sem comer, sem nada, o cara foi buscar comida e não chegava mais, já tava dando noite, você acredita, cara, que de tardezinha chegou o cara lá falou “óh, minha esposa falou que vocês passaram a noite aqui?” Falei é. [...] “meu deus, vamos lá em casa!”, falou “óh, não tenho muita coisa pra oferecer pra vocês, mas o que eu tiver;” mas chegamos lá, meu deus do céu cara, comida, ele falou: “óh tem um galpaozinho, óh tem uma rede aqui”, deu até rede pra nós dormir, o povo de lá cara! Não o povo daqui é capaz de jogar pedra atrás. [risos] Mas o povo de lá, cara, é muito querido. Daí o cara foi, tinha quebrado caminhonete na estrada, deu rolo né, que não pode vim, não é que não quis, não deu, daí, e nós ficamos posando na casa do cara lá, café da manhã, comida, coisa simples, mas, eu não gostava de jiló, e aquela mulher falou assim, “óh, tem um feijão aqui, que eu cozinhei com um jiló, não sei se seis gostam?” E eu fiquei quieto né, porque na fome que eu tava! [risos] Cara, eu nunca comi feijão com jiló tanto na minha vida como naquela vez... [risos]<sup>313</sup>.

A humildade estava no pobre e no rico. E isto somou positivamente a imagem que apresenta do Pará, lugar de onde sobressai por um lado, as amizades e a qualidade do seu povo, e por outro, as dificuldades vividas no trabalho. Pelo seu trabalho pode ganhar a confiança de todos. Estas qualidades e acontecimentos não o impediram em nenhum momento em decidir ficar por lá, mesmo tendo constituído naquele momento família.

Outro que apresentou um planejamento de vida construído no retorno também destacou as incertezas de tal planejamento foi Milton, ao ressaltar que a migração se tratou de um desafio para quando era jovem e agora, mais velho, prefere o conforto da cidade de Corbélia e do trabalho com a agricultura:

Tá descartado, eu não volto. Primeiro por causa da idade né? Porque com essa idade eu também não tenho muita coisa pra fazer lá, lá se você, você sofre já velho, vai lá só pra morrer, vai lá só pra morrer, a pessoa já passou dos 40 já tem que pensar em aquietar o facho já, porque não, não adianta

---

<sup>313</sup> Ibidem.

chegar lá e fazer o que lá? Não tem força mais, perdeu as forças, você tem que ir lá pra sofrer, pra trabalhar, vai ir lá só pra ir? A não ser que vá com dinheiro, daí não precisa ir lá, você tem dinheiro, pra que ir lá? Pra dizer que foi lá pro norte? Pra fazer mais dinheiro, pra fazer mais dinheiro pra quem? Vocês que são novos, vocês têm que enfrentar. Se precisar vocês têm que ir. Mas a pessoa depois de uma idade se for, uma pessoa de sessenta anos lá pro Pará por exemplo, vai lá fazer o que?  
[...] Tinha vontade de voltar [tom de voz firme], principalmente quando eu tinha minha mãe viva, meu pai já morreu um pouco antes, queria vim, vim, vim, vim embora pra morar com a mãe mesmo eu com uma idade já (...). [...] Eu, além de vontade, eu só pensava, o dia que eu puder eu volto!<sup>314</sup>

Ele não chegou a voltar antes da morte dos pais, entretanto, o tempo de duas décadas no Pará representou para o entrevistado o momento de voltar.

Para Enso, a “aventura” teria um prazo determinado, mas, a possibilidade do “enricar”, se confirmada fosse, poderia determinar a escolha pela moradia em definitivo no Mato Grosso:

O meu giro acabou e eu comecei a dever e por isso chegou num ponto que eu não consegui dar a volta por cima mais e foi aonde que em 2004 eu me separei, aí separamos a sociedade e eu me separei da minha mulher.<sup>315</sup>

Na conclusão de sua entrevista, podemos perceber a dificuldade da opção pelo retorno, mesmo quando dito como definido:

Eu tenho vontade, hoje se eu ganhasse algum dinheiro por exemplo, um dinheiro bom, eu ia, voltaria lá e compraria um fazenda e ia mexer com pecuária.  
Entrevistador: Ficaria lá?  
Enso: Não, eu ia morar lá se eu conseguisse comprar uma fazenda na beira do rio Teles Pires, eu ia morar na beira do Rio Teles Pires.<sup>316</sup>

Seu caso é de mais um exemplo no qual vida econômica e familiar se misturam e dificultam a concretização de planejamento migratório. De qualquer forma sempre destacou que manteve o objetivo de voltar.

Outro exemplo, talvez pelas circunstâncias, o qual tivera o retorno mais definido, foi o de Íris, militar, cuja saída e retorno foram planejados. Diferente da forma como atualmente a instituição organiza o período fora de permanência, lembrou que naquele momento era

---

<sup>314</sup> MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>315</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

<sup>316</sup> Idem.

possível a permanência por um período maior, algo descartado por ele, muito em razão das condições locais do destacamento, afinal, o período é comparado com as condições atuais marcadas pela tecnologia de comunicação:

É, não nesse ponto né, vamos falar assim, a cota mínima são dois anos, você vai pra lá pra passar no mínimo dois anos, na época que eu fui, então eu sabia que eu ia passar lá pelo menos dois anos, ao final de dois anos, tava bom lá sabe, você se adapta a situação e esquece um pouco, desapega um pouco do ritmo de cidade grande, porque eu tava saindo de Curitiba né, e você começa a viver aquela vida, aquele momento, então eu, ao final de dois, anos eu falei “aqui tá bom, só que eu não quero ficar no destacamento, eu quero ir pra cidade, quero ir pra Tabatinga” [...] Não, essa vontade eu tenho, essa vontade eu tenho de voltar pra Tabatinga pra ver como que tá aquilo tudo né, voltar pro destacamento né, porque eu fiquei sabendo depois que chegou internet no destacamento, nós não tínhamos nem telefone.<sup>317</sup>

Até ele pudera, em algum momento, repensar se não a decisão de retornar, ao menos estender o período de sua permanência.

Concluindo, Ivania, Márcia, Moisés, Milton, Enso e Íris destacaram de forma regular a estimativa do tempo que duraria o período de migração. Conforme os relatos, ele não poderia ser estimado no início, mas contemplavam o objetivo do retorno após a conquista de metas estabelecidas, uma situação que representa um retorno até certo ponto planejado, mas antecipado e ou adiado, como vimos.

### **5.2.2 Do retorno forçado**

Outro tipo de posicionamentos aparece nas entrevistas daqueles que, diferentemente, não pretendiam voltar. E se aqueles que partiram com um tempo já determinado de ausência destacaram dúvidas e circunstâncias, esses são apresentados pelos acontecimentos que estavam totalmente desconsiderados tempos antes de ocorrerem. Héliide, Moacir e Valdemar destacam como problemas relacionados de saúde interferiram na decisão pelo retorno, sendo obrigados a voltar. Todos eles destacam um retorno “forçado” ou apressado, e que não estava nos planos. No caso de Moacir:

Entrevistador: E como é que foi de voltar pro Paraná?  
Moacir: Quebrei a perna [silêncio].

---

<sup>317</sup> ÍRIS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Cascavel-PR, 26 abril 2014.

Entrevistador: Quebrou a perna? Isso tem quanto tempo seu Moacir, que o senhor quebrou a perna?

Moacir: Tem dois anos né? [...] Faz pouco. Levei eu acho que uns cinco meses [no hospital à espera do tratamento adequado]. E lá, de lá eu fui pra Porto Velho né. Lá não operavam nada, daí telefonei pra cá. Logo minha irmã mandou a mulher pra lá, ela tem uma filha lá né [silêncio].

Entrevistador: Mas ficou uns tempos lá ainda com a perna quebrada ou não, já de imediato?

Moacir: Acho que noventa e três dias.

Entrevistador: Como é que descobriram?

Moacir: Eu telefonei pra cá. Eles sabiam que eu tava lá (...).<sup>318</sup>

No exemplo apresentado percebe-se que os ressentimentos em torno da precariedade do sistema público de saúde nortearam a explicação sobre o retorno. E o assunto foi tratado com silenciamentos. Inclusive, a própria estrutura narrativa, pontual nas respostas, evidencia isto. Evidencia também ter de admitir as dificuldades em voltar, ocorrida apenas graças a favores de conhecidos.

Outro exemplo de retorno forçado é expresso no relato de Héliide:

Porque em julho lá, junho e julho, é o forte de praia né. Julho. Aqui é inverno e lá é o forte de praia e a gente ficou lá um tempo, depois aconteceu que a minha filha teve um menino temporão e eu tive que voltar pra ajudar a cuidar desse menino. Porque ele nasceu com problema do coração. E o médico falou, “ele pode durar três anos e pode falecer de uma hora para a outra”. Então a gente tinha que tomar os cuidados, muito cuidado. Acabei vendendo lá e vim lutando pra cá de novo. Aí ficamos três anos aqui com ele, quando completou três anos resolveram fazer a cirurgia do menino, do coração. Fez a cirurgia na sexta, quando foi amanhecer, domingo, ele faleceu.

[...] Ele gostava de usar chapéu, que nem eu gostava de usar na fazenda. Daí a gente ficou. Ah, nossa, e eu esqueci até de contar que aquela vez que nós estava morando ali em Corbélia mesmo, [antes de migrar] eu já tava, tava meio discutindo com o meu marido porque eu sabia que ele tinha um caso com outra mulher e acabou eu mandando meu filho pro, pra Bahia. Esqueci de falar. [...] Daí eu resolvi ir lá pra Tocantins e ficar lá no Pará, mas depois por causa do menino eu tive que voltar né. Aí depois, aconteceu que eu fiquei aqui em Corbélia um tempo, eu morava em Cascavel e meu filho quis que eu viesse morar em Cascavel. Vim morar em Cascavel, aí fui morar em Cascavel e minha nora também estava esperando nenê e perdeu. Aí fiquei um tempo em Cascavel, tive que voltar pra Corbélia por causa desse problema da minha mãe, [...] vai fazer um ano em setembro que aconteceu a primeira vez que ela ficou ruim né e de lá para cá, sempre, sempre, sempre tratamento a gente faz das tripa coração e não tem jeito, cada dia pior, agora tá ficando delirando, delirando sabe. [...]

---

<sup>318</sup> Na sequência destacou ter morado por 10 anos em uma auto elétrica na qual prestava serviços. Morar num sítio, numa auto elétrica enquanto agregado denunciavam que ele não era mais um empresário, mas prestador de serviço. Índícios dos ressentimentos que estruturaram toda sua narrativa. MOACIR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 19 jan 2014.

Entrevistador: Você pensa em voltar um dia?

Hélide: Eu penso, e se eu não estou viajando é por causa da mãe; Por causa da mãe; dos filhos (...).<sup>319</sup>

Mais uma vez toda a carga de ressentimentos marca a entrevista. O fragmento extenso foi mantido para que pudéssemos demonstrar como o retorno foi tão inesperado quanto a partida do estado e ambos foram motivados por problemas familiares. Ao falar da causa do retorno, o falecimento do neto, destacou, no mesmo momento, o motivo da saída rumo ao Tocantins, a sua separação conjugal, conseqüentemente lugar que teve de deixar devido aos cuidados do neto que viera a falecer. E foram problemas familiares que a impediram (e impedem) de voltar para o Tocantins: a gestação interrompida da sua nora, e a doença de sua mãe, a qual encontra-se atualmente sobre seus cuidados.

Também Valdemar cogitou a possibilidade de voltar para o Mato Grosso ou para o Pará após ter retornado devido ao tratamento de saúde de sua esposa:

Daí quando entrei no [cita o último emprego anterior ao retorno] em 2009, com ele, daí fomos pra Luiz Eduardo, e daí quando nós tinha acabado de construir, de ter aberto a firma, daí a mulher foi operada de câncer.

[...] E daí o bicho começou a pegar. [...] Daí lá ela foi operada daí tem a questão de tratamento, pra ver onde nós ia fazer, em Salvador nós não conhecia ninguém, ou Brasília também nos não conhecia ninguém, daí acabamos vindo pra Cascavel né.

Ela voltou logo, em trinta dias tinha que começar a fazer a químio, daí ela ficou um ano indo e vindo, indo e vindo, a cada sessenta dias, noventa dias ela vinha pra casa, e nos lá lutando, eu tinha esse [refere-se ao filho eu estava na casa no momento da entrevista] e o outro agora tá em Tereza do Oeste; daí acabou entrando em depressão, ela aqui e nós lá, daí resolvemos vim [...].<sup>320</sup>

Após a morte de sua esposa que não resistiu à doença, Valdemar se diz bem empregado, mas procura a oportunidade de retornar, agora como proprietário de alguma empresa no ramo de prestação de serviço. Por isto afirmou, “se desse chance”.

Já Herman optou por voltar ao Paraná, após ter alcançado seu planejamento de vida, sua fazenda, 10 anos depois de ter trabalhado como empregado- chegando a gerência- em serrarias, mas o retorno nunca fora planejado por ele e por sua esposa quando saíram do Paraná. Havia a possibilidade, mas não um objetivo. Inclusive, destaca que no momento de estabilidade econômica afirmava que não mais voltaria. Ao destacar os motivos enfatiza a

---

<sup>319</sup> HÉLIDE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 jan 2014.

<sup>320</sup> VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.

questão familiar, porém deixa claro que o motivo se deu devido ao problema com o pasto da sua fazenda. O que mais nos chamou atenção no seu caso sobre o processo de retorno está relacionado ao arrependimento em deixar a lida com o gado. Hoje, não teria condições de recomeçar a criação no Paraná:

Entrevistador: Mesmo com as dificuldades, vocês se adaptaram?

Herman: adaptou, porque eu, tava dentro do meu esquema, do que eu sabia fazer né. E aí já (...) tentei ficar lá pra trabalhar com gado, e consegui, e fiquei né!

Entrevistador: então o senhor já tinha esse objetivo de um dia trabalhar com gado?

Herman: desde criança! Desde criança [risos] desde criança toda vida eu gostei de trabalhar com criação e zelar tudo, entendeu. Então, quando eu fui pra lá eu notei que lá seria o meu campo. Mais tarde eu trabalhava e ia conseguir como de fato eu consegui! Consegui e me arrependo muito de ter parado! Vixe! Me arrependo demais!<sup>321</sup>

Mais uma vez os ressentimentos marcaram a entrevista quando ao mostrar a fotografia que havia separado antecipadamente lembrou do serviço com o gado e com voz trêmula, disse: “eu não gosto nem de ver!”.<sup>322</sup>

A consideração nos leva novamente a Sayad (2000), pois pode-se voltar no espaço, mas não no tempo. Talvez possamos concordar com o autor e aceitar que nestes casos, de fato, o retorno não era mais uma meta, pois o migrante já adaptado não se vê mais na situação de migrante. A possibilidade de outras migrações exemplifica isto.

### 5.2.3 Do retorno, mais memórias divididas

No caso do casal Dizielly e Diego, de Derick, de Herman, de Márcio e de Jorge a exposição de narrativas não apresentou uma situação definida desde o momento da opção por migrar rumo à Amazônia Legal. Curiosamente, diferente de alguns dos entrevistados eles não demonstram interesse de voltar para a Amazônia Legal e, de outros, não descartam em completo tal possibilidade. É o caso, por exemplo, do casal Dizielly e Diego:

Dizielly: Dois mil e dois, fiquei até dois mil e dois aqui, de dois mil a dois mil e dois, aí eu e o meu irmão do meio ficamos estudando ali em Cascavel. E daí a gente, quando ele terminou o terceiro ano aí ele passou no vestibular aqui aí meu pai achou melhor me levar pra lá. Fui pra lá, fiquei estudando lá

---

<sup>321</sup> HERMEN. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 mai 2014.

<sup>322</sup> Idem.

uns seis meses mais ou menos o que foi bem na época que a Unioeste estava em greve e daí pra não ficar morando aqui sozinha, meu irmão ficou lá também até, aí quando a Unioeste voltou de greve aí eu dei um jeitinho de voltar, por causa do Diego [risos] porque estudar eu podia ter estudado lá né, mas daí eu acabei convencendo meu pai a me deixar voltar. [...]

Diego: mas não tava indo muito bem também lá.

Diziely: Mas eu não tava, meu pai sabe que na verdade no fundo no fundo eu voltei por causa do Diego mesmo né, aí voltei, fiz cursinho e (...)

Entrevistador: E nesse período aí você, a cada férias que você ia pra lá visitá-los, já cogitava a ideia de ficar em definitivo?

Diziely: Sim, eu fazia estágio com eles e tinha a ideia de morar lá, meu pai até fez o escritório lá, fez o prédio lá pra gente montar o escritório, tem minha sala. [...].<sup>323</sup>

Em suas narrativas destacam a especificação do motivo que determinou o retorno, relacionado à questão de saúde ou, conseqüentemente, em vista da falta de estrutura na cidade e na região, sobretudo no setor de saúde:

[...] Então a gente mexeu muito com fêmeas assim, bovinos que tinham dificuldade de parto né. E eu não sei se foi, provavelmente pode ter sido um contato desses ou mesmo uma água contaminada por urina de rato né, contato mais direto daí né, não foi o rato que contaminou lá que depois. [...]

Entrevistador: Isso aí pra você foi quase que decisivo, você resolver (...)?

Diego: Foi quase que determinante, porque assim, eu fui no médico até, fui no médico né e ele falou, e ele tava assim, meio não sabia muito assim, “ah não sei pode ser uma alergia né”, aí eu falei, mas alergia, só que eu tô com muita febre né, cheguei a convulsionar né, de febre. Aí ele falou, “é, mas pode ser que você pegou uma gripe junto”, tá deu um monte de remédio lá.<sup>324</sup>

A doença interferiu na decisão pela volta precoce. E a namorada o acompanhou. Hoje, estabilizados profissionalmente e casados, não descartam a possibilidade da migração, mas não é mais um objetivo. Quanto a possibilidade da volta ao Pará, observa Diziely que:

Diziely: Mas é por isso que é tão difícil pra gente, a gente pensa em ir pra lá, mas a gente pensa assim, que agora a gente tá estabilizado aqui, largar tudo e ir por uma coisa incerta, isso pesa bastante, senão a gente já tinha (...).<sup>325</sup>

Ao final da entrevista, Diego conclui:

Diego: Não, só ia falar assim, que, ah, se no “frigir dos ovos” você voltaria hoje pra lá né? Eu assim, se tivesse uma oportunidade que eu fosse, tivesse

---

<sup>323</sup> DIZIELY; DIEGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Assis Chateaubriand-PR, 08 jan 2013.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Ibidem.



pra mim especificado: “óh você vai fazer isso, vai ganhar tanto”, se fosse um negócio mais fixo que eu soubesse que tinha (...) agora, ir lá na escura pra ver o que vai dar (..).

Entrevistador: Vamos dizer assim, não é o lugar que te impede, ou te impediria, não é a cultura ou o lugar, mas a questão de renda.

Diego: É hoje é a (...) é hoje seria a situação mais essa, estabilidade né. [...] Se eu passasse; assim, óh, se tivesse um concurso que eu passasse alguma coisa, eu iria.<sup>326</sup>

Estabilidade, proximidade da família, manter o próprio negócio e a aparência, leia-se, fisionomia, das cidades são os vetores que indicam para a conclusão de que em nenhum momento se decidiram pela migração em definitivo, e que ainda hoje não definiram o seu futuro a respeito.

No caso de Derik, ele destaca que em determinado momento chegou a pensar em morar em definitivo: “não, eu falei: vou ficar por aqui, aqui é o lugar certo”<sup>327</sup>. Mais à frente ainda acrescentou: “O que eu almejava, era gerenciar a fazenda, falei, as coisas estão indo bem pra mim né”<sup>328</sup>. Destacou então que interferiu para o retorno a vida que levava na fazenda, principalmente uma vez tendo avaliado a possibilidade de seu casamento com sua esposa; mas o principal motivo da mudança de planos teria sido a necessidade de fazer uma faculdade na área, pois destaca que tinha como referencial o bom salário dos vendedores de insumos, os quais serviam de comparativo para que pudesse avaliar a sua renda como técnico agrícola, inferior à “desses vendedores”. Primeiro ele narra a chegada da esposa:

Aí quando eu vim pra cá passear, a gente trocava muita mensagem, aí quando eu vim passear pra cá fazia uns três anos. Eu demorei três anos pra vim. Aí quando eu vim daí nós nos encontramos e tal, e daí aquela alegria e tal, tudo muito bonito né, que beleza, e aí eu fiquei o que, uns quinze dias aqui, aí o tempo que eu fiquei aqui a gente sempre junto né, aí isso foi em setembro que foi a nossa folga lá né.

Entrevistador: mas até então você não cogitava de, de (...)

Derik: não, daí ali nos últimos dias eu falei pra ela né, ela falava que queria ir pra fora pra outro lugar, conhecer, trabalhar, daí eu falei “ah, vamos lá pro Mato Grosso né”, pra você conhecer lá e tal, e ela falou assim “ah eu faço o seguinte então, em novembro eu vou lá passear pra conhecer”, falei “vai nada né”, aí em novembro apareceu lá, daí foi conhecer o Mato Grosso, aí conheceu e tal, e tal, aí voltou pra cá, em janeiro foi embora pra lá, de 2008.<sup>329</sup>

---

<sup>326</sup> Ibidem.

<sup>327</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

A decisão de cursar uma faculdade veio das conversas com sua esposa, pautada num comparativo que mais uma vez envolveu sua capacidade de trabalho comparada ao trabalho e ganhos dos vendedores:

[...] poxa, uns cara desses aí, pô, os caras tranquilo, limpinho, daí tinha horário e tal, podia ficar o dia inteiro pras fazendas mas quando dava seis da tarde, tava na cidade né, final de semana tava na cidade né, aí eu comecei a especular ganho né, ganho não era ruim também, na fazenda ganhava-se um pouco mais porque eu ganhava livre. Nesse segundo emprego meu eu já ganhava uma participação, já ganhava comissão.

E aí cara, então eu comecei a analisar e tal, daí quando ela foi pra lá, aí ela já um pouco mais vivida que eu, mais velha né, aí ela falou assim: “Derik, mas você tem que estudar porque eu vejo assim, vem esse pessoal aqui e a gente vê que não (...) e você já tem conhecimento de campo e tal e não te engrandecendo, mas você é desenvolvido um pouco mais né, pega as coisas fácil, tem uma certa inteligência né, e você tem que estudar, tem que estudar, tem que estudar!”, só que daí lá não tinha faculdade, em Sorriso, tinha lá, tinha curso, um exemplo, Pedagogia. [...] Ela sozinha né, mas ficou oito meses lá, daí um dia eu falei, falei “ah, se quiser ir embora, quiser voltar pro Paraná eu volto”, falei: “eu tento estudar lá, tento alguma coisa aí”.<sup>330</sup>

O capital acumulado não fora o almejado, mas era algo a ser considerado pelo tempo fora do Paraná e a decisão de que aquele era seu lugar já não fazia o mesmo sentido: “tenho dois carros e tenho um pouco de dinheiro guardado, a pior das hipóteses lá é (...) sei lá, arrumar alguma coisa pra fazer lá e se não der certo, não arrumar nada lá e não der certo, eu volto pra cá. [...]”.<sup>331</sup> Uma vez no Paraná, novas dificuldades exemplificadas com a busca por emprego:

Aí dia 10 de janeiro ele esteve aí, conversamos, ele falou assim: “ah, então, gostei do teu perfil e tal posso te pagar tanto, só que você vai ter que viajar algumas vezes né”, falei [pensei], bom a faculdade já não vai dar certo, só que era administração né, mas daí aí o ganho era bom cara, aí eu falei “não, vou encarar”, aqui no Paraná um ganho assim, falei “não, eu vou”, porque eu tava ganhando aí, 700 pila no comércio de novo né, falei: “não, eu vou, vou pegar sim” [...] Aí eu peguei e comecei, e alguns amigos meus de colégio agrícola, “ô a formatura do fulano de tal”, falei caramba o cara tá se formando na faculdade!, aí eu vi que eu posso estudar e não tô estudando né comecei ir pro Rio Grande do Sul, pro Rio Grande do Sul, pro Rio Grande do Sul, aí estruturaram uma equipe lá, e começaram a ir pro Mato Grosso, abrir o Mato Grosso, aí quando meu piazinho nasceu, em novembro de 2009, aí precisava de uma ajuda lá no Mato Grosso, “ô Derik, precisamos de uma ajuda lá, você conhece um povo lá, você não dá uma mão pra nós lá”, falei “dou”, aí fui, aí resumindo, depois disso daí o que acontecia, aí uma vez por

---

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> Idem.

Diante de uma nova oportunidade de emprego, a falta do curso superior se tornou agora uma limitação:

[...] falei “beleza”, marcou a entrevista, o cara veio, o gerente do sul, começamos a conversar e tal, então aí no final ali depois de ter conversado e tudo, mas ainda não tinha falado da minha remuneração ainda né, aí ele foi lá conversou e falou assim “mas você, você se formou aonde Derik?”, Aí eu falei “não, eu fiz escola agrícola em São Paulo e tal”, “mas você não, não é agrônomo?”, falei “não, não sou”, “ah”, falou bem assim “não pode homem”, falou assim “como que você não fez a faculdade ainda?”, [...] Então, aquela agonia aí, trabalhei ali 2011 né, aí em janeiro de 2012, eu de novo cara, no mesmo dilema, falei “cara, eu tenho que voltar a estudar”, aí cheguei no meu chefe e falei “ó eu tenho que voltar pra agronomia, pra faculdade, não dá e (...)”, “ah, mas veja bem, você vai perder muitos benefícios e tal, e tal, e tal”, falei “não”, falei “como vocês mesmo falam, a vida é feita de escolhas, cada um depois tem que aguentar a consequência da escolha que fez”, aí eu peguei e mudei da minha modalidade de acerto, aí eu sai de funcionário, que eu era funcionário deles contratado, virei um terceirizado deles numa região menor do Paraná, pra poder daí sobrar tempo e tal, todo dia pra poder conciliar com o estudo, que é da forma que eu tô hoje, tipo assim, hoje eu tenho um contrato de representação, sou representante comercial deles aqui nessa.<sup>333</sup>

Se “a vida é feita de escolhas” o objetivo de fazer faculdade não pode ser determinado como último fator que influenciou no retorno, já que a difícil adaptação de sua esposa pesou tanto quanto. E uma vez no Paraná, levou ainda dois anos para iniciar a faculdade de agronomia. O contato com MT prosseguiu, pois na sua nova área, agora próximo de concluir a faculdade, matem ligações com a região de Sorriso. Mas este contato se deve a questão profissional e o possibilita seguir vivendo no Paraná. A recompensa da trajetória inclui o orgulho de ter vivido no Mato Grosso e de estar numa faculdade: “[...] Você quer ver na faculdade quando que eu conto ali, que tem molecada mais nova que eu ali, todo mundo, todo mundo almeja o que? Terminar a faculdade e ir, Bahia, Pará, Piauí, Mato Grosso!”<sup>334</sup>.

Ainda entre os migrantes que nem planejaram o retorno, nem tão pouco descartaram naquele momento a possibilidade, temos o caso de Márcio. Para falar de si enquanto migrante procurou apresentar sua trajetória desde criança e alertou o fato de que desde jovem sempre migrou, seja por motivos profissionais ou culturais: “A minha mãe, por exemplo, ela já era

---

<sup>332</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

<sup>334</sup> DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

uma pessoa que ela sabia que eu já não tava mais com ela né”.<sup>335</sup> A conquista da adaptação, no que pese fatores positivos a um suposto retorno, e o cobiçado emprego público, nesse caso, algo que dificultaria uma nova saída do Paraná, não deu conta de definir a negativa de uma possível volta a Amazônia: “[...] Sempre pensava assim, que aqui tá bom, aqui eu to me adaptando, tenho emprego aqui, mas se um dia eu puder ganhar o que eu ganho aqui, lá no Paraná (...)”.<sup>336</sup> Os prós e os contras estariam pendentes de questões profissionais. O retorno veio num momento em que estavam se adaptando – ao clima, aos moradores, a própria geografia do lugar, como ele próprio destaca. “[...] E foi nesse momento que eu estava bem empregado e ela [sua esposa] estava desempregada, que a minha sogra convidou pra voltarmos pro Paraná, dando um emprego pra minha esposa”.<sup>337</sup> Em forma de balanço de sua história, narrada “com prazer” pelas experiências migratórias, o apego pelo Paraná contrasta com o espírito aventureiro: “Mas se eu tivesse que morar em qualquer um desses estados hoje, eu não pensaria, eu iria. [...] mas, eu acho que eu devo ficar por aqui por um bom tempo”<sup>338</sup>. O seu posicionamento não descartou em definitivo outra migração, mesmo com a família vivendo no Paraná e de sua situação estável no emprego, bem como dos desafios que estaria vivendo: “Eu não sei, porque eu estou estudando”. E por fim, a possibilidade em aberto: “Eu tô estudando, de repente um concurso, um concurso público e vai trabalhar como professor em tal área”.<sup>339</sup> Aqui também cabe destacar que a possibilidade alcançada com a estabilidade no emprego de viajar de férias supra, em parte, o espírito aventureiro:

De repente, eu sou meio aventureiro mesmo. Agora, uma coisa que eu não abro mão é de conhecer novos lugares. Por exemplo, agora, eu to buscando a estabilidade, agora. Eu tô com cinco anos trabalhando nessa empresa, então eu tenho uma estabilidade. Agora, depois de quinze anos de casado que eu consegui comprar minha casa própria. Então eu acho que agora eu vou dar uma aquietada por aqui, mas conhecer lugares pra passear, me aventurar, isso é um projeto de vida.<sup>340</sup>

Em certa medida, viver no Paraná permite, agora com a estabilidade alcançada, poder viajar.

---

<sup>335</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Ibidem.

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> Ibidem.

<sup>340</sup> Idem.

Por fim, o posicionamento de Jorge, outro sujeito da pesquisa que não programou seu retorno definitivo ao Paraná e não descarta voltar para o Norte. Os retornos anteriores ao último foram efêmeros, pois alega que sempre que conseguia acumular capital retornava a Corbélia, isto se deu em quatro oportunidades. Perguntado a respeito de com os conterrâneos avaliavam seu retorno, respondeu:

Não, eu sempre tinha vontade de voltar, voltar. Eu vinha, mas voltava. Tenho até hoje.

Entrevistador: é por saudade do Paraná? Porque não se adaptou lá?

Jorge: Mas na verdade, eu vim, eu só vim embora por causa daquela venda do caminhão que teve e não me venderam, me tiraram o caminhão. Só por isso.

Entrevistador: mesmo sem ganhar dinheiro você ficaria lá com a oficina? Só para o gasto?

Jorge: Não, acho que não né. Agora vocês já tavam aqui, daí não tem como ficar longe. Se tu tivesse trabalhado naquele colégio, e o Rapha [outro filho] por lá, claro que eu ia ficar lá.<sup>341</sup>

Lê-se, então, que foi, em parte, o último negócio não concretizado – lhe “tiraram o caminhão” -, e mais ainda, a opção familiar, que fizeram com que retornasse, isto somado a sua análise conjuntural de que a madeira “estava acabando.”<sup>342</sup> Então, são várias as motivações do seu retorno. Na particularidade da história de Jorge fica exposto como a migração não se divide de maneira estanque entre saída e retorno, mas está em aberto; as quatro idas e vindas exemplificam isto.

As interpretações dessas entrevistas demandaram a apropriações de discursos, como o referente à ênfase sobre o processo de construção de fronteiras, do progresso, no espírito aventureiro, na cultura migratória familiar e no desejo da conquista econômica. Da mesma forma, demandou atenção a maneira como os entrevistados destacaram os imprevistos que escaparam ao planejamento de vida, como a saudade de casa e a doença ou falecimento de familiares. Destacaram-se as dificuldades quanto ao ressentimento presente no ato de destacar perante os familiares e amigos, e mesmo diante do pesquisador, em muitos dos casos, os motivos do insucesso econômico na volta ao Paraná.

Alguns entrevistados procuraram ler essa realidade de maneira mais estrutural, como um resultado das políticas do Estado, antes impulsionador, hoje, responsável pela falência dos negócios. Outros relacionaram sua trajetória ao ganho cultural e profissional e trouxeram questões familiares como preponderantes para o retorno, seja no caso do retorno optado ou

---

<sup>341</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

<sup>342</sup> Informação trazida no capítulo quarto

mesmo imposto. O processo migratório não deixou de ser apresentado, ora linear, ora cíclico, ou desorganizado aos olhos do historiador, a partir de narrativas- épicas, trágicas, etc.

A divisão dos três grupos em que apresentamos o retorno poderia ser analisada por outras características, e esta divisão apenas indicou uma tentativa mediante a multiplicidade de situações que envolveram os fenômenos de deslocamento. Cada uma das entrevistas apresentou particularidades objetivas, materiais, e as respectivas interpretações, subjetivas. Serve este apontamento para o caso dos entrevistados que definiram um prazo para o retorno e para aqueles que não pretendiam voltar. Em todas as histórias narradas, as memórias do hoje foram, retomando Portelli, divididas e negam com isso leituras binárias. Tanto a nossa quanto a dos próprios entrevistados foram destacadas com ressalvas. Atrelamos à questão as problemáticas apresentadas no capítulo, referentes à dialogicidade que marca a construção das entrevistas, algo que refuta conclusões meramente esquemáticas.

### **5.3 “Sabe o que é pegar um passarinho e soltar, abrir uma gaiola”: falar da segurança agora de volta para casa**

O capítulo iniciou-se com a relação entre o desempenho individual e as circunstâncias conjunturais que envolveram a migração. Abordou no segundo tópico as explicações - divididas - do retorno e seguirá com a análise da atual situação dos migrantes e daquilo apresentado como herança da migração, de algo resultante do espaço disputado e conquistado, algo a ser apresentado àqueles que ficaram.

De nossa parte, diante de mais análises de fontes orais, temos a motivação de tentar, conforme destacamos no decorrer do capítulo, olhar para além da dicotomia, inclusive quando ela estrutura toda a entrevista. Ou quando ela embasa a fala do retorno, algo que dificilmente deixa de ocorrer nos momentos em que os sujeitos entrevistados procuram, de maneira retrospectiva, se posicionar na condição de alguém que vivenciou um processo e agora necessita dele falar. Afinal, o texto – “o livro”, assim designado quando falavam da nossa pesquisa - chegará aos olhos e ouvidos dos conterrâneos, muitos acreditam.

Inicia-se então o debate com uma questão central: alcançaram enfim a segurança agora com o retorno? A comunidade da qual “quebrou-se” a segurança ao deixá-la, seja por um tempo programado ou não, guardaria para o retorno, e como destaca Sayad (2000) a suposta culpa por ter saído do Paraná, no entanto, deixar a cidade, os amigos, implicou duplo sentimento: se para alguns este de culpa, para outros, o da conquista e, em alguns casos, ambos os sentimentos foram evocados.

Essa noção de retorno foi a base deste capítulo, e ela se pautou num esforço do cotejamento entre as fontes orais entre si e com outras fontes, além da própria conceituação do processo de retorno. E numa síntese temos a avaliação que fazem agora no retorno do próprio significado da segurança da comunidade. A problematização segue com a apresentação dos significados em torno das narrativas do retorno diante daqueles que ficaram no Paraná; e ainda, do próprio pesquisador.

### **5.3.1 Falar à comunidade?**

A sensação de segurança e a respectiva cobrança necessária para ser considerado como um dos seus membros estruturou as narrativas. Uma constatação que nos levou a interpretar a importância de se avaliar a amalgama de situações destacadas nas entrevistas sobre o período vivido fora, bem com a maneira como se cobrou dos migrantes determinada postura, algo percebido, por exemplo, nos discursos que organizam sites de municípios<sup>343</sup> que compunham o itinerário da migração, citados no texto.

Seria cômodo organizar o estudo sobre a apresentação da situação de migrante a partir do sucesso ou o insucesso alcançado durante a migração na inserção comunitária, seja ela construída na identidade étnica, ou na de classe, ou até mesmo na vida política conforme enfatizam alguns. No entanto, a interpretação serve menos à demarcação das comunidades “de lá” do que para compreendermos o migrante na ou nas comunidades no Paraná, antes da sua saída e, agora, no retorno. Reside nesta condição a possibilidade de interpretação do retorno, no trânsito de tempo e espaço entre o “lá e o cá”. Ou seja, em determinados momentos as trajetórias são enfatizadas pela segurança comunitária abandonada, em outros por aquelas conquistadas.

Ao concluir sua narrativa Marcia fez questão de apresentar um parecer sobre o processo migratório a respeito do qual representou o período de 4 anos de sua vida, correspondentes às cobranças da vida adulta. A comparação que elabora como alguém que precisara sair de casa, da segurança e controle dos pais, incorpora à problemática comunitária mais interpretações, neste caso a familiar e geracional, do conflito entre ela e seus pais:

---

<sup>343</sup> Em relação ao diálogo com o campo da comunicação, entendemos a “mídia” num processo dialético no qual influencia e é influenciada pelo social, diante do questionamento de paradigmas. Tal poder está estruturado na capacidade que ela possui de se apropriar de discursos típicos da sociedade moderna. Serve de exemplo a busca do respaldo científico e a homogeneização do cotidiano; o fato de se colocar num lugar de produção de verdades. A respeito desta credibilidade amparada na vontade de verdade Foucault destaca os limites de uma divisão platônica em que tal vontade de verdade tivesse sua própria história (FOUCAULT, 1996. P. 17). Um outro caminho seria o de dialogar com os alcances da Análise do discurso (AD).

Eu precisei disso, porque assim, o meu pai e minha mãe, a gente sempre em casa, sabe o que é pegar um passarinho e soltar, abrir a gaiola, você dá de comer a vida inteira e você solta e fala “vai”, o passarinho morre, então é a mesma coisa, a gente, o pai não dá liberdade pra nada, é com o pai e a mãe, a gente crescia e respeitava, é namorar, casar e se adaptar, e daí depois que aconteceu o que aconteceu, cada um seguiu sua vida, daí você fica sem rumo, por onde começar, a gente é muito apegada com ele né, daí você tem que desapegar, porque; “toque tua vida”. É, então daí assim, eu precisei, pra mim foi muito bom, pra tomar experiência de vida, pra amadurecer, sabe, ver que as coisas as vezes não é daquele jeito que você quer, você tem que aprender a viver com a realidade né?.<sup>344</sup>

Marcia seguramente não conhece a obra de Martins (1986), mas também usa da metáfora do pássaro para apresentar sua trajetória. Foi necessário aprender as coisas do jeito que ela é, “amadurecer”, metaforicamente, voar, ou se quisermos, retomando o peso da segurança da comunidade, sair desta confiança e experimentar outras situações quando jovem. A migração iniciou-se no ato de acompanhar o seu pai e o seu irmão, mas ao mesmo tempo significou romper com o círculo familiar e também por isto foi válida. Dela pode destacar aquilo que deixará para seu filho de sua experiência de vida: “é bom, hoje eu conto pro meu filho como é que era lá, sabe? Daí eu falava “a mãe tava lá, assim”, mostro as fotografias tudo pra ele, é uma experiência de vida”.<sup>345</sup> Ela em poucos momentos se referiu a ganhos econômicos, e foi enfática ao destacar que não buscou e sequer identificou, um convívio-entendamos- da segurança- étnica; nas suas palavras: “Não, não, não, assim eu ver um (...) uma pessoa do sul, ver uma pessoa de lá, pra mim era tudo a mesma coisa”.<sup>346</sup> Portanto, tratou-se mais do desafio de deixar o convívio na casa dos pais do que de vivenciar a distância dos conterrâneos.

Como fez Hugo, alguns buscaram a construção da comunidade “lá”. Ao deixar de contar com a comunidade, as construções territoriais envolveram a busca por outras comunidades formadas com sulistas que se encontravam na mesma “condição de migrante”. Afinal, “apenas lá” foi tomar o chimarrão<sup>347</sup>. Desta maneira lembrou o entrevistado, numa narrativa que alternava entre a ênfase sobre as dificuldades constatadas na diferença cultural, econômica e social diante do paraense e a valorização de aspectos do cotidiano e dos moradores que o receberam. A história contada por Hugo se tornou emblemática para nossa reflexão. Numa primeira leitura de sua experiência poderíamos concluir que os processos de

---

<sup>344</sup> MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Ibidem.

<sup>347</sup> Ver citação da página 191.



inserção fossem marcados pela autoridade da identidade étnica, mas da mesma forma que no caso de Marcia, também para ele a comunidade étnica não foi determinante. A cobrança de se ceder parte de sua liberdade, contribuindo assim com a formação política do distrito que se encontrava em fase de emancipação, implicou a busca pelo convívio na atmosfera cultural com outros migrantes, mas principalmente a necessidade de se “enraizar” na política local. Algo que extrapolou os limites de uma comunidade étnica.

Para Jorge, o ato de migrar englobou a expectativa do crescimento econômico. Ao responder aquilo que seus amigos e familiares pensavam do estado do Pará e da sua escolha em migrar, destacou: “tinham vontade de ir lá conhecer também. Tinham vontade de ir porque lá o ganho é melhor, é mais que aqui. [...] E aqui no sul já tá, o grande já tomou conta”<sup>348</sup>. Nesta argumentação, a explicação do retorno esteve diretamente relacionada ao momento de sua saída do estado. Jorge demonstra mais desta condição migrante na sua movimentação, na sua aceção de transitoriedade:

Eu voltei (...) É, eu vinha pro Paraná e como não tinha muita chance aqui eu já (...) aparecia qualquer chance lá pra cima e eu ia de novo. [...] Não, eu vinha pensando, não volto mais vou trabalhar lá no Paraná, lá em Corbélia.

Entrevistador: Mas por que você não queria mais voltar?

Jorge: Porque não deu certo a oficina, porque não deu certo a madeira, porque não deu certo o caminhão, porque não deu certo sabe, nós ganhamos tanto dinheiro com garimpo e gastamos.<sup>349</sup>

Era a possibilidade do pequeno, ou do pobre, conquistar seu negócio: “O grande já tomou conta do pequeno [aqui no Paraná] e lá o pequeno ainda na época, conseguiria se manter”. Possivelmente neste aspecto, a comunidade no Sul não teria lugar para um “pequeno”. O lugar representa a diferença entre o Sul, onde os grandes já se estabeleceram, e o Norte, onde os pequenos, desde que imbuídos de perseverança, trabalho e conhecimento, poderiam crescer. Talvez o erro assumido na entrevista tivesse sido o fato de não ter permanecido no mesmo lugar. No entanto, na sua última escolha pelo retorno a opção foi a duras custas defendida, pois, de vez estabeleceu-se o lembrado momento de “crise da madeira”: “Vim porque não deu mais certo a madeira, a extração de madeira, vim porque acabou o serviço, vim porque, como não tem mais extração de madeira”.<sup>350</sup> E caso as mudanças não ocorressem, afirma: “eu continuaria lá”.<sup>351</sup>

---

<sup>348</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Ibidem.

Concluindo, num último exemplo da relação segurança comunitária e a sua ressignificação no retorno temos outros fragmento da entrevista de Hermen. Toda a sua trajetória, isto já destacamos anteriormente, pode ser resumida a partir do trabalho. E foi pelo êxito no trabalho que ressaltou a sua insistência em ficar mesmo depois de demitido e de não ter sido “fixado” no emprego; foi o esforço em fazer mais do que aquilo que lhe cabia e da qualidade de seu trabalho aquilo que o levou a gerência e, posteriormente, a conquista de sua própria renda, do gado. Destacamos, com isso, o fato de ao final da entrevista apresentar as dificuldades vivenciadas no retorno. Daquele momento lembra que contrariou as expectativas da família:

Vixe Maria!! Era...era a maior briga, briga assim e tal; mas eu acho que a pessoa tem que correr atrás daquilo, né, e hoje não me arrependo nadinha daquilo, me arrependo de não ter continuado, que nem diz o outro, arrependo daquilo que eu não fiz, não do que fiz <sup>352</sup>.

Possivelmente esse enfoque nas expectativas em torno do sucesso alcançado e não mantido no retorno possa significar uma resposta para a própria família. O momento do retorno significou uma ruptura com o capital acumulado:

[..] eu falo pro (...) porque eu agi muito errado depois que eu vim pra cá [voz trêmula]. Eu fiquei seis anos aqui sem trabalhar, sem fazer nada! [...] aí então se já viu né [em tom de voz baixa]. Mas também não me arrependo de ter feito isto não. <sup>353</sup>

Na relação que estabelece com o período da migração, o próprio espaço conquistado já não possibilita “passear” pela fazenda, pelos rios, etc. talvez a própria paisagem agora encontrada, afastada da exuberância de campos e matas, seja evidência da decepção vivida por ele logo após o retorno. Lidar com o arrependimento de não ter feito mais, ou, ainda, de não ter continuado significa expressar isto no retorno, quanto supostamente o convívio com amigos e familiares construiria a rebater a nostalgia.

Goettert (2008) auxilia mais uma vez a tarefa da problematização do significado das representações sobre os “lugares e suas gentes”, expressão do próprio autor. Numa abordagem específica de seus entrevistados, a constatação do insucesso econômico autoriza, segundo o autor, a apresentação de um balanço da situação da própria migração pelos que ficaram. Cabe

---

<sup>352</sup> JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

<sup>353</sup> Idem.

ao significado das cartas, dos telefonemas e das visitas, via de regra rápidas e raras, a colaboração na construção destas representações<sup>354</sup> (2008, p. 381) e as relações com aqueles que ficaram não se limitam em nenhum dos casos ao ganho econômico. Também constatamos esta particularidade no fenômeno estudado.

Marcia destaca a relação geracional e familiar; Hugo a inserção política. No caso de Jorge e Hermam temos exemplos de como a conquista de seus objetivos não fora mantida após o retorno, e todos dizem não se arrependem da opção de saída e do retorno. A questão pode ser trazida nos quatro exemplos para o próprio significado do ideal de comunidade que se alcança com o processo como um todo. São três formas – a familiar, a política, e a da conquista seguida da perda econômica - de se localizar fora do Paraná e narrar a sua trajetória migratória diante dos que ficaram.

### 5.3.2 Outros ganhos

Concluiremos o texto sintetizando os ganhos apresentados nas entrevistas. O distanciamento da segurança comunitária, do Paraná, se torna tão significativo quanto às novas análises destacadas sobre o convívio atual nesse mesmo estado, pois, depois do processo migratório vivenciado as entrevistas apontam para a construção da capacidade do comparativo entre o convívio que tiveram com os outros (nortistas) e agora com os vizinhos, amigos e familiares, como se, de maneira geral, aquele outro, criticado pelo seu modo de vida, fosse também um exemplo, pois à sua maneira “ele era feliz”.

Para Márcio as dificuldades advindas do desemprego motivaram uma guinada na sua vida. Por isto saiu do estado. As conquistas se iniciaram ainda em Rondônia e se desdobraram na sua atual realidade profissional, a de concursado: “De Rondônia eu trago as experiências de vida das dificuldades”.<sup>355</sup> Afinal, procurou desvelar, foi durante a nova realidade vivida em Rondônia que se decidiu por estudar. E só por isto, hoje, uma vez que está estabilizado pode viajar.

---

<sup>354</sup> Estas representações, positivas ou negativas dos lugares, também são construídas, de acordo com o autor, no jogo entre as diferentes relações entre quem migrou e quem ficou, relações estas influenciadas pelos contatos, construindo o próprio imaginário dos lugares e de suas gentes pelos que nunca migraram. É apresentado o exemplo das representações positivas, relacionadas com as características comuns entre o Mato Grosso e os estados da região sul, como a suposta vocação para a agropecuária e ainda nas representações de um povo gaúcho trabalhador que migra para trabalhar, representações que se deparam com as representações negativas, atreladas não ao descompromisso do migrante, em alguns casos sim, mas ao fato de se ter migrado sem capital, ou a crise geral, para todo mundo em qualquer lugar (Idem, p. 381-403).

<sup>355</sup> MARCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez 2014.

Já no caso de Elenir chamou-nos a atenção os significados que ela atribuiu à migração, algo que vai além, tanto da capacidade que garantiria o lucro nos negócios da quanto da sua busca pela mudança de vida. Situações estas que se encaminham para o significado da experiência de viajar. Ao lembrar-se do exemplo moradores de Corbélia tece uma crítica ao estilo de vida de pessoas que se preocupam em adquirir bens materiais, estabelecendo uma diferença entre aqueles que viajam e conhecem outros lugares com aqueles que não o fazem pelo fato de optarem em economizar e acumular capital:

Gente eu ficava besta porque a gente é acostumado aqui em Corbélia, nunca vê nada, aquele sertão assim! [...]  
Ah, primeiro eles acham, porque eu sempre brinco né, porque eu sou uma mulher rodada porque daí começo a contar que morei no Pará, morei na França e isso e aquilo. [...]  
É, e eu gosto de contar tipo assim, eu gosto de falar tipo não só do Pará, tipo assim, dos conhecimentos que é gostoso, porque você conhece cultura diferente, né? É gostoso só que daí as vezes eu penso. [...]  
É igual eu falei, por que você não vai pra praia, [cita o caso de uma conhecida sua que sempre morou em Corbélia] e ela falou que não sei quem tinha convidado uns amigos pra ir pra praia. Aí falei: “mas é porque tem que construir a casa, tudo bem tem que construir”, eu falei, “e se você morre semana que vem...” porque depois que eu comecei a andar de um lado pro outro eu comecei a pensar que tipo assim, esse negócio de você ter uma casona (...) Ter um carrão, pra querer se aparecer, pros outros ficarem olhando, olha só a casona dela, ó o carrão dela, eu não penso assim. Não penso.<sup>356</sup>

Numa postura próxima a da apresentada em diversas das entrevistas citadas, o retorno está implicitamente ligado às críticas aos paranaenses afeitos ao acúmulo de capital e que nunca viajaram. E para Elenir sua trajetória deveria ser lembrada, sobretudo pela audácia e conquistas com a possibilidade de conhecer novos lugares.

A ótica do retorno inverte muitas vezes a leitura que se tinha do processo e do outro. O retorno possibilitou falar da ideia de transformação, ou seja, um exemplo de identidade reconstruída na alteridade. Se sempre se disseram trabalhadores, evidenciavam a diferença que notavam entre eles e os nortistas, “despreocupados” com o trabalho. Hoje, no Paraná, percebem e criticam a postura de conterrâneos que pouco se importam com lazer e vivem a vida apegada ao trabalho e acúmulo de capital. Nessa situação, não chegam a se identificar com os nortistas, mas também criticam os próprios pares. Cabe destacar, a maioria desses que

---

<sup>356</sup> ELENIR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 jan 2014.

faz a crítica, não alcançara este êxito econômico, nem quando estivera fora e nem mesmo agora, de volta ao Paraná.

As entrevistas organizadas a partir do retorno também são destinadas a comunidade de origem, para onde retornaram. Elas se remetem ao fato de que as narrativas construíram e explicaram o processo de deslocamento tendo por base o trabalho, mas, principalmente no caso daqueles que não acumularam capital, ou acumularam, mas acabaram o perdendo, os ganhos do processo são trazidos pela perspectiva do ganho cultural. Foi o caso de Márcio e, também de Elenir, de Marcia, de Enso e de Moises, entre outros. O objetivo “de enricar” não fora conquistado por Enso: “[...] Não, eu fui, eu fui aventureiro eu falei se eu ganhar dinheiro, se enricar, beleza, porque na época era isso, enricar”.<sup>357</sup> Se “ganhasse um bom dinheiro” já é uma expressão que direciona o significado do que seria um ganho considerável, e possivelmente sonhado no período da migração. Talvez por não ter acumulado tenha desistido e retornado, isto “somando-se”, é evidente, ao fato de ter conhecido sua atual esposa.

Este cenário em que as migrações se apresentam está marcado pela fluidez, com fronteiras a serem demarcadas e que não se limitam a ótica do Estado, pois aludem a construção de múltiplas territorialidades, importantes ao relativizarem a perda de raízes diante das disputas e ganhos- que não se limitam ao econômico, com ênfase sobre o êxito individual que permeia as inserções. Mais que demonstrar o ganho econômico apenas ou se dizer arrependido, para os entrevistados que enfim se colocam na “condição de migrante” e assumem para si a categoria de retornado, recém apresentada pelo pesquisador, o ganho cultural serve de crítica àqueles que nunca ousaram e nunca deixaram o “espírito aventureiro” falar mais alto. E em todos os exemplos, ao falar de todo o processo se falou do agora e desta crítica construída na comunidade: a comunidade que os “acolhe” hoje no retorno.

---

<sup>357</sup> ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cinco capítulos atenderam a uma ordem que é espacial, ao discutir: o significado assumido para o migrante e retornado nos seus itinerários; a Amazônia Legal; o Paraná, especificamente na sua Mesoregião Oeste; as relações dos migrantes com a natureza se comparadas entre o vivido no Paraná e o levado para a Amazônia; e, por fim, o retorno – lugar e momento- do qual falam os entrevistados. E de certa forma esta abordagem obedece uma ordem cronológica diretamente evidenciada. Todavia, a organização dos capítulos foi, antes disto, fruto das provocações que estruturaram a investigação e escrita da pesquisa. Referimo-nos às provocações que instituem a relação posta entre escrever sobre um processo investigado e, ao mesmo tempo, em parte vivenciado; também das provocações referentes a estrutura dessa abordagem que igualmente é temática, tida na categoria migrante em primeiro caso e atrelada a ele, de retornado, e ainda, da provocação de nos situarmos num debate denso e dele buscarmos apresentar contribuições.

As respostas a essas provocações ordenaram a construção de um trabalho diante das dificuldades lançadas ainda na introdução, e com as quais lidamos com as categorias-território, memória e identidade -, quais sejam: a representatividade das entrevistas diante da contextualização do processo migratório, o significado epistemológico do trabalho com narrativas a partir das fontes orais e a escolha das temáticas e das análises das fontes orais nos capítulos. Foi desafiador abordar tamanha diversidade de análises - temáticas, teóricas e de ordem das fontes. Elas dizem respeito às referências bibliográficas citadas direta e ou indiretamente, as quais se dividiram em pesquisas específicas com estudos de caso, em análises conceituais e ou teóricas e outras necessárias para o bom cruzamento de mais tipos de fontes com as fontes orais.

Destas preocupações buscamos os autores preocupados com processos migratórios, voltados ao olhar histórico, geográfico e sociológico em diferentes contextos e abordagens. Da mesma forma, trouxemos os estudos teóricos, estes por sua vez preocupados com a interpretação histórica de discursos - nacionalista, regionalista, importantes para o estudo de migração; e outros preocupados com a História Social do Trabalho, e a partir delas avaliamos a categoria trabalho, posto reivindicado de diferentes maneiras pelos entrevistados. E foi justamente o conjunto de fontes orais e suas narrativas que possibilitaram o diálogo ora proposto. Mais do que isto, indicaram tais leituras.

Uma vez assumida a postura citada, de se partir em todos os momentos da análise e das reflexões das entrevistas, procuramos manter a proposta e, assim, o objetivo de iniciar e

concluir os debates de uma maneira em que preponderasse o diálogo com as fontes orais, fontes construídas e posteriormente analisadas.

Das especificidades da metodologia da História Oral, de uma história temática, metodologicamente falando, mas preocupada com as histórias de vida, estabelecemos o cruzamento das informações e principalmente das interpretações das entrevistas com dados estatísticos, conteúdo e teor de leis, leituras de periódico produzido na Mesoregião Oeste do Paraná ao longo da primeira metade da década de 1980, narrativas memorialistas de sites de municípios que constituíram os itinerários, etc., além de todo um conjunto de análises que constam na bibliografia utilizada. Destacamos que esta fora apenas uma opção metodológica que evidentemente tem suas implicações epistemológicas. Afinal, um trabalho pautado unicamente nas memórias buscadas nas entrevistas teria um mesmo valor histórico.

Algumas generalizações se fizeram necessárias para entendermos as entrevistas enquanto corpus documental e delas apreciarmos aquilo que indicavam, mesmo na maioria dos casos não sendo os entrevistados conhecidos uns dos outros. Falaram todos de “um outro”, mas também dos pares - leia-se, vizinhos e parentes conterrâneos - no retorno. Portanto, as suas maneiras, lidaram com identidade e alteridade. Destacaram como relações de trabalho apontam caminhos para a leitura do social, sem que isto limitasse as suas interpretações de mundo e indicasse um processo narrado pelo viés apenas econômico. Trouxeram suas experiências em forma de um aprendizado histórico, sobretudo ao se referirem à maneira como a tradição – do gaúcho, do paranaense, do sulista - passara a ser avaliada no e pelos costumes, “lá” e “cá”, sendo elas ressignificadas.

Procuramos contribuir de maneira mais específica com um movimento específico de retorno, mas não tivemos a pretensão de inovar e ou construir uma nova interpretação ao processo e as suas memórias. E deste processo de análise, reflexão e escrita, as categorias memória e identidade possibilitam que entendêssemos a construção de territorialidades. Conceito polissêmico este de território, na sua relação temporal e espacial.

O aprendizado ainda ficou evidente quando se destacou as diferentes formas e a própria processualidade como os entrevistados entenderam as transformações e ou permanências na forma de se relacionarem com a natureza. E isto retoma novamente a própria questão da memória e da identidade. Do campo da identidade, pois falam do nortista e do sulista, inclusive agora na situação do retorno e dos novos desafios da comunidade e das suas memórias, pois todos traziam a consciência de que contribuía para a escrita de um “livro” do qual eram também seus autores. Do campo da memória, pois o livro seria lido, não apenas

pelos sujeitos da academia – alguns - como possivelmente ocorrerá -, mas quiçá por todos conhecidos e familiares e mesmo por aqueles com os quais perderam o contato após o retorno.

A forma de narrar, a forma de pensar historicamente, remetem a conceitos empregados nas entrevistas como o de mentalidade e o de mudança, e, neste ponto, exemplos de análises processuais e comparativos históricos foram empregados por muitos dos entrevistados, como se não coubesse ao historiador a exclusividade da análise histórica em detrimento da mera retenção de memórias dos entrevistados. Eles também problematizaram, evidenciaram opiniões e silenciaram quando lhes foi propício.

Do itinerário da migração pudemos estabelecer breves leituras de memórias, também das oficializadas, mas principalmente destas das quais demos o lugar de preponderância nas análises e reflexões. E se com suas narrativas nos possibilitaram lidar com discursos, problematizar categorias e direcionar determinadas abordagens teóricas, antes de tudo o que sobressaiu foi o conjunto de histórias vividas e ressignificadas pelos entrevistados e por nós próprios na tessitura do texto. Desta maneira procuramos contribuir ao debate sobre migração inter-regional, cuja abordagem central esteve no movimento de retorno, tendo nisto por protagonismo um estudo de memórias entendidas pelas possibilidades epistemológicas da metodologia da História Oral.

As memórias de Jorge, Diziely e Diego, Aristides, Moacir, Hugo, Moises, Marcia, Valdemar, Milton, Maico, Helide, Elenir, Derik, Enso, Hermem, Ires, Márcio, e Ivania, entre outros não citados no texto contam a respeito de tudo isto. Contam da analogia entre experiências de vida e de um fenômeno migratório e numa última reflexão, da possibilidade de contribuirmos para o estudo deste fenômeno.

Encerramos nossa escrita reafirmando o significado do conhecimento histórico produzido, significado problematizado desde o texto da carta de sessão assinado pelos entrevistados no qual está especificado o fato de que nosso trabalho não teria o poder de alterar as realidades vividas e narradas, mas poderia vir a servir de base para outras produções que implicassem na materialidade dos lugares que compunham os itinerários mapeados. E talvez aqui pudéssemos mais uma vez lembrar o anjo da História de Benjamim, ele vê pilhas de ruínas acumularem aos seus pés no passar da modernidade e nada pode alterar. De qualquer forma esperamos que o sentimento de terem participado da pesquisa corresponda ao significado de que também eles ajudaram a escrever a história abordada pela nossa temática; e de que diferente de Funes, o memorioso, foi justamente pela capacidade que todos temos de abstrair, que puderam contribuir com as suas memórias.



## 7. REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Flávio. Imprensa Alternativa: opinião, movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 233-248.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. 2007. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007. p. 149-164.

\_\_\_\_\_. Discursos e pronunciamentos; a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de, (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

ALMEIDA, Alfredo B. Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos. **R. B. Estudos Urbanos e regionais** V. 6 , N. 1 / Maio 2004.

\_\_\_\_\_. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VELMELKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-160.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta G. de Oliveira. **História Pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da História”**. Disponível em:<[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201\\_ARQUIVO\\_TextoFinal\\_ANPUHN\\_ATAL\\_HistoriaPublica\\_2013.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_ARQUIVO_TextoFinal_ANPUHN_ATAL_HistoriaPublica_2013.pdf). Acesso em: 03 mar. 2015.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: 8. ed. FGV, 2006.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação e história. **História**, São Paulo: v. 14, p. 125-136, 1995.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1999. (pp. 73-102).

ARANTES, Antônio Augusto. Desigualdade e diferença: cultura e cidadania em tempos de globalização. **Paisagens Paulistanas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

ARRUDA, Gilmar. **O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 117.

BACKES, Gilson. **O ciclo produtivo de hortelã no oeste do Paraná: outras memórias.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014).** Editora CRV, Curitiba: Brasil, 2014.

BHABHA, Homi K. O Compromisso com a teoria. In: BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 43-69.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política.** trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 226.

BERTRAND, M. O mundo clivado – a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (org). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Editora Vértice, 1989, p.15-40.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano.T. **Revista de Ciências e Letras.** Educação e Patrimônio Histórico Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 27, p. 90-101.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres.** São Paulo: Ática, 2000.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado.** São Paulo: Annablume, 2010.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003. 311p.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: 8 ed. FGV, 2006, p. 183-191.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos- Uberlândia ( 1939-1990).** São Paulo, 2001. Pontifícia Universidade Católica (Tese de doutorado em História).

CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 269-284.

CANDÄU, Joel. **Memória e Identidade.** São Paulo, Contexto, 2011.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais** V.13, N.2 / novem 2011.

CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Ely Berço de. **A Modernização do Sertão**: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, 1939-1964. Tese, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VELMELKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, p.84, jan./abr. 1991.

COSTA, Solange G. **Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas**: expansão da sojicultura e valorização fundiária. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. **Grãos na Floresta**: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA.

COY, Martin; KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da br-163 e os desafios socioambientais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. p. 27-46. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14/showToc>>. Acesso em: 21 jun 2014.

CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DEZORDI, Maurício. Migração, fronteiras e identidades: a ideologia do progresso, na colonização do oeste do Paraná. **Revista Cantareira**. Rio de Janeiro. n. 19 jul-dez, 2013. Disponível em:< <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/?cat=38/>. Acesso 20 de maio de 2014.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte Autêntica, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; MAURANO, Luis Eduardo; RENNÓ Camilo Daleles; AMARAL, Silvana; VALERIANO Dalton de Morrison. **Avaliação de dados dos Sistemas de Alerta da Amazônia: DETER e SAD**. Instituto Nacional de Pesquisas espaciais (INPE), 2008. Disponível em: [http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/DeterXSad\\_Sbsr2011.pdf](http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/DeterXSad_Sbsr2011.pdf). Acesso em 05 nov 2011.

FAZITO, Dimitri. **Dois aspectos fundamentais do “retorno”**: símbolos e topologias dos processos de Migração e sua circularidade. Disponível em: <<http://www.abep.net/po.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

FEARNSIDE, PHILIP M.. **Desmatamento na Amazônia Brasileira**: história, índices e consequências. Megadiversidade, V1 | n 1. Julho 2005.

FERRAZ, Benito O. Algumas considerações sobre conceitos pertinentes à geografia a partir de um diálogo com a história. **Revista Espaço Plural**, - Marechal Cândido Rondon, Ano VII, N.º Especial, p. 17 -19, 2006.

FERNANDES, Frederico; OLIVA, Alfredo dos Santos; LEITE, Eudes Fernando (Orgs). Os trânsitos da Voz: de experiências poéticas, religiosas e orais. In: LEITE, LEITE, Eudes Fernando; FERNANDES, Frederico (orgs.). **Trânsito da voz**: estudos de oralidade e literatura. Londrina: EDUEL, 2012.

FONSECA, A., SOUZA Jr., C., & VERÍSSIMO, A. 2014. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (outubro de 2014) **SAD** (p. 10). Belém: Imazon. Disponível em:< <http://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-outubro-de-2014-sad/>> Acesso em 14 de janeiro de 2015.

FREITAS, Leticia Fonseca Richthofen da. **A pedagogia do gauchismo**: Uma análise a partir da diáspora gaúcha. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006 (doutorado em educação).

FROTSCHER, Méri. **Identidades móveis**: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau:Edifurb, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990. 2ed.

GUPTA, Akhil. & FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In O ARANTES, Antônio (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirua, 2000.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940/70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 266p.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política e método. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas memórias outras histórias**. Olho d’ Água, São Paulo, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.) **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG/UNESCO, 2003. p. 51-95

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. (Porto Alegre, set. 2004). 20p. Disponível em <<http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>> Acesso em: 25 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Revista TERRITÓRIO**, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998. p 55-71.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. (pp.117-161)

KLANOVICZ, Jó. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo/Santa Catarina. **História Oral**. Rio de Janeiro. v. 15, n. 1, p. 409-433, 2012.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneirismo e forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Uberlândia, 2006 (Dissertação de Mestrado em História)

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LEFF, Enrique. Construindo a história Ambiental na América latina. **Esboços**, v 12, n 13, 2005.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. NDHIR, UFMT, 1982.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos**: História social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida**: Uma questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARANDOLA, Jr., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da imigração Eduardo Marandola Jr; Priscila Marchiori Dal Gallo. **Revista Brasileira de Estudos População**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. P. 407-424.

MARTINS, José de Souza. **Não há terras para se plantar neste verão**. PETRÓPOLIS, vozes, 1986.

MARX, Karl. “Trabalho estranhado e propriedade privada”. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008, (pp.79-90).

MENESES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura Militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Universidade de Brasília, 2007 (Dissertação de Mestrado em História Social).

MENESES, Ulpiano T. B. “A História, cativa da memória?” **Revista do IEB**. São Paulo, nº 34, EDUSP, 1992.

MEZZOMO, Frank. **Memórias dos movimentos Sociais no Oeste do Paraná**: Gernot kirinus, Adriano van de Vem, Werner Fuchs. Campo Mourão: Ed. Da FECILCAM, 2009.

MISKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Possesiros e Grileiros**: Conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação em História).

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2000, v. 20, n. 39, p. 203-221.

MOSCOVICI, S. **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NADALIN, Sérgio O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. p. 27-46. Disponível em:  
<<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14/showToc>>.  
Acesso em: 21 jun 2014.

\_\_\_\_\_. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa (MT), Aparecida Barbosa da Silva. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. v. 13, n. 1 (2010). p. 54-86.

OLIVEIRA, Luiz A. Pinto de; OLIVEIRA, Antonio T. Ribeiro de (orgs). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007. &ed.

PÁDUA, José Augusto. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico? **Varia História**, n33. jan 2005. Belo Horizonte –departamento de História da Fafichi-UFMG. pp 58-75.

\_\_\_\_\_. **As bases teóricas da história ambiental**. Estud. av. [online] 2010, vol. 24, n 68, p 81-101. p 57-72.

PAGLIARINI JUNIOR Jorge. **Memórias de lutas, lutas pelas memórias: o Reassentamento São Francisco de Assis**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

PAGLIARINI , Raphael. **O “Colono” na Cidade: Memórias e Viveres Rural-Urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO; FERREIRA. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, UFF/Relume-Dumará, vol. 1, nº 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, nº 15, 1997.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” **Estudos Históricos**, vol. 2, n 3. Rio Janeiro: Ed.UFRJ, 1989.

\_\_\_\_\_. Michel. Memória e Identidade Social. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. 2 ed. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1998.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **Natureza e Identidade Nacional nas Américas**. América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

PRESSLER, Neusa. Econegócios e cooperação internacional: novos discursos sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VELMELKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 161-184.

QUINTSLR, Suyá. Amazônia: disputas materiais e simbólicas. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 11, n 1, maio/2009.

- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (FGV de Bolso, 13, série História).
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp, 2007. (p.143-301).
- ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”**: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006 (Dissertação de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 8. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. p. 396-487.
- RÜSEN, J. **Razão Histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SALOMON, Marlon. O clima, a imigração e a invenção do sul do Brasil no século XIX. In: ARRUDA, Gilmar (ORG). **Natureza, fronteira e território**: narrativas e imagens. Londrina: EDuel, 2013. Livor Digital. Disponível em: [HTTP: WWW.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php](http://WWW.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php). Acesso em: 29 abr. 2014.
- SAMUEL, Raphael. "Documentação: História Local e História Oral". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 9, nº 19, ANPHU, Marco Zero, set. 1989 / fev. 1990.
- SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. **Narrativas, urbanas**: cidade, fotografia e memória. Toledo – PR (1950-2010). Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010 (Dissertação de Mestrado em História).
- SANTOS, José Vicente Tavares dos . **Matuchos**: Exclusão e Luta (Do Sul Para A Amazônia Ocidental). Petrópolis: Vozes, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Leandro Mondardo. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano n 13, Jul.-dez./2008. p. 118-127.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.
- \_\_\_\_\_. **O retorno**. Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, N. especial, p. 7-32. São Paulo, Janeiro 2000.
- SCHREINER, Davi Felix Para Davi. Práticas e Representações na Formação de uma Cultura do Trabalho. **Esboços** (UFSC), Florianópolis, 1994 p. 16-25.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis> FFC, 1982.



SENETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Danusa de Lourdes Guimarães da. **Um pé aqui, outro lá**: experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios. Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010 (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Edilson Mateus Costa da. **“Ruy, Paulo e Fafá**: a identidade Amazônica na canção paraense. Universidade Federal do Pará. Belém, 2010 (Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia).

SILVA, Zelia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (ORG). **Natureza, fronteira e território**: narrativas e imagens. Londrina: EDuel, 2013. Livor Digital. Disponível em: HTTP: [WWW.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php](http://WWW.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php). Acesso em: 29 abr. 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista História Oral**. V.4 junho 2001. p. 1003-120.

SIMON, Pedro. **A diáspora gaúcha**. Brasília: Sendo Federal, 2009. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/senadores/senador/psimon/livros/livro044.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

SOUZA, Carla Monteiro de. Gaúchos em Roraima: memória, regionalismo e identidade. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 199-207, junho 2006. p. 199-208.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 86-149.

THONSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas/FAPESP nº44, vol. 22, 2002.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács: 2013.

TRINDADE, Junior; Saint Clair C. da. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. R. B. **Estudos Urbanos e regionais** v 13 , N. 2 / novembro 2011.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade: estatísticas e fontes orais. In: I MORAES, M. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

VOIVODIC, Mauricio de Almeida. **Os desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança**: uma análise do *Forest Stewardship Concl*. Universidade Estadual de São Pulo, São Paulo, 2010 (Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental). 127p.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, \101. 4, n. 8. 1991, p. 198-215.

## 8. FONTES:

Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). **Site Oficial**. Disponível em:<<http://www.amop.org.br/regiao.php>>. Acesso em: 4 maio 2014.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Deceto n 5484., de 30 e junho de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional**, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)> Acesso em: 07 e maio de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Legislação Ambiental Básica**. Consultoria Jurídica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2008. 350 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161188por.pdf>>. Acesso: 12 out de 2011.

\_\_\_\_\_. **Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. 1975-1979**, 1975. Disponível em:<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/.../ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/.../ANL6151-74.PDF)>. Acesso em 10/março de 2014.

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL. (FSC). Disponível em:< <http://br.fsc.org/index.htm>>. Acesso em 05 de marco de 2015. (a).

\_\_\_\_\_. (FSC). Custos. Disponível em:< <http://br.fsc.org/custos.202.htm> >. Acesso em 05 de marco de 2015. (b).

\_\_\_\_\_. (FSC). Histórico. Disponível em:< [http://br.fsc.org/historico.184.htm\(Historico\)](http://br.fsc.org/historico.184.htm(Historico))>. Acesso em 05 de marco de 2015. (c).

\_\_\_\_\_. (FSC). Certificado de manejo florestal. Disponível em:< <http://br.fsc.org/manejo-florestal.258.htm>>. Acesso em 05 de marco de 2015 .(d)

\_\_\_\_\_. (FSC). Sobre. Disponível em:< <http://br.fsc.org/fsc-brasil.175.htm>>. Acesso em 05 de marco de 2015. (e).

\_\_\_\_\_. (FSC). Fatos e números. Disponível em:< <http://br.fsc.org/fatos-e-nmeros.188.htm>>. Acesso em 05 de março de 2015. (f).

\_\_\_\_\_. (FSC). Os 10 princípios. Disponível em:< <http://br.fsc.org/os-10-principios.194.htm>>. Acesso em 05 de março de 2015. (g).

\_\_\_\_\_. (FSC). Benefícios da certificação. Disponível em:< <http://br.fsc.org/beneficios.203.htm>>. Acesso em 05 de março de 2015. (h).

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Disponível em:< <http://www.ipam.org.br/o-ipam/Sobre-o-IPAM/1>>. Acesso em: 18 out 2011.  
Instituto nacional de Pesquisa espacial (INPE). Disponível em: <<http://www.inpe.br/>>. Acesso:14 out de 2011.

\_\_\_\_\_. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Série Estudos 8: Brasília, 2006. Disponível em:< [http://www.mma.gov.br/estruturas/168/\\_publicacao/168\\_publicacao30012009114114.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009114114.pdf)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). PRODES 2011- Estimativa da taxa de desmatamento da Amazônia em 2010 -2011. **PPCDAM - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia**. 2011. Disponível em:< [http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/prodes\\_taxa2011\\_estimativa\\_dez2011.pdf](http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/prodes_taxa2011_estimativa_dez2011.pdf)>. Acesso em 8 set 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Disponível em:< [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes\\_deslocamentos/default\\_reflexoes.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/default_reflexoes.shtm)>. Acesso em: 25 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. (IBGE). **Mapas temáticos**, Amazônia Legal, s/d. Disponível em:< [http://www.ibge.gov.br/mapas\\_ibge/tem\\_amazonia.php](http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/tem_amazonia.php)>. Acesso em : 25 set 2012.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Paraná. Mapas mesorregiões geográficas do estado. Disponível em:< [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/regioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg)>. Acesso em 10 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Paraná**: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983. Disponível em:< [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr\\_caract\\_demografica\\_10\\_83.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr_caract_demografica_10_83.pdf)> Acesso em: 22/jan 2014 -a

\_\_\_\_\_. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba 1983. Disponível em:< [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nova\\_configuracao\\_espacial\\_07\\_83.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nova_configuracao_espacial_07_83.pdf)>. Acesso em 22/jan 2014.-b.

Nosso Tempo (Digital). Cinco anos depois, colonos do Oeste paranaense se preparam para colonizar Aripuanã. **Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, p 16, de 21-28 de abr. 1983 –a. Ano II, n 65.

\_\_\_\_\_. Em defesa do índio. **Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, p. 13, de 11 -18 nov. 1981-a. (sessão cartas). Ano I. n 38.

\_\_\_\_\_. Queremos terra no Paraná. **Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, p. 18, de 02 – 08/jun. 1983 -b. Ano II, n. 71. Disponível em: ...

\_\_\_\_\_. O pastor e pastoral da terra, Werner Fuchs. **Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, p. 7, de 11 a 18 nov. 1981 - b. Ano I n. 38.

\_\_\_\_\_. A Amazônia está em perigo. **Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, p. 15 de 11 a 18 de fev. de 1981- c. Ano I n 10.

PARÁ. Secretaria do Estado e Meio Ambiente (SEMA). Disponível em: <<http://www.sema.pa.gov.br/>>. Acesso em 03 jun 2014.

PREFEITURA DE ALTAMIRA. História. Disponível em: <[http://altamira.pa.gov.br/portal/?page\\_id=113](http://altamira.pa.gov.br/portal/?page_id=113)>. Acesso em 22 jun 2014.

PREFEITURA DE NOVO REPARTIMENTO. O município. História. Disponível em: <<http://www.novorepartimento.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em 22 jun 2014.

PREFEITURA DE SINOP. A cidade. Histórico do município de Sinop. Disponível em: <<http://www.sinop.mt.gov.br/Datas-Comemorativas/>>. Acesso em 22 de jun 2014.

PREFEITURA de TUCUMÃ. Conheça Tucumã: Histórico. Disponível em: <http://www.prefeituradetucuma.pa.gov.br/Institucional/>. Acesso em: 22/jun 2014.

PREFEITURA DE XINGUARA. A Cidade. História. Disponível em: <<http://www.xinguara.pa.gov.br/historia-do-municipio-de-xinguara/>>. Acesso em 22/jun 2014.

ROCHA, Edmar. Belém, Pará, Brasil. IN: BASTOS, Lucinha; MONTEIRO, Mahrco; CHAVES, Nilson. A força que vem das ruas. **Belém: Secult**, 2004. 1 CD. 25.

SOUSA, Léo Ribeiro. Brasil de Bombacha. In: Os Monarcas. **Os Monarcas, 35 anos, história, música e tradição** (ao vivo). Rio Grande do Sul: Gravadora independente, 2007. 1 CD. Faixa 8.

## 9. FONTES ORAIS- ENTREVISTAS REALIZADAS:

ARISTIDES. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon- PR, 09 jan 2013.

DERIK. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão- PR, 28 jan 2014.

DIZIELY; DIEGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Assis Chateaubriand-PR, 08 jan 2013.

ELENIR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 jan 2014.

ENSO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Campo Mourão-PR, 29 jan 2014.

HÉLIDE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 jan 2014.

HERMEN. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 17 mai 2014.

HUGO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon-PR, 27 março 2014.

ÍRIS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Cascavel-PR, 26 abril 2014.

IVANIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Francisco Beltrão-PR, 25 abril 2014.

JORGE. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 05 de jan 2013.

MAICO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 20 de jan 2014.

MARCIA. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

MÁRCIO. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Ubitatã-PR, 19 de dez. 2014.

MILTON. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 04 de jan 2014.

MOACIR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 19 jan 2014.

MOISÉS. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Corbélia-PR, 11 out 2014.

VALDEMAR. Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Entrevistador. Marechal Cândido Rondon - PR, 09/ jan 2013.



**2- proposta do IBGE constante em apêndice no material estudado (OLIVEIRA et. all, 2011) enquanto proposta para futuras investigações à domicílios no intuito de avaliar redes migratórias:**

Redes sociais

Este bloco tem como objetivo procurar uma proxy sobre a contribuição das redes sociais nos processos migratórios no Brasil, sobretudo naquilo que trata da ajuda ao ato de migrar. Basicamente, busca-se identificar: se houve algum auxílio para que a pessoa empreendesse o deslocamento; qual(is) o(s) tipo(s) dessa ajuda; em qual(is) local(is), origem e/ou destino, foi fornecida; e de onde partiu a principal contribuição para migração.

NO ÚLTIMO MOVIMENTO REALIZADO RECEBEU ALGUMA AJUDA OU INDICAÇÃO PARA REALIZAR O DESLOCAMENTO?

1 - SIM (Siga 10) 2 - NÃO (Passe ao 12)

10 - QUAL O TIPO DE AJUDA RECEBIDA E EM QUAL LOCAL A AJUDA FOI FORNECIDA?

(admite múltiplas respostas)

01 - DINHEIRO ORIGEM DESTINO OUTROS

02 - PASSAGENS/TRANSPORTES ORIGEM DESTINO OUTROS

03 - INDICAÇÃO DE TRABALHO/EMPREGO ORIGEM DESTINO OUTROS

04 - INDICAÇÃO DE LOCAL DE MORADIA ORIGEM DESTINO OUTROS

05 - INDICAÇÃO DE CONTATO PESSOAL ORIGEM DESTINO OUTROS

06 - OUTRO (especifique): \_\_\_\_\_ ORIGEM DESTINO OUTROS

(Siga 11)

11 - DE ONDE PARTIU A PRINCIPAL AJUDA PARA O DESLOCAMENTO?

01 - PARENTE

02 - AMIGO/CONHECIDO

03 - INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

04 - INSTITUIÇÃO PÚBLICA

05 - RECRUTADOR/AGENCIADOR DE MÃO-DE-OBRA

06 - ONG'S

07 - ENTIDADE PRIVADA

08 - OUTROS (especifique):

Motivação: Esta parte do questionário procura identificar qual a percepção do migrante em relação ao motivo que o levou a empreender o movimento migratório. Mesmo sabendo-se da limitação que se tem em buscar apreender os aspectos motivacionais da migração em um levantamento não qualitativo, tratou-se de reeditar, com algumas reformulações, o quesito que foi implementado na PNAD 2001, mas que não foi muito explorado.

Além das motivações exploradas na PNAD 2001, foram incluídos aspectos associados à violência, no lugar de origem, e a expectativa continuada de acessar bens e/ou serviços, no lugar de destino. Espera-se que esses fatores possam proporcionar a uma melhor apreensão sobre as motivações que levam o indivíduo a migrar.

01 - TRABALHO DA PRÓPRIA PESSOA

02 - ESTUDO DA PRÓPRIA PESSOA

03 - SAÚDE DA PRÓPRIA PESSOA

04 - CUSTO DA HABITAÇÃO

05 - ACOMPANHAR FAMÍLIA

06 - DIFICULDADE NO RELACIONAMENTO FAMILIAR

07 - VIOLÊNCIA

08 - ACESSO A BENS E SERVIÇOS

09 - OUTRO MOTIVO: \_\_\_\_\_ (especifique)

Este quesito foi implementado de forma experimental no teste piloto da PNAD

Contínua. Caso os resultados do teste não sejam satisfatórios, a pergunta deverá ser excluída da versão definitiva do Suplemento Migração.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados-MS, 25 de outubro de 2014.

---

JORGE PAGLIAIRNI JUNIOR